

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

FREDERICO ZEYMER FEU DE CARVALHO

**O SUJEITO NO DISCURSO:
PÊCHEUX E LACAN**

BELO HORIZONTE

2008

FREDERICO ZEYMER FEU DE CARVALHO

O SUJEITO NO DISCURSO:
Pêcheux e Lacan

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística.
Linha de Pesquisa: E – Análise do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen.

Co-orientador: Prof. Dr. Ram Avraham Mandil.

Belo Horizonte
2008

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras**

**Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos
Linha E – Análise do Discurso**

Tese intitulada “*O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*”, de autoria do doutorando Frederico Zeymer Feu de Carvalho, aprovada em _____ pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen – Orientadora

Prof. Dr. Ram Avraham Mandil

Ao amor de meus pais,
que me dá a ancoragem;

Ao amor de meus filhos,
que me dá a direção;

Ao amor de Ana,
que me dá o sopro
e a paisagem.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do caminho que agora concluo não me faltaram conversas, apoios e estímulos de colegas e amigos que compartilharam desse projeto, cada um ao seu modo. Agradeço a todos, com quem reparto agora os frutos dessa breve aventura. Em primeiro lugar, à minha orientadora, Tila, que me acolheu na linha de pesquisa, soube ser paciente com aquele que não é um lingüista e ainda confunde o significante lacaniano com o significante saussuriano, me redirecionando em momentos oportunos, sempre de forma delicada, rigorosa, precisa. A Ram Mandil, co-orientador, com sua curiosidade afinada, sua presteza e atenção aos detalhes que mudam tudo. Àqueles que contribuíram com sua disponibilidade para franquear suas bibliotecas e referências pêchetianas, especialmente Célio Garcia e Ângela Vorcaro. Também agradeço a Yolanda Vilela, cujas traduções para o francês tornaram possível correspondência para além mar. A Michel Plon, pela amabilidade de esclarecimentos que retificaram algumas hipóteses. A Maria Cristina Leandro Ferreira, Bethania Mariani e Eliane Silveira pela forma com que me receberam no círculo da AD que não abre mão de ainda ler Michel Pêcheux. Agradeço à CAPES, cujo apoio financeiro tornou possível a disponibilidade de tempo para a pesquisa, e aos colegas do CERSAM-leste, que mais uma vez compreenderam minhas motivações internas e seguraram o rojão para que eu me afastasse da lida. Mas quero, em especial, agradecer aos meus amigos próximos e à minha família, ao carinho e apoio inestimáveis de meus pais, a Ana, minha mulher, Tomás e Júlia, meus filhos, que suportaram as ausências e aquele semblante aéreo de quem está sempre pensando no doutorado.

O questionamento sobre a língua — e sobre o que se pode articular a seu respeito — é uma preocupação estritamente especializada, independente de onde a psicanálise tiver chegado a respeito do homem como animal simbólico, ser falante? (Pêcheux, A língua intangível, p. 20).

Uma geração, a minha, também desperdiçou alguns sujeitos [...] Maldita por si mesma e para si mesma, ela deixa se dissipar o que, dito por ela, poderia ter efeito de verdade — embora ninguém, desde que está calada, diga nada que não proceda dela. Que castigo mais pesado para sujeitos que, por terem dado forma pública a seus pensamentos, tinham feito uma prática e que, por terem se submetido aos efeitos da verdade, tinham determinado uma ética? (Milner, Os nomes indistintos, p. 113-114).

Só há uma questão, na ética das verdades: como vou eu, enquanto alguém, continuar a exceder meu próprio ser? (Badiou, Para uma teoria do sujeito, p. 114).

RESUMO

Essa tese trabalha o tema do sujeito no discurso em Michel Pêcheux e Jacques Lacan. Seu ponto de partida é a exposição da forma-sujeito do discurso, exposta por Pêcheux em 1975 como o resultado do assujeitamento ideológico, cuja condição material é o interdiscurso e sua reformulação intradiscursiva. À seguir, trabalha-se a retificação pêchetiana redigida em 1978, que confronta essa tese do assujeitamento com a noção psicanalítica de sujeito. Busca-se avaliar a presença ambígua e nem sempre explícita do pensamento de Lacan e da noção de sujeito do inconsciente na *terceira época* da *Análise Automática do Discurso* de Michel Pêcheux. A distinção entre a *ordem da ideologia* e a *ordem do inconsciente* gera efeitos de disjunção para a aliança teórica entre Marx, Freud e Saussure sobre a qual Pêcheux buscava edificar, em 1975, uma teoria unificada do discurso. A tese mostra que a noção de inconsciente implica a divisão do sujeito no processo de assujeitamento, desdobrando esse processo. Tomando como modelo o *Witz* e a estrutura lógica da “sessão analítica”, demonstra-se que as formações do inconsciente atravessam uma dada formação discursiva como um acontecimento irruptivo que desestabiliza a evidência de sentido do enunciado. A noção pêchetiana de “real do inconsciente” é desenvolvida levando-se em conta o conceito lacaniano de inconsciente como uma hiância aberta no encadeamento discursivo, extraíndo-se daí a tese de que a experiência do inconsciente implica a possibilidade pela qual o sujeito pode emergir de sua posição de assujeitamento. A partir da estrutura denominada por Lacan de “discurso do mestre” e de sua versão contemporânea, o “discurso do capitalista”, assim como da homologia entre a noção marxista de *mais-valia* e a noção lacaniana de *mais-de-gozar*, busca-se apontar para as incidências da fantasia na estruturação do laço social como elemento velado que demarca os limites da “leitura sintomal” praticada por Pêcheux. Dessa forma, a tese transita do tratamento formal dado ao tema do sujeito no discurso à experiência ética e paradoxal que resulta da divisão do sujeito que acompanha seu processo de interpelação e assujeitamento.

RÉSUMÉ

Cette thèse travaille le thème du sujet dans le discours chez Michel Pêcheux et Jacques Lacan. Son point de départ est l'exposition de la forme-sujet du discours, montré par Pêcheux en 1975 comme résultat de l'assujettissement idéologique, dont la condition matérielle est l'interdiscours et sa reformulation intradiscursive. À la suite, on travaille la rectification pêchetienne écrite en 1978, qui confronte cette thèse de l'assujettissement avec la notion psychanalytique du sujet. On cherche à évaluer la présence ambiguë et pas toujours explicite de la pensée de Lacan et de la notion du sujet de l'inconscient à la troisième époque de l'analyse automatique du discours de Michel Pêcheux. La distinction entre *l'ordre de l'idéologie* et *l'ordre de l'inconscient* produit des effets de disjonction pour l'alliance théorique entre Marx, Freud et Saussure sur laquelle Pêcheux a recherché à établir, en 1975, une théorie unifiée du discours. La thèse montre que la notion de l'inconscient implique la division du sujet dans le processus d'assujettissement, en déployant ce processus. En prenant comme modèle le *Witz* et la structure logique "de la session analytique", on démontre que les formations de l'inconscient croisent une donnée formation discursive comme un événement d'irruptif qui déstabilise l'évidence du sens de l'énoncé. La notion pêchetienne de "réel de l'inconscient" est développée prenant en compte le concept lacanien de l'inconscient comme une béance ouverte dans l'enchaînement discursif, extrayant à partir de là, la thèse de que l'expérience de l'inconscient implique la possibilité par laquelle le sujet peut émerger de sa position de assujettissement. À partir de la structure dénommée par Lacan de "discours du maître" et de sa contemporaine version, le "discours du capitaliste", de même que la homologie entre la notion marxiste de la *plus-value* et la notion lacanienne de *plus-de-jouir*, on cherche à pointer pour les incidences de la fantasme dans la structuration du lien social comme élément caché qui délimite les limites "de la lecture symptomale" pratiquée par Pêcheux. De cette forme, la thèse passe du traitement formel donné au thème du sujet dans le discours à l'expérience éthique et paradoxale qui résulte de la division du sujet qui accompagne son processus d'interpellation et d'assujettissement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso (referida à Escola Francesa de análise do discurso)
AAD	Análise Automática do Discurso (de Michel Pêcheux)
AAD69	“Análise Automática do Discurso”, versão de 1969
CERM	Centre d’Études et Recherches Marxistes (Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas)
CNRS	Centre Nationale de la Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica)
EFP	École Freudienne de Paris (Escola Freudiana de Paris)
ENS	École Normale Supérieure (Escola Normal Superior)
GGT	Gramática Geral Transformacional
HPP	Seminário HPP (Henry-Pêcheux-Plon)
IPA	International Psychoanalytic Association (Associação Psicanalítica Internacional)
PCF	Partido Comunista Francês
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
RCP-ADELA	Recherche Coopérative Programée – Groupe d’Analyse du Discours et Lecture d’Arquive (Pesquisa Cooperativa Programada – Grupo de Análise do Discurso e Leitura de Arquivo)
SD	“Semântica e Discurso”
SEAD	Seminário de Estudos de Análise do Discurso
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

Introdução	12
 CAPÍTULO 1 - O projeto pêchetiano, sua conjuntura e seus fundamentos teóricos	
1.1 1969: o interesse pelo discurso e a questão do sujeito	16
1.2 Marxismo e estruturalismo: o texto como objeto político	21
1.3 O legado de Althusser	25
1.4 Lacan na <i>Rue d'Ulm</i>	31
1.5 Marx e Freud, um diálogo assimétrico	33
1.6 Pressupostos teóricos da AAD69	36
 CAPÍTULO 2 - O sujeito no discurso (pêcheux, 1975-78)	
2.1 “Semântica e discurso” e a forma-sujeito do discurso	43
2.1.1 Os frios espaços da semântica exalam um sujeito ardente	44
2.1.2 O ponto lógico-lingüístico, a questão das relativas e a filosofia espontânea da lingüística	49
2.1.2.1 Panorama histórico: conhecimento, linguagem e subjetividade.....	50
2.1.2.2 Realismo metafísico, empirismo lógico e a configuração epistêmica da Lingüística.....	57
2.1.3 Língua, discurso, ideologia	60
2.1.3.1 Determinação, formação do nome e encaixe: a noção de pré-construído.....	66
2.1.3.2 Articulação de enunciados, efeito de sustentação	73
2.1.3.3 Sujeito, centro, sentido.....	77
2.1.4 Discurso, ideologia e a forma sujeito do discurso	81
2.1.4.1 A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos.....	83
2.1.4.2 O caráter material do sentido, a evidência do sujeito e o interdiscurso.....	86

2.1.4.3 A forma-sujeito do discurso-----	88
2.1.4.4 Primeiro exemplo freudiano: Emma e a falsa conexão-----	91
2.1.4.5 A lei da não conexidade do pensamento -----	94
2.1.4.6 Segundo exemplo freudiano: o sonho da monografia botânica -----	96
2.1.4.7 Significante, interpelação e formação discursiva-----	101
2.2 Retificação sobre o sujeito: “Só há causa do que falha” -----	105

CAPÍTULO 3 - O real do inconsciente

3.1 A “falha ao infinito” e a aventura teórica de Pêcheux -----	114
3.2 O sujeito entre falha e repetição -----	120
3.2.1 O inconsciente, conceito lacaniano -----	124
3.2.2 O esquecimento de “Signorelli” -----	132
3.3 O artifício psicanalítico: a sessão analítica como acontecimento de discurso -----	136
3.4 O sujeito do <i>Witz</i> -----	145
3.4.1 O “Witz” no texto freudiano -----	147
3.4.2 O familionário -----	151

CAPÍTULO 4 - A questão do sujeito nos últimos textos de Pêcheux (1980-83)

4.1 A terceira época da AAD -----	160
4.2 O fantasma da teoria do discurso -----	169
4.3 Real do inconsciente e real da língua -----	177
4.4 Discurso, estrutura, acontecimento -----	184

CAPÍTULO 5 - O sujeito no discurso: Lacan, além de Pêcheux

5.1	A estrutura e a rua -----	193
5.2	Um discurso sem palavras -----	201
5.3	O sujeito no discurso do Mestre -----	214
5.4	O mestre contemporâneo -----	222
5.5	Inconsciente e discurso -----	231
	Conclusão -----	245
	Referências -----	253
	Anexo: matema dos discursos-----	265

INTRODUÇÃO

Na conjuntura teórica que marca o nascimento da análise do discurso francesa, entre 1969 e 1983, ano da morte de Michel Pêcheux, a psicanálise ocupa um lugar paradoxal e controverso: lembrada ocasionalmente quando se trata da *questão do sujeito* ou da relação entre *inconsciente e ideologia*, relegada quando se trata da própria noção de *discurso*. É desse lugar excêntrico que se ocupa essa tese. Ela remonta ao contexto em que o “discurso” emerge como objeto teórico na França, capitalizando o interesse de nomes como Pêcheux, Foucault e Lacan, dentre outros, indagando as razões da convergência em direção a esse objeto; expõe, em especial, a aventura e os impasses de sua delimitação teórica na reflexão de Pêcheux e o seu encontro com o pensamento de Lacan; trabalha, em seguida, as repercussões desse encontro à luz dos deslocamentos teóricos presentes nos últimos textos de Pêcheux; avança, por fim, no terreno da concepção lacaniana de *discurso*, que permanece inexplorado por Pêcheux, estabelece o contraste entre os dois pensadores e busca discernir, ao mesmo tempo, elementos que possam levar a investigação sobre *o sujeito no discurso* um passo adiante.

As vicissitudes da relação entre *sujeito e discurso* constituem, portanto, o tema privilegiado de nossa investigação. Podemos precisar melhor o nosso recorte: ele se dirige ao ponto onde a noção de “assujeitamento”, concernida por Pêcheux em “*Les Vérités de la Palice*” a partir da tese althusseriana da interpelação ideológica, sofre uma retificação que leva em conta *o sujeito do lado da psicanálise*, desdobrando sua posição nesse processo de interpelação. Essa retificação está na origem da passagem da *segunda* para a *terceira época* da “Análise Automática do Discurso (AAD)”, conforme a delimitação sugerida por Pêcheux (1983). Ela conduz à distinção entre o “registro funcional do ego-eu” e a emergência de uma posição do sujeito que “surge por instantes lá onde o ego-eu vacila”, mantendo uma relação paradoxal com a “irrupção imprevista de um discurso-outro” (*ibid*, p. 317).

Esse caminho pode parecer longo e os objetivos propostos amplos demais. Cabe, portanto, estreitar nosso foco do problema e restringir o seu âmbito de abordagem, definindo melhor o nosso percurso e um *corpus* de textos a partir do qual o tema do *sujeito no discurso* será trabalhado. Ele é precedido pelo estudo do contexto no qual o “discurso” emerge no cenário francês como um objeto teórico e da especificidade do projeto pêchetiano (**capítulo 1**). Esse *corpus* será distribuído, conforme o objetivo aqui expresso, em torno de três eixos: o

primeiro eixo se prende ao texto “*Les Vérités de la Palice*”, publicado em 1975, e ao adendo “*Il n’a de cause de ce qui cloche*”, escrito em 1978, como o *início de uma retificação* que, a partir de Lacan, concerne ao sujeito no discurso (**capítulo 2**). Como um prolongamento desse primeiro eixo, aprofundamos e discutimos as principais referências feitas por Pêcheux à psicanálise, privilegiando as relações entre inconsciente, sujeito e discurso no texto lacaniano, destacando em especial o conceito de inconsciente desenvolvido por Lacan no *Seminário, livro 11*, “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, e o *Witz* como modelo para a abordagem do inconsciente em sua vertente discursiva. (**capítulo 3**).

O segundo eixo se prende aos textos da *terceira época da AAD*, dentre os quais selecionamos as atas do Colóquio “*Matérialités discursives*”, realizado em abril de 1980 e publicado na França em 1981, “*La langue introuvable*”, escrito em parceria com Françoise Gadet e também publicado em 1981, e “*Discourse: structure or event*”, o último texto de Pêcheux, publicado em 1988, cinco anos após sua morte (**capítulo 4**). Neste grupo de textos, podemos perceber com clareza um deslocamento na relação entre sujeito e discurso e a presença do pensamento de Lacan, embora muitas vezes de forma indireta e nem sempre explícita. Esse deslocamento é consoante com a *retificação* à qual aludimos. Finalmente, nosso terceiro eixo irá centrar-se em “*Le Séminaire, livre XVII – L’envers de la Psychanalyse*”, proferido por Lacan no biênio de 1969-70 e publicado na França em 1991 (**capítulo 5**). Neste terceiro eixo, buscamos expor a originalidade da reflexão lacaniana sobre a noção de *discurso*, que é contemporânea àquela de Pêcheux, destacando em especial o *discurso do mestre* e o problema do sujeito aí concernido.

A aparente heterogeneidade de nosso *corpus* tem um interesse especial, pois se a análise que pretende Pêcheux dirige-se prioritariamente ao discurso ideológico e às suas incidências sobre o sujeito, cumprindo assim um desígnio político, *O Seminário, livro 17*, de Lacan, explora a homologia entre o *discurso do mestre* e o *discurso do inconsciente* para pensar o sujeito aí implicado ao mesmo tempo em que nos fornece uma interpretação do momento histórico em que o primeiro se transforma, demonstrando o papel desempenhado pela *fantasia* na estruturação do laço social.

Se a análise do discurso que derivamos de Pêcheux é, eminentemente, uma análise do discurso político (que resvala para uma análise política do discurso), é preciso ver, então, em que medida essa análise é afetada pelo *real do inconsciente*, ao qual se refere Pêcheux a partir

do adendo “*Il n’a de cause de ce qui cloche*”, impondo assim, ao discurso ideológico, o *um* da ruptura e da descontinuidade que caracteriza o inconsciente como um parasita que infecta o ideal progressista em política. É neste espaço de disjunção que se desenrola o “drama subjetivo” do qual Pêcheux se faz o suporte e que justifica os *anos de tentativas* e de recomeço que se seguiram àquela *retificação*, nos quais não faltam o ardor e a eloquência, as inquietações e os excessos em que se desdobra sua urgência.

A tese cria, assim, um ponto de impasse em torno do suicídio de Pêcheux, mas sem fazer disso um tema, proferir uma hipótese psicológica sobre suas razões ou proceder a uma pesquisa biográfica, cujos dados permanecem exíguos. Apenas nos interessamos pelo drama do sujeito teórico em um contexto específico: a ambição constitutiva de uma teoria do discurso, em Michel Pêcheux, e seus eventuais impasses. Esse drama acompanha o sujeito em todo o campo das ciências humanas. Neste campo, conforme assinala Lacan em *Ciência e Verdade* (LACAN 1998, p. 884), o teórico seria freqüentemente levado a sustentar, em sua própria pele, o sujeito que o discurso da ciência tende a excluir de seu processo constitutivo. Nesse sentido, nada mais fazemos do que dar eco às observações de Courtine de que toda interrogação sobre o texto pêchetiano deve começar por cotejar seu fim trágico com o apagamento de seu nome no cenário teórico atual da análise do discurso, no qual se percebe o domínio de estudos formais, interativos e conversacionais (COURTINE 2005, p. 29 - 30). Para Courtine, trata-se, sobretudo, de um apagamento da “dimensão histórica” do discurso. De nossa parte, a ênfase aqui colocada sobre o *real do inconsciente* e o *sujeito no discurso* problematiza o real da história, sem apagá-lo, tensionando-o, porém, com aquilo que o pensamento de Lacan designa com a expressão “campo do gozo”, dimensão que não pode ser negligenciada em uma abordagem do *discurso* que leve em conta a psicanálise.

Eis o ponto ao qual nos conduz esta investigação. Ficaremos satisfeitos e teremos cumprido nosso objetivo se for possível demonstrar, em primeiro lugar, que os *impasses* com os quais a aventura pêchetiana se defrontou, e tão obstinadamente tentou contornar, se esclarecem, ao menos em parte, em contraposição à teoria lacaniana dos discursos. Esses impasses concernem ao *real do inconsciente*, ao qual Pêcheux nunca deixou de fazer referência, testemunhando seus efeitos na própria elaboração da teoria. Podemos observar, contudo, uma defasagem na reflexão de Pêcheux entre o que é pressentido e experimentado como o real do inconsciente e o que é alcançado no campo da reflexão teórica. Nossa hipótese

lança mão do conceito lacaniano de *objeto a*, definido em sua vertente discursiva como *mais-de-gozar*, como a ponte necessária para o diálogo entre Pêcheux e Lacan.

Nosso segundo objetivo visa a extrair desses impasses os efeitos de subversão do sujeito que podemos derivar, como bem demonstra Lacan no *Seminário, livro 17*, das vicissitudes que ligam o sujeito ao objeto *mais-de-gozar* em seu esforço para interpretar, naquele momento histórico, as transformações pelas quais passava o que podemos chamar o *discurso da civilização capitalista*. Esses efeitos devem ser distinguidos da prática revolucionária que, por definição, retorna sempre ao mesmo lugar. Para além do não-dito discursivo, trata-se de pensar a presença velada deste objeto no discurso, cuja homologia com o conceito marxista de *mais-valia* Lacan não cansa de enfatizar. Se Marx pôde ser considerado por Lacan como o “inventor do sintoma”, é preciso avançar em direção àquilo que faz perdurar esse laço sintomático na contemporaneidade, reanimando assim, através da análise da aventura teórica de Pêcheux e de seu diálogo com Lacan, o debate político no qual a AAD esteve originalmente engajada. Esse debate concerne, prioritariamente, ao *sujeito no discurso* e à hiância aberta pelo sujeito do inconsciente. Ele deve ser inserido no contexto de trabalho de pesquisadores brasileiros que ainda mantêm vivo o pensamento de Pêcheux, a despeito de alguns limites teóricos ditados pela época, mas atentos à dimensão ética e política que ele busca atingir.

CAPÍTULO 1

O projeto pêchetiano, sua conjuntura e seus fundamentos teóricos

1.1 1969: o interesse pelo discurso e a questão do sujeito

Um dos sentidos comumente atribuídos ao termo “discurso”, em lingüística, remonta à própria constituição dessa disciplina, que podemos atribuir à Saussure. Ele se opõe à noção de “língua”, concebida como um sistema de signos compartilhados por uma comunidade lingüística, e se aproxima da “fala”, que se refere ao uso da língua realizado por um indivíduo em um contexto particular. Em torno desta primeira oposição, ainda frágil, a *análise do discurso* poderia ser evocada como um campo constituído “em nome de um objeto complexo que seria a linguagem ‘real’, oposta ao objeto ‘ideal’, a língua do lingüista”, conforme sugere Francine Mazière (2007, p. 8). Para além, no entanto, desta distinção saussuriana, o “discurso” pode ser entendido como um recorte, ligado a um uso restrito do sistema da língua, como salientam Charaudeau e Maingueneau (2005, p. 180). Nesta acepção, o discurso se refere ora a um conjunto de textos ou enunciados regrados por determinadas condições (“o discurso político da esquerda”), ora a uma categorização ou tipo, por oposição a um outro discurso (“o discurso jornalístico” versus “o discurso televisivo”), ora a uma produção verbal específica de uma categoria de locutores (“o discurso dos professores em sala de aula na rede pública de Belo Horizonte”), ou, ainda, a uma função da linguagem (“o discurso irônico”, “o discurso performático”), etc. Levando-se em conta esses recortes, o discurso não pode ser equivalente ao uso individual da língua, pois ele deixa exposto, de forma incontornável, as sobredeterminações de toda fala individual, salientando marcas e invariantes que justificam pensar o discurso em função desse contexto de realização. O uso individual da fala se vê, assim, atravessado e limitado pelo fato do discurso, pois o ato de tomar a palavra pressupõe, nele mesmo, a margem do discurso na qual esta palavra se insere, se restringe, se interdita e se torna heterogênea ao falante. Este, por sua vez, se transporta sem cessar ao ouvinte para selecionar e combinar seus termos, dele recebendo sua própria mensagem, que lhe retorna assim de forma a assegurar essa margem graças aos procedimentos externos e internos de controle que submetem a fala e as contingências da enunciação à *ordem do discurso* (FOUCAULT 1970/1996, p. 21). O discurso, assim, determina o falante, mas não da mesma

forma que a *língua*, que o faz por uma restrição gramatical, e sim, por uma restrição inerente ao campo da enunciação que determina “o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX 1971, p. 103).

A concepção de “discurso” em torno da qual se estrutura o projeto de Michel Pêcheux, no contexto da França de 1969, aproxima-se da análise das *condições de produção* que tornam possível um enunciado, abrindo-se para a dimensão social e histórica na qual ele se insere. Pode-se dizer que o discurso constitui, com Michel Pêcheux, um campo de investigação em torno do enunciado. Esse dispositivo interpretativo não deixa de ter relações fecundas com a lingüística, que lhe oferece as bases materiais de análise, mas convoca substancialmente uma relação com outras disciplinas, ultrapassando em muito os aspectos puramente lingüísticos da análise, o que se verifica na dupla ruptura que o objeto discurso produz, “com o texto e com o conteúdo como tema” (MAZIÈRE 2007, p. 15). Essa disjunção entre o enunciado e o discurso nos parece essencial para uma aproximação entre as concepções de discurso de Pêcheux e Lacan. Para Lacan, o discurso é uma espécie de enunciado primordial aonde vêm se alojar os enunciados efetivos, suportado por uma notação algébrica, conforme explicita a fórmula que escreve no quadro-negro na lição de abertura do Seminário “*D’un Autre à l’autre*”: “a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras” (LACAN 1968-69/2006, p. 11). Para Pêcheux, um enunciado se insere nas condições de produção determinadas pelas formações discursivas em um dado momento histórico. É essa conjuntura que pretendemos explorar, à guisa de introdução geral ao projeto de Michel Pêcheux, contornando suas principais referências teóricas e assinalando o contexto no qual se desenvolve a *primeira época da Análise Automática do Discurso* (AAD), entre 1969 e 1975, ano de publicação de *Les Vérités de La Palice*.

Podemos tomar como marco deste contexto o ano de 1969. Neste ano, ocorre uma curiosa confluência de distintos projetos, todos eles de alguma forma centralizados em torno da noção de “discurso”: a publicação, por Michel Foucault, de *A Arqueologia do Saber*; a publicação, por Michel Pêcheux, de *Análise Automática do Discurso*; o *Seminário 17, O avesso da Psicanálise*, proferido por Jacques Lacan, no qual o psicanalista formaliza a sua teoria dos quatro discursos.

Caberia ainda acrescentar, a essa lista heterogênea, o número 13 da revista “*Langages*”, intitulado “*Analyse du discours*”, publicado por Dubois também em 1969, e que

se tornou, de acordo com Mazière (2007, p. 37), “o testemunho incontornável do estabelecimento da AD no campo dos estudos lingüísticos”. Esse número conta com a tradução do artigo “*Discourse Analysis*”, de Z. Harris, publicado originalmente nos EUA em 1952, considerado uma referência metodológica importante nas origens da Escola Francesa da Análise do Discurso.

Foge ao nosso escopo uma discussão mais aprofundada do que se chamou a “Escola Francesa da Análise do Discurso” (*doravante AD*), de seus expoentes e de suas polêmicas. De um modo geral, essa designação parece um pouco rígida para acolher a diversidade dos vários projetos que poderiam reivindicar esse nome. Segundo Courtine (2005), é preciso atenuar a amplitude que essa designação pretende realizar para distinguir, neste cenário, a especificidade do projeto de Michel Pêcheux. Em primeiro lugar, porque este projeto estava “inteiramente investido na construção teórica e na invenção metodológica” (COURTINE 2005, p. 27), sendo-lhe completamente estranhas as preocupações de ordem disciplinar. Não é por outra razão que Pêcheux se refere ao termo “discurso” no singular: como uma noção homogênea e não como um objeto empírico. Em segundo lugar, porque a designação “Escola Francesa de Análise do Discurso” não leva em conta as contradições que atravessavam este domínio em seus primórdios e que opunham tendências entre si, em termos conceituais, metodológicos e políticos. Um exemplo dessas contradições é a que contrasta a noção de *tipologia* dos discursos, que aborda as diferenças discursivas em função do contexto social de classes (a via *sociolingüística*), e a noção de *formação discursiva* (termo tomado de empréstimo a Michel Foucault e modificado por Michel Pêcheux), que define o discurso como um objeto teórico, ao mesmo tempo ideológico e lingüístico. Para a finalidade que nos propusemos, interessa-nos mais o confronto *interdisciplinar* e as alianças disciplinares que a AD é levada a estabelecer, em especial com a psicanálise e o marxismo, do que o confronto *intradisciplinar*, no interior do campo da Escola Francesa de análise do discurso.

A análise do discurso, tal como concebe Michel Pêcheux, nasceu na conjuntura dos anos 60 sob o signo do estruturalismo triunfante, buscando articular lingüística, marxismo e psicanálise. Mais exatamente, tratava-se de conceber, sob a égide do “discurso”, um objeto que congregasse a aliança teórica entre Saussure, Marx, relido por Althusser, e Freud, relido por Lacan. Tal projeto foi explicitamente nomeado por Pêcheux como “a tríplice aliança”. O *discurso* figura aí como “um verdadeiro nó” (MALDIDIER 2003, p. 15). Ele visa, portanto, a um lugar teórico, mais que a um objeto empírico, no cruzamento das grandes questões sobre a

língua, a história e o sujeito que estavam em gestação nesses anos, buscando sua *articulação* no campo da teoria. Essa ambição teórica constitutiva terá o seu destino ligado ao declínio das referências ao estruturalismo e ao marxismo, acentuadas na segunda metade dos anos setenta, e se encerra, abruptamente, com a morte de Pêcheux, em 1983. É preciso lembrar que no curto espaço de pouco mais de três anos, entre 1980 e 1984, ocorre também a passagem ao ato de Althusser¹, que o coloca no ostracismo, e as mortes de Lacan (1981) e de Foucault (1984), encerrando assim o ciclo das *grandes narrativas* e de suas utopias emancipatórias, seguindo-se a reconfiguração dos saberes a partir de novos paradigmas. No campo da AD, particularmente, inicia-se na metade dos anos 80 “um período em que passa a predominar uma gramaticalização, uma desmarxização dos trabalhos franceses em análise do discurso...” (GREGOLIN 2004, p. 16).

Encontramo-nos em um terreno pantanoso, de difícil delimitação, pois se o termo “discurso” perpassa, de alguma forma, os campos da lingüística, da história e da psicanálise, não se pode, entretanto, dizer que eles se referem a um mesmo objeto. Sabemos que o triunfo estruturalista, ao qual podemos ligar os nomes de Foucault, Althusser, Lacan e Pêcheux, dentre outros, se deve à *virada lingüística* que acabou por tomar a lingüística estrutural como uma “ciência piloto” no campo das ciências humanas, o que podemos datar da publicação de *As estruturas elementares do parentesco*, de Lévi-Strauss, em 1949. A partir daí, encontramos uma série de iniciativas que podem ser agrupadas em torno da denominação “estruturalismo especulativo”, proposta por Pavel (1988 *apud* GREGOLIN 2004, p. 25)². O que essas iniciativas têm em comum é o questionamento do corte saussuriano entre *língua* e *fala*, reintroduzindo as questões concernentes ao sujeito e à história que haviam sido rechaçadas pelo tratamento formalista do objeto da lingüística; mas, ao mesmo tempo, essas iniciativas buscam apoio em Saussure e no método estrutural como forma de reagir ao psicologismo e ao sociologismo, bem como à concepção do sujeito como “fonte do sentido” e “senhor em sua própria casa”, proposta pela fenomenologia. Conforme se expressa Foucault, em um texto de recapitulação,

¹ Durante um episódio de sua psicose, Althusser estrangula sua mulher, fato do qual ele confessa não ter se dado conta no momento do ato e para o qual afirma não compreender os motivos, em seu estudo autobiográfico (ALTHUSSER, L. *O futuro dura muito tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992).

² “Incluem-se nessa classificação trabalhos com fortes matizes ideológicas e filosóficas, reincorporando às teses estruturalistas as problemáticas de Freud e de Marx, em relação ao sujeito e à História, como, por exemplo, Foucault, Derrida, Althusser, Lacan.” (GREGOLIN 2004, p. 25)

a fenomenologia não era capaz de dar conta, tão bem como uma análise estrutural, dos efeitos de sentido que podiam ser produzidos por uma estrutura do tipo lingüística, estrutura em que o sujeito, no sentido da fenomenologia não intervinha como aquele que confere o sentido (FOUCAULT 2000, p. 311).

A *questão do sujeito* cumpre assim o papel de elo de ligação entre os trabalhos de Foucault, Lacan e Pêcheux que, em 1969, trabalham a noção de “discurso”. Ela desloca o paradigma humanista e intervém no cenário constituído pelas “ciências humanas” atingindo seu ponto central, uma vez que, como afirma Lacan, “o homem das ciências humanas não existe” (LACAN 1965/1998, p. 873). Para esses autores, o sujeito não é concebido a partir de sua existência empírica; tampouco ele é um expoente transcendental em relação ao campo de acontecimentos e determinações que constituem sua subjetividade. Para Foucault, por exemplo, o sujeito não é um dado originário, pois ele possui uma genealogia. Essa genealogia não se dá sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas no seio de uma série de práticas que dizem respeito aos saberes, ao poder e às técnicas de si. Conforme assinala Revel,

esse lugar inassimilável da subjetividade em movimento, em perpétuo “desprendimento” em relação a ela mesma, é, ao mesmo tempo, para Foucault, o produto das determinações históricas e do trabalho sobre si (cujas modalidades são, por seu turno, históricas), e é nessa dupla ancoragem que se enlaça o problema da resistência subjetiva das singularidades: o lugar da invenção do si não está no exterior da grade do saber/poder, mas na sua torção íntima – e o percurso filosófico de Foucault parece aí, para nós, disso dar o exemplo (REVEL 2005, p. 85).

Concebido a partir de bases *estruturalistas*, o discurso fornece, assim, o solo comum para uma nova abordagem da *questão do sujeito*, embora essa questão tenha tido diferentes destinos em Foucault, Lacan e Pêcheux. Em primeiro lugar, porque a estrutura, compreendendo a precedência das relações sobre os elementos tomados em si mesmos, constitui um modelo passível de generalização para além do campo da lingüística, afetando a noção de sujeito transcendental concebido como um ponto fora do sistema ou como condição do sistema. Em segundo lugar, esse modelo, sendo exportável para outros campos disciplinares, promove uma reconfiguração das ciências humanas que desloca o ideal de ciência construído pelo positivismo e o sujeito empírico aí definido, substituindo-o pelo ideal

de formalização das relações estruturais. Desde então, o lugar do sujeito na estrutura torna-se problemático, uma vez que ele terá que emergir de um feixe de determinações onde ele figura, inicialmente, como assujeitado. Em terceiro lugar, a língua como sistema inaugura uma abordagem que rompe com a tradição representacionista da linguagem que veria, no sujeito, uma espécie de ponto irradiador do sentido a partir do qual o mundo é representado. De fato, de acordo com Saussure, entre significante e significado não existe representação, apenas associação, sendo essa associação arbitrária e concebida de forma suficientemente fluida para poder suportar os deslizamentos de sentido em um sistema de relações, abrindo-se assim a uma dimensão para além daquela que o sujeito se representa. Finalmente, o ponto de vista da sincronia torna possível pensar, para além da identificação do histórico com o sucessivo, o feixe de relações em que a transformação de um elemento atinge toda a série de elementos, permitindo articular o passado com o presente, a continuidade com a descontinuidade, integrando o *acontecimento* às produções discursivas, o que torna possível pensar uma “história estrutural” (BARTHES *apud* DOSSE 1997, v. I, p. 214), mais aberta à prática política e à dimensão subjetiva. Em outros termos, em toda esta estratégia, de forma alguma homogênea entre os “estruturalistas”, trata-se de expulsar o *homem* das Ciências Humanas para reaver o *sujeito* constituído pela estrutura, questão que Vernant enuncia na célebre frase: “não estou inquieto quanto ao destino do homem, pois quando o expulsam pela porta, ele retorna pela janela. Basta examinar a evolução recente da lingüística para nos apercebermos disso” (*apud* DOSSE 2007, v. II, p.124). As variantes dessa questão são inúmeras: vão desde os “processos sem sujeito”, em Althusser, ao sujeito dividido pelo processo do significante, em Lacan, até o “sujeito da enunciação”, segundo a designação de Benveniste (1999).

1.2 Marxismo e estruturalismo: o texto como objeto político

É preciso considerar, portanto, o contexto em que se dá esse retorno pela janela da questão do sujeito, tão renovado pela psicanálise, na esteira da exclusão do *homem* pelo estruturalismo.

Segundo Pêcheux, em um texto escrito em 1982, a história da Lingüística remete a “uma alternância de *diásporas* reais e *reunificações* enganosas” (PÊCHEUX 1982/1998, p. 37) que refletem as distintas respostas que foram dadas ao *corte saussuriano*. Ela vai errar, a partir dos anos 20, “de círculo em círculo” (Moscou, Praga, Viena e Compenhagen). Será

reunificada, nos anos 50, passando gradativamente do funcionalismo de Martinet ao estruturalismo distribucional de Bloomfield e Harris e aos primeiros trabalhos de Chomsky, nos quais “a herança do estruturalismo saussuriano parecia encaminhar-se para as suas melhores condições de realização no nível sintático, através da espetacular reprise, dos fundamentos teóricos que Saussure havia formulado no plano fonológico e morfológico” (*ibid*, p. 38). Essa “unidade acadêmica da lingüística pós-saussuriana” irá de novo fragmentar-se, segundo Pêcheux, no início dos anos 60, sob o efeito de dois processos. O primeiro está ligado à hegemonia da Gramática Gerativo-Transformacional (GGT); o segundo à “nova corrente filosófica, epistemológica e politicamente bastante heterogênea” que, sob a designação de “estruturalismo”, reivindica os nomes próprios de Saussure, Marx e Freud, manifestando “a posição-chave que o novo materialismo da estrutura atribuía à Lingüística enquanto *ciência-piloto*” (*ibid*, p. 38). Os anos 80, prossegue Pêcheux, são marcados pela “simultaneidade entre o esgotamento do efeito-Saussure [...] e o bloqueio das pesquisas teóricas empreendidas pela GGT (essencialmente no domínio da sintaxe)”, que desloca “cada vez mais o ponto de reflexão em direção à semântica e à lógica, depois em direção à pragmática” (*ibid*, p. 40). Pêcheux percebe aí a formação de um novo consenso, fundado sobre a base de uma “unidade negativa”, na qual a questão do *caráter próprio da língua* (o real da língua) seria recusada, tendendo a “remergulhar a lingüística em questões de biologia, de lógica e de psicologia” (*ibid*, p. 40-41). Ora, para Pêcheux, a questão do real da língua é “indissociável daquela que faz parte das opções de apoio através das quais se constitui e se transforma a rede de suas alianças” (*ibid*, p. 41), implicando, portanto, em uma *tomada de posição* sobre este real. Podemos dizer — aspecto que queremos ressaltar dentro da problemática que nos ocupa — que não existe o *real* da língua, para Pêcheux, fora da *rede de articulações* que decide sobre seu objeto. Esta seria a verdadeira dimensão política do estruturalismo evocada por Pêcheux.

Mas, se por um lado, o movimento estruturalista francês pressupõe e reage à conjuntura do pós-guerra, que difundiu uma visão utópica de domínio do mundo associada ao humanismo político e construída sobre a base de teorias funcionalistas da comunicação, podemos também pensá-lo, por outro lado, como um fenômeno que se associou a movimentos políticos, como o formalismo russo, ao qual podemos associar o nome de Jakobson. De acordo com Gregolin,

o que se chamou de movimento estruturalista na França e na Europa Ocidental, foi um eco do esforço realizado, em certos países do leste (principalmente na Tchecoslováquia) para se libertarem do dogmatismo marxista [...], pois se na Rússia dos anos 30 o marxismo rechaçou os formalistas, na França dos anos 60 as teorias formalistas foram agenciadas para lutar contra o dogmatismo do marxismo (GREGOLIN 2004, p. 27).

Essa junção entre *estruturalismo e marxismo* é central para compreender o projeto de Michel Pêcheux. Ela nasce da crença fundada em uma visão de intervenção política, “portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitia um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável” (GADET 1997, p. 08). A análise do discurso, tal como concebida por Michel Pêcheux, pretendia, apoiando-se na *tríplice aliança* formada por Saussure, Marx e Freud, intervir na política em nome da lingüística. Assim, quarenta anos depois do engajamento dos formalistas russos no movimento revolucionário de outubro de 1917, “a mesma questão de um *trabalho do significante no registro político* ressurgia (sob novas formas), visando a uma nova maneira de perceber a *política*” (PÊCHEUX 1982/1998, p. 44).

Restituir alguma coisa do trabalho específico da letra, do símbolo, do traço, era começar a abrir uma fenda no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias (industriais e biomédicas), dos humanismos moralizantes ou religiosos: era colocar em questão esse bloco, essa *articulação dual do biológico com o social*, de onde o simbólico é excluído, e esse famoso “sujeito psicológico”, surdo ao significante, que funde a referida articulação (como a glândula pineal cartesiana harmoniza no homem a substância pensante e a estendida). Designar essa fenda como efeito irreduzível da ordem simbólica, era aplicar um golpe contra o narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana [...] (*ibid*, p. 44).

Conforme assinala Courtine (2006, p. 22), a AD de Michel Pêcheux foi construída a partir de *escritos doutrinários*, ou seja, ela se constituiu sobre *corpora* escritos, especialmente extraídos do discurso político da esquerda francesa. Sua conjuntura coincide com a tentativa de unificação representada pelo Programa Comum da União da Esquerda, em relação ao qual a AD fornece uma espécie de “contraponto”, salientando os aspectos contrastantes desta unificação dos discursos socialista e comunista. O projeto de Michel Pêcheux se situa,

portanto, na tradição do *pensamento crítico*, caracteristicamente marcado por seu senso de urgência, sua perspectiva globalizante e seu pouco respeito pelas fronteiras disciplinares. Para esse pensamento crítico, o texto é antes de tudo um “objeto político” (*ibid*, p. 36).

Querer analisar os discursos era, então, querer fazer muito mais que um trabalho de lingüista; era também, de certa maneira, desejar ocupar uma posição heróica numa luta teórico-política: reintegrar, num gesto fundador, o que uma decisão arbitrária [o corte saussuriano] havia excluído; era ainda imaginar desempenhar um papel quase terapêutico em relação à lingüística e querer produzir nela o retorno do que ela teria “recalcado” (*ibid*, p. 39-40).

Esperávamos da lingüística que ela viesse dar sua legitimidade científica a uma política de leitura dos textos; e, às vezes, até mesmo que ela constituísse o instrumento de uma pedagogia da verdade (*ibid*, p. 53).

Nessa conjuntura, *maio de 68* desempenha um papel instigador e paradoxal, pois ao mesmo tempo em que se apóia em referências teóricas à obra de Marx, Freud e Saussure, manifesta uma vontade de romper as barreiras do dogmatismo, especialmente nas universidades. *Maio de 68* é, em si mesmo, a emergência de um acontecimento discursivo. Maio de 68 produziu uma “exasperação da circulação dos discursos [...] uma inundação verbal que preenchia as ruas e as mídias, deixando numerosas marcas textuais que cobriam os muros da cidade” (COURTINE 2006, p. 52). No entanto, existia uma defasagem entre a retórica e a aspiração dos estudantes, “uma retórica derivada do passado e uma aspiração já ancorada em um futuro bem próximo”, conforme assinala Roudinesco (2007, p. 200), de forma que o paradoxo de *maio de 68* situa os protestos dentro de uma linguagem que se utiliza das palavras, conceitos e dogmas marxistas, mas que já está, ao mesmo tempo, “fora deste discurso” (*ibid*). As teorizações de Foucault, Lacan e Pêcheux sobre o discurso, em 1969, podem ser tomadas como respostas a esses acontecimentos. Ainda de acordo com essa tendência paradoxal, *maio de 68* coloca em questão o estruturalismo; mas ele também o renova. Segundo a avaliação de Dosse,

se não foi um deflagrador nem de uma extinção do estruturalismo nem de seu triunfo, maio de 68 terá deslocado, de fato, as linhas, acelerado as evoluções em curso desde 1966-67.

[...] Maio de 68 fez explodir, sobretudo, a noção de fechamento da estrutura. Salta o ferrolho e o ponto se transforma em nó. (DOSSE 2007, v. II, p. 170 - 171)

Forçando essa abertura às questões que uma *versão cientificista* do estruturalismo (PAVEL 1988 *apud* GREGOLIN 2004, p. 25)³ parecia excluir de suas fileiras, especialmente em relação à história e ao sujeito, *maio de 68* também lança os germes que, a mais longo prazo, agem como forças desestabilizadoras do próprio paradigma estrutural. “O gerativismo, o acolhimento dado à enunciação, a intertextualidade, o desconstrucionismo asseguram ao mesmo tempo a adaptação necessária do estruturalismo e a sua dissolução, o seu próprio apagamento” (DOSSE 2007, v. II, p. 171).

Eis o contexto no qual Foucault, Lacan e Pêcheux pensam o *discurso* e o *sujeito* no discurso, flexionando a estrutura. Mas, para termos uma dimensão mais exata do projeto de Pêcheux, é preciso retroceder aos antecedentes que nos conduzirão até a região de conflito na qual a *questão do sujeito* joga sua partida, ligando esse projeto à conjuntura mais ampla de sua filiação à Louis-Althusser, figura nuclear de uma nova geração que se reúne na *Rue d’Ulm*, na Escola Normal Superior (ENS). Referimos-nos à contingência que aproxima, na França, estruturalismo e marxismo, e o lugar que Althusser concede à psicanálise para renovar o marxismo. O percurso de Michel Pêcheux nos parece exemplar da tentativa de articulação que essa vertente do estruturalismo pretende realizar e leva às últimas conseqüências as relações conflitantes entre marxismo e psicanálise.

1.3 O legado de Althusser

A *École Normale Supérieure* da *Rue d’Ulm* é o “epicentro da ideologia estruturalista, [...] lugar ideal de superação da velha Sorbonne” (DOSSE 2007, v. I, p. 376). Sob a influência de Althusser, a filosofia serve-se do rigor das ciências humanas, especialmente da lingüística, da antropologia e da psicanálise, para afirmar o cientismo dessas disciplinas e se afirmar, ao mesmo tempo, como uma “teoria superior a essas práticas” (*ibid*, p. 377). Relendo esses textos, inclusive os primeiros textos de Pêcheux publicados sob o pseudônimo de Thomas

³ Pavel inclui nesse grupo pesquisadores que “realizavam aplicações formalizadas e taxionômicas em antropologia, narratologia, semiologia”, como por exemplo: alguns trabalhos de Barthes no início dos anos 60; o projeto semiótico de Greimas; a antropologia estrutural de Lévi-Strauss (GREGOLIN 2004, p. 25).

Herbert nos “*Cahier pour l’analyse*”⁴ — espécie de cânone althussero-laciano —, não é possível deixar de assinalar o predomínio do tom dogmático sobre a regra argumentativa. Mas o que hoje nos pode parecer caduco, refletiu outrora o engajamento de uma geração para a qual o trabalho intelectual deveria tomar partido em relação à luta de classes. É justamente como *luta de classes na teoria* que Althusser designa, então, o trabalho da filosofia.

Filósofo do marxismo mais que filósofo marxista, [Althusser] assinalava que a prática revolucionária, e portanto o engajamento subjetivo, era irreduzível à consciência de si. Daí sua crítica ao humanismo clássico. Daí sua valorização de um anti-humanismo teórico e de uma concepção da história como um “processo sem sujeito nem fim” (ROUDINESCO 2007, p. 164).

A *releitura de Marx* empreendida por Althusser conheceu, na segunda metade da década de 60, um amplo sucesso, especialmente após a publicação da obra coletiva “*Lire Le Capital*” e do conjunto de artigos reunidos em “*Pour Marx*”, ambos em 1965. Esse empreendimento anda de par com o *retorno a Freud*, de Lacan, e a releitura de Saussure, realizada por lingüistas como Jakobson. Ele alimenta os conflitos com o Partido Comunista Francês (PCF), no plano político, onde Althusser é duramente criticado. Para os “normalistas”, alunos de Althusser, tratava-se, contudo, de uma renovação do marxismo nos anos que se seguiram às revelações dos crimes stalinistas, em 1956, que visava a depor o humanismo em nome do *anti-humanismo teórico* e a colocar a ciência no posto de comando. Nesse sentido, a despeito de suas ambigüidades em relação ao estruturalismo, o empreendimento althusseriano, segundo Dosse, “adere totalmente, em sua contestação da validade e da própria existência do sujeito, ao conjunto do movimento estruturalista” (DOSSE 2007, v. I, p. 380).

O *corte epistemológico* althusseriano, para retomar aqui a consagrada expressão de Bachelard, rompe com o vivido fenomenológico, com o sujeito consciente da psicologia, tanto quanto com as palavras de ordem do stalinismo. Ele quer realizar, além disso, a separação radical entre ciência e ideologia, interrogando as contaminações e os resíduos ideológicos que estão presentes na constituição de toda ciência e no revisionismo que as impregna, de tempos em tempos. Saussure teria realizado exemplarmente esta separação ao distinguir a

⁴ “Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale”, *Cahiers pour l’analyse*, n 2, 1966. “Remarques pour une théorie général des ideologies”, in: *Cahiers por l’analyse*, n. 9, 1968.

arbitrariedade do signo frente ao referente, mostrando que a definição da *língua* como objeto da lingüística, na medida em que compreende as relações no interior de um sistema, satisfaz plenamente a condição formal que distingue o objeto de uma ciência de um objeto empírico⁵.

Mas, para Althusser, há uma espécie de *ciência régia*, encarnada pelo materialismo histórico, segundo uma lógica que conservaria, de acordo com Dosse, a busca de um absoluto religioso transplantado para uma “ciência total, exclusiva, rigorosa”, que representa a tentativa de pensar uma forma unificada das ciências sociais: “ressuscitar um marxismo científico desembaraçado das escórias dos regimes que se valem dele é o desafio estimulante que Louis Althusser apresentava a uma geração militante, temperada nos combates anticolonialistas” (DOSSE 2007, v. I, p. 384)⁶. Ela se baseia no corte que Althusser isola na obra de Marx, entre o *jovem Marx*, ainda humanista e hegeliano, e o *Marx* de *O Capital*, amadurecido e verdadeiramente científico, onde se pode distinguir o advento de uma ciência das relações de produção que desloca a problemática da alienação do sujeito em nome de uma teoria científica da história. “O materialismo histórico é, pois, a ciência da cientificidade das ciências” (*ibid*). O rompimento com o PCF é inevitável. Althusser será acusado de “teoricismo”, especialmente pelo grupo de Roger Garaudy, que defendia um marxismo humanista e ancorado na *práxis*.

A releitura althusseriana de Marx é inseparável do método de *leitura sintomal* que Althusser atribui ao próprio Marx, em sua abordagem dos economistas clássicos. Este método distingue um primeiro momento, no qual se faz o levantamento dos pontos de concordância e discordância no campo das idéias, assinalando as lacunas e equívocos dentro de um quadro referencial do leitor que lê o discurso do outro. Mas, para além dessa primeira leitura, Marx pratica uma abordagem *intratextual* que permite ver o não visto. “O equívoco é então não enxergar o que se vê; o equívoco refere-se não mais ao objeto, mas à própria vista. É um

⁵ Assim, ao “satisfazer exigências puramente internas”, conforme se expressa Descombes (*apud* Dosse 2007, v. I, p. 383), as ciências humanas podem escapar ao critério de falseabilidade que, segundo a premissa de Popper, constitui o crivo para definir uma proposição da ciência. Segundo esse critério, toda proposição, para ser admitida como científica, deve exprimir as condições em que suas hipóteses podem vir a ser falseáveis.

⁶ De acordo com o testemunho de Jean Guilton, o amigo de Althusser, algo se transmite desde a origem católica de Althusser ao seu ateísmo do pós-guerra, na forma que ele concebe o marxismo. “No seu quarto, vejo as obras de Lenin ao lado das de Santa Tereza d’Ávila e formulo-me intimamente, a seu respeito, o problema que sempre me obceudou: o da mudança. Terá Althusser mudado em sua intimidade secreta e profunda?” (DOSSE 2007, v. I, p. 385). Essa vizinhança entre Lenin e Santa Tereza não deixa de evocar, para um psicanalista, as formas de êxtase de que podem se revestir, ocasionalmente, as práticas políticas.

equivoco que diz respeito *ao* ver: o não ver é, pois, interior ao ver; é uma forma do ver, logo, [está] numa relação necessária com o ver” (ALTHUSSER 1979, p. 20).

Tomemos o caso exemplar, analisado por Althusser, o enunciado “o valor do trabalho é igual ao valor dos meios de subsistência necessários à manutenção e à reprodução de trabalho”, tomado de Adam Smith e *lido* por Marx, que nos permite ver “o que o próprio texto clássico diz não dizendo e o que não diz ao dizer”, na medida em que nos faz ver, nos interstícios do texto, que “seu silêncio são suas próprias palavras” (*ibid*, p. 21). Marx nos faz ver o equivoco apontando a repetição do termo *trabalho* e o vazio conceitual que o cerca, pois esse enunciado se passa por pleno, por uma equação de equivalência, ali onde se podem introduzir reticências: “o valor de (...) trabalho é igual ao valor dos meios de subsistência necessários à manutenção e à reprodução de (...) trabalho”. Ele introduz, em seguida, uma diferença que modifica o enunciado, substituindo a referência ao *trabalho*, na segunda parte da frase, por *trabalhador*, ressaltando o equivoco e o desacordo: “o valor do trabalho é igual ao valor dos meios de subsistência necessários à manutenção e à reprodução do *trabalhador*”. Vê-se que o procedimento de leitura obedece, de fato, ao desvelamento de um sintoma, atestando o que Lacan enuncia nesses termos: Marx, inventor do sintoma (LACAN 1966/1998, p. 234). O que se esconde aí é a *mais-valia*. Ali mesmo onde Adam Smith pretende responder à questão do “valor do trabalho”, Marx nos faz ver que “essa falta localizada, *pela resposta*, na própria resposta, na proximidade da palavra *trabalho*, nada mais é que a presença, na resposta, da ausência de sua questão, nada mais é que a falta de *sua questão*” (ALTHUSSER 1979, p. 21). Marx pode “colocar a questão não enunciada” no enunciado — tal como Freud pretende *preencher as lacunas da memória* no tratamento da histérica lendo o texto dos sonhos — restabelecendo no enunciado o conceito de *força de trabalho*: “o valor da *força de trabalho* é igual ao valor dos meios de subsistência necessários à manutenção e à reprodução da *força de trabalho*”. Desta maneira, a *leitura sintomal* torna evidente a equação pela qual, ao vender livremente sua força de trabalho como uma mercadoria, o trabalhador se vê tomado no circuito da exploração capitalista em que sua liberdade se converte em dominação.

Althusser reconhece, na *leitura sintomal*, suas dívidas para com Lacan e Foucault, na medida em que “num mesmo movimento ela discerne o indiscernível no próprio texto que lê, e o relaciona com *um outro texto*, presente por uma ausência necessária no primeiro” (*ibid* p. 27). Trata-se de uma leitura que destaca as descontinuidades, os saltos e os embaraços do

texto. Em uma passagem de *Ler O Capital*, continuamente lembrada por Pêcheux ao longo de toda sua obra, Althusser abre, assim, as vias para uma análise do discurso:

Depois de Freud é que começamos a suspeitar do que *quer dizer* o escutar e, portanto, o falar (e o calar); e que o “*querer dizer*” do falar e do escutar revela, sobre a inocência do falar e do escutar, a profundidade de uma fala *inteiramente diversa*, a fala do inconsciente (*ibid*, p. 14).

A *leitura sintomal* determinava, contudo, como lembra Courtine (2006, p. 10), um efeito paradoxal, na medida em que ela buscava deslocar o foco de análise do sujeito-leitor, dotado de uma faculdade de ver, para aquele em que “a vista é o fato de suas condições estruturais [...], a reflexão necessária do campo sobre seus objetos” (ALTHUSSER 1979, p. 25). Esse efeito paradoxal acaba por revelar, para Courtine, o *sintoma* que se esconde no próprio método de Althusser:

Hipertrofia das condições de produção do texto, apagamento correlativo de um dos pólos da relação especular – o leitor – em proveito de um redobramento infinito do campo especular no interior da estrutura, narcisismo da estrutura, quarto de espelhos (COURTINE 2006, p. 10).

Podemos localizar aí o ponto cego da problemática de Althusser: o apagamento da responsabilidade do sujeito-leitor na partilha entre o visível-invisível do texto e o privilégio dado à estrutura acabam por recusar o sujeito do inconsciente, tal como Lacan o define. É sobre esse ponto cego que Pêcheux terá que retornar no momento em que retifica a posição do sujeito no discurso — e que constitui o objeto de nossa investigação. Momento em que, segundo nos parece, Pêcheux se afasta de Althusser, para dar curso a uma concepção de sujeito mais próxima da psicanálise lacaniana. De fato, encontramos em “*Lire Le Capital*” uma tese arrojada que descobre, segundo Balibar, um “estruturalismo *avant-la lettre*” em Marx (*apud* DOSSE 2007, v. I, p. 398) no qual o sujeito desaparece no ideológico. A ideologia desempenha assim a função do *Sujeito da história*, exercendo papel semelhante àquele que Althusser atribui ao Simbólico em Lacan, espécie de “categoria invariante, atemporal, à maneira do inconsciente freudiano” (*ibid*, p. 399). Segundo Dosse,

a eficácia do ideológico redundante, pois, na criação, pelas práticas induzidas, de sujeitos em situação de enfeudação absoluta diante do lugar que lhes é

atribuído; transforma-os em objetos mistificados de forças ocultas representadas por um novo sujeito da história: a ideologia.

É a época em que tudo é ideologia: os sentimentos, os comportamentos... Nada escapa ao crivo da crítica da ideologia, categoria abrangente em cujo interior se movimenta, impotente, o indivíduo [...]

O marxismo como teoria das práticas teóricas, como detergente do ideológico em nome da ciência, permite a uma geração reconciliar o seu engajamento político com uma verdadeira exigência científica que se une, por sua pureza, ao desejo de absoluto metafísico. Compreende-se que tal máquina de pensar tenha entusiasmado uma juventude ávida de armas de crítica (*ibid*, p. 400).

A partir do quartel general da *Rue d'Ulm* e da ENS, Althusser leva então adiante sua perspectiva cientista de releitura de Marx. Neste contexto, cada sujeito, tornando-se um discípulo, corre o risco de apagar-se a si mesmo para fazer existir o *Sujeito* — grafado em maiúscula por Althusser — onde o engajamento místico, transplantado para essa ciência régia, se liga ao militantismo e ao heroísmo teórico de uma geração sem precedentes. Derrida assinala, a respeito de Althusser, “o gosto pela grandeza, por uma certa grandeza, do grande teatro da tragédia política ali onde o excesso engaja, extravai ou despedaça sem piedade o corpo privado de seus atores (*apud* ROUDINESCO 2007, p. 169). Conforme expressão de Roudinesco, o destino de Althusser está ligado ao de um “filósofo da melancolia marxista” (*ibid*, p. 183), o que se coaduna com a análise de Courtine quando lembra a defasagem entre a realidade e a interpretação que a acompanhava: “no exato momento em que Althusser escrevia, a classe operária à qual ele se referia já não existia mais” (COURTINE 2007, p. 56). Consoante com este destino, prossegue Roudinesco, era preciso, depois do assassinato de sua esposa Hélène, em novembro de 1980, aos olhos de seus detratores,

esquecer sua filosofia homicida, esquecer o ato que o conduzira ao inferno da desrazão. E essa injunção supunha, ao mesmo tempo, que se esquecesse ou recalcesse tudo o que o ensino do filósofo trouxera para uma geração que, após ter sido marcada pelo engajamento anticolonialista de Sartre, buscara em um marxismo rigorosamente revisitado coisa diferente de uma pura e simples adesão a um socialismo soviético, acerca do qual todos sabiam e admitiam que acabara por produzir o *gulag* (ROUDINESCO 2007, p. 163).

1.4 Lacan na *Rue d'Ulm*

É também na ENS da *Rue d'Ulm* que o Seminário de Lacan irá se instalar, em 1964, após sua “excomunhão” da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), graças a Althusser, ele também um recém excluído do PCF. Althusser e Lacan constituem, conforme Dosse, “uma parilha tão curiosa quanto fascinante para uma geração que se tornará, em boa parte, althusseriano-lacaniana” (DOSSE 2007, v.I, p. 381), e que tem nos “*Cahiers pour l'analyse*” seu principal veículo de expressão. Cada um ao seu modo, Lacan e Althusser travam o mesmo combate contra o humanismo e o psicologismo, em nome da ciência. Ambos propõem um trabalho de releitura dos textos fundadores. O artigo “Freud e Lacan”, publicado por Althusser em 1964 — no mesmo ano do *Seminário* “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” —, se insere no contexto de renovação do freudismo que havia sido fortemente rechaçado pelos marxistas franceses desde 1948, sob o argumento de que a psicanálise seria uma “ideologia reacionária” (ALTHUSSER 1985, p. 47). Althusser se empenha em demonstrar que esse diagnóstico se baseia mais nos efeitos produzidos pelo *revisionismo*, do qual o freudismo foi vítima, do que na descoberta revolucionária de Freud. O artigo dialoga em vários pontos com o *Seminário* pronunciado por Lacan na ENS, que, por sua vez, se dirige aos “normalistas”, alunos de Althusser, examinando com eles “o que são os fundamentos da psicanálise [...] e o que é que a funda como práxis” (LACAN 1964/1985, p. 14). Althusser retoma nesse artigo, ponto por ponto, o caminho de Lacan, mostrando como a psicanálise se estrutura como uma ciência que tem por objeto o inconsciente, e como esse objeto vem a ser tratado a partir dos dados da lingüística estrutural. Ele enfatiza que, para Lacan, o sujeito se constitui por referência à *Ordem Simbólica*, que Althusser considera como formalmente idêntica à ordem da linguagem e na qual se fundamenta para pensar a dominação ideológica.

Na ENS, Althusser anima um seminário dedicado aos fundamentos da psicanálise, em 1963 – 64, do qual participa, dentre outros, Jacques-Alain Miller. Althusser “lê Lacan, mas também faz ler Lacan” (ALBERTI 1994, p. 169). Mas confessa, anos mais tarde, “nunca ter compreendido Lacan” (*ibid*, p. 176). Essa ambigüidade se deixa transparecer nos textos dedicados à psicanálise, reunidos postumamente, em 1994, sob o título de “*Écrits sur la psychanalyse*”. Faltaria à psicanálise, segundo Althusser, a *teoria geral* da qual ela seria uma *teoria regional*. Conforme nota redigida para a edição inglesa de “Freud e Lacan”, em 1969, “não se pode produzir teoria da psicanálise sem fundá-la sobre o materialismo histórico”

(ALTHUSSER 1993, p. 54)⁷. Esse desejo de anexação, no qual o materialismo histórico ocupa o lugar de uma ciência régia, parece ter como efeito que Althusser passe ao largo da descoberta freudiana e desconheça grande parte da produção de Lacan a partir do momento em que ele se afasta da ENS, justamente em 1969, ano de seu *Seminário* sobre os discursos, “O avesso da psicanálise”. Para Lacan, ao contrário, e a despeito de seu interesse em pensar a psicanálise sempre em relação com o campo da ciência, não se trata nunca de buscar a filiação ou subordinação da psicanálise a uma ciência ideal qualquer, mas da ineliminável questão do desejo de Freud que funda, por si mesmo, a psicanálise. Esse desejo é um ponto fora da epistemologia, uma vez que é excluído do discurso da ciência. Por isso, como assinala Lacan na lição do dia 05 de fevereiro de 1964 do *Seminário* “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise”, a psicanálise só pôde advir um tempo depois do corte da ciência moderna representado pelo *cogito* cartesiano — “penso, logo sou” —, operando, portanto, sobre o sujeito da ciência, chamando-o de volta para casa, no inconsciente: *Wo es war, soll Ich werden*⁸. Segundo Alberti (1994, p. 178), o que Althusser recusa é justamente o sujeito da ciência, ao confundi-lo com o “homem da ciência”, recusando no mesmo ato o sujeito dividido. “Ora, é precisamente a idéia do sujeito cartesiano, de um sujeito dividido entre saber e verdade, que Althusser não pode admitir, recusando fundar o *Ich-Spaltung*⁹ sobre a divisão subjetiva” (*ibid*). Desta forma, levando em conta sua própria formulação, Althusser reconhece apenas o sujeito da ideologia em seu estatuto jurídico:

Não existe sujeito dividido, cindido: há uma outra coisa: do lado do *Ich*, (...) há uma falta, uma hiância. Este abismo não é um sujeito, mas o que se abre do lado de um sujeito, de um *Ich*, que é bem um sujeito e que depende do ideológico (ALTHUSSER 1993, p. 165)¹⁰.

As mesmas dificuldades e ambigüidades de Althusser em relação à psicanálise se fazem notar, também, na articulação teórica entre inconsciente e ideologia. Ela passa de uma assimilação simplista, que postula uma quase equivalência — “o inconsciente está estruturado como essa linguagem que é a ideologia” (*apud* ALBERTI 1994, p. 176) —, a um

⁷ “On ne peut produire de théorie de la psychanalyse sans la fonder sur le matérialisme historique”.

⁸ Máxima freudiana que Lacan traduz como: “Lá onde isso era, como sujeito devo advir”.

⁹ *Ich-Spaltung*, termo freudiano que designa a divisão constitutiva do sujeito. Para Lacan, em seu comentário sobre o *cogito* cartesiano, essa divisão separa o *pensamento* e o *ser*: “sou onde não penso; logo penso onde não sou”.

¹⁰ “Il n’y a pas de sujet divisé, scindé: il y a tout autre chose: à côté du *Ich*, (...) il y a un manque, une béance. Cet abîme n’est pas un sujet, mais c’est ce qui s’ouvre à côté d’un sujet, à côté d’un *Ich*, qui est bien sujet et qui relève de l’idéologique”

distanciamento progressivo que recusa a aproximação — “há aí um limite não franqueado” (ALTHUSSER 1993, p. 12) —, até à tentativa de pensar sua diferença constitutiva como diferença entre discursos. Essa última formulação permanece incipiente e não desenvolvida por Althusser, mas ela parece reconhecer a discrepância entre o discurso ideológico e o discurso do inconsciente. No discurso ideológico, o sujeito se faz presente em pessoa (*en personne*); a estrutura é centrada e especular; seus elementos são representações ou práticas. No discurso do inconsciente, o sujeito estaria ausente por *lugar-tenente* (“*par lieu-tenant*”); a estrutura é uma estrutura de hiância; seus elementos são fantasias primárias (“*fantasmes primaires*”) (ALTHUSSER 1993 *apud* ALBERTI 1994, p. 177-178). Mas é preciso considerar que a essa distinção segue-se um movimento de recuo: se Althusser invoca que a *noção* de sujeito não pode ser utilizada de modo unívoco, é para melhor concluir que, em última instância, “ela depende somente do discurso ideológico do qual ela é constitutiva” (ALTHUSSER 1993, p.164)¹¹, anulando assim a dimensão do sujeito do inconsciente.

1.5 Marx e Freud, um diálogo assimétrico

Em 1966 — mesmo ano de publicação dos “*Écrits*”, a primeira coletânea de artigos de Lacan — aparecem simultaneamente o primeiro número de “*Langages*”, revista de lingüística na qual Pêcheux publica importantes artigos, e os “*Cahiers pour l’analyse*”, publicados pelo Círculo de Epistemologia da ENS. O anúncio de lançamento deste último, assinado por J-A Miller, “atribui-se o ambicioso objetivo de constituir uma teoria do discurso a partir de todas as ciências de análise: a lógica, a lingüística e a psicanálise” (DOSSE 2007, v. I, p. 414). Em um artigo anterior, datado de setembro de 1964, J-A Miller, então um aluno de Althusser, esclarece que sua adesão à *École Freudienne de Paris*, fundada por Lacan em junho do mesmo ano, havia se dado sob a forma de um cartel cuja rubrica era a “teoria dos discursos”. O interesse pelo discurso parecia assim provocar uma série de iniciativas. Ele representava, conforme assinala Miller neste mesmo artigo, a tentativa de elaborar uma teoria unitária: “sustentamos que os discursos de Marx e de Freud são susceptíveis de se comunicarem por meio de transformações regulares e de se refletirem em um discurso teórico unitário” (MILLER 1964/1996, p. 20). Para tanto, é preciso dar conta da relação do sujeito com a estrutura, preservando a ordem que vai da estrutura ao sujeito e que concebe como espontânea “a orientação do sujeito para o engodo” (*ibid*, p. 14). Mas é importante perceber que, neste

¹¹ “...elle relève du seul discours idéologique don’t elle est constitutive”.

momento em que a filosofia de Althusser e a psicanálise lacaniana se cruzam, habitando por um pequeno lapso de tempo uma mesma região do espaço intelectual, uma diáspora separa aqueles que seguem com Althusser e aqueles que se “desviam” para se juntar a Lacan, como se no escopo dessa “teoria unitária” uma divisão se insinuasse. Ela perpassa os interstícios em que o reconhecimento do inconsciente freudiano como abertura integral ao *equivoco*, para além da estrutura de *desconhecimento* que ele reparte com a categoria althusseriana de ideologia, reabre aquilo que a ideologia tende a suturar. Neste sentido, o texto de Miller nos parece exemplar de uma separação que já se prenunciava:

A distribuição tópica que se esboça separa o plano onde o sujeito se efetua na primeira pessoa e o lugar desse código onde ele é dado, mas onde justamente, como sujeito-agente, é elidido e de onde sua palavra se origina para se inverter ao ser proferida e aí retornar definitivamente, posto que este é o lugar que garante sua intelecção e sua verdade. A falta do código ao nível da palavra e a falta do sujeito-agente no lugar do código, que são correlatas, abrem no interior da linguagem a fissura do inconsciente. Podemos dizer agora: o sujeito é capaz de um inconsciente (*ibid*, p. 17 – 18).

Dizer, como Miller, que “outros circuitos se ramificam sobre essa fissura” (*ibid*, p. 18), como a Outra-cena da luta de classes, é reconhecer a primazia formal da estrutura. Dizer, como pretende Althusser, que as formações ideológicas exercem uma “influência determinante na estruturação do inconsciente” (ALTHUSSER 1993, p. 110) é reconhecer a supremacia do Materialismo Histórico como a ciência a partir da qual essa unidade seria presumida.

O diálogo entre marxistas e psicanalistas tem uma história que remonta às discussões entre Freud e Adler nas sessões da Sociedade Psicanalítica de Viena, como dão provas seus estatutos, já em 1909. Ele já concernia à oposição, sempre mantida por Freud, entre civilização e moções pulsionais, tanto amorosas como agressivas. Freud atribui então os sentimentos altruístas, que os marxistas enxergam no proletariado sob a capa da exploração capitalista, a uma forma de idealização. Compreende-se que a postulação, anos mais tarde, da pulsão de morte, selará a distância que opõe marxistas e psicanalistas. O humanismo marxista é assim recusado pela psicanálise nas suas origens. Os destinos da revolução russa, que Freud

acompanha com um interesse prudente, não deixam de lhe dar razão, embora não possam ser explicados por um puro efeito de retorno das moções pulsionais agressivas.

Segundo Pierre Bruno (1993), pode-se isolar como um traço deste diálogo a assimetria que faz com que sejam sempre os marxistas que demandam a psicanálise. Essa demanda se caracteriza, como vimos com Althusser, pela tentativa de preservação das fronteiras do marxismo, convocando a psicanálise como disciplina auxiliar a ser aí incluída. Com Reich, por exemplo, a psicanálise é convocada para dar conta da irracionalidade da ação humana, da qual o marxismo fornece a parte racional representada pela luta de classes. A recíproca não é verdadeira: não encontramos, do lado dos psicanalistas, a mesma demanda dirigida ao marxismo. De um modo geral, as tentativas de composição e de anexação entre Marx e Freud sempre partem daqueles que chegaram à psicanálise a partir de referências marxistas.

Lacan seria, neste sentido, uma exceção (BRUNO 1993, p. 21). Sem ter sido declaradamente marxista, Lacan demonstra ter lido *O Capital* em sua juventude, conforme ele mesmo revela em uma das lições do *Seminário, livro 17*, mostrando em sua mesa o livro surrado e desgastado pelo tempo. As referências a Marx no ensino de Lacan são “precoces e regulares” (*ibid*). Marx torna-se um interlocutor privilegiado de Lacan entre os anos de 1968 e 1970, à época dos *Seminários, livro 16*, “De um Outro ao outro”, e *livro 17*, “O avesso da psicanálise”, particularmente em torno das noções de sintoma, mais-de-gozar e discurso. A articulação é, portanto, pontual e crítica, em nada fazendo lembrar as tentativas freudo-marxistas.

Podemos ressaltar, como problemática que perpassa, ao mesmo tempo, os empreendimentos de Reich e Lacan, a percepção de uma espécie de “função parasita” que afeta a racionalidade econômica. Mas, enquanto Reich vê nessa função efeitos de um excesso de repressão sexual, que é necessário desfazer para liberar a potência revolucionária do proletariado, ancorando-se em um naturalismo das pulsões, Lacan atribui essa função parasita à causa significante, em si mesma produtora de uma entropia. Para Lacan, essa causa é diferente de uma pura injunção ideológica; ela não se limita aos efeitos da Ordem Simbólica, como quer ver Althusser, mas convoca os efeitos de gozo na própria estrutura do discurso que organiza o laço social, via que teria sido aberta por Marx em sua descoberta da mais-valia. Segundo Bruno (*ibid*, p. 28), a noção althusseriana de sujeito seria assim um efeito de uma operação, obtida pela “redução de seu ser ao seu conceito”, da qual emerge uma espécie de

“sujeito jurídico” que desconhece seu estatuto de alienação e que exclui, de sua gênese conceitual, todo saber não-ideológico. A saída para esse desconhecimento só pode ser alcançada, segundo Althusser, a partir do conhecimento verdadeiro propiciado pela ciência, que ele remonta à *idea vera* de Spinoza, definida como adequação do entendimento à coisa. Para Lacan, em contrapartida, a necessária alienação do sujeito à ordem simbólica o condena, ao mesmo tempo, a se dividir no processo de sua afânise, reunindo-se ao objeto na fantasia, a este objeto do qual *não há idéia* (*ibid*, 31). Não existe, portanto, homologia possível entre a noção de alienação em Althusser e Lacan.

1.6 Pressupostos teóricos da AAD69

É neste contexto, marcado pelo clima de agitação intelectual da época triunfante do estruturalismo e pela forte influência das idéias de Althusser, que se insere o livro *Análise Automática do Discurso* (AAD), de Michel Pêcheux, publicado em 1969. Pêcheux é então aluno de Althusser na ENS da *Rue d’Ulm*, *agrégé* de filosofia, membro do Círculo de Epistemologia desta Escola e já havia publicado dois importantes artigos nos “*Cahiers pour la analyse*”, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, sobre a ideologia e as ciências sociais. Para Courtine (2007, p. 55), a AAD69 buscava cumprir uma dupla função: “uma função política e crítica e uma função científica e positiva”. Ela abre as vias de acesso do althusserianismo em lingüística, ao mesmo tempo em que intervém diretamente no campo das ciências sociais, que Pêcheux concebe como puramente ideológico, para transformá-lo de dentro para fora mediante o questionamento do *discurso* como elo de ligação entre linguagem e ideologia. Essa via só pode se estabelecer por uma exigência de rigor lingüístico que rompe com o mito da transparência da linguagem, ao mesmo tempo em que afirma o latente *no* próprio texto. Ela necessita, pois, de um método de leitura que considere os efeitos formais do significante no discursivo, seguindo de perto o método de *leitura sintomal* desenvolvido por Althusser em sua releitura de Marx.

A AAD69 foi assim concebida por Pêcheux como uma “máquina de guerra”, aliando elementos de análise ideológica à procedimentos informatizados. Ela é tanto um dispositivo técnico quanto um instrumento da *luta de classes na teoria*, conforme a definição de filosofia herdada de Althusser, e consoante com a idéia de que só há instrumento em relação a uma

teoria. No entanto, como esclarece Denise Maldidier, é preciso distinguir, neste contexto de nascimento, a ausência de uma verdadeira teoria dos discursos.

O dispositivo da análise do discurso se quer um instrumento científico; ele é o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade. Mas esse dispositivo está ligado a uma teoria que, na época, permanece inscrita no vazio. A teoria do discurso, ainda que a expressão não figure com todas as letras, está ainda por nascer (MALDIDIER 2003, p 21).

Se Marx e Freud não são diretamente evocados, Saussure comparece na origem e no fundamento que autoriza o procedimento. O corte saussuriano é tido como essencial: “a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, ela deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento” (PÊCHEUX 1969/1997, p. 62). Mas é preciso reformular, com o conceito de discurso, a distinção entre língua e fala, desembaraçando essa última de suas implicações subjetivistas. A referência às *condições de produção* nos processos discursivos, noção oriunda do marxismo, estabelece a existência de uma determinação exterior ao discurso, só detectável pelo procedimento de pulverização do texto, colocando-o em relação a um conjunto de outros textos que o antecedem, configurando assim um estado definido por essas mesmas condições. Um discurso é sempre atravessado pelo “já ouvido” e pelo “já dito” que limitam a capacidade criativa do falante. Existe, portanto, uma relação de dominância derivada diretamente das condições de produção que fixa o lugar do sujeito no discurso.

É preciso, assim, desconstruir a discursividade como propriedade do falante para apreender o discurso como um objeto teórico sem sujeito. O ponto de partida do procedimento se encontra no método de análise distribucional de Harris, que deslineariza a frase. Para Maldidier (2003, p. 24), “essa importância de Harris parece ter por contrapartida o recalque da enunciação e o lugar de *pobre* dado a Benveniste”, em quem Pêcheux identifica a presença do sujeito que ele quer afastar, posição que só será retificada a partir de 1975. Para Gadet, “Harris não apenas fornece alguns procedimentos de análise; ele inspira o estabelecimento de todo o dispositivo da AAD69 [...]: redução do texto a enunciados elementares que lembram a frase “núcleo” de Harris; recurso às transformações; busca, através dessas operações, de uma

regularização ótima do discurso, com vistas à constituição dos domínios semânticos” (GADET 1997, p. 44).

Embora estivesse certamente familiarizado com o pensamento lacaniano, a julgar pelo contexto que descrevemos acima, nem Freud, nem Lacan figuram nas referências da AAD69. Podemos evocar razões táticas para esse silenciamento, devidas ao contexto universitário onde se instala essa “máquina de guerra”. Para Gadet, é o lugar central atribuído ao materialismo histórico que vai explicar o lugar secundário dado à psicanálise neste momento da elaboração pêchetiana (GADET 1997, p. 51). Ele refletiria, assim, o aspecto circunstancial e subordinado das referências feitas por Althusser à psicanálise. Para Paul Henry, trata-se mais de uma estratégia deliberada de intervenção no campo das ciências sociais, no qual Pêcheux pretendia abrir uma fissura, fornecendo a elas um instrumento *científico* que seria “a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (HENRY 1997, p. 15). Tal estratégia, portanto, estaria baseada na inversão oriunda de suas concepções epistemológicas, muito próximas de Bachelard e Canguilhem, de acordo com as quais é o instrumento que leva ao desenvolvimento de uma teoria científica e não o contrário, que pressuporia uma anterioridade da ciência em relação ao instrumento concebido como aplicação da teoria. A passagem da alquimia à química é uma ilustração disso. Para Pêcheux, o campo das ciências sociais é pré-científico, o que o caracteriza fundamentalmente como um conjunto de técnicas postas a serviço da ideologia dominante, cujo instrumento é o discurso.

Nesta base, podemos compreender por que Pêcheux, tendo em vista provocar uma ruptura no campo ideológico das “ciências sociais”, escolheu o discurso e a análise do discurso como o lugar preciso onde é possível intervir teoricamente (a teoria do discurso), e praticamente construir um dispositivo experimental (a análise automática do discurso) (HENRY 1997, p. 25).

Mas a “verdadeira entrada” de Pêcheux no campo da lingüística só se dá dois anos mais tarde com a publicação, em 1971, do artigo “*La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*”, publicado no número 24 da revista “*Langages*” e escrito em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry. Trata-se de um texto de intervenção epistemológica no campo da lingüística, no momento em que a disciplina se vê assediada de todos os lados pelas ciências humanas. O artigo interroga o corte saussuriano e seus

recobrimentos, assim como o papel ambíguo de ciência piloto desempenhado pela lingüística (MALDIDIÉ 2003, p. 29).

A tese central é a de que “se a ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da fonologia, da morfologia e da sintaxe, ela não pôde fazer obstáculo a um retorno ao empirismo em semântica” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX 1971, p. 94), deixando aberta a porta pela qual vão se infiltrar o formalismo e o empirismo. Isso ocorre, em primeiro lugar, a partir do tratamento contraditório dado por Saussure à analogia para explicar o aparecimento de novas palavras. Depois de afirmar que *tudo é gramatical na analogia*, afirma-se que *toda idéia é subjetiva e individual*, o que acaba por fazer a significação depender da *criatividade* em detrimento do *sistema*. A partir dessas considerações, os autores abordam a oposição entre as noções de *significação* e *valor*, subordinando a primeira à segunda, invertendo assim a vulgata saussuriana que havia sido estabelecida pela edição do *Curso de Lingüística Geral*. Os autores ligam então a *significação* à fala e o *valor* à língua, o que conduz à idéia — “uma verdadeira idéia força”, segundo Maldidier (2003, p. 30) — de que “o sentido, objeto da semântica, excede o âmbito da lingüística, ciência da língua” (*ibid*, p. 31). Daí deriva um conjunto de proposições visando a uma “semântica discursiva” que liga as significações textuais às suas condições socio-históricas e critica a concepção de uma “semântica geral” (estrutural ou gerativa) que, partindo da “universalidade do espírito humano”, afirma um “sistema metalingüístico capaz de descrever a *realidade* aplicando-se sobre ela como uma rede” (*ibid*).

A noção de *valor* faz surgir um “funcionamento da língua em relação a ela mesma” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX 1971, p. 99) a partir do qual podemos pensar os processos discursivos ao mesmo tempo distantes do empirismo (“se desembaraçar da problemática subjetivista centrada no indivíduo”) e do formalismo (“não confundir a língua como objeto com o campo da linguagem”) (*ibid*, p. 102). A primeira formulação da “teoria do discurso” pode ser então alcançada levando-se em conta as posições do materialismo histórico, introduzindo-se novos objetos, o que permite uma “mudança de terreno”. Definem-se, então, as noções de *formação ideológica* e de *formação discursiva*. Uma formação ideológica caracteriza “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito uma com as outras”.

As formações ideológicas [...] comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais *formações discursivas* interligadas que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada: o ponto essencial aqui é *que não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida onde elas determinam a significação que tomam essas palavras: [...] as palavras mudam de sentido conforme as posições ocupadas por aqueles que as empregam; se pode precisar agora: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* à outra” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX 1971, p. 102-103)¹².

O artigo de “*Langages*, 24” visava a situar epistemologicamente o campo da lingüística para, assim, abrir caminho para o *discurso*. Ele cumpriu, segundo Maldidier, um “destino histórico”, tornando-se o “manifesto de pesquisadores engajados no discurso”: “ele tinha o mérito de afirmar a existência de um nível discursivo, face aos que só queriam conhecer a língua e aos que confundiam de bom grado ideologia e discurso” (MALDIDIER 2003, p. 33). Faltava, entretanto, um elo de ligação entre ideologia e discurso, o que será dado pelo artigo de Althusser, “Os aparelhos ideológicos de Estado”, que aparece em junho de 1970. Esse artigo abre as vias para a abordagem da *questão do sujeito*, um “tema obsessivo” para Pêcheux (*ibid*, p 34). O artigo de Althusser tratava o sujeito como um “efeito ideológico elementar”, a partir de sua interpelação pela ideologia, fazendo assim a equivalência entre a evidência do sentido e a evidência do sujeito.

Em março de 1975, Pêcheux publica em “*Langages* 37”, número que ele mesmo coordena, o artigo “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”, que precede a publicação de “*Les Vérités de La Palice*” em apenas dois meses, embora sua escrita tivesse sido concluída bem antes disso. Trata-se de um artigo de atualização e de transição à perspectiva teórica de “*Les Vérités de la Palice*”. Ele é escrito em

¹² “les formations idéologiques ainsi définies comportent nécessairement, comme une de leurs composantes, une ou plusieurs formations discursives interliées, qui déterminent ce qui peut et doit être dit (articulé sous la forme d’une harangue, d’un sermon, d’un pamphlet, d’un programme, etc) à partir d’une position donnée dans une conjoncture donnée: le point essentiel ici est qu’il ne s’agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent, dans la mesure où elles déterminent la signification que prennent ces mots: [...] les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient; on peut préciser maintenant: les mots “changent de sens” en passant d’une formation discursive à une autre”.

conjunto com Catherine Fuchs, lingüista necessária ao “balanço” que pretende situar “o quadro epistemológico geral deste empreendimento” (FUCHS; PÊCHEUX 1975/1997, p. 163). Com efeito, ele articula três regiões do conhecimento científico:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (*ibid*, p. 163-164).

A idéia de que o sujeito é um efeito ideológico se impõe ao lado da constatação de que esse efeito está dissimulado para o sujeito em questão, o que leva Pêcheux a introduzir, neste artigo, a concepção de um *duplo esquecimento* que afeta a sua relação com o discurso. “Os processos discursivos [...] não poderiam ter sua origem no sujeito”, segundo a tese da interpelação ideológica, mas [...] “se realizam necessariamente nesse mesmo sujeito” (*ibid*, p. 170). Ele busca, assim, “uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador” (*ibid*, p. 171). A *língua* fornece, aqui, a *base* material onde se desenvolvem os processos discursivos. Mas a fronteira que separa o lingüístico e o discursivo, que distinguia em 1971 o nível sintático autônomo, referido ao funcionamento da língua em relação a ela mesma, do nível semântico, como o que excede a tomada da lingüística, é agora colocada em questão. A sistematicidade da língua, sobretudo a da sintaxe, não existe sob a forma de uma máquina lógica, mas é contaminada pela semântica. Este artigo, portanto, busca pensar uma *semântica formal* — no lugar, portanto, de uma semântica discursiva — tomada de empréstimo a A. Culioli, para atingir “o lugar específico da língua, que corresponde à construção do efeito sujeito” (*ibid*, p. 174).

Se a AAD deseja “atravessar o efeito sujeito”, ela deve aferir, portanto, “*onde* ela o atravessa *na língua*” (*ibid*). Para isso, é preciso se opor à ilusão constitutiva do sujeito enunciador do idealismo. Por enunciação deve se entender, então, “uma série de

determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o *dito* e em consequência rejeitar o *não-dito*” (*ibid*, p. 175-176).

Define-se assim uma “zona de rejeição” designada como “esquecimento número dois”, ali mesmo onde o sujeito se apresenta como aquele que “sabe o que diz”. Esse espaço de reformulação dos enunciados, no qual o sujeito enunciator se move e estrutura a seqüência discursiva, mais ou menos próximo do sistema pré-consciente/consciente freudiano, deve ser confrontado com o espaço do “esquecimento número um”, inacessível ao sujeito. O “esquecimento número um” ocorre porque o sentido se forma em um processo que é exterior ao sujeito, no qual Pêcheux situa os efeitos constitutivos da subjetividade na língua, a ser entendido como de “natureza inconsciente, no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma” (*ibid*, p. 177). Decorre dessas postulações, de maneira incontornável, que “uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo por aquilo que aí é estritamente não-formulável [...], o que em nenhum caso poderia ser confundido com o espaço subjetivo da enunciação” (*ibid*, p. 177-178). A referência à psicanálise lacaniana encontra aqui o seu lugar, relacionando a oposição entre os dois tipos de esquecimento à oposição entre:

a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu (*outro* com o minúsculo) e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo *Outro* com *O* maiúsculo (*ibid*, p. 177).

O que se coloca no horizonte de Pêcheux é a articulação entre inconsciente e ideologia, apenas esboçada neste artigo, e que será retomada em “*Les Vérités de La Palice*”. Percebe-se, no entanto, que ela se dá sob o prisma da aproximação entre enunciação e imaginário, por um lado, e inconsciente e ideologia, por outro. Neste sentido, Pêcheux desconhece a problemática do *sujeito do inconsciente* como inseparável dos aportes que “a análise lingüística nos permite situar como sendo os meios essenciais da formação do sentido, na medida em que este é gerado pela combinação do significante” (LACAN 1957-58/1999, p. 52). É o que seremos levados a examinar mais detidamente, a seguir, a partir da leitura e análise de “*Les Vérités de la Palice*”, onde a articulação entre sujeito e discurso adquire todo seu relevo.

CAPÍTULO 2

O sujeito no discurso (Pêcheux, 1975-78)

2.1 *Semântica e discurso e a forma-sujeito do discurso*

O percurso desenvolvido até aqui pode ser considerado preliminar à abordagem do *corpus*. Nele buscamos destacar os elementos essenciais da noção de discurso em Pêcheux e as principais linhas de força que preparam o texto de 1975, *Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*¹³. Mais que um texto, *Semântica e discurso* é o grande livro de Pêcheux, aquele em que testemunhamos o ponto culminante dos desenvolvimentos conceituais anteriores e que apresenta o estado mais acabado da teoria. Ele tem o fôlego de uma obra que pretende intervir teórica e politicamente no cenário francês em nome de uma concepção materialista do discurso. Seu cunho filosófico, que se insinua inicialmente como um franqueamento necessário antes da entrada no campo da lingüística, acaba por se impor, forçando o reconhecimento da filosofia implícita que caracteriza a própria lingüística. A lingüística constitui aí, portanto, o objeto de uma intervenção que busca pensar o seu próprio *impensado*.

Podemos dizer que esse texto está dirigido, prioritariamente, a lingüistas carentes de filosofia e a filósofos carentes de lingüística. *Semântica e discurso* trabalha na fronteira aberta entre lingüística e filosofia pela questão do sentido, sendo esta fronteira o espaço por onde gravitam as questões a serem trabalhadas por Pêcheux. Elas visam, por fim, à ilusão subjetiva, que emerge dessas páginas para situar a cegueira por detrás das “evidências fundadoras da Semântica” (SD: 20)¹⁴.

Caminharemos, inicialmente, o mais próximo possível do texto de Pêcheux, visando à exposição mais fiel de nosso *corpus* e a emergência de nossa questão nesse *corpus*. Ela se situa, conforme antecipamos, no período de inquietação teórica que se anuncia no adendo *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, redigido

¹³ Citamos aqui o ano de publicação do original francês, “Les Vérités de la Palice”, Paris, Maspero, 1975. Optamos por trabalhar a partir da versão brasileira: “Semântica e discurso – uma crítica da afirmação do óbvio”. Trad. Eni Orlandi, Lourenço Jurado Filho, Manoel Gonçalves Corrêa e Silvana Serrani. 1ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

¹⁴ A fim de evitar a multiplicação das referências ao nosso *corpus*, utilizaremos as iniciais “SD” para designar o texto “Semântica e discurso”. A versão brasileira será cotejada com o original francês: “Les Vérités de La Palice”, Paris: Maspero, 1975.

em fevereiro de 1978¹⁵ e publicado como prefácio à edição inglesa dessa obra, em 1982. Neste adendo, Pêcheux retorna sobre a concepção de *sujeito* apresentada em *Semântica e discurso*. A partir dessa primeira retificação, como uma reação em cadeia, tudo será retificado, inclusive a própria noção de discurso. É esse desenvolvimento que pretendo seguir.

Semântica e discurso articula três aspectos: a- o ponto lógico-lingüístico constituído pela questão das *relativas*, que fornece a base material que justifica a passagem da problemática da língua à problemática do discurso; b- o *interdiscurso*, no qual se desvela a dimensão ideológica do discurso ; c- a *forma-sujeito* do discurso como efeito da “interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos”. Em torno dessa articulação se conjugam referências à lingüística, à história e à psicanálise.

Nossa leitura será precedida por uma breve reflexão em torno das *evidências fundadoras da semântica* e da situação da lingüística à época, conforme a perspectiva pêchetiana, visando a situar o seu ponto de partida. Isso nos permitirá configurar o quadro epistêmico e político de sua intervenção. Neste quadro, a semântica constitui uma espécie de “ponto nodal” das contradições que atravessam a lingüística e a organizam em tendências que, por sua vez, encobrem essas mesmas contradições.

2.1.1 Os frios espaços da semântica exalam um sujeito ardente

O tema da cegueira emerge nas primeiras páginas de *Semântica e discurso* como destino de todo pensamento que toma seu ponto de partida das evidências das quais ele mesmo se autoriza. A cegueira, por exemplo, da qual Stalin se dizia rodeado, reflete sua própria cegueira em perceber as contradições que estavam em gestação no movimento operário mundial desde o início dos anos 30 e que levaram ao desvio stalinista. Por sua vez, as posições tomadas a partir do reconhecimento desse desvio, no XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), que produziu a crítica dos abusos do regime e do “culto da personalidade”, apenas prolongaram essa cegueira ao manter o movimento operário na ignorância das suas causas, na medida em que se ateve apenas aos efeitos gerados por aquelas contradições.

¹⁵ “Inverno político francês” é o período de crise do marxismo que se segue à queda do Programa Comum da Esquerda francesa e que afetou, sensivelmente, o projeto teórico de Pêcheux. Esse período repercute na questão do sujeito, trabalhada neste adendo, mostrando que esta questão está no âmago da política.

A constatação de evidências para o pensamento é, portanto, o sintoma de que alguma coisa permanece velada para esse mesmo pensamento. Assim, o pensamento corre o risco de passar de uma evidência à outra, numa espécie de errância indefinida, quanto mais ele pretende coincidir consigo mesmo identificando-se com aquilo que ele enuncia. Contra essa tendência espontânea do pensamento de reproduzir-se indefinidamente é preciso convocar “a suspeita do que falar quer dizer”, conforme a fórmula de Althusser, em “*Lire le Capital*” (ver *supra*, p. 30), frequentemente citada por Pêcheux¹⁶.

É nesse contexto que Pêcheux examinará a reabilitação da semântica por Adam Schaff no seio do movimento marxista que se seguiu ao XX Congresso do PCUS, começando por contestar a evidência primordial contida na definição segundo a qual “a semântica é um ramo da Lingüística” (SD: 18). Não é difícil prolongar a lista das evidências. Elas partem da “função comunicativa da linguagem” (SD: 19) e se estendem à idéia geral de que as palavras designam coisas e ao caráter subjetivo do pensamento e do conhecimento que colocam o sujeito como centro do sentido. Frente a essas evidências fundadoras da Semântica é preciso, então, fazer a crítica de sua reabilitação, reivindicando a liberdade de questionar a sua assimilação marxista, a fim de elaborar “as bases de uma teoria materialista”. Essa se apresenta a partir de um duplo ponto de partida:

1. Para além da evidência que considera a *semântica* como um ramo da Lingüística — como é o caso da Morfologia, da Fonologia e da Sintaxe —, é preciso designá-la como o ponto nodal das contradições desta disciplina. São essas contradições que a atravessam e a organizam sob a forma de tendências que, ao mesmo tempo, manifestam e encobrem essas contradições.
2. É preciso reconhecer que, se a semântica constitui para a Lingüística esse ponto nodal, é porque ela tem a ver com a Filosofia e com a Ciência das Formações Sociais ou Materialismo Histórico.

¹⁶ Por exemplo, em seu último texto, “O discurso: estrutura ou acontecimento” (PÊCHEUX 1983, p. 45).

Decorre daí a necessidade de uma abertura da Lingüística em direção à Filosofia e, por extensão, às Ciências das Formações Sociais, para “fazer trabalhar essas contradições” (SD: 23) que a Lingüística é incapaz de absorver em si mesma.

Consideremos, em primeiro lugar, quais são as tendências identificadas por Pêcheux como formando o quadro epistêmico da Lingüística em 1975 e a maneira como elas se opõem, se combinam e se subordinam umas às outras.

1. A tendência *formalista-logicista*, identificada à escola chomskiana enquanto desenvolvimento crítico do estruturalismo lingüístico através das teorias gerativas. Pêcheux a considera como a tendência dominante, à qual as outras tendências se ligam por laços contraditórios, uma vez que nela se amparam para depois dela se separarem. Seu ponto de partida corresponde à definição da língua como um sistema ou uma estrutura que, como tal, se opõe à história, “da mesma forma que o explicável se opõe ao seu resíduo inexplicável” (SD: 23). Essa definição da língua como um sistema define, por conseguinte, o objeto e os limites da Lingüística. Conforme assinala Pêcheux, “como o explicável sistêmico ou estrutural é primeiro, não há o que se questionar acerca das condições que o instituem como explicável” (*ibid*), de forma que o estruturalismo lingüístico acaba desembocando em um estruturalismo filosófico “que tenta abarcar no explicável o resíduo inexplicável” (*ibid*).
2. A tendência *histórica*, formada desde o séc. XIX, à qual se ligam os nomes de Brunot, Meillet, mas também Labov, que culminam nas teorias da variação e mudança lingüísticas. Tradicionalmente, a posição histórica se opõe à posição formalista como a gênese se opõe à estrutura da língua. Mas essa oposição apenas reforça a tendência formalista. De fato, a referência à história, enquanto resposta às teses formalistas, está ameaçada de uma grave ambigüidade quando se restringe à vaga evidência segundo a qual os fatores sociais influem na língua ou quando, para além deste “historicismo sociologista evolucionista”, se dirige aos “sujeitos falantes”, desembocando por esse viés na célebre divisão estruturalista entre língua e fala.

3. As tendências que se agrupam em torno da *lingüística da fala* (enunciação, performance, texto, discurso, mensagem), “que reativam certas preocupações da poética e da retórica através da crítica do primado lingüístico da comunicação” (SD: 21), culminando em uma lingüística do estilo como desvio e em uma lingüística do diálogo como jogo de confrontações, às quais Pêcheux liga os nomes de Jakobson, Benveniste, Ducrot, Barthes, Greimas e Kristeva, mas também Austin, Searle e Strawson, identificados à filosofia analítica da escola de Oxford.

Não nos cabe, aqui, discutir a pertinência dessa classificação. Consideremos apenas que ela reflete o ponto de vista de Pêcheux e as disputas epistêmicas e políticas de uma época. É a partir desse quadro que podemos compreender o ponto de intervenção e os deslocamentos representados pela noção pêchetiana de “discurso”. Ele delimita o terreno no qual é preciso “fazer trabalhar a contradição”:

A forma *explícita* que essa contradição toma é a de uma contradição entre *sistema lingüístico* (a “língua”) e *determinações não sistêmicas* que, *à margem do sistema, se opõem a ele e intervêm nele*. Assim, a “língua” como sistema se encontra contraditoriamente ligada, ao mesmo tempo, à “história” e aos “sujeitos falantes” e essa contradição molda atualmente as pesquisas lingüísticas sob diferentes formas, que constituem precisamente o objeto do que se chama a “Semântica” (SD: 22).

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que a referência à História será tomada por Pêcheux na perspectiva da “análise materialista do efeito das relações de classe sobre o que se pode chamar as práticas lingüísticas inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada” (SD: 24). Para esclarecer esse ponto, Pêcheux lança mão do trabalho desenvolvido por R. Balibar e seus colaboradores sobre *Le français national*¹⁷ e sobre *Les français fictifs*¹⁸, mostrando que o processo histórico que levou à uniformização da língua nacional francesa durante a luta da burguesia contra o regime feudal, sob o primado da livre comunicação lingüística necessária à nova configuração econômica — e que o estruturalismo, o funcionalismo e o gerativismo tomarão, no séc. XX, como a unidade de um sistema —, foi seguido pelo processo de *divisão desigual no interior da uniformização*

¹⁷ Conf.: BALIBAR, R. & LAPORTE, D. *Le Français National*. Paris: Hachette, 1974 (*apud* Pêcheux, SD: 24)

¹⁸ Conf.: BALIBAR, R. *Les Français fictifs*. Paris: Hachette, 1974 (*apud* Pêcheux, SD: 24)

igualitária, no período de escolarização do francês, quando já se tratava de afirmar o poder da burguesia contra o proletariado. Abre-se então uma espécie de fosso lingüístico e ideológico “que desemboca em uma nova luta entre *realizações* dessa língua em que, certamente, se reproduzem diferenças morfo-fonológicas, lexicais e sintáticas no manejo da língua” (SD: 25). Dessa forma, a livre *comunicação* lingüística, requerida pelas relações de produção capitalista, torna-se, ao mesmo tempo, uma *não comunicação*, que impõe “na linguagem” barreiras de classe — diferenças que irão constituir, no séc. XX, o objeto da sociolingüística e da etnolingüística.

Para Pêcheux, trata-se de compreender como “a unidade tendencial daquilo que a Lingüística atual define como *língua* constitui a base de processos antagonistas no nível do vocabulário-sintaxe e no dos raciocínios” (SD: 26), o que autoriza pensar a questão das “divisões discursivas por detrás da unidade da língua” (*ibid*). Essa divisão toma, por fim, a aparência do par lógica/retórica que se estende, como um verdadeiro “balé filosófico”, às várias formas de organização social, assim como à Filosofia e à Lingüística, e que vemos desdobrar-se nos pares de oposições entre: objeto e propriedade de objetos, necessidade e contingência, objetividade e subjetividade, substância e acidente, explicação e determinação.

Em torno dessas oposições encontramos o *ponto lógico-lingüístico* que irá constituir o “desvio” dos primeiros capítulos de *Semântica e discurso*. Trata-se da reconhecida distinção entre *relativas explicativas* e *relativas determinativas*, que se inscreve, igualmente, em uma problemática lingüística e em uma problemática filosófica. Para Denise Maldidier (2003, p. 43), é a escolha deste ponto lógico-lingüístico que revela a “genialidade de Pêcheux” e constitui o “verdadeiro apoio de sua demonstração” no caminho teórico que nos leva ao *discurso*.

Por fim, “fazer trabalhar a contradição” conduz diretamente à questão política. “Os frios espaços da semântica exalam um sujeito ardente”, dirá Pêcheux (SD: 30). A dívida teórica com Althusser, à qual já fizemos uma primeira referência (capítulo 1) torna-se então explícita a partir de uma citação retirada do texto *Aparelhos ideológicos de Estado*:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu

somos sujeitos — e que esse fato não constitui problema — é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER 1980, p. 95, *apud* SD: 31).

Reencontramos, assim, a dimensão subjetiva que colocamos no centro de nossa investigação. Em *Semântica e discurso*, o sujeito designa esse efeito ideológico elementar que produz a ilusão subjetiva à qual Pêcheux compara o movimento circular descrito nas palavras do Barão de Münchhausen: esse senhor conta ter salvo a si mesmo e a seu cavalo, afundados em um charco, graças à sua presença de espírito e à força de seus braços, puxando-se pelos próprios cabelos. É este efeito, em linhas gerais, o que pretendemos abordar e discutir em nossa leitura de *Semântica e discurso*. Mas não podemos deixar de percorrer o caminho aberto por Pêcheux até esse ponto, embora ele se mostre difícil e sinuoso, repleto de referências ao campo da filosofia. Trata-se de um caminho rigoroso que busca inserir a problemática do discurso no campo da consideração científica. Seguiremos, portanto, seu caminho lógico e sem concessões.

2.1.2 O ponto lógico-lingüístico, a questão das relativas e a filosofia espontânea da lingüística.

O primeiro capítulo de *Semântica e discurso (Lingüística, lógica e filosofia da linguagem)* é apresentado como um desvio necessário para que possamos aceder à noção de discurso. A primeira parte do primeiro capítulo tem como título *Apreciação sobre o desenvolvimento histórico da relação entre teoria do conhecimento e retórica, face ao problema da determinação*. Ao longo de suas páginas, encontramos um pensamento denso que busca traçar uma linha de argumentação destinada a mostrar que, desde Aristóteles até a disciplina que leva hoje o nome de *Semântica*, existe um fio condutor e uma circularidade ideológica. Essa circularidade assume versões e contornos diferentes ao longo da história, mas se assenta sobre uma base comum: a oposição entre lógica e retórica, que sempre animou o pensamento ocidental, e que contamina a reflexão lingüística com uma espécie de “filosofia espontânea”, na qual se perpetua a mesma oposição, expressa no par ideológico criatividade / sistema.

A segunda parte, *Realismo metafísico e empirismo lógico: duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo*, delimita bem o campo de batalha. Ela termina enunciando as “teses fundamentais do materialismo” (SD: 74) e a categoria filosófica dos “processos sem sujeito”, que Pêcheux considera ser “insuportável para o idealismo” e que constitui o “fio vermelho” mediante o qual se cumprirá o percurso dos capítulos seguintes, que vai da

evidência (lógico-lingüística) do sujeito — inerente à filosofia da linguagem enquanto filosofia espontânea da Lingüística — até o que permite pensar a “*forma-sujeito*” (e especificamente, o “sujeito do discurso”) como um efeito determinado do processo sem sujeito (SD: 77)¹⁹.

2.1.2.1 Panorama histórico: conhecimento, linguagem e subjetividade

A primeira parte do primeiro capítulo começa com a exposição clássica do ponto lógico-lingüístico que concerne à distinção entre relativas explicativas (não restritivas ou apositivas) e relativas determinativas (restritivas). Ela corresponde, grosso modo, à distinção entre os enunciados: a- *o homem que é mortal* e b- *os homens que são sábios*. Podemos dizer que esses dois enunciados expressam uma semelhança formal — pois observamos em ambos o uso do pronome relativo e a articulação sujeito-predicado. Mas logo reconhecemos estar diante de formas proposicionais que se diferenciam como o universal do particular. O uso do singular e do plural, assim como o fato de que tenderíamos a colocar a primeira relativa entre vírgulas, mostra, nos exemplos citados, essa distinção. Elas se opõem filosoficamente, além do mais, como uma propriedade essencial a uma propriedade contingente. Para Pêcheux, o que importa assinalar a partir dessa distinção é a relação que se estabelece na época clássica — tomando como referência a *Lógica de Port-Royal* — entre “teoria do conhecimento” e “retórica”.

A relação *explicativa* intervém como uma incidência do pensamento sobre a ordem das essências. A relação *determinativa*, pelo contrário, se ela também diz respeito à ordem do

¹⁹ A expressão “filosofia espontânea”, frequentemente utilizada por Pêcheux, remonta a: ALTHUSSER, L. *Philosophie et philosophie spontanée des savants*. Paris: Maspero, 1974. Ela não se refere ao “conjunto de idéias que os sábios têm sobre o mundo”, que refletiriam sua “concepção de mundo”, mas apenas às “idéias que eles têm na cabeça (conscientes ou não) relativas à sua prática científica e à ciência” (ALTHUSSER, op. cit., p. 99-100).

ser e, portanto, ao mundo das essências, ela o faz fora de toda adjunção do pensamento, no nível em que o ser se designa a si mesmo. “A *explicação* torna-se assim *aquilo pelo que se reabsorve o desencontro* entre meu pensamento e os seres aos quais meu discurso se refere” (SD: 45). Com efeito, para a época clássica, a gramática (arte de falar) é homogênea à lógica (arte de pensar). Como mostra Foucault, citado por Pêcheux, para a época clássica “a gramática é uma disciplina que enuncia as regras de acordo com as quais é realmente necessário que uma língua se ordene para poder existir” (SD: 45)²⁰. Evoca-se, dessa maneira, a discrepância que pode existir entre a língua adquirida durante a infância e a língua a aprender que, de um modo geral, corresponde à passagem da fala à escrita e aos efeitos da escolarização, na medida em que a explicação consiste em “remeter as regras a seu fundamento” (SD: 45). Eis a relação que o sujeito estabelece com o seu discurso na época clássica. Ela corresponde à subordinação que aí se autoriza da retórica e da gramática à “teoria do conhecimento”, sem deixar lugar nenhum a uma teoria da enunciação, uma vez que a fala se prende à lógica como seu fundamento primeiro, enquanto regra imanente à própria ordem das essências.

A questão das relativas já se encontrava formulada no artigo de Pêcheux em “*Langages, 37*” (ver *supra*, p. 43). Ela designa um fenômeno lingüístico na fronteira da sintaxe e da semântica, ou melhor, coloca em causa a existência mesma dessa fronteira, na medida em que esta supõe a concepção de um nível sintático autônomo a partir do qual estaríamos autorizados a pensar a sistematicidade da língua como um conjunto de regras dispostas à maneira de uma “máquina lógica”. Além do mais, esse viés nos conduz a não mais negligenciar a dimensão da enunciação, esse fato inexplicável do ponto de vista da pura sistematicidade. Como, no entanto, abordar essa dimensão iniludível da enunciação sem recair nos domínios do psicologismo? Ou como pensar uma teoria não psicologista da enunciação? Tais são as questões que Pêcheux busca responder em *Semântica e discurso*. Essa reflexão — e todo o percurso filosófico em seu entorno é uma tentativa de demonstrá-lo — busca sair das armadilhas idealistas que ora confundem os traços lingüísticos da enunciação com o sujeito empírico, centro e fonte do sentido, ora recaem na ilusão formalista que faz da enunciação o equivalente de operações lógicas e lingüísticas, evitando assim a questão do sujeito aí concernido. Para Pêcheux, trata-se de articular os efeitos da materialidade da língua sobre o

²⁰ Cf.: ARNAULD, A. e LANCELOT. *Grammaire générale et raisonnée*. Prefácio de Michel Foucault. Paris: Paulet, 1969, p. 157 (*apud* SD: 45).

sujeito, tomando-o como um produto dessa materialidade. É o que a “teoria dos dois esquecimentos” nos permitiu visualizar (cf. *supra*, p. 44).

O primeiro passo da demonstração de Pêcheux em *Semântica e discurso* retoma, portanto, a relação do sujeito com o seu discurso na época clássica; verifica a reabsorção do sujeito na linguagem, cuja ordenação a época clássica busca decifrar; estabelece sua submissão à ordem gramatical, concebida como a “arte de falar”, ao mesmo tempo em que deriva a gramática da lógica, que ela concebe como a “arte de pensar”. A relação que a época clássica estabelece com a linguagem busca adequar, enfim, a retórica dos sujeitos à ordem que a gramática instaura e corporifica, a partir do momento em que a sua forma *crítica*, nascida nessa época, se sobrepõe e passa a coexistir com a forma renascentista do *comentário*. Essa relação crítica, tal como formulada por Foucault, “se instaura necessariamente quando a linguagem se interroga sobre si mesma a partir de sua função” (FOUCAULT 1981, p. 96), a fim de discernir a relação que ela entretém com o que ela representa, e que a *crítica* só pode analisar em termos de “verdade, de exatidão, de propriedade ou de valor expressivo” (*ibid*, p. 95).

Essa configuração sofrerá um primeiro deslocamento no século XVIII, na verdade uma forma de transição, que levará, no século XIX, ao par subjetividade / objetividade. Tal deslocamento será analisado por Pêcheux a partir da contribuição de Leibniz, fazendo apelo à distinção filosófica entre *verdades de razão* (ou verdades necessárias) e *verdades de fato* (ou verdades contingentes). Uma verdade de razão é redutível a idéias mais simples e primitivas mediante análise, esclarecendo-se as suas determinações. Podemos assim reencontrar a idéia de triângulo uma vez que ela se exprime em nós, analiticamente, por meio de suas propriedades matemáticas. As verdades de fato, por outro lado, não se deixam reduzir a idéias primitivas, pois, na medida em que se referem a seres particulares e a propriedades contingentes, haverá uma infinidade de idéias conforme a infinidade de seres, de situações, de inclinações. O que não equivale a dizer, segundo Leibniz, que não exista uma razão suficiente para as verdades contingentes. Ou seja, o fato de não podermos abarcar essa razão em nosso espírito não elimina a secreta necessidade dos fatos contingentes. Desta forma, conforme explicita Pêcheux, o deslocamento operado por Leibniz “consiste em reduzir, do ponto de vista de Deus, todas as relações explicativas a relações determinativas” (SD: 47).

Assim, no exemplo, “Tarquínio Sexto, que quis ir a Roma, contribuiu para a queda da realeza”, citado por Leibniz, o fato contingente expresso pela relativa incidente será tratado como uma determinação, apesar de que a razão suficiente que o constitui como fato não seja dada a meu pensamento. Do ponto de vista gramatical, Leibniz considera que somos aqui ludibriados pela ficção do nome próprio na linguagem. Pois o nome próprio parece admitir apenas uma relativa apositiva, que o designa de uma forma rígida. Ora, logicamente falando, é possível pensar uma infinidade de *Sextos*, conforme as diversas possibilidades que se apresentem, segundo as circunstâncias, os modos, as propriedades. De forma que encontraríamos a determinação de seu ato se nos fosse dada a possibilidade de percorrer toda a cadeia de eventos que levou a esse ato.

Essa ficção racionalista leibiniziana é inseparável da concepção de uma origem comum da linguagem, idéia que preocupou todo erudito do século XVIII, e que supõe uma espécie de “ordem natural” da qual as línguas atuais só conservam um traço deformado. Desta forma, a concepção leibiniziana da linguagem reencontra a versão empirista que liga linguagem e necessidade, no prolongamento daquilo que Condillac chama a *linguagem da ação*, “aquela que a natureza nos impõe em consequência da conformação que ela deu a nossos órgãos” (CONDILLAC *apud* SD: 51)²¹. Esse caminho conduzirá progressivamente, segundo Pêcheux, ao “problema moderno da enunciação”, por meio de uma “antropologia sensualista e utilitária, cuja tese essencial é a de que nossas idéias vêm de nossos sentidos e de nossas necessidades” (SD: 50). Assim, o deslocamento ao qual se refere Pêcheux, ao aludir a uma “forma de transição” operada no século XVIII, considera que “o sujeito, *subordinado* à verdade de seu discurso na época clássica, se torna progressivamente a *fonte* desse discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos” (SD: 51), culminando nas “filosofias da subjetividade” dos séculos XIX e XX. A forma mais acabada dessa transição é dada pela oposição kantiana entre juízos analíticos e sintéticos.

Um juízo *analítico* consiste em tomar consciência de uma relação *necessária*, inscrita no próprio conceito (isto é, de uma verdade de natureza definicional ou redutível por cálculo a uma identidade), enquanto que, e aqui está o novo elemento decisivo, o juízo *sintético* é um *ato* do sujeito que coloca uma ligação entre o conceito e algo de exterior a ele. De onde a afirmação de Kant: “os juízos de experiência são todos sintéticos”²² (KANT *apud* SD: 52).

²¹ CONDILLAC, E. *Cours d'étude, II. Grammaire (1775), Varia Lingüística*. Paris: Ducros, 1970, p. 197.

²² KANT, E. *Critique de la raison pure (1781)*. Paris: PUF, 1944, p. 37.

Para Pêcheux, a base comum do pensamento moderno seria dada por essa ligação estreita entre contingência e subjetividade. Ela se exprime, no idealismo filosófico moderno, pelo par de oposição subjetivo/objetivo que Pêcheux remonta à Husserl. Por “expressão objetiva” podemos entender, a partir de Husserl, uma expressão que não depende do ato de enunciação do sujeito, como é o caso de expressões matemáticas e das expressões teórico-abstratas de um modo geral. As “expressões subjetivas”, ao contrário, caracterizam-se por ter que orientar sua significação atual, a cada vez, segundo a ocasião, segundo a pessoa que fala ou sua situação. Sendo assim, ainda seguindo o pensamento de Husserl, é possível, segundo Pêcheux, encontrar os correspondentes lingüísticos dessa oposição filosófica, por exemplo, na oposição entre *situação* e *propriedade*, assim como a presença de marcadores lingüísticos para as expressões subjetivas, o que leva à afirmação de que “toda expressão que contenha um pronome pessoal já é desprovida de um sentido objetivo” (HUSSERL *apud* SD: 55)²³, o mesmo ocorrendo com todas as expressões de percepção, convicção, dúvida, desejo, esperança, temor, ordem, etc. Enfim, trata-se de separar as expressões psicológicas e ocasionais, que dizem respeito a um sujeito específico e às suas representações, daquelas expressões que apontam para a idealidade dos objetos lógico-matemáticos e que transcendem essa dimensão subjetiva. De fato, ninguém entenderia da mesma forma as expressões: a- *há corpos regulares* e b- *há pedaços de bolo*, embora sua forma lógica seja equivalente, porque ao que elas visam é estritamente diferente.

Apesar dessa distinção, Husserl faz depender toda representação da “unidade da consciência”, fazendo da consciência o ponto zero, origem das representações, tanto como seu lugar de unificação. Segundo Pêcheux, essa concepção, que liga subjetividade, contingência e consciência, domina amplamente o cenário filosófico de Kant até nossos dias. Ela prevalece, por exemplo, sobre a concepção fregeana do sujeito como um simples *portador* de suas representações, pois, segundo Frege, “da mesma forma que uma pessoa que sobe uma montanha não cria essa montanha por meio de sua excursão, o homem que julga não cria um pensamento por reconhecer sua verdade” (FREGE *apud* SD: 56)²⁴. A conseqüência, segundo Pêcheux, leva ao paradoxo da subjetividade, que se torna, ao mesmo tempo, “o excedente contingente que transborda o conceito e a condição indispensável da expressão desse conceito” (SD: 57), abrindo-se a uma retórica ligada à arte da expressão e à idéia segundo a

²³ HUSSERL, Edmund. *Recherches logiques, II*. Paris: PUF, 1959, p. 96.

²⁴ FREGE, Gottlob. *Ecrits logiques et philosophiques* (1879 – 1925). Paris: Le Seuil, 1971, p. 194.

qual a língua se cria na expressão. Do ponto de vista do desenvolvimento das teorias lingüísticas, a ênfase na subjetividade desemboca nas *teorias do sujeito-falante-em-situação* que supõem sempre a presença de um outro a ser esclarecido, persuadido ou convencido, a partir do que se interpreta a própria incidência das expressões chamadas objetivas, elas mesmas condicionadas às intenções subjetivas em jogo.

Façamos uma pausa para rever o terreno em que se baseia essa argumentação. Ela visa, em primeiro lugar, à crítica do sujeito como centro e fonte do sentido, atribuído ao idealismo, e a noção de consciência como unidade, que lhe é correlata. Ela visa, em segundo lugar, a opor a essa concepção de sujeito os *processos sem sujeito*. É ao que vão conduzir as teses materialistas de Pêcheux. A superação do idealismo pelo materialismo passa necessariamente pela categoria do *sujeito*, na medida em que o idealismo faz o real depender do desencadeamento que toma lugar na subjetividade, encontrando aí sua razão suficiente. A análise materialista, por sua vez, designa a ideologia que se transmite *no* discurso e faz ver a ilusão idealista do sujeito. O ponto lógico-lingüístico visa, sobretudo, a atingir essa contradição, cujos efeitos conduzem a um sujeito tomado e limitado ao campo de suas representações, por um lado, e a uma objetividade ordenada pela teoria do conhecimento, por outro, suspensa à idealidade onde ela circunscreveu o pensamento e expôs a sua lógica — seja na gramática geral clássica, mediante a exposição do pensar, seja no aprofundamento subjetivista que se verifica em seu encaço, a partir do sujeito que representa esse pensamento para si mesmo. Dupla direção, da qual emerge o sujeito do idealismo como fonte do sentido do qual ele mesmo não passa do *efeito ideológico elementar*.

Antes, contudo, de expor as teses materialistas de *Semântica e discurso*, é preciso completar o sobrevôo que Pêcheux empreende em seu “desvio” e ver como a própria Lingüística reproduz a circularidade ideológica, como ela mesma prolonga, no corte saussuriano entre *língua e fala*, o dualismo filosófico lógica/retórica.

Pêcheux retoma, aqui, o artigo de “*Langages, 24*”, ao qual já tivemos a oportunidade de nos referir (ver *supra* p.41) Nele, Pêcheux expõe as razões para recusar a tese de que, desde o advento da Lingüística estrutural — primeiro com Saussure, depois com Harris e Chomsky — “as relações entre Lógica e Lingüística se transformaram e os estudos semânticos se renovaram”.

Essas razões se prendem aos efeitos do corte introduzido por F. de Saussure em Lingüística, na medida em que esse corte determina paradoxalmente um reforço das ilusões substancialistas e subjetivistas no domínio da Semântica, sob a forma do par ideológico criatividade/sistema (SD: 60).

De acordo com essa análise, a ruptura saussuriana não teria sido suficiente para impedir um retorno ao empirismo em Semântica, em parte apoiado no sucesso do modelo formalista em Fonologia. Em suma, “um retorno ao empirismo renovado pelo formalismo” (SD: 60). Essa “porta aberta” deixada por Saussure advém, segundo Pêcheux, de sua concepção de que “a idéia só poderia ser, em todo seu alcance, subjetiva, individual” (SD: 60), da qual derivamos a oposição entre a subjetividade criadora da fala e a objetividade sistemática da língua que faz com que a noção de *sistema* apareça como o complemento indispensável da criatividade no interior do ‘campo da linguagem’. Em outros termos, a *fala* sobrecarregaria a sistematicidade da *língua* com a suposta “sistematicidade extralingüística do pensamento como reflexo ou visão da realidade” (SD: 61). Tal fato, segundo Pêcheux — embora sua análise, nesse ponto, não nos forneça elementos para uma discussão mais aprofundada —, se estende tanto às semânticas estruturais e gerativas como “às reflexões do lingüista Z. Harris” (SD: 61) caracterizando, desta forma, todo o desenvolvimento atual das pesquisas semânticas sob a égide do “antigo terreno”, que vai da lógica de *Port-Royal* à fenomenologia. Esse desenvolvimento compreende dois aspectos:

O primeiro ponto comum às semânticas estruturais e gerativas consiste na idéia de uma combinatória semântica susceptível de determinar, pelo cálculo, o(s) sentido(s) de um enunciado [...] Mas essa perspectiva cartesiano-leibniziana, segundo a qual o sujeito falante calcula espontaneamente, encontra seu próprio limite na existência do “contexto” e da “situação”, que impedem o “fechamento do sistema” por constituir um *resto* cuja reabsorção é radicalmente impossível [...] O segundo ponto característico das teorias semânticas atuais nos é, por si mesmo, designado, de algum modo, por dualidade: trata-se, com efeito, da teoria da enunciação como *teoria desse resto* inerente à existência do “sujeito falante” em situação [...] Em outras palavras, designa-se por enunciação, ao mesmo tempo, o fato do sujeito ser o suporte de seu enunciado e o conjunto dos efeitos subjetivos (conteúdos psicológicos variados) subjacentes a esse enunciado (SD: 62 - 63).

Em resumo, para Pêcheux, a “filosofia espontânea” que domina as teorias lingüísticas por ele examinadas tenderia a conceber o campo da linguagem distribuído sobre um eixo que vai do sensível ao inteligível, das situações às propriedades ou da linguagem prática à linguagem teórica — conforme designado pelo *Círculo Lingüístico de Praga* —, perpetuando assim uma espécie de polaridade no interior desse campo que reproduz o círculo ideológico *lógica/retórica* por meio da oposição sistema/sujeito falante. Cabe então pensar o que estaria determinando essa “estranha circularidade”. É o que será desenvolvido por Pêcheux na segunda parte do primeiro capítulo de *Semântica e discurso*, que tem como título: *Realismo metafísico e empirismo lógico: duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo*.

2.1.2.2 Realismo metafísico e empirismo lógico. A configuração epistêmica da Lingüística.

É preciso conceber a posição filosófica do problema no qual a Lingüística se enreda e as duas soluções históricas que nela encontramos para responder à circularidade entre *teoria do conhecimento* e *retórica*. Tal circularidade parece resultar da contradição gerada pela distinção clássica que concebe a existência de “dois espaços” ou de duas regiões da linguagem em seu esforço de definir a fronteira entre ciência e não ciência, assim como a gradação e o caminho que leva de uma à outra, “anulando a separação entre elas” (SD: 66). O essencial da análise de Pêcheux se dirige à crítica das duas soluções idealistas do problema, denominadas respectivamente como *realismo metafísico* e *empirismo lógico*, a fim de lançar e defender as teses materialistas que a elas se opõem. Tais teses, como veremos, se distinguem por reconhecer a *heterogeneidade* entre esses dois espaços, ao contrário das soluções idealistas que subordinam um ao outro.

O *realismo metafísico* subordina, idealmente, o contingente ao necessário. Como vimos, essa solução já se encontra delineada na *Lógica de Port-Royal* a partir de uma análise das representações, sobrepondo então a *crítica* ao *comentário* e a lógica das *idéias*, dos *signos* e dos *juízos* à lógica dos *conceitos*, das *categorias* e dos *raciocínios*, de forma a configurar a dependência da “arte de falar” à “arte de pensar”. Essa “lógica das idéias” se desenvolve depois em Leibniz, culminando “em uma teoria da representação que permite conceber a secreta necessidade do que nos parece contingente” (SD: 66). Por fim, a forma moderna dessa

subordinação será expressa na assimilação do *subjetivo* ao *objetivo*, numa espécie de redução lógico-matemática que, sob a ótica de uma *teoria universal das idéias*, envolve a pretensão idealista de chegar a enunciados “fixos e unívocos que recubram o conjunto da realidade” (SD: 68). Mas essa pretensão “não tem mais consistência do que um sonho”, conforme observa Pêcheux, “uma satisfação imaginária calcada no modo do ‘como se’” (SD: 68). Esse modo imaginário concebe sempre um protótipo, como ilustra o papel desenvolvido pela idéia de triângulo na filosofia clássica, “a partir do qual se pode, analogicamente, ter acesso à *idéia de Deus* e ao *inventário das propriedades essenciais* dessa idéia” (SD: 68).

A segunda solução do idealismo filosófico, o *empirismo lógico*, é a “contrapartida cínica e pragmático-cética do sonho realista-matafísico” (SD: 69). Ela inverte a relação de subordinação entre teoria do conhecimento e retórica, conferindo primazia à retórica, e é praticamente cética em relação à possibilidade de um conhecimento objetivo da realidade. Sendo assim, a ciência não pode pretender mais do que chegar à categoria retórica da “convicção subjetiva”, e não a uma “certeza objetiva”, uma vez que todo acesso ao que podemos chamar realidade passa necessariamente pelo sujeito que a concebe. Isso ocorre, seja na forma do *sujeito transcendental* Kantiano, da unidade fenomenológica da *consciência* ou nas formas lingüísticas da *enunciação* estudadas pela pragmática, que reduzem a ciência a procedimentos do raciocínio lógico, sobrepondo a categoria de validade àquela da verdade. Em todas essas formas alinhadas por Pêcheux — às quais poderíamos acrescentar, hoje, o cognitivismo — predomina a idéia de que a necessidade lógica seria, em última instância, o resultado de uma decisão e de um consenso obtidos a partir de cálculos e de procedimentos administrativos eficazes. Ora, segundo Pêcheux,

se a verdade de um enunciado para um sujeito não fosse efetivamente nada mais que a classe dos instantes durante os quais esse sujeito adere a ela, isso significaria que “os elementos do mundo” não passariam de puras representações, o que quer dizer, como é explicado muito lucidamente por Frege, que, nesse caso, “[...] a Psicologia conteria nela todas as ciências, ao menos teria jurisdição suprema sobre todas as ciências” (FREGE *apud* SD: 71)²⁵.

²⁵ FREGE, G. *Écrits logiques et philosophiques* (1879 – 1925). Paris: Le Seuil, 1971, p. 191.

Desta forma, Pêcheux pensa ter atingido o “núcleo” filosófico e ideológico do idealismo que ele opõe à “posição filosófica materialista”. Esta última reconhece a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, que a primeira tende a negar em proveito de uma “teoria universal das idéias” — quer sob a forma de uma “rede universal, a priori, de noções”, quer sob a forma empirista de um “procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos” (SD: 72). Duplo resultado, pois as teorias idealistas parecem ser feitas para o acobertamento dos conhecimentos científicos disponíveis em um momento histórico dado, ao mesmo tempo em que tomam a aparência de um discurso científico que pretende legislar sobre a realidade. Trata-se aqui dos efeitos da “necessidade cega” — a qual Engels se refere como motor da História e que engloba as *forças produtivas*, as *relações de produção* e a *luta de classes* — pela qual “o impensado é dissimulado pelo pensado no próprio pensamento” (SD: 73).

Acabamos de nomear, assim, o que Pêcheux designa como o *ideológico*. Ele consiste em uma “representação imaginária [...] necessariamente subordinada às forças materiais que dirigem os homens” (SD: 73), definição de contornos tipicamente althusserianos. O *ideológico* é o que resulta, portanto, de nossa própria ignorância com relação a essas *forças materiais*, ignorância que assume a forma da *teoria do conhecimento* no idealismo. Assim como somos escravos das leis da natureza que atuam em nós, independentemente de nossa vontade e da nossa consciência, somos escravos da História enquanto não apreendermos suas leis. O Materialismo Histórico é essa ciência da História. Ele designa o *objeto real* dessa “necessidade cega”, que “*existe independentemente do fato de que ele seja conhecido ou não, isto é, independentemente da produção ou não-produção do objeto de conhecimento que lhe ‘corresponde’*” (SD: 74). É o que torna possível enunciar as “teses fundamentais do materialismo” que sustentam toda a análise de *Semântica e discurso*:

- a) o mundo “exterior” material existe (objeto real, concreto-real);
- b) o conhecimento objetivo desse mundo é produzido no desenvolvimento histórico das disciplinas científicas (objeto de conhecimento, concreto de pensamento, conceito);
- c) o conhecimento objetivo é independente do sujeito (SD: 74).

Essas teses devem ser tomadas, segundo Pêcheux, considerando suas interdependências. Sendo assim, “a crença na objetividade da ciência é o mesmo que a crença

na existência objetiva dos objetos exteriores”, formulação que sintetiza, de acordo com Lênin (*apud* SD: 74)²⁶, o essencial do materialismo. Por outro lado, a crença na existência de uma verdade objetiva coincide com a afirmação de um conhecimento que “não depende do sujeito”. Em outros termos, as teses materialistas permitem, de um golpe, separar a ordem da *representação* (efeito do real no imaginário) da ordem do *conceito* (efeito do real no pensamento). Elas também permitem distinguir o dado *objetivo* de sua simulação *subjetiva*, de acordo com a formulação pêchetiana de que, no idealismo, “o subjetivo *simula* o objetivo” (SD: 76), afirmando, em contrapartida ao idealismo, a existência do “processo sem sujeito”. Em seu resumo, que finaliza a segunda parte do primeiro capítulo de *Semântica e discurso*, Pêcheux afirma que

o essencial da tese materialista consiste em colocar a independência do mundo exterior (e do conhecimento objetivo de suas leis, que chamaremos daqui para frente processo científico-conceitual) em relação ao sujeito, *colocando simultaneamente* a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior (de onde resulta o caráter necessário dos efeitos que afetam esse sujeito, chamados, doravante, processo-nocional-ideológico). Em outros termos, a proposição materialista, “a matéria é independente do espírito”, não poderia ser convertida em “o espírito é independente da matéria” sem abalar as próprias bases do materialismo (SD: 76).

Tomemos essa afirmação como descrição da tese althusseriana do “processo sem sujeito”. Ela permitirá a Pêcheux caminhar, no capítulo seguinte de *Semântica e discurso*, da filosofia da linguagem à teoria do discurso, passando da “evidência lógico-lingüística do sujeito [...] até o que permite pensar a ‘forma-sujeito’ (e, especificamente, o ‘sujeito do discurso’) como um efeito determinado do processo sem sujeito” (SD: 77).

2.1.3 Língua, discurso, ideologia

O caminho que conduz ao *discurso* deve ser construído pelo pensamento e é essa necessidade de construí-lo passo a passo que justifica o longo caminho de *Semântica e discurso*. O *discurso* não é uma evidência a que se chega simplesmente reconhecendo um

²⁶ LÊNINE, V.I. *Matérialisme et empiriocriticisme* (1908), *Oeuvres*, t. XIV, Paris: ed. Sociales, 1962, p. 304.

terreno que já está dado ao pensamento. Os efeitos discursivos que importam a Pêcheux são aqueles que estão dissimulados no próprio funcionamento da linguagem e, como tal, são irreduzíveis a funcionamentos lógico-linguísticos. Em outros termos, o *discurso*, tal como ele aparece na reflexão de Pêcheux, remete à anterioridade do impensado sobre o pensamento, àquilo que determina o sujeito e o ilude, na medida em que este se pensa no centro e na origem do sentido. É preciso, portanto, franquear uma barreira para aceder ao *discurso* como *objeto* a ser tomado no campo da consideração científica. O discurso não se confunde com o *corpus*; ele não se dispõe na superfície da língua. É de uma materialidade fugaz que se trata na noção de *discurso* em Pêcheux, sendo necessário transcender o sujeito do idealismo em direção ao *mundo exterior*, onde o pensamento pode reencontrar seu objeto *real*, para além de todo psicologismo e de todo formalismo.

A ponte que serve para franquear essa outra margem do pensamento e aceder ao objeto *discurso* é, como vimos, o ponto lógico-linguístico da construção relativa que distingue *explicativas* e *determinativas*. Ele constitui a base comum sobre a qual se assentam tanto os processos conceptuais-científicos como os processos nocionais-ideológicos. A construção dessa ponte tem como um de seus pilares a reflexão logicista e anti-psicologista de Frege — de quem Pêcheux se aproxima para logo se separar — que havia trabalhado sobre a noção de *pressuposição*. Esse pilar recebe reforço a partir do trabalho desenvolvido por Pêcheux com o amigo Paul Henry, do qual serão extraídas as noções de *pré-construído* e de *articulação de enunciados*. Antes, porém, de reconstruir essa ponte, é preciso examinar a separação representada por esse fosso que se pretende atravessar. Ele designa o passo decisivo diante do qual se coloca a dimensão do ato que comporta essa travessia para o outro lado, ao qual somos conduzidos pelo pensamento de Pêcheux, o que implica avançar no terreno movediço e pantanoso do *discurso*.

A Lingüística parece, aos olhos de Pêcheux, bastante assegurada de seu objeto, *nos limites de seu domínio*, e parece pretender reforçar essa fronteira, a cada vez, para resistir aos apelos que a solicitam constantemente *para fora desse domínio* (SD: 87). Esse apelo é sintomático. Ele resulta do “retorno incessante a uma questão que incomoda”, atestando “a não-resolução da questão” pela Lingüística, no próprio interior de seu domínio (SD: 88). Tal questão diz respeito à semântica e ao corte constitutivo da Lingüística²⁷, uma vez que essa

²⁷ Aspecto trabalhado por Pêcheux no artigo de *Langages*, n. 24, “*La Sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*”.

disciplina se formou precisamente no cerne de um “constante debate sobre a questão do sentido, sobre a melhor forma de *banir de suas fronteiras a questão do sentido*” (SD: 88). Assim sendo, a Lingüística não pode evitar uma espécie de eterno retorno às fendas de suas origens, o que ela busca resolver ora como *repetição*, apoiando-se na Filosofia da Linguagem, em suas variantes realistas ou empiristas de cunho idealista, ora como *denegação*, simplesmente afastando seu problema constitutivo de origem.

O que significa, nesse contexto, o chamado *materialista* para fora do domínio da Lingüística? Como não recair no erro teórico e político representado pelas soluções idealistas?

Devemos recordar o que essas soluções têm em comum. Em primeiro lugar, elas se apresentam como tentativas de *reconstrução da língua* a partir da dominação da lógica sobre a retórica. Nesse ponto, é preciso recordar o alcance de um debate que se travou no seio do movimento marxista e que teve por objeto a questão de saber se, afinal, a língua é ou não é uma *superestrutura*, o que equivale a perguntar se a língua é ou não é eminentemente ideológica. A resposta afirmativa a essa questão corresponde ao equívoco histórico que resulta de um tratamento idealista projetado sobre a filosofia materialista. Historicamente, essa solução é exemplificada pela presunção de Nicolas Marr, pensador marxista, de fazer da gramática uma forma de luta de classes, na medida em que a identificação da língua a uma superestrutura ideológica conduz, necessariamente, a idéias reformistas. Sobre esse ponto, Pêcheux reafirma a *autonomia relativa do sistema da língua*, evitando assim qualquer jurisdição da Filosofia Materialista sobre a Lingüística. Afirmar que “a língua não é uma superestrutura”, formulação que recorda a intervenção de Stalin nesse debate, é aqui assumir um princípio de limitação que resguarda o espaço próprio da ciência da linguagem.

Em segundo lugar, deve-se recordar que as soluções idealistas caracterizam-se também por suas tentativas de distinguir, *por critérios lingüísticos*, os enunciados científicos daqueles que não o são, estabelecendo o primado de uma forma de linguagem sobre outra. Em relação à intervenção da filosofia materialista somos, então, confrontados com a objeção de que essa intervenção buscaria, por sua vez, classificar os enunciados em científicos ou ideológicos, repetindo ao seu modo a mesma divisão no seio da linguagem que caracteriza o idealismo. A essa objeção, Pêcheux responde evocando o “fantasma teórico próprio ao neopositivismo”, do qual o materialismo tende a se afastar, que opõe enunciados científicos e linguagem ordinária. De fato, essa separação não pode ser regrada no próprio interior da

linguagem, como se uma linguagem depurada de toda retórica e objetivada pela lógica não fosse, em si mesma, igualmente ideológica.

No entanto, o fato de não haver propriamente *distinção lingüística* entre enunciados científicos e não científicos, não quer dizer que se apague todo domínio da ciência ou que não seja possível diferenciar processos científicos-conceituais de processos nocionais-ideológicos. As teses materialistas não seriam possíveis se não reconhecessem a existência de objetos reais e de ciências *historicamente* determinadas. Mas é preciso ver como, em cada época, “as ‘formas ideológicas’ em presença cumprem, de maneira necessariamente desigual, seu papel dialético de *matéria-prima* e de *obstáculo* com relação à produção de conhecimentos” (SD: 77). Em outros termos, é preciso, para acompanhar a argumentação pêchetiana: a- distinguir o objeto de conhecimento do objeto real de uma ciência; b- conceber a existência de relações contraditórias entre objeto de conhecimento e objeto real — para além das relações de adequação ou inadequação que caracterizam a distinção entre objeto real e objeto ideal própria ao idealismo filosófico; c- conceber, ademais, a maneira como cada época se apropria dessa contradição, segundo sua forma ideológica, seja para tentar resolvê-la ou para negá-la.

Para compreender como essa apropriação se revela no terreno da ciência da linguagem, podemos recorrer à análise da *configuração epistêmica da Lingüística* desenvolvida por Paul Henry, em 1977, no prólogo de *A Ferramenta imperfeita* (HENRY 1992, p. 11 – 31). Segundo Henry,

o objeto de conhecimento é tão material quanto o objeto real, mas ele é materialmente distinto. Reconhecê-lo permite precisar em que consiste a materialidade do objeto de conhecimento sem reduzi-lo a um reflexo pensado do objeto real. O objeto de conhecimento é o objeto que muda, que tem uma história inscrita na história da ciência da qual é objeto, na confrontação de suas teorias, nas práticas específicas que o caracterizam, assim como nas condições históricas que produziram essa história, essas confrontações, essa prática (HENRY 1992, p. 16).

Paul Henry cita como exemplo o papel desempenhado pela *intuição lingüística do sujeito falante*, a partir do uso que dela faz Chomsky. Ele implicaria em uma forma de apropriação da contradição inerente à constituição da Lingüística, expressa no *Curso de*

Lingüística Geral pela dicotomia língua/sujeito falante. A *intuição do sujeito falante*, que permite no nível prático discernir formas que pertencem e que não pertencem à língua, teria sido recuperada por Chomsky no nível teórico como *competência lingüística*. Desta forma,

o apelo à intuição lingüística justifica portanto a consideração das formas construídas a partir da teoria e para fins teóricos [...] Uma defasagem entre objeto teórico e objeto real é introduzida [...] Em outras palavras, essa noção [de intuição lingüística] representa na prática do lingüista, no quadro dessa teoria, uma apropriação da contradição entre objeto real e objeto de conhecimento, mas trata-se de uma modalidade de apropriação que tem por característica desconhecer seu objeto (a contradição) substituindo-o por outro. O apelo aos fatos pelo viés da intuição lingüística é na realidade um apelo a evidências da individualidade do sujeito enquanto unidade de uma interioridade singular e de sua universalidade (HENRY 1992, p. 20).

Chega-se, assim, passo-a-passo, à conclusão de que na prática científica a *apropriação* da contradição entre objeto real e objeto de conhecimento apela necessariamente para as formações ideológicas, como exemplificam as *ideologias da transparência da linguagem* na prática da Lingüística. As saídas para esse dilema, que reflete a circularidade ideológica própria à toda disciplina científica, consiste em *fazer trabalhar a contradição*. Para Paul Henry, Lacan teria desempenhado essa função no campo da psicanálise: “Lacan soube tirar as conseqüências do fato de Freud, desde a ciência dos sonhos, ter sido levado a fazer hipóteses sobre a linguagem que rompessem com a ideologia de sua transparência” (HENRY 1992, p. 30).

Para Pêcheux — aparentemente menos ligado à Psicanálise que Paul Henry, ao menos nesse momento de sua elaboração —, a intervenção da filosofia materialista no domínio da ciência lingüística consiste, da mesma forma, “em *abrir campos de questões*, em dar trabalho à lingüística em seu próprio domínio e sobre seus próprios ‘objetos’, por meio de sua relação com objetos de um outro domínio científico: a ciência das formações sociais” (SD: 90). De uma forma ou de outra, a lingüística é chamada para fora de seu domínio a fim de ver a si mesma, como um olhar que se distancia de seu objeto a fim de examiná-lo sob uma nova perspectiva; ela pode reconhecer, assim, sua contradição fundante, que ela não podia ver pelo fato de que havia se *apropriado* dessa contradição acreditando estar fazendo ciência. Eis o que determina a sua cegueira, segundo Pêcheux.

Tentemos precisar melhor alguns pontos, que me parecem fundamentais. Em primeiro lugar, é preciso considerar que a análise de Pêcheux pressupõe uma lingüística dominada pelo idealismo filosófico. Em segundo lugar, deve-se distinguir a sua *intervenção materialista* no domínio da lingüística de uma imposição de regras e conceitos de um campo disciplinar a outro. Para Pêcheux, o Materialismo Histórico não é uma ciência que tenha jurisdição sobre outras ciências, como de fato se pretendeu, e encontra sua limitação no reconhecimento da autonomia de ciências historicamente constituídas. Essa autonomia das ciências, no entanto, encontra também seus limites em sua constituição histórica, e é para isso que aponta a contradição, inerente a todo domínio científico, entre objeto real e objeto de conhecimento. A intervenção materialista destina-se, assim, a *fazer ver* aquilo que uma ciência tem a necessidade de excluir em sua operação de redução ao recortar, no real, o seu objeto de conhecimento. Ela revela a articulação entre ciência e ideologia, incidindo sobre o mito do puro discurso científico e mostrando que todo corte fundador de uma ciência é necessariamente um corte continuado que implica um trabalho, muitas vezes dramático e conflituoso, de elaborações, confrontações e cisões teórico-conceituais que acabam esquecidas sob a veste da objetividade da ciência.

Ora, essa *articulação* deve ser estampada no próprio domínio onde se desvela a contradição, isto é, nas formas materiais em que essa contradição se mostra como fenômeno lingüístico. Segundo Pêcheux, essas formas, familiares aos lingüistas de um modo geral, fornecem as *pistas* por onde é possível cercar a contradição e fazê-la trabalhar, demonstrando ao mesmo tempo sua articulação com questões filosóficas. Além disso, mostram na aparência de que se reveste o discurso científico, dissimulada nas suas próprias entranhas, a emergência histórica da contradição. Para Pêcheux, essas pistas podem ser discriminadas:

- por um lado, a oposição entre *explicação e determinação*, à qual o lingüista deve ter relacionado um certo número de propriedades morfológicas e sintáticas, propriedades essas ligadas ao funcionamento das relativas e das completivas, à adjetivação, à nominalização, etc.;
- por outro lado, a oposição entre *situação e propriedade*, à qual o lingüista deve ter, igualmente, relacionado certas características morfossintáticas do sistema verbal, do sistema dos determinantes (artigos, demonstrativos, etc.) e dos *shifters* (SD: 90).

Esses dois elementos pertencem “à região de articulação da Lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos” (SD: 91), que se depreende a partir das reflexões filosóficas sobre a referência, a determinação e a enunciação. Eles apontam, por fim, para a oposição entre *língua* e *discurso*, mostrando que

a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos (SD: 91).

É preciso, no entanto, reafirmar a especificidade da oposição língua/discurso para não confundi-la com as oposições língua/fala e abstrato/concreto:

“a discursividade não é a fala (*parole*), isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração’ da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão *processo discursivo* visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (*parole*) juntamente com o antropologismo psicologista que ela veicula” (SD: 91).

Avançando nessa direção, pode-se considerar que a aparente unidade da língua, mediante a qual apreendemos a idéia de sistema, esconde na verdade as divisões inerentes à luta de classes, de forma que devemos distinguir sua autonomia relativa — estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas — dos processos discursivos que se desenvolvem sobre essa base. É ao que vai nos levar o desenvolvimento da análise pêchetiana da relação explicação/determinação que desenvolveremos a seguir a partir da noção de *pré-construído*. Ela expõe “a base comum sobre a qual os processos nocionais-ideológicos, por um lado, e os processos conceptuais-científicos, por outro, se constituem como processos discursivos” (SD: 93). Na outra margem dessa ponte chegaremos àquilo que, para Pêcheux, constitui o fundamento de uma *teoria materialista do sentido* à qual se liga a *forma-sujeito do discurso*.

2.1.3.1 Determinação, formação do nome e encaixe: a noção de pré-construído

A questão do *pré-construído* constitui o elo de ligação fundamental que a teoria do discurso estabelece com o funcionamento lingüístico. Como se expressa Denise Maldidier

(2003, p. 34), “é sua ancoragem lingüística”. Em termos gerais, o pré-construído designa as estruturas sintáticas mediante as quais se pode entrever a relação que o discurso mantém com os *traços de construções anteriores da língua*, mostrando que a evidência de sentido de uma asserção se apresenta, ao mesmo tempo, fora do alcance da asserção, como se tivesse sido decidida antes, como uma presença *já-lá*, gerando efeitos de assujeitamento. A questão toca, assim, as relações da sintaxe com a semântica, deduzindo-se daí o sujeito. Esse percurso não pode ser dissociado do trabalho conjunto que Pêcheux estabelece com Paul Henry²⁸ e de sua oposição às concepções de Ducrot²⁹ sob a forma da transposição, para o campo das reflexões lingüísticas, da noção lógica de *pressuposição* desenvolvida por Frege, da qual deriva o termo de *pré-construído*.

Frege é um pensador cuja importância se estende igualmente à lógica, aos fundamentos da aritmética e à filosofia da linguagem, dentre outros campos do saber. Sua preocupação central foi a de estabelecer uma fundamentação para as matemáticas de cunho rigorosamente *logicista*, de onde resulta sua oposição sistemática, nesse campo, às teses empiristas, formalistas e psicologistas. No entanto, a busca dessa fundamentação desemboca, inevitavelmente, em questões pertinentes à Filosofia da Linguagem. De fato, sua tentativa de criar uma linguagem depurada das imperfeições e insuficiências da linguagem ordinária resulta na perspectiva mais ampla do programa logicista: estabelecer as bases de uma *ideografia (Begriffsschrift)*³⁰, isto é, de uma linguagem simbólica de caráter instrumental, concebida com a finalidade de substituir a linguagem ordinária e limitada, em sua aplicação, à formulação de uma linguagem científica. Frege não visa, portanto, à linguagem em toda sua extensão; mas, ao se ocupar dos fundamentos da aritmética, é todo o campo da linguagem que se vê problematizado. Em seu programa, Frege é levado a colocar todas as questões que envolvem a explicitação e o esclarecimento dos conceitos básicos da matemática que utilizamos como se fossem evidências primeiras, mas que conservam muitas das ambigüidades, vacuidades e imprecisões da linguagem ordinária. A falta de uma fundamentação desses conceitos básicos, em sua consistência lógica, conduz a uma espécie de aprendizado no qual as operações por eles constituídas podem ser sistematicamente repetidas e memorizadas, perpetuando suas evidências, mas também suas contradições e

²⁸ HENRY, P. *De l'énoncé au discours: présupposition et processus discursifs*. Paris: C.N.R.S, 1974; *Constructions relatives et articulons discursives*. In: *Langages*, n. 37, 1975, p. 81 – 98; *A Ferramenta imperfeita*. Campinas: UNICAMP, 1992.

²⁹ DUCROT, O. *Pressuposés et sous-entendus*. In: *Langue Française*, n. 4, 1969, p. 30 – 43.

³⁰ FREGE, Gottlob. *Sobre a justificação científica de uma conceitografia*. 3ª ed. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

inconsistências. Ao final, é todo o edifício da disciplina científica que se encontra ameaçado. É essa característica da linguagem ordinária, que contamina até mesmo as matemáticas, que Frege quer evitar ao desenvolver uma linguagem simbólica que seja mais apropriada à ciência.

O trabalho de Frege aponta, assim, para uma série de distinções elementares no campo da linguagem que escapam à apreensão consciente do sujeito falante. A primeira refere-se à distinção entre *objeto* e *propriedade* de objeto. Os objetos são designados por nomes próprios; as propriedades, por proposições. Isso nos leva, por um lado, à necessidade de diferenciar o *objeto* de seu *modo de apresentação* em uma proposição e, por outro lado, a considerar que o significado (*Bedeutung*) de uma palavra só pode ser aferido a partir do contexto de uma proposição, ou seja, a partir da *função* que ela desempenha na proposição. Como decorrência, deve-se, segundo Frege, separar nitidamente o psicológico do lógico, o subjetivo do objetivo, evitando-se desta forma assimilar o *significado* a um ato mental ou a uma representação mental.

A segunda distinção refere-se à oposição lógica entre *função* e *objeto*. Tudo o que existe e que compõe o que chamamos de *realidade* pode ser agrupado, de forma mutuamente excludente, ou como *função* ou como *objeto*. Uma função pode ser representada pela forma: $f(x)$, sendo x o *argumento* definido como *objeto que preenche uma função*. Uma função de primeira ordem é aquela na qual seu argumento é preenchido por um objeto. Contrariamente, uma proposição pode ser uma função que não é preenchida por nenhum objeto. Neste caso, ela se escreve: $f()$, denotando-se que o lugar do argumento está vazio. Por exemplo, nenhum objeto preenche o lugar de argumento na expressão “o rei da França é calvo”, pelo fato de que não existe rei da França, embora essa expressão tenha um sentido, ou seja, embora ela possa ser construída gramaticalmente. Um *conceito* pode ser então definido como *função de um único argumento*, cujos valores são os valores de verdade designados logicamente pelas letras V ou F . Já uma função de segunda ordem é aquela na qual seu argumento é uma função de primeira ordem, e assim sucessivamente.

A terceira distinção — crucial para todo o pensamento lógico e da qual Pêcheux extrai uma série de conseqüências para sua *teoria do discurso* — separa o sentido (*Sinn*) de uma expressão de sua referência (*Bedeutung*). O referente de uma expressão proposicional é o *objeto* que ela designa. Uma expressão matemática, como “ $2 + 2$ ”, tem a mesma referência

que “2 x 2”, o número 4, embora seu *modo de apresentação*, isto é, o seu *sentido*, seja claramente diferente do sentido da segunda expressão. Da mesma forma, “estrela da manhã” e “estrela da tarde” têm uma e mesma referência, o planeta Vênus, embora difiram em relação ao sentido — na história da astronomia chegou-se mesmo a pensar que as duas expressões designassem dois objetos astronômicos distintos. Assim, um nome próprio qualquer que designe um objeto singular pode estar associado a sentidos diferentes, como no exemplo citado por Frege:

No caso de um nome próprio genuíno, como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isso associará outro sentido à expressão “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira (FREGE 1978, p. 63)³¹.

Da mesma forma, sentenças bem construídas como “o corpo celeste mais distante da Terra”, que tem um sentido claro, não tem sua referência assegurada, pois, embora possamos afirmar intuitivamente que tal corpo exista, não podemos ainda designá-lo. Esse exemplo fregeano nos parece muito ilustrativo do tipo de ilusão de linguagem que interessa a Pêcheux, na medida em que ele aponta para a existência de um objeto inexistente. Em outros termos, podemos apenas *pressupor* sua existência. O mesmo paradoxo pode ser encontrado na frase: “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu”, na qual “o discurso do ateísmo militante nega, na ‘proposição em seu todo’, a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada” (SD: 98). Deveríamos então, pergunta Pêcheux,

declarar essa frase como absurda e desprovida de sentido? [...] Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há *separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase?* (SD: 99).

Nesse caso, utilizando a terminologia de Frege, o que é negado é a referência da sentença como um todo, o que equivale a tomá-la como falsa. A análise da subordinada, no

³¹ FREGE, G. *Sobre sentido e referência*. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/Ed.USP, 1978.

entanto, coloca um problema lógico pelo fato de que, para negar a sentença como um todo, pressupomos como verdadeiro o pensamento contido na sentença subordinada.

Examinemos melhor o contexto em que aparece, no artigo acima referido de Frege, a reflexão sobre as sentenças subordinadas à qual Pêcheux dedica tanta atenção.

Essas [sentenças subordinadas] ocorrem como partes de uma sentença composta, que, do ponto de vista lógico, é também uma sentença, a saber, uma sentença independente. Mas aqui deparamo-nos com a questão de se também é válido que as referências de sentenças subordinadas sejam valores de verdade (FREGE 1978, p. 71).

Anteriormente, no mesmo artigo, Frege já havia proposto tomar como referência de uma sentença o seu *valor de verdade*, ou seja, a circunstância dela ser ou verdadeira ou falsa. A referência de uma sentença somente nos interessa se estamos preocupados com esse valor de verdade, para além do pensamento expresso na sentença. De fato, não estamos interessados em discutir o valor de verdade de sentenças ficcionais como em “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”, ao contrário do que ocorre com uma asserção do tipo “a Lua é menor do que a Terra”. No primeiro caso, nos satisfazemos com o sentido contido naquele pensamento sendo sua referência para nós algo totalmente irrelevante. A questão da referência somente advém em função de uma atitude de investigação. “É, pois, a busca da verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência” (*ibid*, p. 69). Voltando então à nossa questão, como devemos tomar a referência das sentenças subordinadas?

No caso do discurso indireto, como em “Copérnico acreditava que as órbitas planetárias eram circulares”, fica claro que a referência da sentença subordinada não é um valor de verdade, mas um pensamento, e que a verdade do todo não implica nem a verdade nem a falsidade da sentença subordinada. No caso de discursos diretos expressos por uma ordem ou por uma proibição, a referência é a própria ordem ou proibição. Pode-se dizer, de um modo geral, que a referência da subordinada só pode ser dita indireta, e que ela se comporta como um *nome*, no sentido que Frege dá a esse termo, ou seja, na medida em que designa um objeto singular e determinado, seja ele um pensamento, uma ordem ou uma proibição, que faz parte da sentença como um todo. Há, contudo, uma série de casos em que a

subordinada não exprime nem um pensamento como sentido, nem um valor de verdade como referência, como no exemplo de Frege, mencionado por Pêcheux: “aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”. Nesse caso, podemos dizer, de acordo com Frege, que

se o sentido da sentença subordinada fosse aqui um pensamento, seria possível exprimi-lo também numa sentença independente. Mas isso é infactível, pois o sujeito gramatical “aquele que” não tem um sentido independente, e apenas media a relação com a sentença conseqüente “morreu na miséria”. Por isto o sentido da sentença subordinada não é um pensamento completo e sua referência não é um valor de verdade, mas *Kepler* (FREGE 1978, p 75).

O importante a reter deste exemplo, segundo Pêcheux, é a inferência fregeana de que em tal sentença, como na linguagem ordinária como um todo, estamos sempre *pressupondo* a existência de uma referência aos nomes próprios que empregamos, de forma que a referência da sentença “aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias” depende da verdade de uma outra sentença, “houve alguém que realmente descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias”, que, não obstante, não é um pensamento expresso pela primeira. Dessa forma, afirma-se *algo* de *alguma coisa* sem que essa *alguma coisa* tenha sido designada. Para Frege, esse equívoco surge de uma “imperfeição da linguagem”, da qual mesmo a linguagem simbólica da análise matemática não estaria totalmente livre, já que “podem ocorrer aí combinações de símbolos que parecem referir-se a algo, mas que não têm, pelo menos até o presente, qualquer referência, por exemplo, as séries infinitas divergentes” (*ibid*, p. 76). Desta forma, acrescenta Frege,

numa linguagem logicamente perfeita (uma ideografia), deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe, de fato, um objeto, e que nenhum sinal seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência. Nos textos de Lógica, aponta-se a ambigüidade das expressões como fonte de erros lógicos. Considero igualmente oportuno advertir contra os nomes próprios aparentes que não têm nenhuma referência. A história da Matemática narra erros que se originaram desta maneira. O abuso demagógico se apóia facilmente sobre isso, talvez

mais facilmente do que sobre a ambigüidade das palavras. “A vontade do povo” pode servir de exemplo, pois é fácil estabelecer que não há uma referência universalmente aceita para esta expressão. Não deixa, pois, de ser importante que se elimine definitivamente a fonte desses erros, ao menos na Ciência (*ibid*, p. 76).

Em outros termos, estamos sempre conferindo sentido a certas expressões e *pressupondo* que os nomes comuns se referem a objetos do mundo sem perceber que a linguagem que utilizamos pode constantemente nos iludir. Não obstante, não se trata de pensar, conforme a concepção logicista, que dessa propriedade da linguagem ordinária, da qual derivamos uma série de “questões de linguagem”, dependam, em última análise, os problemas éticos e políticos. Nada poderia contrariar mais o pensamento de Pêcheux do que considerar, por exemplo, que “as oposições ideológicas [...] resultariam, ‘na realidade’, de imperfeições da linguagem” (SD: 97). Pode-se dizer que Pêcheux se utiliza do pensamento fregeano para investir fortemente contra o próprio pensamento logicista representado por Frege, apontando para o seu “ponto cego”. Pois interessa fundamentalmente a Pêcheux mostrar que é o funcionamento lingüístico, e não as imperfeições da linguagem, que induz no “pensamento” uma *ilusão*. Isso se mostra na sentença “aquele que descobriu a órbita elíptica dos planetas morreu na miséria” como um “efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático” (SD: 99). Esse efeito remete ao termo “*pré-construído*”, elaborado por Paul Henry a partir da análise da *pressuposição* fregeana, que demarca a passagem do terreno lógico-filosófico para o novo terreno do *discurso*³². Citemos integralmente a passagem de *Semântica e discurso* que expressa um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a Lingüística:

Nessa perspectiva, a ilusão de que fala Frege não é o puro e simples efeito de um fenômeno sintático que constitui uma “imperfeição da linguagem”: o fenômeno sintático da relação determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dessimétrica por discrepância entre dois “domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, *como se esse elemento*

³² Segundo Denise Maldidier, a noção de pré-construído é, na verdade, sugerida por Pêcheux em “uma noite, ao sair do seminário de Culioli, na esquina da rua de Feuillantines e Saint-Jacques, no fogo da discussão”. Para Maldidier, “ela permite pensar e apreender o interdiscurso, o conceito chave, sem dúvida o mais fundamental de toda a construção teórica de M.Pêcheux” (MALDIDIER 2003, p. 36.).

já se encontrasse aí. Especifiquemos que, ao falar de “domínios de pensamento”, não estamos querendo designar *conteúdos de pensamento fora da linguagem*, que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento: na verdade, todo “conteúdo de pensamento” existe na linguagem, sob a forma do *discursivo* (SD: 99).

Pode-se concluir, segundo Pêcheux, que a característica essencial da noção de pré-construído é a separação entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, na medida em que o segundo é pressuposto no primeiro, configurando a discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios “como o impensado de seu pensamento” (SD: 102). Mas, continua Pêcheux, “essa separação é, ao mesmo tempo e paradoxalmente, o motor do processo pelo qual *se pensa o objeto de pensamento*, isto é, o processo pelo qual o pensamento funciona segundo a modalidade do *conceito*” (SD: 102). É esse paradoxo que teremos que desenvolver a seguir. Ele nos remete ao funcionamento da *relativa explicativa*, introduzida lingüisticamente através do conector “porque”, à qual Pêcheux vai ligar o chamado *efeito de sustentação*. O efeito de sustentação designa uma forma de articulação entre duas proposições caracterizada por um *retorno do saber no pensamento*. Nesse sentido, o *efeito de sustentação* se opõe ao *efeito de pré-construído*, pois enquanto o primeiro introduz um *pensamento* entre duas proposições sob a forma lógica da implicação, ao qual corresponde a relativa explicativa, o segundo introduz sub-repticiamente um *objeto* sob a forma de uma pressuposição, ou seja, supõe um nome próprio ao qual se refere uma proposição ou um conjunto de proposições, o que pode ser expresso pela relativa determinativa.

2.1.3.2 Articulação de enunciados, efeito de sustentação

O funcionamento lingüístico ligado ao *efeito de sustentação* pode ser tratado a partir de dois exemplos retirados da obra de Frege e retrabalhados por Pêcheux. O primeiro se refere a uma narrativa histórica à qual podemos agregar uma análise motivacional: “Napoleão, que reconheceu o perigo para seu flanco direito, comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga” (SD: 112). Nesse caso, a sentença como um todo pode ser desdobrada em dois pensamentos independentes, sendo um deles expresso pela subordinada. No entanto, podemos acrescentar a esses dois pensamentos principais o pensamento secundário de que “Napoleão comandou pessoalmente sua guarda contra a posição inimiga *porque* reconheceu o

perigo para seu flanco direito”, o que, de maneira alguma, é expresso explicitamente pela associação da principal com a subordinada, mas apenas induzido por essa associação. Em outros termos, há indecidibilidade entre necessidade e contingência na associação expressa pela primeira sentença, de forma que, “por estar associada a uma outra, a sentença exprime mais do que o faria isoladamente” (FREGE 1978, p. 83), simulando uma relação causal. Nesse caso, dirá Pêcheux, o sentido da frase parece exigir “uma espécie de *cumplicidade* entre o locutor e aquele a quem ele se dirige” (SD: 114), ou seja, um processo de *identificação do locutor* e a possibilidade de pensar o que ele pensa em seu lugar, o que remete ao domínio de aplicação do enunciado, ponto crucial, segundo Pêcheux, para a compreensão dos processos ideológicos.

O segundo exemplo remete a um enunciado científico: “o gelo, que tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água” (SD: 109). Nesse caso, podemos igualmente distinguir dois pensamentos: (a) o gelo tem peso específico inferior ao da água; (b) o gelo flutua sobre a água. É fácil perceber, no entanto, que esses dois pensamentos se articulam a um terceiro, “se alguma coisa tem um peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água”, conforme a premissa universal de um silogismo. Através de reduções sucessivas somos conduzidos então à forma da implicação lógica, “*se p, então q*”, que pode ser finalmente parafraseada por: “o gelo flutua sobre a água”, suprimindo-se a subordinada. Esse funcionamento da relativa explicativa constitui o que Frege chama de um *pensamento*, isto é, um *elemento saturado*. De fato, a expressão “o gelo flutua sobre a água”, pressupõe o pensamento expresso pela relativa explicativa, que desempenha aqui a função de *efeito de sustentação* por meio da relação de implicação entre duas propriedades: *se* um corpo tem o peso específico inferior ao da água, *então* ele flutua sobre a água. Conforme a expressão pêchetiana, a supressão da explicativa tem aqui um *caráter incidente*: “pode-se dizer que ela constitui a evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base” (SD: 111). O importante a salientar é que esse *retorno do saber no pensamento*, ao qual podemos ligar o *efeito de sustentação* próprio do discurso da ciência, aponta igualmente para a possibilidade de simular um *pensamento*, como freqüentemente ocorre nas proposições introduzidas por formas lingüísticas tais como: “todo mundo sabe que” ou “é claro que”.

Deve-se, contudo, tirar mais um proveito da reflexão lógica fregeana que, como vimos, é inseparável das questões de linguagem que ela suscita e nas quais se apóia. Nesse

segundo exemplo, a articulação proposicional parece afastar toda e qualquer cumplicidade entre os interlocutores, realizando o ideal implícito da reflexão lógica expresso pela ideografia fregeana e levado a cabo, por exemplo, no *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein, cuja tendência é o esvaziamento completo dos aspectos motivacionais em uma função proposicional. Em outros termos, a depuração da linguagem pretendida pela lógica resultaria em uma espécie de linguagem conceitual sem sujeito, realizando o ideal científico da pura objetividade, de acordo com o qual a *verdade* de uma proposição independe da asserção do sujeito que afirma a proposição. Essa forma, comum ao discurso científico e ao discurso jurídico, é demonstrada no uso da estrutura sintática “aquele que/o que”, a partir das quais se promove o *esvaziamento do objeto a partir da função* (SD: 107). Isso pode ser exemplificado tanto em uma sentença como “aquele que causar um prejuízo a outrem, deve repará-lo”, caracteristicamente jurídica, como em uma sentença científica do tipo “todos os mamíferos tem o sangue vermelho”. Podemos observar que, em ambas, passamos de uma determinação para a indeterminação típica de noções gerais como “aquele que toca em piche se suja”, na medida em que a forma “aquele que/o que” equivale à forma universal “todo que/qualquer um que”. É por meio desses indicadores indefinidos, conforme assevera Frege, “que o sentido adquire a generalidade que se espera de uma lei” (FREGE 1978, p 78).

Consideremos agora a sentença: “o homem que é racional é livre”. Se tomarmos “homem” como um “nome comum”, a questão de saber se a composição de pensamentos deve ser tomada a partir da relativa explicativa ou determinativa parece insolúvel. Segundo Pêcheux, o sentido dessa sentença irá depender, em última instância, “de alguma coisa fundamental que está em jogo antes” (SD: 117), que ele remete à “*identificação* pela qual todo sujeito se reconhece como homem [...] e como é organizada sua relação com *aquilo que o representa*” (SD: 117). De forma semelhante, sintagmas do tipo “a vontade do povo”, à qual Frege recorre para salientar o uso demagógico de expressões ambíguas que não têm uma referência universalmente aceita, parecem iniludivelmente derrapar para o terreno da ficção por falta desta referência. No entanto — e eis aqui o “ponto cego” que demarca o limite do materialismo fregeano, segundo Pêcheux —, essa ambigüidade revela um uso político da linguagem e não uma imperfeição da linguagem, pois, “para a ideologia burguesa, a política pertence, como a poesia, ao registro da ficção e do jogo” (SD: 120). Assim, retornamos às “*duas vertentes do idealismo*, respectivamente, o *realismo metafísico* (mito da ciência universal) e o *empirismo lógico* (uso generalizado da ficção)” (SD: 121). Ambas se colocam a serviço do ocultamento ideológico:

O realismo metafísico corresponde à *fantasia da reabsorção da luta política* no puro funcionamento do aparelho jurídico-político e caracteriza as condições nas quais a questão do poder do Estado não é diretamente colocada, de tal modo que a burguesia pode, em aparência, evitar a luta política e declarar-se apolítica tratando “os problemas sob seu aspecto técnico”. A ficção empirista (e o cinismo cético que a acompanha) corresponde, ao contrário, à *forma burguesa da prática política*, sempre que a mesma burguesia é obrigada a “fazer política” manobrando, embaralhando as cartas, etc, isto é, quando ela conduz a luta política sob a forma de um *jogo* (SD: 121).

Eis o lugar a que chegamos, conduzidos pela argumentação pêchetiana na segunda parte de *Semântica e discurso*, cujo propósito foi o de fazer o percurso *da filosofia da linguagem à teoria do discurso*. A última seção evoca a questão pendente do *sujeito* articulando, conforme se intitula, *sujeito, centro, sentido*. Ela é extraída da articulação entre as questões lógicas e as questões lingüísticas e da distinção de dois modos de *funcionamentos*.

Um deles diz respeito, em última instância, às modalidades de “preenchimento” dos lugares de argumentos de um predicado, enquanto condições de formação do enunciado, e o outro incide sobre a articulação entre enunciados, isto é, incide, na verdade, sobre a passagem à discursividade, ao engendramento do “texto” (SD: 123).

Lembremos que a terra prometida por Pêcheux equivale ao cumprimento da exigência por ele formulada de estabelecer uma ponte entre base lingüística e processo discursivo e que seu ponto de miragem — que ele designa como o “problema chave de uma teoria do discurso” — é a simulação do conhecimento científico no desconhecimento ideológico. Não é suficiente, para esse fim, “indicar formalmente a existência desses dois mecanismos” (SD: 124). Seria como apontar uma direção sem ter percorrido o caminho. Em outros termos, é preciso fazer trabalhar a contradição, desenvolvendo-a até o limite. Essa contradição remete a uma concepção ideológica da descontinuidade entre ciência e ideologia, acobertando-a a partir de uma versão que simula *ideologicamente* a descontinuidade — de tal maneira que a ciência figure como neutra e objetiva opondo-se, por exemplo, à metafísica — em prol do desconhecimento ideológico. Vimos que esse mascaramento se realiza lançando mão de um

“terceiro elemento, nem lógico, nem lingüístico” (SD: 124), que coloca em jogo relações de discrepância entre “domínios de pensamento”, sob a forma do *pré-construído* e da *articulação de enunciados* — à qual podemos ligar o retorno do saber no pensamento. O último desenvolvimento do segundo capítulo de *Semântica e discurso* — *sujeito, centro, sentido* — busca concluir esse percurso atingindo o núcleo subjetivo do idealismo a fim de fundar uma *teoria materialista dos processos discursivos*. Sua base é o terreno paradoxal de uma “teoria não subjetiva da subjetividade” (SD: 134). Para conquistar esse terreno é preciso trabalhar o *funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos*, o que supõe, conforme Pêcheux, “o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa; portanto, uma teoria da identificação e da eficácia material do imaginário” (SD: 125).

2.1.3.3 Sujeito, centro, sentido

O caráter espontaneamente idealista dos pares de categorias filosóficas abordados por Pêcheux — necessidade/contingência, objeto/sujeito — toma, finalmente, a forma da oposição entre construção lógica/observáveis no positivismo lógico. Distinguem-se assim duas espécies de línguas, conforme a terminologia de Carnap: a língua de observação (*Lo*) reflete entidades diretamente observáveis por um sujeito e são descritas na linguagem concreta da “situação” — utilizando o que Russell designa como “particulares egocêntricos” (*eu, aqui, agora, isto*); a língua da teoria (*Lt*), por sua vez, designa entidades ou relações que escapam à observação direta, devendo ser construída a partir de raciocínios hipotético-dedutivos que ligam as asserções entre si, estabelecendo relações lógicas entre “propriedades”. Passamos assim do subjetivo ao objetivo, do concreto ao abstrato, do particular ao universal. Esta solução de continuidade, proposta pelo positivismo lógico, é vista por Pêcheux como uma solução idealista. Nela,

o duplo funcionamento *articulação de enunciado / encaixe* vai se distribuir espontaneamente de modo que o *encaixe* seja o mecanismo de base que fornece a “descrição dos observáveis”, e que a *articulação de asserções* seja o mecanismo de base da abstração científica que liga entre si as “construções lógicas” (SD: 125-126).

Acompanhando mais de perto essa solução logicista, percebe-se que ela favorece o vínculo universal da determinativa, sob a forma lógica “o que é *a* é *b*”, e que tende a assumir a

forma “x, que é a, é b” quando se aplica a um particular, isto é, à forma da explicativa, mas concebida como um “feixe de propriedades”. Segundo Pêcheux, somos então conduzidos a uma *ciência de todo e qualquer objeto*, “para a qual somente existiriam *relações pensadas*, esvaziadas de todo ‘ser’” (SD: 126), conforme o ideal da língua teórica preconizada pelo positivismo lógico e já antecipada por Frege em sua *Ideografia*. Ora, o que chama a atenção de Pêcheux, e o que vai constituir uma espécie de falácia lógica do positivismo, é que uma linguagem bem construída, que assevera a independência do pensamento em relação ao ser, corre o risco de girar em torno de si mesma, uma vez que “toda designação sintaticamente correta constrói um objeto... de pensamento, isto é, uma ficção lógica reconhecida como tal” (SD: 126), sustentada pela “suspensão do juízo de existência” que uma linguagem rigorosa, pretensamente, autorizaria. Sendo assim, se esquece a própria exigência fregeana de que “toda expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe, *de fato*, um objeto” (FREGE 1978, p. 76). Pode-se concluir, assim, que o caminho logicista que leva do concreto ao abstrato e da situação à propriedade nos conduz também à ficção por meio da qual o discursivo se sobrepõe ao lingüístico,

de acordo com o *mito continuísta empírico-subjetivista*, que pretende que, a partir do sujeito concreto individual “em situação” (ligado a seus preceitos e a suas noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos (SD: 127).

A hipótese de Pêcheux é de que esse apagamento é o resultado de um processo de *identificação*. Nele passamos, progressivamente, de uma forma de enunciado originada na subjetividade e na situação (“eu vejo isso”; “eu digo que”), para uma forma simétrica assentada na discrepância eu / tu (“eu vejo isso / tu vêes isso” ou “eu digo que / tu me dizes que”), passando por uma forma genérica (“vê-se que” ou “disseram-me que”), até atingir a forma universal (“é verdade que”) característica do discurso da ciência³³. Podemos acrescentar, de nossa parte, que tal processo remete ao assentimento com que um sujeito adere a uma dada proposição. Seja, por exemplo, a proposição “a terra gira em torno do sol”. Podemos tomá-la tanto como o resultado de uma crença ou percepção subjetiva: “eu creio que a Terra gira em torno do sol”; atribuí-la a outrem, mantendo suspensa minha adesão:

³³ Referimo-nos aqui ao quadro elaborado por C. Fuchs e reproduzido por Pêcheux (SD: 127).

“Copérnico disse que a Terra gira em torno do sol”; aderir à sua autoridade: “a afirmação de Copérnico de que “a Terra gira em torno do sol” é para mim verdadeira; ou tomá-la como expressão de uma verdade que independe de toda e qualquer adesão subjetiva, isto é, como um conceito: “a afirmação de que a Terra gira em torno do sol é verdadeira”. Observemos que essa última supõe, necessariamente, a forma consensual da intersubjetividade sob a aparência da objetividade, isto é, apóia-se em um processo de identificação que constrói gradativamente essa adesão.

Chegamos assim, com Pêcheux, ao “obstáculo idealista fundamental” a uma “teoria do discurso”, representado pela “*noção ideológica do sujeito* como ponto de partida e ponto de aplicação de operações” (SD: 130). Podemos então distinguir, de um lado, o sujeito empírico, fonte e origem de suas representações, unificado e identificado consigo mesmo. A ele se aplica a ilusão de autonomia, como se esse sujeito se auto-constituísse na situação, mascarando-se com isso o processo de assujeitamento no qual ele se identifica às significações que recebe. O sujeito do discurso aparece aqui, paradoxalmente, como origem do sujeito do discurso. De outro lado, o Sujeito universal — que escrevemos com um *S* maiúsculo, conforme Althusser —, reduzido aos processos ideológicos ligados a uma ordem já dada e à qual se aplicam as proposições que simulam o conhecimento científico no desconhecimento ideológico. “O homem, que é racional, é livre”: para aceitar livremente sua submissão, pode-se dizer.

A tese que o materialismo opõe ao idealismo assevera que o *sujeito* ao qual se refere o empirismo-lógico é um efeito ideológico e não um dado de origem. Cabe a essa tese demonstrar que esse sujeito se constitui em um “processo não-subjetivo” e avançar em direção a uma “*teoria não subjetiva da subjetividade*” (SD: 131). Seus *fundamentos reais* são aqueles que Pêcheux reconhece a partir do artigo de Althusser, os *Aparelhos Ideológicos de Estado*, publicado na França em 1970³⁴. Como reconhece Malidier (2003, p. 33), “o artigo de Althusser marca todo o trabalho de Pêcheux na virada dos anos 70. É ele que subentende o grande momento de *Semântica e discurso*, assim como vai alimentar remorsos, quando chegar o tempo das desconstruções”. Para Gregolin (2004, p. 52), “o pensamento de Althusser está fincado no projeto de construção da análise do discurso, dando à obra de Michel Pêcheux sua sustentação filosófica e política”. O artigo de Althusser permite, por um lado, pensar a

³⁴ ALTHUSSER, Louis. *Ideologie et Apareils Ideologiques d’Etat*. La Pensée, n. 151, 1970, p. 3 – 38. Trad. port.de Joaquim Moura Ramos. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1980.

materialidade das ideologias tomadas no próprio funcionamento das instituições e, por outro lado, o sujeito da ideologia, por meio de sua *teoria da interpelação*, segundo a qual “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER 1980, p. 93)³⁵. É a partir dessa teoria althusseriana que Pêcheux extrai a relação — que nos interessa prioritariamente — entre *ideologia e inconsciente*:

Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com *S* maiúsculo — sujeito absoluto e universal —, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (*Autre*, com *A* maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, “o inconsciente é o discurso do Outro”, podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (SD: 133-134).

Somos incitados a listar algumas questões preliminares, suscitadas por essa aproximação, no texto de Pêcheux, de termos lacanianos e althusserianos. Em primeiro lugar, não nos parece de forma alguma evidente a aproximação entre o Outro lacaniano e o Sujeito althusseriano. É verdade que o Sujeito, escrito com a inicial maiúscula, designa em Althusser um *Outro Sujeito*, em nome do qual se fala, conforme atesta a análise da ideologia religiosa em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (ALTHUSSER 1980, p.108-114). Ele aponta, portanto, para um *lugar* que o discurso designa e a partir do qual ele *interpela os indivíduos em sujeitos*. Há margem, portanto, para pensarmos essa aproximação entre o *Sujeito* althusseriano e o *Outro* lacaniano se os tomarmos como equivalentes à *ordem simbólica* que precede aos sujeitos aí convocados por seu chamado e sua interpelação. Nesse sentido, o *Sujeito* é a condição de todo e qualquer processo de identificação. Pêcheux parece, no entanto, confundir o *Outro* e o *nome-do-pai*, significante lacaniano que designa aquele que, no lugar do *Outro*, designa o Outro como um *lugar*. Teríamos que distinguir, portanto, o *Outro* como a *estrutura* da linguagem e o *Outro* enquanto esse mesmo lugar vem a ser preenchido pelo significante nome-do-pai, em nome de quem se fala. Incluir o nome-do-pai implica, no entanto, pensar a ordem simbólica enquanto suspensa à lei do desejo e, como tal, como uma inconsistência

³⁵ “*L'idéologie interpelle les individus en sujets*”, conforme o original (*apud* PÊCHEUX: *Lês Vérités de La Palice*. Paris: Maspero, 1975, p. 122).

lógica. O desconhecimento dessa formulação lacaniana leva Pêcheux a reafirmar em *Semântica e discurso*, conforme assinala Marlene Teixeira, “a relação de alienação total do sujeito à estrutura”, resultando daí “um assujeitamento *sem resto*” (TEIXEIRA, M. 1997, p. 81).

Nossa segunda observação concerne à formulação lacaniana de que “o inconsciente é o discurso do Outro” e sua assimilação ao *assujeitamento ideológico*. É verdade que Pêcheux adverte que essa assimilação se refere ao “*processo do Significante na interpelação e na identificação*” (SD: 133) e para que não se confunda um e outro domínio de pensamento. É preciso, no entanto, aprofundar em que sentido Lacan se refere aqui ao termo “discurso” ao ligá-lo ao termo “inconsciente”. Esse sentido não é de forma algum unívoco na obra de Lacan e merece ser investigado a fim de distinguir *formação do inconsciente* e *formação discursiva*, aspecto que iremos desenvolver na seqüência de nossa investigação. A referência ao “processo do significante”, por sua vez, pode ser tomada como a versão lacaniana da alienação do sujeito na linguagem, na medida em que, conforme a clássica definição de Lacan, em si mesma tautológica, “o significante é o que representa o sujeito para um outro significante”.

Estão dadas as condições para que possamos avançar no texto pêchetiano em torno da articulação entre *Discurso, ideologia e sujeito* que nomeia o terceiro capítulo de *Semântica e discurso*.

2.1.4 Discurso, ideologia e a forma sujeito do discurso

O caminho para se chegar à forma sujeito do discurso, na terceira parte do terceiro capítulo de *Semântica e discurso*, passa, primeiro, pela explicitação do termo ideologia. Pêcheux retoma aqui as teses de Althusser expostas em *Os aparelhos ideológicos de Estado* (1970/1980). É preciso, sobretudo, evitar uma visão mecanicista e evolucionista da luta de classes para avançar a tese althusseriana do *todo complexo com dominante* que configura uma visão dinâmica da contradição. Por isso, Pêcheux irá preferir utilizar a expressão “reprodução/transformação das relações de produção”, para indicar que a ideologia não é um atributo que se possa localizar em uma classe social específica. A ideologia se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, não como uma máquina ideológica que os converteria em

um puro instrumento da classe dominante, mas porque aí se reproduzem as relações de subordinação/desigualdade que caracterizam o estado da luta de classes em uma dada formação social.

O termo “formações ideológicas” deve designar, portanto, de acordo com Pêcheux, a “materialidade concreta” da instância ideológica, isto é, o caráter regional e as ideologias práticas que podemos ligar a uma determinada cena da luta ideológica de classes (SD: 146). Embora a dominação ideológica não possa ser descrita como um processo mecânico, Pêcheux insiste no fato de que ela é um “processo objetivo cujo mistério é preciso desvendar” (SD: 148). Ora, é exatamente esse mistério que é esclarecido pela tese althusseriana de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, que fundamenta “uma teoria materialista dos processos discursivos” (SD: 148). Essa tese é precedida, no texto althusseriano, por duas proposições intermediárias: a- só há prática através de e sob uma ideologia; b- só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos (ALTHUSSER 1970/1980, p. 91). Conforme salienta Pêcheux,

na primeira, o artigo indefinido leva a pensar a pluralidade diferenciada da instância ideológica sob a forma de uma combinação (*todo complexo com dominante*) de elementos onde cada um é uma formação ideológica (no sentido definido acima); em síntese, uma ideologia. Na segunda proposição, a determinação do termo “ideologia” funciona “em geral”, como se disséssemos “só há raiz quadrada de um número positivo”, entendendo por isso que toda raiz quadrada é a raiz de um número positivo: da mesma maneira, a significação dessa segunda proposição, que prefigura, na verdade, a “tese central”, é, realmente, que “a categoria de sujeito... é a categoria constitutiva de toda ideologia”. Dito de outro modo, a aparição do termo “sujeito” na exposição teórica [...] é rigorosamente contemporânea ao emprego do termo “Ideologia” no singular, o sentido de “toda ideologia” (SD: 149).

A Ideologia em geral deve ser distinguida, portanto, tanto da ideologia dominante, que é o resultado de conjunto obtido no interior de uma formação social concreta, como das formações ideológicas que levaram a esse resultado. “A Ideologia em geral não tem história”. É nesse sentido que se pode dizer que “a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia”, pois “toda a ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER 1970/1980, p. 94). O conceito de Ideologia em geral permite, finalmente, pensar a tese althusseriana de que o sujeito é um “animal ideológico”, isto é, a

tese de que “a evidência de que eu e você somos sujeitos — e que esse fato não constitui problema — é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (*ibid*, p. 95).

2.1.4.1 A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos

O que fundamentalmente interessa a Pêcheux, e o que confere o acento próprio de *Semântica e discurso* às teses de Althusser, pode ser reduzido a dois pontos principais: em primeiro lugar, a constatação de que “a evidência da existência espontânea do sujeito” o constitui, ao mesmo tempo, como “origem ou causa de si”, reafirmando as teses empiristas; em segundo lugar, a afirmação, apenas sugerida no texto de Althusser, de que a *evidência do sujeito* é coextensiva à *evidência do sentido*, “presente em toda filosofia idealista da linguagem”, de acordo com a qual o sujeito é induzido à crença de que “uma palavra designe uma coisa ou possua um significado”, através da qual podemos associar os efeitos ideológicos de todo discurso (SD: 153).

Todo nosso trabalho encontra aqui sua determinação, pela qual a questão da *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e não de um modo marginal [...] mas no interior da própria “tese central”, na figura da interpelação (SD: 153).

É em torno dessa “tese central” da *interpelação* que a articulação entre ideologia e inconsciente se impõe no texto de Pêcheux. “Essas duas categorias não se encontram aqui *por acaso*”, diz Pêcheux, embora reconhecendo que em relação a essa articulação “o *essencial do trabalho teórico* ainda permanece por fazer” (SD: 152). “O caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente*, é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento” (*ibid*), cujo efeito ideológico é, justamente, a *evidência do sujeito* e a *evidência do sentido*.

Como pensar teoricamente a *figura da interpelação*? Proponho tomá-la a partir dos seguintes pontos, desenvolvidos a partir da exposição de Pêcheux (SD: 154 - 156):

- 1- Como figura, ilustração, a interpelação não é propriamente um conceito, mas uma forma de apontar o sujeito, não apenas para evocá-lo ou designá-lo, mas para *invocá-*

lo (“Você, por quem eu derramei essa gota de sangue”; “Ei, você aí!”). Pêcheux a aproxima tanto de uma figura religiosa quanto policial. Ela define assim o sujeito em seu estatuto jurídico, o que dá sentido à expressão segundo a qual os indivíduos são interpelados *em* sujeitos.

- 2- O ato de invocação se desdobra, por outro lado, “de uma maneira tal que o teatro da consciência é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se* fala *do* sujeito, que *se* fala *ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’”. Ela aponta indiretamente para a presença do *Outro*, ali mesmo onde o sujeito é invocado.
- 3- A interpelação demonstra “o vínculo superestrutural — determinado pela infraestrutura econômica — entre o aparelho *repressivo* de Estado [...] e os aparelhos ideológicos de Estado, portanto, o vínculo entre o “sujeito de Direito” e o “sujeito ideológico” (que se toma por idêntico a si e pronuncia: “sou eu”, em resposta àquela sua invocação).
- 4- A tese da interpelação diz que é o *indivíduo*, e não o *sujeito*, que é interpelado pela ideologia. Seu mérito é o de, em primeiro lugar, apontar para a discrepância indivíduo / sujeito, e de não pressupor a existência do sujeito senão a partir da própria interpelação que o constitui. Podemos dizer que é por esse paradoxo que o *sujeito é chamado à existência*.
- 5- Esse mesmo paradoxo admite a interpretação adicional de que, na verdade, a interpelação tem um *efeito retroativo*, que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já-sujeito”, isto é, ela parte da *evidência* do sujeito, que o *supõe* como “único, insubstituível e idêntico a si mesmo”. Do contrário, a tese da interpelação reeditaria, de outra forma, a ilusão subjetiva de uma origem ou fonte do sujeito. Temos aqui uma espécie de tautologia. Trata-se da circularidade que podemos aferir a partir da injunção jurídica: “Senhor Fulano de Tal, o senhor poderia me dizer o seu nome?”, pela qual uma identidade é verificada. O que esse paradoxo revela é que a ‘evidência’ da identidade dissimula que esta identidade é o resultado de “uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem estranha é, contudo, *estranhamente familiar*” (SD: 155). Ele advém igualmente da circularidade pela qual a criança pode contar a si mesma no enunciado, como no exemplo: “tenho três irmãos: Pedro, Gabriel e eu” ou no diálogo ao telefone: — “quem fala?” — “é o meu pai”. Esse retorno do *estranho no familiar* aponta para o efeito de *pré-construído*, isto é, o efeito de *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado “antes, em outro lugar, independentemente” (SD: 156). O efeito de pré-construído pode, assim,

ser considerado a “*modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é sempre-já-sujeito*” (SD: 156).

- 6- Essa discrepância, presente na interpelação do indivíduo em sujeito, funciona “por contradição”. Essa contradição pode ser percebida sob a forma de uma série de *sintomas* articulados ao “funcionamento do significante” no processo de interpelação-identificação. Ocasão de retomar a observação de Pêcheux segundo a qual esse “funcionamento do significante” aproxima o inconsciente freudiano do processo ideológico do assujeitamento. Recorrendo à definição de Lacan de que “o significante representa o sujeito para um outro significante” — diferentemente do *signo*, que *representa alguma coisa para alguém* —, é possível, segundo Pêcheux, aproximá-la da formulação do “*sujeito como processo (de representação) interior ao não-sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J. Lacan: o sujeito é ‘preso’ nessa rede*” (SD: 157). Essa formulação considera que “o sujeito resulta dessa rede como ‘causa de si’” (SD: 157), sendo essa contradição (produzir como *resultado* uma *causa de si*) o que caracteriza a interpelação como um *processo* no qual “os ‘objetos’ que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si” (SD: 157).

Detenhamo-nos mais sobre esse último ponto, crucial para o tensionamento entre Pêcheux e Lacan. A expressão “ser preso na rede” designa, para Pêcheux, o processo constitutivo do sujeito, isto é, o efeito-sujeito propriamente dito. Duas observações se impõem. A primeira nos leva a associar a expressão “não-sujeito” à própria rede significante que antecede e antecipa o sujeito, no sentido, por exemplo, do comentário de Althusser: “antes de nascer a criança é sempre-já-sujeito, designado a sê-lo na e pela configuração ideológica familiar específica em que é ‘esperada’ depois de ter sido concebida” (ALTHUSSER 1970/1980, p. 103). Nesse caso, é a ideologia familiar, na forma assumida pela *rede dos significantes*, que configura um *não-sujeito* e que, paradoxalmente, toma a criança esperada como um *sempre-já-sujeito*. A segunda observação deriva da ambigüidade que o verbo “*prendre*” pode assumir na frase em francês — “*le sujet est ‘pris’ dans ce réseau*”³⁶ —, na medida em que remete tanto à idéia de um *aprisionamento* do sujeito — seu assujeitamento, para sermos mais precisos — como à sua *apreensão* nessa rede, no sentido em que apreendemos um objeto nas mãos. Trata-se de uma anterioridade lógica ou

³⁶ PÊCHEUX, M. *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975, p. 141.

ideológica? De qualquer maneira, para Lacan, a apreensão do sujeito na rede significante não poderia se dar sem a necessária divisão subjetiva nesse processo, o que é consoante com a produção de sintomas e das *formações do inconsciente* de um modo geral, mesmo que o sujeito não se reconheça nelas em função da identificação que a interpelação produz. O inconsciente se distingue, assim, para Lacan, do plano imaginário onde se sustentam as identificações do sujeito.

Para retomar a argumentação de Pêcheux, é o “apagamento do fato de que o sujeito resulta de um processo” (SD: 157) que leva às “fantasias metafísicas” concernentes à dimensão do sujeito como ‘causa de si’. Pois, enquanto sujeitos falantes, os indivíduos são *todos* recrutados pela ideologia, recebendo como evidente “o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem” (SD: 157). Pêcheux se refere a essas fantasias como *efeito Münchhausen*, “em memória do imortal barão que *se eleva nos ares puxando-se pelos próprios cabelos*” (SD: 157), o que equivaleria a postular o paradoxo que toma “o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso” (SD: 158).

2.1.4.2 O caráter material do sentido, a evidência do sujeito e o interdiscurso.

A evidência do sujeito, inclusive a evidência de que “eu sou realmente eu”, mascara, portanto, que o sujeito se *produz* no processo de interpelação-identificação a partir dos lugares que lhe são designados nesse processo. O discurso jurídico é um exemplo claro dessa designação. Nele, o futuro do subjuntivo (“todo aquele que causar um dano a alguém...”) prepara o advento do sujeito do direito enquanto tal, como um objeto que preenche o lugar de argumento em uma função proposicional. De forma semelhante, o sujeito ideológico que o reduplica resulta da norma identificatória que admite a forma lógica da implicação *se p, então q* (“um soldado francês não recua. Logo, se x é um soldado francês, ele não deve recuar”). O aparato lingüístico funciona assim como “um dispositivo de retomada do jogo” (SD: 160), a partir da ficção da transparência da linguagem, velando o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados no interior de uma formação ideológica. Cabe, pois, explicitar em que consiste esse *caráter material do sentido*, por meio de duas teses e de suas definições correlatas:

- 1- O sentido de uma palavra, de uma expressão ou de uma proposição está na dependência da formação ideológica na qual se inscreve. Isso define uma *formação*

discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (SD: 160). Deriva daí que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos do *seu* discurso pelas formações discursivas que representam “‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (SD: 161). As palavras retiram seu sentido das formações discursivas no interior da qual se relacionam, estabelecendo-se desta forma o campo semântico onde se afere esse sentido. Designa-se então, por *processo discursivo*, “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos — “significantes”— em uma formação discursiva dada” (SD: 161). Pode-se dizer, portanto, que o sujeito é produzido a partir dos *pontos de estabilização* de um determinado domínio de pensamento, criando-se dessa forma as condições de consenso que regulam as relações intersubjetivas.

- 2- “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]” (SD: 162). Define-se como *interdiscurso* o “todo complexo com dominante” das formações discursivas cuja objetividade material é dada pelo fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”. Os dois tipos de discrepâncias assinalados por Pêcheux, quais sejam, o efeito de encadeamento do pré-construído e o efeito de articulação de enunciados, estão, assim, determinados materialmente na própria estrutura do *interdiscurso*. O funcionamento da ideologia em geral fornece, por meio da interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso e mediante o complexo das formações ideológicas, a relação imaginária que cada sujeito estabelece com a realidade. Mas esse “ego”, assim formado, não pode reconhecer seu próprio assujeitamento ao Outro ou ao Sujeito, “já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma da autonomia” (SD: 163), pela qual o sujeito se reproduz como interior sem exterior pela determinação do real e do *interdiscurso* como real exterior. A esse funcionamento espontâneo da forma sujeito, por fim, corresponde o idealismo filosófico, “por meio do qual se dá como essência do real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito” (SD: 163). Essa tese pêchetiana pode ser então finalizada a partir de uma citação que sintetiza a relação do

sujeito com o discurso e que, dada a sua importância para o tema que nos ocupa, reproduziremos na íntegra:

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “ego imaginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (SD: 163).

A distinção entre o efeito de pré-construído e a articulação de enunciados pode ser esclarecida e simplificada levando-se em conta a forma como se especificam no interdiscurso. Na medida em que o pré-construído corresponde ao *sempre-já-aí* da interpelação ideológica, ele remete àquilo que todo mundo sabe, isto é, aos conteúdos de pensamento do sujeito universal suporte da identificação e “àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (SD: 171). Ao passo que a articulação de enunciados “*constitui o sujeito em sua relação com o sentido [...]*” (SD: 164), ligando entre si os elementos discursivos constituídos pelo pré-construído, evocando no pensamento do sujeito o Sujeito universal da ideologia, através de formas lingüísticas que o interpelam, tais como: “todo mundo sabe que ...”, “é claro que...”, etc. Nesse sentido, a articulação de enunciados é constituída pelos fenômenos de co-referência que “garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (SD: 166).

2.1.4.3 A forma-sujeito do discurso

Pêcheux define como *forma-sujeito do discurso* a resultante do processo de incorporação e, ao mesmo tempo, de dissimulação, pela qual o sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui, absorvendo o interdiscurso no intradiscurso, de onde resulta a identidade imaginária do sujeito e, simultaneamente, os efeitos de intersubjetividade

nos quais o sujeito se reconhece especularmente em um outro sujeito, segundo a modalidade do *como se* (“como se eu que falo estivesse no lugar onde alguém me escuta”) (SD: 168). O *discurso do sujeito*, segundo essa perspectiva, seria equivalente aos fenômenos de paráfrase e de reformulação de uma formação discursiva dada, na qual os diversos sujeitos se reconhecem entre si, especularmente.

Desta forma, prossegue Pêcheux, apoiando-se em Althusser, multiplicam-se as formas ficcionais pelas quais “o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo” (SD: 170), se obtém sobre o fundamento do desconhecimento da *existência independente do real como exterior ao sujeito* ao qual se refere o materialismo, pois a marca do idealismo se imprime mediante a subordinação da realidade ao pensamento, apagando-se a distinção entre pensar e imaginar, de forma que a realidade seja transposta pela ficção na forma–sujeito do discurso.

Somos, assim, levados à formulação, importante para nossa investigação, de que “a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’” (SD: 171), de forma que ele tome aí “posição” como sujeito do discurso, isto é, como sujeito da enunciação de seu ato de linguagem, dissimulando ao mesmo tempo a sua determinação pela ideologia. Ou seja, a ficção de um sujeito originário desse ato apenas dissimula o “retorno do Sujeito no sujeito” (SD: 172). É o Sujeito, por fim, quem fala nos sujeitos interpelados pela ideologia, reduzidos a parafrazeá-lo em sua ilusão de autonomia, evocando-se dessa forma o problema constituído pela intencionalidade de um ato de fala, bem como da “consciência como poder sintético unificador” que organiza as representações de um sujeito, presente no “mito idealista da interioridade” (SD: 172).

Acrescentaremos que a “verdade” desse mito idealista consiste precisamente no funcionamento (concebido como autônomo) de uma *formação discursiva* no sentido em que a definimos, isto é, como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (SD: 172).

Ora, parece que é justamente essa eficácia da presença do Sujeito o que será colocada em questão no adendo *Só há causa do que falha*, que examinaremos adiante, pois tratar-se-ia,

nas enunciações do inconsciente, daquilo que no sujeito não coincide inteiramente com a forma sujeito do discurso. Mas esse ainda não é o ponto de vista de *Semântica e discurso*. Nessa obra, o recurso a Freud se destina a demonstrar a tese de que o *esquecimento n. 2*, ligado à seleção e às paráfrases no interior de uma formação discursiva, encobre o *esquecimento n. 1*, aquele que por analogia com o recalque inconsciente impede que o sujeito se coloque na perspectiva exterior da formação discursiva que o domina.

Não deixa de ser surpreendente, no entanto, a forma como Pêcheux se apropria da metapsicologia freudiana, já reformulada, segundo ele nos alerta, pela perspectiva lacaniana, para reafirmar “o primado dos processos primários sobre os processos secundários”, segundo a tese freudiana de que “o pensamento é inconsciente”, o que lhe permite retomar o problema da relação entre *inconsciente* e *ideologia*. Nessa nova perspectiva, “o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente)” (SD: 175), chegando à formação de uma nova representação que aparece conscientemente ligada à primeira, “embora sua articulação real com ela seja inconsciente” (*ibid*). O efeito é o restabelecimento de um vínculo na discursividade no interior de uma mesma formação discursiva, “podendo uma remeter à outra por meio de reformulação parafrásica ou por metonímia” (*ibid*), isto é, por meio da sintaxe que caracteriza o funcionamento do pré-consciente, ao mesmo tempo em que há uma ocultação de sua articulação real ou inconsciente. Isso caracteriza o *esquecimento n. 2*, que “*cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina*” (*ibid*), o que equivale a postular a ilusão da liberdade do sujeito da enunciação como um subjetivismo que carece de “um correspondente lingüístico do imaginário e do ego freudiano” (SD: 176).

O que parece estar aqui em jogo é que o sujeito da enunciação, supostamente intencional, se confunde com o domínio da sintaxe que caracteriza o funcionamento do pré-consciente, da qual decorre a ilusão de liberdade que o caracteriza. A esse funcionamento, Pêcheux opõe a tese freudiana da “*Verneinung*”³⁷, segundo a qual a relação entre duas representações pré-conscientes supõe “o jogo da negação enquanto efeito sintático mínimo” que caracteriza o recalque (SD: 176). Desta forma, o sujeito da enunciação repercute, no *intradiscurso* (ou seja: no domínio em que o sujeito constrói o seu discurso), as formas de ajuste e de negação que recobrem o funcionamento do inconsciente.

³⁷ FREUD, S. *A Negativa* (1924). ESB, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1969

2.1.4.4 Primeiro exemplo freudiano: o sintoma de Emma e a falsa conexão

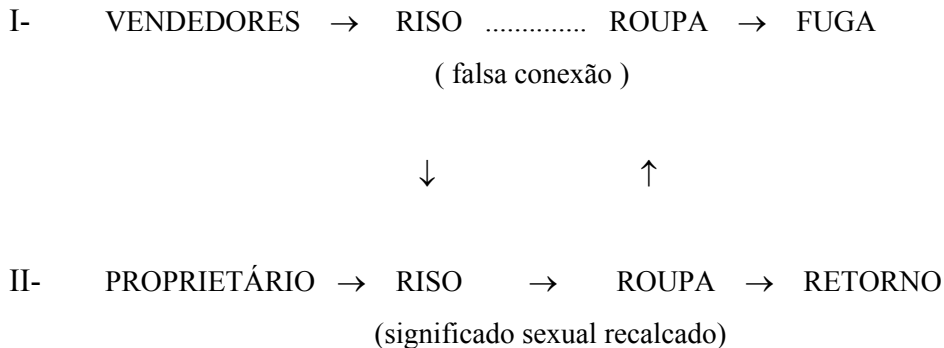
A fim de tornar mais clara a apreensão desse ponto, essencial para a articulação entre *inconsciente e ideologia*, vamos nos afastar por um momento do texto pêchetiano para expor, através de um primeiro exemplo instrutivo, o jogo de remanejamento e recobrimento entre inconsciente e pré-consciente do qual nos fala Pêcheux, lançando mão do fragmento clínico de *Emma*, trabalhado por Freud (FREUD 1895/1969, p. 463-469). Este exemplo demonstra os efeitos do recalque sobre o discurso e a presença do pensamento inconsciente sobre a sintaxe pré-consciente, mediante a qual o sujeito busca conectar-se novamente ao discurso afetado pela “*Verneinung*”, recompondo-o parafrásicamente, ao mesmo tempo em que sofre os efeitos sintomáticos da subtração do significante que caracteriza o recalque.

Na análise deste fragmento, relatado no *Projeto para uma Psicologia científica*, Freud parte da compulsão exercida por *idéias excessivamente intensas* na histeria. Essa compulsão será atribuída à *formação simbólica*. É preciso supor que houve uma ocorrência que consistiu na associação de *A* e *B* ($A + B$), seguida de um processo de *deslocamento*, de forma que algo foi acrescentado a *A* e subtraído de *B* ($B \rightarrow A$). Nesse processo, *A* torna-se um *símbolo* de *B*, sendo que sua *compulsão* se explica porque *B* está *recalcada*. Pode-se dizer então que *B* foi *privada de uma determinada quantidade (Q)*, sendo *excluída do processo de pensamento*, embora não *excluída da consciência*. Desta forma, a *formação simbólica* na histeria difere de uma formação simbólica qualquer, como a que toma a bandeira como símbolo da pátria, porque a relação simbólica é em si mesma inconsciente: o sujeito não estabelece a conexão que poderia levar de volta de *A* até *B* e que daria um sentido à compulsão. É este caminho inverso que o trabalho analítico busca refazer. Eis o fragmento clínico de forma condensada:

Emma acha-se dominada atualmente pela compulsão de não poder entrar nas lojas *sozinha*. Como motivo para isso, citou uma lembrança da época em que tinha doze anos (pouco antes da puberdade). Ela entrou em uma loja para comprar algo, viu dois vendedores rindo juntos e saiu correndo tomada de uma espécie de susto. Em relação a isso terminou recordando que os dois estavam rindo das roupas dela e que havia sentido atração sexual por um deles [...]

Prosseguindo nas investigações, revelou-se uma segunda lembrança da qual ela nega que se tenha dado conta no momento da cena I. Quanto a isso, não há maneira de refutar. Aos oito anos de idade foi duas vezes comprar doces numa confeitaria, sendo que logo na primeira o proprietário agarrou-lhe as partes genitais por cima da roupa. Apesar disso, voltou lá de novo e agora se recrimina por essa segunda vez, como se com isso tivesse querido provocar o atentado. E com efeito, a sua torturante má consciência pode ser atribuída a essa experiência (FREUD 1895/1969, p. 465).

Não nos deteremos nos vários aspectos da interpretação freudiana deste fragmento que, em suma, se ajusta à teoria traumática. Privilegiaremos, outrossim, as relações que aí se estabelecem entre a cadeia significante inconsciente, revelada pela análise freudiana, e o discurso da paciente. Há duas cenas sobrepostas colocadas em uma relação tal que a cena I, mais recente, torna-se compreensível somente quando associada à cena II, ocorrida quatro anos antes. Podemos representá-las no diagrama que se segue e que é uma modificação do diagrama apresentado por Freud neste texto:



Que relações podemos estabelecer, aqui, entre as duas cenas relatadas e a cadeia inconsciente? Partimos da descrição da cena I: Emma entra inadvertidamente em uma loja, sozinha; percebe dois vendedores *rindo* juntos e sai correndo tomada de susto. É preciso então antepor a cena II à cena I: Emma entra inadvertidamente em uma loja sozinha; percebe dois vendedores *rindo* juntos [um elo associativo primário se estabelece a partir do elemento *riso*, evocando inconscientemente uma significação sexual e provocando a liberação afetiva]; Emma sai correndo tomada de susto. Assim, se estabelece uma espécie de curto circuito no espaço psíquico situado entre percepção e consciência, que pressupõe o investimento subjetivo dos *traços* de memória inconscientes “*riso*” e “*roupa*”. Emma se dá conta da liberação afetiva, mas não do complexo associativo. Além disso, é preciso supor o recalque

como uma ação postergada (*Naträglich*), isto é, o significado sexual só faz sua emergência a partir desta *retranscrição* dos traços de memória inconscientes em direção ao pré-consciente, ao mesmo tempo em que sua *tradução verbal* pré-consciente é negada. De todo esse processo resulta o sintoma compulsivo de “*não entrar em lojas sozinha*”, nos quais os elementos “sozinha” e “loja” se destacam como elos verbais em relação às cenas relatadas. Finalmente, em lugar da significação sexual recalcada aparece uma *falsa conexão*, produzida no relato da paciente, segundo a qual os vendedores estariam *rindo* de suas *roupas*, que podemos tomar como uma distorção dos dados da percepção produzida pela recusa da realidade psíquica do desejo e, ao mesmo tempo, como expressão de uma paráfrase pela qual Emma ajusta seu discurso à posição sexual que corresponde a uma jovem recatada, como supomos seja esperado pela cultura na qual ela está inserida.

O sujeito é assim como que ludibriado; a associação inconsciente salta à frente da percepção, diz Freud. A cadeia inconsciente faz sua emergência graças à contingência do encontro, no campo da percepção, dos traços de memória que traem a sua realidade psíquica. É o que Freud chama a *proton-pseudos* histérica, a primeira mentira à qual a linguagem se encontra suspensa, na medida em que o campo particular da fantasia confere um *valor* próprio aos signos que estruturam as relações sociais da língua, atravessando-a. As associações inconscientes parecem guiar-se assim pelos traços que o trabalho psíquico deixa como rastro, localizando aí, neste retorno dos signos de uma cena já vista (uma *Outra cena*, diria Freud, citando Fechner), o seu *quantum* de afeto.

A significação faz então sua emergência em dois tempos: primeiramente, a partir da inscrição dos elementos oriundos do campo da percepção, segundo associações contingentes e de acordo com sua apresentação simultânea por ocasião do evento traumático. Podemos tomá-los como traços do *objeto* a significar, considerando, no entanto, esta presença do objeto como enigmática. Este objeto provém de fora, irrompe com o próprio excesso, observação que tem o mérito de nos chamar a atenção para o fato de que a regulação quantitativa visada pelo aparelho psíquico não pode ser considerada sem o objeto que ela busca apreender e que o excesso traumático já nos aponta como inassimilável. O processo de significação se desdobra então em um segundo tempo, em uma segunda apresentação do objeto, atualizando os traços de memória já investidos da primeira experiência, a partir de um novo encontro no real, atualização que *retranscreve* retroativamente esse traço. Aqui intervém a falsa conexão em seu acesso à consciência: *estão rindo de minhas roupas*. Mas o verdadeiro significado é

aludido, segundo Freud, pela forma lingüística adquirida pelo sintoma: *não consigo entrar em lojas sozinha*. Freud assinala a incongruência e a incompreensão que resultam da comparação entre a “fala” do sintoma e a falsa conexão. Em outros termos, o significado barrado é aludido pelo sintoma e será esclarecido pela justaposição da cena II à cena I.

O sintoma adquire assim um sentido que não tinha antes. Quanto à significação, ela é sempre sexual. É tudo que se pode dizer: *é isso!*, conclusão de um processo inconsciente de retranscrição, signo de reconhecimento do objeto diante do qual Emma se precipita em fuga. Pode-se dizer que o trauma retorna sempre como *algo* não assimilável, acontecimento sempre estranho ao Eu e cuja hostilidade Freud irá remeter àquilo que é excluído do processo representativo do objeto, porém não sem deixar os rastros sob a forma de traços de memória, o que demonstra que a realidade já é um campo trabalhado pelo sujeito. Em outros termos, podemos apreender, a partir desse exemplo instrutivo, a extração da fantasia no intervalo entre as duas cenas, o que enquadra a angústia para o sujeito em sua relação com o desejo do Outro. É o que Freud designará com o termo *realidade psíquica*: trata-se de uma *Outra cena*, interposta entre percepção e consciência, disposta segundo os traços de memória do complexo do objeto que fixaram seu rastro, atualizados de tempos em tempos nos pontos em que a cadeia associativa inconsciente faz emergência no discurso ideológico sustentado pelo sujeito.

O *non-sens*, ao qual Freud se refere ao mencionar a *incompreensão* e a *incoerência* do discurso consciente de Emma, aponta assim para a realidade psíquica que será construída no rastro deixado pela forma lingüística do sintoma. Aí se revela uma atividade que, em sua complexidade e dinamismo, nada fica a dever à atividade consciente de pensamento. Esta atividade revela-se como um trabalho cuja finalidade é a realização do desejo. Mas, peculiarmente, sua direção desfaz os elos que comumente caracterizam a atividade lógica do pensamento, caminhando em direção ao *non-sens*.

2.1.4.5 A lei da não conexidade do pensamento

De acordo com Pêcheux, podemos postular uma pura existência do significante, separado das representações verbais pré-conscientes, ou melhor, “que isola a representação verbal da formação discursiva que lhe atribui um sentido, fazendo, assim, dessa representação verbal um puro significante” (SD: 176).

Os significantes aparecem dessa maneira não como peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas *como aquilo que foi 'sempre-já' desprendido de um sentido*: não há naturalidade do significante; o que cai, enquanto significante verbal, no domínio do inconsciente, está 'sempre-já' desligado de uma formação discursiva que lhe fornece seu sentido, a ser perdido no *non-sens* do significante (SD: 176).

Dessa forma, “no espaço de reformulação-paráfrase de uma formação discursiva — espaço no qual [...] se constitui o sentido —, efetua-se o acobertamento do impensado (exterior) que o determina” (SD: 177). É o que basta para justificar, segundo Pêcheux, “a ascendência dos processos ideológico-discursivos sobre o sistema da língua e o limite da autonomia, historicamente variável, desse sistema” (SD: 177).

Isso pode ser desdobrado na tese mais geral, retomada por Pêcheux na conclusão de *Semântica e discurso*, segundo a qual “o real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real” (SD: 255). Para Pêcheux, o que chamamos de *autonomia relativa da base lingüística* não poderia, sob o pretexto de que está na base, “imprimir sua forma aos processos discursivos que se desenvolvem sobre essa base” (SD: 259). Isso porque as modalidades histórico-materiais discursivas nas quais o real determina as formas de existência do pensamento impõem a ele “a forma da não-conexidade e da disjunção, e isso ‘para todo o sempre’, irreconciliavelmente, tão verdadeiro quanto a luta de classes é o motor de toda história humana e quanto a não haver “fim das ideologias” (SD: 259).

Ora, é justamente essa *não conexidade* que Freud torna evidente em sua análise dos sonhos. Segundo Pêcheux,

o processo de pensamento, tal como descreve Freud, existe sob a forma de regiões disjuntas do pensamento dentre as quais *nenhuma poderia ser associada como tal a um sujeito que as enunciasse*: cada uma das regiões, separadas entre si como por pausas, interrupções e bloqueios de pensamento, tem o estatuto de uma *representação*, no sentido de um quadro no qual não se pode discernir nenhuma marca de enunciação ou asserção [...] Nenhum sujeito é como tal sua causa: pelo contrário, é nessas representações que o sujeito se

instalará, sentindo-se ‘aprisionado’, identificado com a completa estranheza de uma evidência familiar... Como já sublinhamos, *o não dito precede e domina a asserção* (SD: 260).

Pêcheux insiste, sob esse aspecto, que não se trata de evocar Freud como um “simples acaso de um encontro analógico” (SD: 260) aplicável ao problema que se está tratando, pois

o caráter histórico-material da não conexidade do pensamento é, sem dúvida, um dos pontos pelo qual a questão da relação entre *inconsciente* e *ideologia* poderá avançar em direção à sua solução que, ainda hoje, segundo o que pensamos, permanece informulável como tal (SD: 260).

2.1.4.6 Segundo exemplo freudiano: o sonho da monografia botânica

A análise do sonho da *Monografia Botânica* é mencionada por Pêcheux como exemplo de “uma concepção totalmente diferente da não-conexidade do processo de pensamento, na qual a forma unificadora da consciência efetivamente desaparece” (SD: 260). Vamos abordá-lo a partir do texto da *Traumdeutung*, tal como analisado por Freud. Esse exemplo nos permitirá, ademais, destacar o que Freud denomina de *trabalho do sonho* (*Traumarbeitung*) assim como o método freudiano pelo qual passamos da não conexidade do significante ao sentido latente do sonho. Trata-se de um sonho do próprio Freud, cujo valor é primeiramente apontado em torno de sua extrema *condensação*, o que pode ser aferido se compararmos as poucas linhas de seu conteúdo manifesto e as várias páginas que resultam de sua análise (FREUD 1969/1900, p.179-187):

Eu escrevera uma monografia sobre certa planta. O livro estava aberto diante de mim e, no momento, eu folheava uma prancha colorida dobrada. Preso a cada cópia, havia um espécime seco da planta, como se tivesse sido retirado de um herbário (*ibid*)

a- as primeiras associações conduzem diretamente a um acontecimento trivial do dia anterior: “naquela manhã, eu vira um novo livro na vitrine de uma loja, trazendo o título *The Genus Cyclamen* — evidentemente uma *monografia* sobre aquela planta” (*ibid*). Segue-se a alusão às *flores prediletas* de sua esposa e a censura por não lhe trazer flores mais amiúde. A

mesma linha associativa remete ao buquê esquecido pelo marido de sua ex-paciente *Frau L.*, no dia de seu aniversário, e interpretado por ela como prova do seu desafeto. Essa alusão encerra esta primeira linha associativa.

b- retoma-se o mesmo ponto de partida em uma outra direção: elas conduzem à *monografia* sobre a *planta da coca*, escrita por Freud alguns anos antes, e que chamou a atenção de *Koller* sobre os efeitos anestésicos da planta. Essa cadeia associativa remete primeiramente a um devaneio da manhã do dia posterior ao sonho, antes, porém, de sua interpretação: tal como acontecera certa vez com seu pai, Freud se faria operar de glaucoma. Ficaria em Berlim, na casa do amigo *Fliess*; o cirurgião responsável se vangloriaria dos benefícios trazidos pelas propriedades anestésicas da *coca*, sem saber da identidade de seu paciente, que permaneceria então no *anonimato*.

c- uma outra cadeia de pensamentos deriva-se do mesmo “*caso da coca*”. Alguns dias antes Freud recebera um *Festschrift* (uma correspondência comemorativa) no qual se homenageava *Koller* pela descoberta dos efeitos anestésicos da *coca*. Desta lembrança decorre outra: no dia anterior Freud estivera conversando com *Königstein* e a conversa fora interrompida pela presença de *Gärtner*, um dos autores do mencionado *Festschrift*, e de sua mulher. Ora: *Gärtner* quer dizer, literalmente, *jardineiro*. Além disso, Freud saudou a presença *florescente* da sua mulher, na forma de um chiste.

d- a análise volta-se então para um outro fragmento do texto do sonho: *...havia um espécime seco da planta, como se tivesse sido retirado de um herbário*. Isso conduz à recordação de juventude do exame e limpeza de um *herbário* que lhe fora confiado por um professor, no qual haviam penetrado alguns vermes, *vermes de livros*. Do exame deste *herbário* as associações levam às *crucíferas*, à *falha* em identificá-las e daí às *flores compostas*, suas flores *prediletas*, ponto em que o trabalho interpretativo cruza, por outra via, com os mesmos elementos (*flores prediletas; falha pessoal*). Novo fechamento da cadeia associativa.

e- o trabalho interpretativo retoma outro fragmento: *via a monografia diante de mim*. Este fragmento remete diretamente a uma carta de *Fliess* recebida no dia anterior. Nesta carta, o amigo expressa estar lendo parte do *livro dos sonhos* de Freud, ainda não publicado: “*vejo-o concluído diante de mim e vejo a mim mesmo virando-lhe as páginas*”, diz o amigo. O sucesso antecipado da *Traumdeutung* é contrastado com o *caso da coca*. Sabemos que esse

caso se refere à pelo menos dois aspectos: a descoberta, atribuída a *Koller*, dos efeitos anestésicos da coca, que havia sido antecipada por Freud em sua monografia e que remete ao seu *anonimato*; e o relato de acidentes médicos da vida profissional de Freud, relacionados ao uso da cocaína em pacientes³⁸.

f- *A prancha colorida dobrada* remete, por sua vez, à má qualidade de seus desenhos e à *zombaria* de colegas. Seguiu-se então, sem que o próprio Freud pudesse saber como, uma lembrança de seus “primeiros anos de existência”: “certa vez, meu pai se divertira ao entregar um livro com *pranchas coloridas* a mim e a minha irmã mais velha para que o destruíssemos. Isso não é fácil de justificar do ponto de vista educativo!” (*ibid*). Essa lembrança, única deste período, é relacionada à “paixão de colecionar e possuir livros”, seu *passatempo predileto* — “eu me tornara um *verme de livros*”, diz o intérprete, reencontrando o mesmo signo. Por fim, recorda uma dívida contraída aos dezessete anos junto a um livreiro, que lhe custara a censura paterna. Neste ponto as associações retornam à conversa com *Königstein*: nela também havia sido mencionada a questão de lhe lançarem culpa por estar por demais absorvido em seus *passatempos prediletos*. Aqui, entretanto, “por motivos nos quais não estamos interessados”, interrompe-se a interpretação do sonho. Ela se detém diante do enigma do divertimento do pai frente a um livro posto em frangalhos, “folha por folha, como uma alcachofra”, do qual se origina o enigma do próprio desejo de Freud, ponto em que “a paixão leva à dor”.

Segundo Freud, as idéias de *botânica* e *monografia* desempenham neste sonho o papel de pontos nodais que condensam vários pensamentos latentes. Esses se concentram em torno da atração sentida por *livros*, em contraste com o *buquê de flores* esquecido. Para Freud, foi o elemento *Gärtner* que propiciou o elo verbal intermediário que levou dos pensamentos do dia anterior, circunscritos à conversa com *Königstein*, ao texto manifesto do sonho. Ele é o elemento material contingente à falta do qual o *trabalho do sonho* teria que encontrar um outro caminho, levado por outras associações verbais. Assim como no primeiro sonho analisado por Freud, o sonho *inaugural da Injeção de Irma*³⁹, a interpretação gira em torno de uma auto justificativa:

³⁸ Esses acidentes são em parte relatados no curso das associações com o sonho da Injeção de Irma. Conf.: FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Op cit., v. IV, cap. II)

³⁹ FREUD, S. *A Interpretação dos Sonhos*. Op. cit., cap. II.

afinal de contas, sou a pessoa que escreveu o valioso e memorável trabalho sobre a cocaína, da mesma forma que eu dissera, em meu primeiro sonho, em meu favor: ‘sou um aluno consciencioso e estudioso’. Em ambos os casos aquilo em que eu insistia era: ‘posso permitir-me fazer isso’ (*ibid*).

O sonho da *monografia botânica* é, neste sentido, um sonho de confirmação, a ser tomado no mesmo viés do sonho da *Injeção de Irma* e colocado ao lado deste: “na realidade, continha o assunto que foi levantado no primeiro sonho num estágio ulterior e o examinou com referência a material novo que surgira no intervalo entre os dois sonhos”, isto é, entre 1895 e 1898.

Findo o trabalho interpretativo temos então uma ligeira idéia do *trabalho do sonho*. Os elementos aparecem agora concatenados como uma *rede* que se entrecruza em diferentes pontos do trabalho associativo. O intérprete é como um escriba que trabalha sobre o texto do sonho, adicionando-lhe pensamentos e correlacionando seus elementos. Ele registra as condensações, encontra acontecimentos triviais de rotina, pequenos pensamentos à margem; segue processos associativos que se interrompem; retorna ao texto a partir de um novo ponto, relembra um devaneio, desenvolve a recordação de uma conversa interrompida do dia anterior, encontra outros pensamentos, percebe um elo associativo em um nome; de um fragmento do texto é lançado a uma recordação de juventude, de um outro a uma visão futura, de um outro ainda a uma cena infantil enigmática. Ele costura sua rede, afiançada pelo retorno dos fios: *flores prediletas – monografia – verme de livros*, etc. Este sonho é também para Freud o segundo tempo do outro, o sonho da *Injeção de Irma*, a cujo texto ele se prende como se o *re-sonhasse*. O escriba observa o retorno insistente de alguns signos. Aí, de novo, ele se encontra diante de algo indecifrável: à *boca aberta* de *Irma* sucede o divertimento enigmático do pai, de onde se extrai a dívida contraída pela paixão desmedida que responde ao enigma onde seu desejo foi capturado. Mas, aí não há mais auto justificativa!

O trabalho interpretativo vai assim da trivialidade do sonho manifesto, em que o autor contempla sua obra botânica acabada, à imersão em uma cena infantil em que um livro é destruído e para a qual não há resposta interpretativa — um objeto para o qual não há idéia!. Se o conteúdo manifesto nos parece afetivamente indiferente, a cena recordada nos leva, conforme assinala Freud, à paixão, dor e culpa. Mas o escriba fará da sua interpretação a resposta à mensagem recebida — *eu me permito!* — diante da qual o desejo-sintoma se faz

obra. Sabemos, pelo próprio Freud, o quanto a redação da *Traumdeutung* foi para ele uma *reação* à morte do pai⁴⁰.

No fundo, escreve Freud, “os sonhos nada mais são que uma *forma* particular de pensamento, tornada possível pelas condições do estado de sono. É o *trabalho do sonho* que cria essa forma, sendo ele sozinho a *essência* do sonhar” (FREUD 1990/1969, p. 541). O *trabalho do sonho* não pensa, não calcula, nem julga; limita-se a dar às coisas uma nova forma. É puro trabalho de escritura a partir do qual, pode-se dizer, o desejo busca realizar-se. Esse trabalho encontra seus pontos de detenção e de fracasso, sua *não conexidade*. O fato de darmos um sentido ao sonho não o torna, assim, menos enigmático. Em outros termos, queremos reafirmar que a interpretação não equivale a dar uma forma coerente ao que estaria antes fragmentado pela censura psíquica, o que equivaleria a pensar o trabalho interpretativo como uma espécie de recomposição de um sentido inconsciente e pré-existente, pois apenas retornamos a um sentido pré-consciente, como demonstra Freud. Paradoxalmente, o desejo inconsciente se realiza. A tese da não conexidade do pensamento adquire assim todo seu peso a partir da postulação de que o significante não está conectado a nenhum significado, mesmo que recalcado. Não há sentido inconsciente, mas apenas o trabalho do sonho em que o desejo busca se realizar. É este o *sentido* do sonho, segundo Freud, isto é, sua *verdade*.

O verbo alemão “*bearbeiten*” tem, em geral, o sentido de *trabalhar sobre algo*, sem a conotação de *sofisticar*, *aperfeiçoar* e *assimilar*, presentes no termo “elaborar” da tradução para o português⁴¹. Podemos assim aproximar o sentido do termo *Traumarbeitung* de um montante de trabalho aplicado sobre o pensamento latente do sonho, resultando em sua transformação. Corresponde ao trabalho de linguagem ao qual Freud se refere quando acentua o caráter *astucioso* do sonho e que se torna mais evidente quando se considera a *técnica verbal* do *Witz*. Esta *astúcia* parece visar unicamente ao aspecto econômico presente na realização de desejo. A interpretação, por sua vez, tem relação com a *mensagem* do sonho, na medida em que atribuímos sentido às produções oníricas.

A aproximação entre *trabalho do sonho* e *discurso* pode então ser buscada a partir de duas direções: a primeira considera o trabalho de linguagem envolvido como inseparável do desejo que ele realiza, isto é, daquilo que se satisfaz *na* linguagem; a segunda considera a

⁴⁰ Prefácio à segunda edição da *Traumdeutung*. FREUD, S. Op cit, v. IV, p. xxxv.

⁴¹HANS, LUIS. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 193.

inserção ativa do sonho na formação discursiva onde o sujeito é capturado, concedendo-lhe assim a dignidade de uma *fala*. O sonho, como toda formação sintomática, parece depender então de dois fatores: um motivo econômico (o desejo) e um motivo simbólico (a fala). É, portanto, no ponto em que buscam articular-se, o desejo e a fala, que emergem as formações do inconsciente. A aproximação entre formação discursiva e formação do inconsciente deve levar em conta essa condição primeira.

2.1.4.7 Significante, interpelação e formação discursiva

A não representatividade do sujeito no texto inconsciente é o que aparece dissimulada na proposição segundo a qual

um efeito de sentido não preexiste à formação discursiva na qual ele se constitui. A produção de sentido é parte integrante da interpelação do indivíduo em sujeito, na medida em que, entre outras determinações, o sujeito é “produzido como causa de si” na forma-sujeito do discurso, sob efeito do interdiscurso (SD: 261).

Como vimos, de acordo com a tese principal de *Semântica e discurso*, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, “identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, *simultaneamente*, o ‘sujeito é produzido como causa de si’” (SD: 261).

Em que consiste essa *simultaneidade*? Precisamente, que a produção do sujeito “é acompanhada de uma imposição de sentido às representações” (SD: 262) e que esse processo é concomitante ao *apagamento dessa determinação*. Pêcheux se apóia em Freud e em Lacan para mostrar que essa imposição é ocultada por uma divisão no próprio *elemento do significante* segundo a fórmula lacaniana: “o significante representa o sujeito para um outro significante” (SD: 262). Observaremos, de passagem, que a tradução, “o significante representa o sujeito *por* um outro significante”, que consta na edição brasileira de 1988, distorce, obseda e inverte o seu sentido, pois não se trata, definitivamente, de um significante *por* outro, como se o significante que representasse o sujeito viesse a ser substituído no

processo ideológico pelos significantes presentificados pelo interdiscurso, como faz supor a tradução, mas de uma remissão de um significante a outro na qual o sujeito se faz representar na cadeia sem se contar nela. Ponto sintomático em que se revela a dificuldade de assimilação do sujeito do inconsciente à teoria do discurso.

Pêcheux extrai dessa formulação duas conseqüências, que apresentamos a seguir juntamente com nosso comentário:

- 1- O *primado do significante* (SD: 262), de cujas propriedades derivamos a constituição do signo e do sentido. Chamemos essas propriedades, metáfora e metonímia. De suma importância, a nosso ver, uma vez que, se o sentido é o resultado de operações metafóricas por efeito da substituição de um significante por outro (“uma palavra *por* outra palavra”, conforme a reprodução pêchetiana da definição lacaniana), não sendo dedutível de encadeamentos lógico-lingüísticos no nível do raciocínio, retorna-se sempre ao *non-sens*. Afirmar a supremacia do significante, desprendendo, dessa forma, o significante do significado, equivale a postular que o sentido resulta de superposições, confrontos e transferências que se estabelecem na relação de um significante com outro significante na estrutura sincrônica do material da linguagem, perdendo assim a evidência que poderíamos postular a partir de procedimentos centrados sobre um sujeito supostamente intencional.

Por um lado, seguindo mais de perto o pensamento de Pêcheux, o sentido se impõe a partir de uma formação discursiva que, por sua vez, está na dependência de uma região do interdiscurso. Uma formação discursiva é o lugar provisório onde as relações metafóricas tendem a se estabilizar em um determinado momento histórico. Por outro lado, essa região do interdiscurso não forma um lugar homogêneo, mas está marcada pela não-conexidade do pensamento. Nessa medida, pode-se dizer que o que torna possível a metáfora é o caráter local e determinado do que cai sob o domínio do inconsciente enquanto lugar do Outro (*Autre*), “onde, diz Lacan, ‘se situa a cadeia significante que comanda tudo o que vai poder se presentificar do sujeito’ ... e do sentido”, agrega Pêcheux (SD: 263). *O sentido se produz no non-sens*. É o modelo do *Witz* que esclarecerá essa passagem do *non-sens* ao sentido, ou melhor, nele se revela o escárnio (*dérision*, como se expressa Lacan) do significante, a perda e a recomposição do sentido como uma operação que se dá à revelia do sujeito, comandada pelo que Freud denomina a “técnica do *Witz*”. A língua

trabalha o sujeito, poderíamos dizer, para expressar a dependência do *Witz* com relação às propriedades da língua e, ao mesmo tempo, seu caráter inconsciente para o sujeito e para a formação de sentido que ele engendra. Uma formação discursiva é apenas o lugar de transferência, de paráfrase e de jogos de substituições determinados pelo interdiscurso. Em termos freudianos, poderíamos aproximar a formação discursiva da tradução verbal que caracteriza os processos pré-conscientes nos quais a representação de coisa, à qual ligamos o *non-sens* inconsciente, acede à representação de palavra.

- 2- “O significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito” (SD: 264). *Um significante representa o sujeito para um outro significante*, o que acarreta que o significante não representa nada para o sujeito, “mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão” (*saisie*, no original) (*ibid*). Observamos, nessa passagem, o mesmo problema de tradução da edição brasileira — “um significante representa o sujeito *por* um outro significante” — no qual a remissão de um significante a outro, que caracteriza a irrepresentabilidade do sujeito, torna-se, por seu efeito, uma substituição que o fixa no lugar de sua interpelação ideológica. A discussão que se segue, no texto de Pêcheux, evocando o lugar destinado ao sujeito na linguagem pelo nome próprio, bem poderia dar razão a esse defeito de tradução pelo fato de que o nome próprio designa sem representar. Mas o significante não se reduz ao nome-próprio e aos efeitos de nomeação. O nome próprio é, nesse sentido, pura exterioridade e *non-sens*. Por isso, “constitui a forma em edição príncipe do *efeito de pré-construído*” (SD: 264). Isso esclarece, ademais, a posição do sujeito no campo das identificações. Por um lado, o sujeito se encontra “identificado à formação discursiva que o domina, onde ele se encontra ‘encravado’ (*épinglé*, no original)” (SD: 265), derivando-se daí a série de identificações imaginárias que dizem respeito à gênese do Eu (*moi*) que caracteriza “os efeitos do intradiscurso”.

Reservaríamos então o termo “ideologia” para essa interpelação do Eu (*moi*), deixando ao simbólico os efeitos sobre o sujeito? Aqui se introduz uma diferenciação entre ideologia e simbólico, por um lado (“a ideologia não é idêntica ao simbólico”), e entre identificação imaginária e identificação simbólica, por outro, uma vez que a interpelação do indivíduo em sujeito pressupõe a sua identificação primeira ao *Ideal do Eu* como matriz simbólica à qual o sujeito se destina por antecipação. Pois, na medida em que o sujeito *pré-existe* no discurso do Outro, fato demonstrado primeiramente pelo nome próprio, é como *sempre-já sendo sujeito* que ele é designado para ser interpelado pela ideologia. A interpelação é

simultaneamente ideológica e jurídica, lembra Pêcheux, e se efetua na imbricação dos Aparelhos Ideológicos e dos Aparelhos Repressivos (jurídico-políticos) de Estado. Pêcheux afasta, dessa forma, a idéia de um sujeito que não seja determinado pela ideologia.

A referência ao *Ideal do Eu* e aos efeitos de identificação imaginária poderia ser esclarecida a partir do texto freudiano *Psicologia de massas e análise do Eu* (FREUD 1921/1969). Sobre a existência jurídica do indivíduo se estabelece um laço imaginário que Freud liga ao amor ao Pai, pelo fato de que cada sujeito, tomado individualmente, se identifica com o *objeto* colocado em lugar do *Ideal do Eu* e, conseqüentemente, se identifica com os outros indivíduos em seu *Eu*. É o modelo da hipnose que Freud evoca aqui para pensar o fenômeno de formação da *Masse* e, ao evocá-lo, demonstra que o seu efeito sobre o sujeito deriva da força de invocação pela qual o hipnotizador interpela o hipnotizado, dizendo-se ou fazendo acreditar que está na posse de um poder absoluto e irrefutável. Ora, aqui se observa uma diferença fundamental entre as concepções de Freud e de Pêcheux sobre o processo de identificação, na medida em que, para Freud, a identificação tem por fundamento esse *objeto* que fascina e não a ideologia veiculada pelo líder que dele se apodera.

A conclusão de *Semântica e discurso* aponta que “o Sujeito universal da Ideologia *representa* para os sujeitos ‘a causa que os determina’ e lhes *representa* essa causa *na esfera sem margens da forma-sujeito*”. Portanto, “o Sujeito universal da Ideologia *representa na forma-sujeito o processo sem sujeito* (na medida em que esse último é a causa do sujeito)” (SD: 273). Pêcheux evoca, então, o que lhe parece uma simples e profunda *nuance*: a tênue separação entre a tendência idealista, que visa a identificar o processo sem sujeito a um sujeito, [...] “tendo como ‘fim’ a unificação do real sob a forma de unificação do pensamento”, e a tendência materialista, que visa a “desfazer essa identificação [...], colocando o real como um processo não unificado, atravessado por desigualdades e contradições” (SD: 275). Ora, como veremos a seguir, é justamente essa concepção da *causa*, identificada aqui à ideologia, a partir da qual se produz como *efeito* a forma-sujeito do discurso, o que terá que ser retificado por Pêcheux em 1978, convocando, no intervalo entre a causa e o que ela afeta, a hiância do inconsciente.

2.2 Retificação sobre o sujeito: “Só há causa do que falha”

De acordo com a análise histórica de Denise Maldidier, o período que se segue à publicação de *Semântica e discurso*, em 1975, marca o início da “grande fratura, da reviravolta da conjuntura teórica que desemboca no estabelecimento de um paradigma novo” (MALDIDIER 2003, p. 55), culminando no Colóquio “*Matérialités discursives*”, realizado em Nanterre, em 1980. Essa fase de tateamentos teóricos, ainda segundo Maldidier, é marcada muito mais pela *fala* do que pela *escrita*. A referência a Lacan ocupa lugar privilegiado nas discussões que ocorrem no seminário chamado HPP⁴² e que giram em torno do encontro da língua, da psicanálise e da política, animadas pela presença de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, assim como por Jean-Claude Milner, que aí apresenta *O Amor da Língua*, dentre outros pesquisadores. Por outro lado, na seção de lingüística do Centro de Estudos e Pesquisas Marxistas (CERM), ocorrem calorosos debates em torno da questão “o que é ser marxista em lingüística?”, revelando as “profundas inquietações” que já se fazem sentir em torno de uma “crise da lingüística” e no interior do próprio movimento marxista.

Para seguir Michel Pêcheux nesses “anos de tentativas”, somos presos a uma cronologia mais fina. São atravessados como por um grande corte. O contraste é agudo entre 1976-1977, ainda tomado na perspectiva do Programa Comum e de um marxismo “inquebrantável”, e os anos 1978-1979. Algo, do lado da política como do marxismo, balançou nesse intervalo. É como se fosse necessário decididamente levar isso em conta (MALDIDIER 2003, p. 57).

O debate que se trava no CERM, no final de 1977 e início de 1978, é evocado por Denise Maldidier como singularmente esclarecedor em relação à fenda que se abre no interior da “análise de discurso francesa” e que opunha o grupo de marxistas lingüistas reunidos em torno de Michel Pêcheux e o grupo reunido em torno de Jean-Baptiste Marcellesi. Esse debate girava em torno do livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, do círculo de Volochinov-Bakhtin. Buscava-se então, no seio da sociolingüística francesa, refundar o *corte*

⁴² Trata-se do seminário intitulado “Pesquisas sobre a teoria das ideologias”, iniciado em 06 de janeiro de 1976, em Paris V, e que se manteve ativo até junho de 1979. As iniciais HPP reproduzem os nomes dos coordenadores P. Henry, M. Pêcheux e M. Plon. D. Maldidier o classifica dentre os “lugares de fala” que se constituíram logo após a “grande fratura” teórica e política de 1978, sintetizada pela quebra do Programa Comum da Esquerda francesa (MALDIDIER 2003, p. 55).

epistemológico comumente atribuído a Saussure partindo-se, agora, de Valochinov, opondo ao “sistema abstrato das formas lingüísticas o fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações” (MALDIDIER 2003, p. 59). Para Pêcheux, a perspectiva da sociolingüística era um “lugar de recobrimento da política pela psicologia” e, nesse sentido, um retorno a um “estado pré-teórico” que anulava a dimensão própria da língua colocada em evidência pelo corte saussuriano. De fato, segundo Pêcheux, é o *sistema* da língua que permite pensar a articulação entre língua e inconsciente e, conseqüentemente, a presença do sujeito na língua. Eis o contexto político e teórico em que é escrito o texto *Só há causa do que falha*: em meio ao “inverno político francês” de 1978, no qual ocorre a queda do Programa Comum da Esquerda e se percebe que, se algo falha no plano da política, é porque algo falha do lado do sujeito.

Só há causa do que falha aparece em 1982 como um adendo, acrescentado por solicitação do autor à tradução inglesa de “*Les Vérités de la Palice*”, tendo por sub-título “*The french political winter: begining of a rectification*”. Esse anexo também consta da edição brasileira de *Semântica e discurso*, de 1988, com o título *Só há causa daquilo que falha: o inverno político francês, início de uma retificação*. Michel Plon assinala o estatuto muito particular desse texto, apresentado originalmente no seminário HPP nos dias 21 e 28 de março de 1978, lembrando que ele só se tornou acessível ao leitor francês por obra de Denise Maldidier, que o incluiu em sua coletânea “*L’inquiétude du discours*”, publicada em 1990, “como se Pêcheux estivesse em uma espécie de além interdito, como se em 1978 as coisas ditas nesse texto só pudessem ser ditas subterraneamente, em uma espécie de clandestinidade” (PLON 2005, p. 37).

O texto inicia com a reiteração sistemática da frase, “não há fumaça sem fogo”, que confere o estatuto de sintoma ao “bate-boca” que teria se instalado no coração da *tríplice aliança* formada na França, nos anos 60, em torno de Marx, Freud e Saussure. Ele denuncia, em meio aos “erros, desvios e equívocos” que se formaram ao seu redor, a presença não reconhecida do adversário no próprio interior da cidadela teórica que se organizava para resistir aos ataques *exteriores* desse adversário (SD: 294). É, portanto, no contexto de uma crise do pensamento marxista francês forjado nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, que devemos ler esse texto de retificação. Segundo Pêcheux, será preciso, mais uma vez, rever posições teóricas para guardar aquelas que precisam ser guardadas e abandonar aquelas que

precisam ser abandonadas. Assim é a luta de classes na teoria: “um processo sem fim de retificações coordenadas” (SD: 294).

Pêcheux toma partido pelo fogo, conforme diz, para tocar o *real*. O que implica assumir posição política no debate que se instala a partir da queda do Programa Comum da Esquerda francesa. Essa tomada de posição, no entanto, reencontra na reflexão lacaniana sobre a *causa* o seu ponto de sustentação, pois é preciso discernir na própria divisão da esquerda francesa os sintomas da inexorável divisão do sujeito, sob a condição de tomar essa divisão como uma forma de resistência política e de abertura a pensamentos emergentes. O apelo à psicanálise como uma disciplina científica capaz de renovar o pensamento marxista já havia sido feito no texto *Freud e Lacan*, escrito por Althusser em 1964, no qual se apontava para o enorme preconceito ideológico que separava os marxistas de Freud. Como vimos (ver *supra*, p. 31), esta posição se cristaliza, segundo Althusser, na medida em que os marxistas tomaram a Psicanálise por uma “ideologia reacionária” sem criticar devidamente o processo revisionista sofrido pela teoria freudiana. Em decorrência desse processo, a psicanálise perdeu seu gume revolucionário, sendo reabsorvida no biologismo, no psicologismo e no sociologismo. Contra esse revisionismo, a intervenção de Althusser emerge nesse texto como capaz de restituir a verdade da descoberta freudiana, lançando mão do “retorno a Freud” empreendido por Lacan, recompondo, através de uma crítica epistêmica e política rigorosa, a irreduzibilidade do objeto da psicanálise a essas disciplinas. Para Althusser, é justamente por ser uma disciplina desconcertante para a representação unitária da consciência que a psicanálise tende a ser criticada desde fora e reabsorvida e revisada desde dentro. É porque a experiência do inconsciente provoca efeitos de dispersão e divisão para nossa representação unitária da consciência que se torna inerente a essa experiência produzir a sua própria recusa.

Se a retificação de Pêcheux em *Só há causa do que falha* deve ser compreendida levando-se em conta esse primeiro momento althusseriano, ela também retifica, por outro lado, a tese da interpelação exposta em *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*, convocando Lacan naquilo que ele tem de inassimilável e mesmo de estranho a Althusser. De fato, é preciso considerar o que o texto althusseriano parece fora-clair: que a psicanálise seja inassimilável a uma grande parte do pensamento político de esquerda não é apenas uma consequência de uma má recepção do pensamento freudiano ou da representação da unidade da consciência operária que o pedagogismo marxista precisava alimentar para subsistir. A psicanálise introduz uma fissura no seio do próprio movimento marxista ao mostrar que o real

do inconsciente não é redutível ao real da história e que o sujeito do inconsciente não se reduz ao sujeito da ideologia.

Inicialmente, o texto de Pêcheux assume um tom de defesa das teses althusserianas expostas em *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*, consideradas “insuportáveis” para o materialismo histórico: a tese da *reprodução das relações de produção*, mostrando o quanto que as injunções da ideologia podem cegar e ensurdecer mesmo aqueles que falam em nome do proletariado, e a tese da *interpelação*, ao dizer que os sujeitos “funcionam sozinhos”, apontando assim a “peste do assujeitamento” contra as “explicações razoáveis” dos marxistas enclausurados na idéia da “tomada de consciência” e nas “lições da experiência” da prática política. As teses althusserianas tocam, assim, em um ponto sensível do *ideal* revolucionário, ao deixar exposto, mais uma vez, o limite da reflexão marxista.

Não escapa a Pêcheux, entretanto, “o risco de uma interpretação politicamente funcionalista” do texto de Althusser e de seu “eternalismo apolítico”. Para escapar a esse risco, Pêcheux buscava articular, em *Semântica e discurso*, a possibilidade de uma interpelação às avessas através de uma “pedagogia da ruptura das identificações imaginárias em que o sujeito se encontra” (SD: 299). Donde a sucessão ali estabelecida entre:

1. o mecanismo ideológico da interpelação-assujeitamento;
2. o apagamento (“esquecimento”) de qualquer traço detectável desse mecanismo no sujeito pleno que nele se encontra produzido;
3. a rememoração teórica de tal mecanismo e de seu apagamento, em uma espécie de anamnésia de porte marxista-leninista da qual resultava a noção de “apropriação subjetiva” a título de efeito prático (SD: 299).

Pêcheux considera, em seu exercício de autocrítica, que há aqui dois equívocos fundamentais. O primeiro diz respeito à pedagogia resultante de um “retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática”; o segundo se situa “do lado da psicanálise, na referência feita a seus conceitos, e se concentra sobre a relação entre o ego e o sujeito” (SD: 299) e, em particular, na crítica que Pêcheux endereça à tese funcionalista de *Semântica e discurso* com respeito à gênese do ego, à qual se aplica a referida pedagogia.

“Tomar muito a sério a ilusão de um eu-sujeito-pleno onde nada falha, eis precisamente algo que falha em *Semântica e discurso*” (SD: 300). O assujeitamento anda muito bem, dirá Pêcheux. “Tudo se passa, em *Semântica e discurso*, como se o que aí se diz do sujeito se confundisse tendencialmente com o que é posto concernente ao *eu* como forma-sujeito da ideologia jurídica” (*ibid*), o que reproduziria a ilusão, pelo viés do assujeitamento, do sujeito pleno, não dividido. Como se expressa a propósito Denise Maldidier, “não é mais no sucesso da interpelação, mas nos traços de seu obstáculo, que se toca o sujeito” (MALDIDIÉ 2003, p. 70). Nesse sentido, os lapsos, os atos falhos, os sonhos e os chistes são como traços de resistência à interpelação ideológica.

O non-sens do inconsciente [...] nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos [...] mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma ‘pulsção’ pela qual o non-sens inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar (SD: 300).

O inconsciente é essa “causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura [...], pois os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsção sentido / non-sens do sujeito dividido” (SD: 300). Eis o que distingue, definitivamente, o conceito psicanalítico de recalque da idéia filosófica de esquecimento e apagamento. O recalque sempre deixa atrás de si as marcas do apagamento do significante, como mostra Freud no próprio desenvolvimento desse conceito, ao mostrar que o retorno do recalcado é uma de suas etapas necessárias⁴³.

“Não há ritual sem falhas”, lembra Pêcheux. O inconsciente emerge então como aquilo que “infecta”, do interior da interpelação ideológica, a forma-sujeito do discurso, como um ponto de resistência à ideologia dominante, presentificando o que não se assujeita no processo. É o que vemos se realizar no *Witz*:

⁴³ FREUD, Sigmund. *A Repressão*. In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1969, vol. XIV.

Formas de aparição fugidias de alguma coisa de uma “outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio (SD: 301).

É preciso lembrar que o título dado por Pêcheux a esse adendo é composto de duas partes e que a primeira delas — “Só há causa do que falha” — retoma uma citação de Lacan retirada de uma das lições do *Seminário, livro 11*, “Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise”. Como vimos (capítulo 1), trata-se do *Seminário* proferido no ano de 1964, o primeiro realizado na ENS (*École Normale Supérieure*) da *Rue d’Ulm* por convite de Althusser, logo após Lacan ter perdido suas referências institucionais em função de sua “excomunhão” da Escola Freudiana de Paris (EFP). Na lição do dia 22 de janeiro desse ano, Lacan refere-se ao inconsciente freudiano a partir da noção de *causa*. Essa é apresentada como uma dimensão não racionalizada, mesmo no campo da reflexão filosófica, a ser distinguida da *lei* pelo fato de que, em relação à causa, há sempre uma hiância, algo de indefinido, de forma que, “em suma, só existe causa para o que manca”⁴⁴. A noção de causa é interposta onde não podemos mais postular a continuidade que caracteriza a lei. Muito bem, prossegue Lacan, “o inconsciente freudiano, é nesse ponto que eu tento fazer vocês visarem por aproximação que ele se situa nesse ponto em que, entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação” (LACAN 1964/1985, p. 27). O inconsciente é essa hiância, à qual poderíamos agregar uma dimensão temporal, onde a *lei* do significante se introduz no domínio da *causa*, e de uma forma tal que, no nível do inconsciente, “isso fala e funciona de forma tão elaborada quanto no nível do consciente” (*ibid*, p. 29).

Isso não quer dizer, segundo Pêcheux, que se possa fazer do inconsciente “a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo o impulso do supereu da ideologia dominante”. Pois, “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (SD: 301). A existência do inconsciente não tem, portanto, um fundamento ideológico; mas ele é o ponto de tropeço a partir do qual se poderia fazer obstáculo à ideologia dominante.

⁴⁴ LACAN, Jacques. *O Seminário – livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1985, p. 27.

Essa verdadeira virada do pensamento de Pêcheux em direção à psicanálise atesta que a possibilidade de revolta se sustenta “na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (SD: 302). Ela se conjuga, sem se confundir, com o real da história, cujo motor é a luta de classes — o que Foucault ignora, conforme nota Pêcheux neste adendo, pela impossibilidade de operar “uma distinção coerente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os processos de domesticação animal” (SD: 302) —, pois a disjunção entre *inconsciente* e *ideologia* está inscrita na própria divisão da luta de classes, “e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre” (SD: 301). A disjunção teórica entre essas duas “descobertas”, o inconsciente e a ideologia, não impede, contudo, a sua conjunção política sob a forma da resistência à ideologia dominante.

O adendo de Pêcheux avança a partir daquilo que o texto de Althusser, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, mantém na “indecisão”, a mesma indecisão que se prolonga em *Semântica e discurso*. O *Witz* fornece aqui o modelo. Ele se insinua insistentemente e de maneira lateral em *Semântica e discurso*, observa Pêcheux, como um “sintoma recorrente”, sem que se pudesse apreender o verdadeiro sentido dessa insinuação, sempre recoberta por uma excessiva “teorização”. No adendo *Só há causa daquilo que falha*, o *Witz* é o indicador da presença fundamentalmente inconsciente e irruptiva de um pensamento em estado nascente e “a figura mais apurada de seu surgimento”: “sendo estruturalmente análogo ao caráter de falta do lapso, acaba por representar, ao mesmo tempo, a forma de negociação máxima com a ‘linha de maior inclinação’” (SD: 303). O *Witz* nos mostra o ponto em que “o pensamento encontra o inconsciente”, o que também abrange o pensamento teórico. Ele depende primordialmente daquilo que falha na língua, emergindo a partir do *non-sens* e dos equívocos do significante, o que pode ser sintetizado pela fórmula: “isso pensa (*ça pense*)!”. Observemos apenas que essa fórmula não se completa, nesse adendo, com a referência ao “já dito” do pré-construído, segundo o qual “isso pensa antes e independentemente do sujeito”, pois é justamente para a presença mesma do *sujeito* desse pensamento nascente que o *Witz* aponta. Pode-se então alinhar os dois pontos “incontornáveis” que concluem esse adendo:

- a) “não há dominação sem resistência”, primado prático da luta de classes que implica que é preciso “ousar se revoltar”;
- b) “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, primado prático do inconsciente que implica que é preciso “ousar pensar por si mesmo” (SD: 304).

É necessário discernir o que falha e avançar em direção à justiça, afirma Pêcheux, e não no sentido de se assegurar definitivamente da verdade (SD: 299). A retificação coloca sobre a mesa o quanto a pedagogia da “tomada de consciência” é enganosa também em relação à psicanálise. O inconsciente não passa à consciência; ele a infecta. O “primado prático do inconsciente” atesta, ademais, que a pedagogia militante da prática política não pode desconsiderar que o sujeito pensa por si mesmo, a despeito de suas identificações imaginárias, no lugar mesmo do equívoco que transparece na materialidade da linguagem. A *interpelação* freudiana *Wo es war, soll Ich werden*, “onde isso era, como sujeito devo advir”, conforme a tradução lacaniana retomada com ênfase no mesmo *Seminário, livro 11*, pode ser aqui novamente evocada para apontar a emergência do sujeito no *processo do significante*. Como resultado, as formações discursivas não poderão mais ser pensadas como homogêneas. A consistência da interpelação do indivíduo em sujeito, tão atestada ao longo de *Semântica e discurso*, apenas reflete a ilusão da consistência imaginária do Eu (ego), o que convoca o *sujeito* justamente no ponto de falha do discurso. É neste ponto em que o inconsciente atravessa uma formação discursiva que a consistência mesma do Sujeito althusseriano balança. Doravante, será preciso rever as teses materialistas e conjugar o real da história, o real do inconsciente e o real da língua não mais no espaço da aliança, mas da dissonância, não mais como sucessão produzida por sua articulação teórica, mas na pulsação de encontros contingentes que desconstroem falsas totalidades. Mas, paradoxalmente, é esse estranhamento provocado por diferentes apreensões do real o que parece sustentar, doravante, para Pêcheux, a ambição constitutiva da *Análise do Discurso*.

Deixemos por hora nossa reflexão em aberto para afirmar, à guisa de conclusão, que algo falha, inexoravelmente, quando se considera a relação entre inconsciente e ideologia. Talvez possamos sustentar que se trata mais de uma *não-relação*, ou seja, que o inconsciente é o que descompleta e torna inconsistente o processo de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos. Conforme antecipamos em nossa *introdução*, se a análise do discurso que derivamos de Pêcheux é, eminentemente, uma análise do discurso ideológico visando a uma finalidade política, é preciso ver em que medida essa análise é afetada por aquilo que sempre falha do lado do real do inconsciente, impondo assim, ao discurso unificador da política, o *um* da ruptura e da descontinuidade. “Digamos que o limite do *Unbewusste* (Inconsciente) é o *Unbegriff* — não o não-conceito, mas o conceito da falta” (LACAN 1964/1985, p. 30). É preciso, a seguir, tirar as conseqüências dessa formulação que, segundo o

depoimento de Michel Plon (2005), caracteriza a *démarche* pêchetiana como um percurso comprimido por duas linhas de força: “o domínio daqueles para os quais sua aventura falhou muito e daqueles para os quais ela não falhou o suficiente (PLON 2005, p. 49)”. Segundo essa conjectura de Plon, Pêcheux se encontrava em 1983, ano de sua morte, ainda nessa encruzilhada.

Ele estava, em 1983, posso atestar, naquela espécie de cruzamento de caminhos e não estava aí sem saber, em que a banquisa que se transformou no inverno político lhe restringiu enormemente a escolha: eu acredito porque nisso há uma convicção na qual entram tanto a lembrança de certos detalhes quanto a afeição, eu penso que ele estava a ponto de escolher ficar do lado onde isso não cessa de falhar, opção que implicaria o abandono da missão que lhe havia sido confiada, o reconhecimento de um fracasso anunciado. Pode ser que isso não passe de uma conjectura. Penso que temos, que eu tenho o direito de assim pensar, com a expressa condição de respeitar aquela que foi a sua escolha: a de nos deixar (*ibid*, p. 49).

O próximo capítulo se dedicará a um exame do conceito de inconsciente no campo da psicanálise. Tomaremos como ponto de partida o artigo de Michel Plon dedicado ao adendo “Só há causa para o que falha”, indagando sobre aquilo que falha em “*Les Vérités de La Palice*” e as motivações da aventura teórica pêchetiana. Em seguida, retomaremos as pontuações de Lacan sobre o inconsciente no *Seminário, livro II*, na medida em que este Seminário constitui a principal referência feita por Pêcheux a Lacan. A partir dessas considerações, podemos pensar a *sessão analítica* como uma experiência de discurso em analogia com a dimensão temporal do inconsciente. Isso nos conduzirá a um exame mais detido das formações do inconsciente em sua vertente discursiva, em especial o caso do *Witz*, para aí situar o sujeito.

CAPÍTULO 3

O real do inconsciente

3.1 A “falha ao infinito” e a aventura teórica de Pêcheux

Segundo Michel Plon, o adendo *Só há causa daquilo que falha* marca a proximidade máxima de Michel Pêcheux com o pensamento lacaniano da época, “pelo menos com aquilo que poderia ter sido apreendido por alguém que esteve presente no *Seminário* de Lacan e teve contato com discussões aproximativas que foram difundidas em Paris e, ao mesmo tempo, uma distância irreduzível com esse pensamento [...]” (PLON 2005, p. 36-37). Tomamos aqui como referência o texto de Michel Plon apresentado no I SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso), realizado em Porto Alegre, em 2003, e que reuniu um conjunto de conferencistas, dentre eles alguns que trabalharam diretamente com Pêcheux (Eni Orlandi, Françoise Gadet, Jean-Jacques Courtine e Michel Plon)⁴⁵. Michel Plon é psicanalista e pesquisador do *Centre Nationale de la Recherche Scientifique* (CNRS) onde, em 1966, conheceu Pêcheux. Desse primeiro encontro e do interesse pela Psicologia Social surge um elo de trabalho duradouro e solidificado pela amizade, que ambos compartilham também com Paul Henry, e que ficou conhecido pela “comuna dos três amigos”. Segundo Denise Maldidier (2003, p. 17), esse elo “está na retaguarda do grande projeto de Michel Pêcheux”. De fato, é ainda esse trio que se reúne em torno do Seminário HPP (Henry-Pêcheux-Plon), a partir de 1976, no qual será apresentado o texto *Só há causa daquilo que falha*. É a esse texto que se refere o presente trabalho de Michel Plon, cujo título, *Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs Análise do inconsciente*, demonstra a interface do que se pretende explorar: o que falha, afinal, no projeto de Michel Pêcheux? E de que falha se trata, afinal, na alusão a Lacan, ao qual faz referência o título do adendo de Pêcheux escrito como retificação de “*Les Vérités de La Palice*”?

Podemos apontar algumas razões que justificam nosso interesse pelo texto de Plon. Ele assume o desafio de uma avaliação do *discurso* de Pêcheux, termo ao qual vincula o *projeto* de Pêcheux e seu percurso intelectual único e singular, vinte anos após seu desaparecimento. Não se trata, portanto, do conceito de *Discurso* em Pêcheux, mas do vínculo

⁴⁵ Texto publicado na coletânea organizada por Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira com o título “Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar”. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

inalienável que podemos estabelecer entre o discurso e o nome próprio. Essa tentativa de avaliação não se furta a tentar identificar a *causa* daquilo que *falha* nesse projeto. Nesse sentido, o texto de Plon mantém a coragem de não recuar diante do destino trágico envolvido no drama teórico de Pêcheux, “com a expressa condição de respeitar aquela que foi a sua escolha” (PLON 2005, p. 49). Não é somente o forte vínculo de trabalho e amizade que autoriza, aqui, essa tentativa de avaliação. A segunda parte do título do artigo de Plon, “análise do inconsciente”, aponta decididamente para a psicanálise lacaniana. Mas, dessa vez, mesmo que isso nos pareça paradoxal, podemos sustentar que Plon não pretende, propriamente, proceder a uma espécie de análise do inconsciente, à qual caberia o termo freudiano “análise selvagem”, conduzida sem o necessário apoio transferencial que torna toda análise possível. Aqui o inconsciente não procede do nome próprio. É ao conceito de inconsciente e, em particular, ao conceito de *Inconsciente lacaniano* desenvolvido no *Seminário, livro 11*, que somos remetidos pelo texto de Michel Plon, o que nos leva a distinguir, como parte desse conceito, a hiância que caracteriza sua experiência da cicatriz que resulta de sua costura e que se escreve graças ao trabalho do significante.

O adendo *Só há causa daquilo que falha* representa, para Plon, um *ponto nodal* a partir do qual podemos nos perguntar sobre a relação que Pêcheux estabelece com a psicanálise lacaniana. Essa relação pode ser dita, em certo sentido, ambígua, na medida em que nela se conjugam proximidade e distanciamento, reverência e crítica. Ela reproduziria, assim, a ambigüidade característica de Althusser para com Lacan, “defendendo-o no interior do Partido Comunista, mas criticando-o em outros lugares” (PLON 2005, p. 40), atitude à qual Michel Pêcheux esteve inteiramente identificado, “estabelecendo uma relação de *Unheimlich* com Lacan” (*ibid*, p. 42). Esse termo — que o fino germanista Pêcheux traduziu corretamente por “estranhamento familiar”, evitando os equívocos da tradução original francesa “inquietante estranhamento” — aponta tanto para a “cumplicidade silenciosa com os fragmentos do pensamento de Lacan [...]” quanto para a “inquietude” e “angústia ligada ao insustentável do desejo” (*ibid*, p. 42). Mas, se o que é próprio da ambigüidade é o movimento pendular e sintomático de um lado ao outro — e que também nos leva a pensar em fuga de um lado a outro — sua contraparte é o impasse que pode resultar dessa ambigüidade quando essa máxima aproximação encontra o seu interdito, como se, “espantado com sua audácia, ele tenha feito um movimento de recuo que, entre outras coisas, justificaria o fato desse texto não ter sido publicado em francês durante sua vida” (*ibid*, p. 39).

Tudo parece ter se passado como se Michel Pêcheux tivesse entendido bem alguma coisa de essencial procedente da psicanálise lacaniana, mas como se, ao mesmo tempo, ele não chegasse a se livrar do peso ou da armadura, cujas exigências mínimas eram da ordem da prudência, uma prudência comandada pela política; como se ele não pudesse se autorizar totalmente, dar-se o direito de aceitar não somente que *isso falha* mas que *isso deve* falhar, que é inelutável que isso falhe, que isso falhará para sempre e que é vão esperar, ou mesmo tentar apressar [...] a chegada do momento, do tempo em que isso não falhará mais, do tempo das *manhãs radiosas* em que isso não caminhará mais obliquamente, em que isso funcionará sem equívocos, sem defeitos, sem furos [...] (PLON 2005, p. 41-42).

Em outros termos, ao mesmo tempo em que admite que alguma coisa falha em *Semântica e discurso*, persiste em Pêcheux a idéia de uma reparação e de uma retificação possíveis, o que faz de *Só há causa daquilo que falha* um texto de “remorso teórico”, para retomar a expressão de Denise Maldidier. Pêcheux reage ao encontro com a falha que caracteriza o inconsciente com o exercício imperioso e severo da autocrítica, inscrita na perspectiva do progresso da *démarche* althusseriana e do pensamento político de esquerda. Ora, é contra a perspectiva progressista, como lembra Michel Plon, que Lacan forja o termo “*clocherie*”, que podemos traduzir por *falhamento*⁴⁶, para significar que alguma coisa não anda ou que anda de maneira torta, de maneira não conforme ao esperado, a uma norma ou a uma regra, como um “equívoco que não pára de se repetir” (*ibid*, p. 39) e em relação ao qual não há nenhuma reparação a fazer. Em outros termos, cabe perguntar o que *falha* na retificação pêchetiana do que falha em *Semântica e discurso*, “buscando sua causa na dificuldade em suportar o *falhamento ao infinito*, não para efetuar algum tipo de retificação, mas para tirar alguma lição a partir da constatação de que a interrogação de Pêcheux foi antecipadora de problemas cruciais de nossa contemporaneidade política” (*ibid*, p. 43).

Na segunda parte de seu texto, Michel Plon identifica essa *causa* a duas dimensões, às quais podemos associar as vicissitudes da aventura intelectual de Pêcheux. A primeira diz respeito à relação com o tempo que caracteriza o ambiente da luta política. Trata-se de uma temporalidade ligada à *urgência*. Ela pode ser observada nos textos de Pêcheux como uma constante e identificada no adendo *Só há causa daquilo que falha* em relação ao “bate-boca”

⁴⁶ De acordo com a tradução de Maria do Rosário Gregolin. A versão brasileira do *Seminário* 11, de M. D. Magno, utiliza o termo *claudicação* (LACAN 1985, p. 27).

que teria se instalado no interior da “tríplice aliança”, formada na França a partir de 1960, em torno da pretendida “articulação” entre marxismo, psicanálise e lingüística. Essa urgência se impõe na medida em que “intervir filosoficamente obriga a tomar partido” no campo de batalha configurado em torno desse bate-boca:

A luta filosófica (luta de classes na teoria) é um processo sem fim de retificações coordenadas, que se sustentam pela urgência de uma posição a ser defendida e fortalecida frente ao que se poderia chamar a adversidade no pensamento (SD: 294).

Michel Plon identifica, aqui, uma herança de Althusser, à qual podemos associar tanto a urgência opressora ligada à percepção do “tempo que passa”, como a concepção salvadora e missionária — para não dizer religiosa — da prática política, associada a um destino inexorável. Podemos depreender do gozo dessa posição missionária a cegueira em relação ao “inverno político francês” que emerge como uma espécie de ruptura traumática, na medida em que essa posição missionária se nutre da perspectiva de uma mudança sempre anunciada do cenário político. Para sair dessa pressão formada pela perspectiva de que deve haver vencedores e vencidos, faz-se necessário, segundo Plon, que algo se inscreva do lado da castração, de forma a introduzir um *tempo ternário* frente à temporalidade militante da luta política. Em que consistiria esse *tempo ternário*? Sobre esse ponto, Michel Plon nada nos esclarece a não ser trazendo à lembrança o tempo lógico lacaniano, ele também tomado na perspectiva da pressa, mas a partir de um cálculo que incluiria a dimensão da castração.

A segunda dimensão, que importa levar em consideração na busca da causa daquilo que falha na aventura pêchetiana, diz respeito à vocação para a *clandestinidade* à qual se vincula sua entrada na vida política pelas mãos de Althusser. A essa clandestinidade podemos ligar a prática de redes de resistência cujo “quartel general” se encontra na *Rue d’Ulm*, justamente em torno da figura de Althusser. Foi aí, na *École Normale Supérieure* (ENS) da *Rue d’Ulm*, que Pêcheux obtém seu *agrégé* de filosofia, em 1963. Segundo o relato de Maldidier,

quando ele entra na ENS, é ainda sartriano, não rompeu com sua infância católica. O encontro com Althusser será decisivo: ele traz o choque de um pensamento político, decide sua “entrada em política”. Na *Rue d’Ulm*, se

estabelece um outro laço essencial: com Canguilhem, que o orienta para a história das ciências e a epistemologia. É com seu apoio que Pêcheux entra no CNRS, em outubro de 1966, no Laboratório de Psicologia Social dirigido por Robert Pagès. O projeto de pesquisa que ele apresentava incidia sobre a “transmissão de mensagens com conteúdo insólito”. Em suma, um estudo sobre as balelas preludiava a chegada de Michel Pêcheux no domínio da psicologia social (MALDIDIER 2003, p. 17).

Plon se interroga longamente sobre essa “entrada na política”, tomando-a por uma “verdadeira conversão”. Ele convoca todo o “imaginário do Estado Maior da *Rue d’Ulm*” e seu “plano de conquista” (PLON 2005, p. 48), ávido a recrutar seus adeptos, no qual se engaja Pêcheux e a AAD69, essa verdadeira “máquina de guerra” destinada a enfrentar, no Laboratório de Psicologia Social do CNRS para o qual ele teria sido “designado”, esses “adversários selvagens e bárbaros” que são o domínio da psicologia e da psicologia social. Tarefa feita de “missões arriscadas, verdadeiros pára-quadras noturnos e clandestinos nas zonas mais lamacentas e, como tais, mais perigosas” (*ibid*, p. 48). A essa clandestinidade, vivida muitas vezes na euforia, outras vezes como uma “missão de guerra”, conforme assinala Plon, podemos igualmente associar o gozo na crença em uma “espécie de vitória final” que faz obstáculo para se ver além da fantasia totalizante à qual se liga.

Não é necessário insistir para compreender como esse dado, a clandestinidade e a identificação que ela implica a um modelo de resistência cuja figura emblemática é o *Che*, como esse dado e seus corolários podem comandar a relação com o tempo, a pressão da urgência, [...] como a combinação desses elementos eram obstáculos a qualquer distanciamento em relação a um projeto cujas próprias denegações não impediam de ser totalizante, como esse funcionamento pôde constituir o solo sempre fértil, o alimento inesgotável que possibilita nutrir a persistência de uma fantasia, aquela de retificar, de suprimir a causa daquilo que falhava e que falha sempre (PLON 2005, p. 49).

Falha sempre, deve-se acrescentar, não por uma contingência qualquer, mas porque procede do *real* ao qual podemos ligar, de acordo com Lacan, a modalidade lógica do *impossível*. A queda do Programa Comum da Esquerda francesa, em 1978, não é a vitória do inimigo. O rompimento do Programa Comum da Esquerda francesa, pelo qual Pêcheux militou, e o desenlace da “tríplice aliança”, que a ele se seguiu, são desmoronamentos desde

dentro, desde sua própria impossibilidade. Esse desenlace, como veremos no prolongamento da aventura pêchetiana no início dos anos 80, levará à procura de novos laços e de um novo ponto de partida, menos centrado no *aquarium*⁴⁷ da *Rue d'Ulm*. Podemos tomar esse prolongamento como uma forma de reação ao ponto nodal de *Só há causa daquilo que falha*, ali onde se produz o encontro faltoso com o *real* em sua potência traumática.

Se a retificação de *Só há causa daquilo que falha* concerne ao *sujeito* pensado do lado da psicanálise e tendo por referência o *Seminário, livro 11*, é preciso, a seguir, dar todo o peso à formulação lacaniana que o situa no lugar onde essa hiância se produz — hiância a partir da qual Lacan introduz a noção de inconsciente neste *Seminário* — para poder pensar, como escreve Pêcheux no fogo de sua experiência, “a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura” (SD: 300). Mas é preciso pensar, igualmente, os traços deixados por essa experiência na seqüência de sua aventura. Em *Só há causa daquilo que falha* o sujeito é identificado ao que tropeça do lado da interpelação ideológica. O *impossível* é, assim, reabsorvido na análise das contradições da luta política e força a intervenção reparadora. Dessa intervenção emergem os dois “pontos incontornáveis” que realinham o “primado prático da luta de classes” ao “primado prático do inconsciente”, alinhamento que parece designar o imperativo ético em que “ousar se revoltar” se identifica a “ousar pensar por si mesmo”. Eis o sujeito que o pensamento político libera, no coração mesmo da interpelação ideológica.

Cabe então perguntar, na falha da falha, como diz Lacan: o que pensa por si mesmo no acontecimento irruptivo do lapso? Trata-se do *sujeito* que podemos ligar ao *inconsciente* como distinto da forma-sujeito do discurso? Eis a questão que precisamos examinar para tentar retraçar os contornos, não de uma aliança renovada, mas de um enodamento possível. Sejamos mais explícitos para tentar avançar em nossa formulação: se a *forma sujeito do discurso* é o que se produz como efeito da interpelação ideológica; se, em contrapartida, podemos retificar que o sujeito não coincide com o Eu assim produzido, manifestando-se nessa divisão do lado do que resiste à essa interpelação, é preciso, agora, perguntar pelo que falha também do lado do sujeito no qual depositamos nossa esperança política de revolta.

⁴⁷ A expressão é de Michel Plon e se refere à união traçada entre mestres e discípulos no abrigo fornecido pelo “quartel general” da *Rue d'Ulm*, em torno de Althusser (PLON 2005: 47).

O belo testemunho de Michel Plon termina com uma indagação que convoca, justamente na falha desse lugar tão marcado em que se está de um lado ou de outro da cena política, a herança “de nossos pais”, isto é, dos pais daqueles que estavam engajados na luta política dos anos 60: “onde estavam e o que fizeram nossos pais naqueles anos 40, anos de guerra, de ocupação e de desencadeamento de uma barbárie inédita, anos de resistência ou de submissão?” (PLON 2005, p. 49). Esse ponto permanece não analisado, ao menos por enquanto, deixando-nos no mesmo ponto de partida, à beira do rio com Pêcheux. Mas é possível, a partir dos testemunhos de Maldidier e Plon, situar em torno de *Só há causa daquilo que falha* o ponto nodal de uma aventura teórica onde se cruzam a derrocada de um projeto político e o pensamento de Lacan, na experiência de um lapso ao qual se acrescentam as metáforas da queda.

A seqüência de nossa investigação pretende cotejar a noção lacaniana de sujeito no *Seminário, livro 11*, com a noção pêchetiana de sujeito. Conforme vimos, a noção pêchetiana de sujeito sofre uma inflexão a partir de *Só há causa daquilo que falha* em nome daquilo que falha do lado da psicanálise “na referência feita a seus conceitos” (SD: 299). No entanto, devemos nos perguntar, levando em consideração os textos da “terceira época” da AAD, o destino reservado ao “real do inconsciente” na reflexão pêchetiana. Se a esperança de um novo ponto de partida está, para Pêcheux, no reconhecimento do real da língua, do real da história e do real do inconsciente, conforme explicita na abertura do colóquio “*Matérialités discursives*”, é preciso dirigir nossa investigação para o real do inconsciente, dimensão que nos parece ao mesmo tempo reconhecida e elidida na reflexão pêchetiana.

3.2 O sujeito entre falha e repetição

O *Seminário, livro 11*, proferido por Lacan no decorrer do primeiro semestre de 1964, foi publicado com o título *Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Conforme podemos recolher de alguns testemunhos, o título original pretendido por Lacan era “Os fundamentos da psicanálise”. Mas o título da publicação, ocorrida em 1973, acabou refletindo o nome pelo qual ele passou a ser vulgarmente conhecido por sua audiência⁴⁸. Na verdade, a iniciativa de sua publicação coube a Jacques Alain-Miller, um dos alunos de Althusser na

⁴⁸ LACAN, Jacques. *Le Séminaire, livre 11: Les quatre concepts fondamentaux de la Psychanalyse (1964)*. Paris: Édition du Seuil, 1973. Versão bras. de M. D.Magno: *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ENS que se aproximaram do ensino de Lacan naquele ano — aproximação incentivada por Althusser, que o encarrega de ler “todo Lacan”⁴⁹ — e que acabou se tornando o responsável legal pelo estabelecimento e publicação dos *Seminários* e da obra de Lacan em geral.

Michel Plon lembra que Pêcheux teve essa publicação em mãos e das discussões que ocorriam em torno de seus conceitos. É provável que Pêcheux estivesse presente à aula inaugural, ocorrida no dia 15 de janeiro⁵⁰, para a qual afluíram Althusser, Levi-Strauss, Henry-Ey, mas também os jovens normalistas e alunos de Althusser, como Jaques-Alain Miller, Michel Tort, Alain Grosrichard, Alain Badiou e Jean Claude Milner. É o primeiro *Seminário* realizado na *Rue d’Ulm*, para onde Lacan se transfere após a sua “excomunhão” da Sociedade Francesa de Psicanálise, a título de encarregado de conferências na *École Pratique des Hautes Études*. Na primeira lição do *Seminário*, Lacan refere-se ao seu processo de exclusão comparando sua situação à de um refugiado e lembrando que o mesmo ocorrera a Spinoza — também vítima de uma excomunhão, no processo conhecido por *Sinagoga*. Essa excomunhão teve como objetivo, para Lacan, proscrever um ensino e seus efeitos, voltado à formação de analistas. É neste sentido que Lacan a interpreta como homóloga a uma *recusa do conceito*; mais propriamente, uma recusa dos conceitos fundamentais da psicanálise nascida com Freud. No entanto, há aqui uma torção decisiva: não se trata de fazer a exegese dos textos freudianos, de rever os fundamentos já dados de um texto canônico ou de proceder a uma espécie de hermenêutica esclarecedora de uma verdade esquecida do escrito fundador, mas de buscar o *factual* dessa excomunhão para fazer aparecer o *objeto* que aí está velado.

Essa investigação, menos orientada pela procura do que pelo achado, é assim propícia a fazer aparecer “o elemento de cômico puro” (LACAN 1964/1985, p. 13), ali onde, em geral, tende-se a fazer reverberar o que falha institucionalmente como um fracasso ou uma dissidência. Em outros termos, não se trata de elucidar ou retificar uma posição teórica, mas de sustentar, no curso da investigação que se abre com esse *Seminário*, que essa excomunhão não se dirige a um sujeito particular — e Lacan lembra que ele está, neste episódio, justamente na posição de um *negociado* —, e sim, ao *objeto* que esse sujeito, por sua condição, eventualmente encarna. Para demonstrá-lo, Lacan recorre ao sentido do termo

⁴⁹ MARINI, Marcel. *Lacan: a trajetória de seu ensino*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 156.

⁵⁰ Pêcheux obtém a agregação em Filosofia em 1963, na ENS, pouco antes, portanto, de Lacan começar aí o seu *Seminário*.

“fundamento”, lembrando que ele remete ao *pudendum*, tomando a forma do objeto que está “em baixo” e escondido — no sentido em que falamos de “partes baixas”.

Desvelar esse objeto, entretanto, concerne a saber o que se pode esperar da psicanálise como *ciência*, ou seja, como uma disciplina orientada pelo *real*. Eis o ponto preciso sobre o qual é necessário avançar em nossa investigação: que *real* é este que a psicanálise busca especificar na forma de um *objeto*, isolar no campo de sua *experiência* e apreender na forma do *conceito*, em torno do qual ela se funda como *práxis*? Que *real* é este que está em jogo na descoberta freudiana e que ao mesmo tempo apela, para se sustentar, ao *desejo* do operador? O que está na essência dessa descoberta, como aponta Lacan, que permanece como um fato irreduzível e como um resto inassimilável ao simbólico?

“O verdadeiro é talvez apenas uma coisa, é o desejo do próprio Freud, isto é, o fato de que algo, em Freud, não foi jamais analisado” (LACAN 1964/1985, p. 19); fórmula que parece talhada para mostrar que “só há causa para o que manca”⁵¹. Mais uma vez, não se trata, para Lacan, de retificar a interpretação ou de analisar o *desejo freudiano*, em torno do qual gira a sua auto-análise, mas de apontar seus limites e impasses. Em outros termos, é preciso, para avançar em direção a esse *real*, ser o mais possível fiel à descoberta freudiana, indo além do que, no movimento institucional psicanalítico, se apresenta como um sintoma dessa descoberta, cicatriz com a qual se fecha o inconsciente.

Era aí exatamente que eu estava no momento em que, por uma singular coincidência, fui posto em posição de ter que me demitir de meu seminário.

O que eu tinha a dizer sobre os Nomes-do-Pai não visava outra coisa, com efeito, senão a pôr em questão a origem, isto é, por qual privilégio o desejo de Freud tinha podido encontrar, no campo da experiência que ele designa como o inconsciente, a porta de entrada (LACAN 1964/1985, p. 19).

O *Seminário* de 1964 é, nesse sentido, um divisor de águas. Ele segue à interrupção do seminário anterior, dedicado aos “Nomes-do-Pai” (o “seminário inexistente”), do qual Lacan diz que *se demitiu*, que acontece em meio à crise institucional da Sociedade Francesa de

⁵¹ Seguimos aqui a tradução sugerida por M. D. Magno para a expressão francesa “ce qui cloche”, literalmente, “o que claudica”, aproveitando-se das ressonâncias com “mancar” ou “dar uma mancada”, de uso corrente no Brasil (LACAN 1985). Estamos cientes que a tradução da mesma expressão no título do adendo de Pêcheux optou pelo termo “falha”

Psicanálise. Temos registrado apenas a primeira lição desse seminário, para o qual Lacan dizia que sua audiência não estava preparada. Mas, ao mesmo tempo, esse questionamento permanece mesmo que velado ao longo das lições do *Seminário, livro 11*. Ele assume, em particular, a forma de um questionamento “da lei do desejo suspensa ao Nome-do-Pai” (LACAN 1964/1985, p. 50), do qual dá testemunho a auto-análise freudiana, e que, por extensão, acaba atingindo o lugar de pai que Freud havia se reservado ao criar a IPA (*International Psychoanalytic Association*) da forma que ele a criou. Em suma, à sua maneira, trata-se para Lacan de *ousar pensar por si mesmo* e de se separar de Freud. Mas, paradoxalmente, é a partir desse ponto que ele pode se julgar mais próximo da *descoberta* freudiana e do *objeto* que ela desvela.

Essa dimensão do *objeto* é para nós essencial e complementar a uma abordagem do sujeito *no* discurso. O *Seminário, livro 11*, avança na direção de sua formulação, iniciada no *Seminário, livro 10*, “A angústia” (1962-63), e que Lacan designa, em sua álgebra, com o nome de *objeto a*. Nesse sentido, ele isola os termos que serão colocados em relação na escrita dos discursos que ocorrerá no *Seminário, livro 17*, “O avesso da psicanálise”, de 1969-70. Em torno desse período da reflexão lacaniana, encontramos elementos que apontam para os deslocamentos sofridos pelo discurso do mestre e sua rearticulação contemporânea, alçando, ao lugar de comando, o *objeto a*. Esse é certamente um aspecto a ser explorado em nossa investigação, pois podemos nos perguntar até que ponto Pêcheux se deu conta dessas transformações discursivas, às quais Lacan se mostra atento ao enfatizar essa ascendência do *objeto a* ao lugar dominante no atual discurso da civilização.

Teremos que examinar em detalhe o que aqui mencionamos apenas para sinalizar o caminho que iremos percorrer e para justificar, em nossa seqüência, o privilégio dado ao *Seminário, livro 11*, para além do fato de ter sido esse Seminário a principal referência teórica de Pêcheux em relação a Lacan. Visamos sobretudo a dois aspectos: o primeiro é o conceito de *inconsciente* em torno do qual gira o *Seminário, livro 11*, verdadeiro pivô capaz de articular, ao seu redor, os outros três conceitos destacados como fundamentais por Lacan, a saber: a repetição, a transferência e a pulsão. O segundo aspecto refere-se à distinção entre as noções de *alienação* e *separação*, cuja abordagem é essencial para pensar teoricamente a relação entre *sujeito* e *discurso*.

3.2.1 O inconsciente, conceito lacaniano

Vimos, em *Semântica e discurso*, que o sujeito é um *efeito ideológico elementar*, a partir da tese althusseriana da interpelação, e que essa tese implica um rompimento com a ideologia da transparência da linguagem que contamina o idealismo. Segundo Paul Henry, a hipótese do inconsciente freudiano, ao tomar o sujeito como efeito de linguagem, pressupõe igualmente esse rompimento com a ideologia da transparência da linguagem, da mesma forma em que rompe com uma concepção psicológica do sujeito considerado como “centro, fonte, unidade de uma interioridade” (HENRY 1992, p. 30). A tese do *assujeitamento* permite sublinhar, sobretudo, o desconhecimento inerente ao idealismo, que toma o sujeito pela evidência que o coloca na origem do sentido. Confunde-se, assim, o “eu”, pronome gramatical, com o sujeito do discurso. O automatismo pelo qual o “eu” pronominal vem a ser identificado, no discurso comum, com aquele que fala, designando-se como uma referência para o enunciado, é uma ilusão que se torna possível a partir de um fundamento de linguagem, isto é, da sintaxe da frase, conforme pode ser exemplificado pela análise freudiana do sonho da *Monografia botânica*. Neste sonho, o relato em primeira pessoa — *Eu escrevera uma monografia sobre certa planta. O livro estava aberto diante de mim e, no momento, eu folheava uma prancha colorida dobrada [...]* — deixa escapar que o sonho é como uma menção à frase “vejo o livro diante de mim”, retirada de uma carta de Fliess recebida no dia anterior ao sonho, na qual ele faz alusão à *Traumdeutung* e expressa seu desejo de logo ver o livro concluído. Graças ao sonho, Freud pôde se designar no lugar do “eu” da carta de Fliess, especularmente, como esse “outro” que se representa na fantasia. Ora, a sintaxe — que caracteriza, como tal, o pré-consciente —, prendendo-se ao eu do enunciado, encobre, no mesmo gesto, o eu da enunciação.

Vimos também que o adendo *Só há causa do que falha* retifica essa tese reposicionando o sujeito a partir de sua divisão no processo de interpelação ideológica, reconhecendo sua presença na resistência interposta a esse processo. A partir dessa retificação, o sujeito não se confunde mais com o “eu” entendido como “forma-sujeito da ideologia jurídica” (SD: 299). Pode-se dizer, a partir de então, que o sujeito se situa no lugar da falha, o que introduz a hipótese do inconsciente, isto é, “a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura” (SD: 300). O reconhecimento da “ordem do inconsciente”, enquanto ela “não coincide com a da ideologia” (SD: 301), se impõe doravante a Pêcheux. Esta distinção está na base do que Pêcheux designa como o “real do

inconsciente”, a partir do qual podemos pensar o sujeito como *causa* do que falha na linguagem e não apenas como *efeito* de linguagem.

O adendo *Só há causa daquilo que falha* deixa-nos, contudo, embaraçados em relação a essa pesquisa das causas. É preciso examinar em que sentido podemos supor uma causalidade ligada ao inconsciente, percorrendo suas indicações no *Seminário, livro 11*, de Lacan, no qual Pêcheux se inspira para escrever esse adendo, na esperança de situar o sujeito em relação a isso que falha na interpelação ideológica e na tese do assujeitamento. Dessas considerações resulta o reposicionamento do *sujeito* em sua relação ao *discurso*.

Conforme já observamos, o *Seminário, livro 11*, coloca em questão o que Lacan denomina “a recusa do conceito” na prática da psicanálise (LACAN 1964/1985, p. 25), abrindo-se ao exame dos conceitos freudianos fundamentais cujo ponto de partida é, precisamente, o *inconsciente*. Trata-se, nessa perspectiva, de colocar em relação três termos: inconsciente, sujeito e real, o que permitirá abordar a questão, central em todo esse *Seminário*, da psicanálise como uma *ciência*. Tal questão emerge diante de uma audiência composta tanto por analistas seguidores de Lacan como pelos alunos da ENS ligados a Althusser que se aproximam do *Seminário* de Lacan e que, reconhecidamente, trabalham as questões epistêmicas⁵². Literalmente, o *Seminário* abre suas portas para a *Rue d’Ulm*. Mas, essa *recusa do conceito*, à qual alude Lacan, não teria ocorrido na história da psicanálise justamente em nome de uma pretensão à cientificidade? De fato, é na busca de um real que pudesse enquadrar a psicanálise no campo já reconhecido das ciências da natureza que se verifica a distorção que acabará por confundir o conceito freudiano de inconsciente com o *Isso (das Es)* da segunda tópica freudiana e por absorvê-lo na idéia geral de *instinto e energia sexual*, quando não, de forma ainda mais obscura, na idéia de uma *vontade primordial* ou de uma *cena originária (Urszene)*. O célebre *retorno a Freud*, no qual se sustenta o ensino de Lacan até *O Seminário, livro 11*, foi notavelmente marcado pela tentativa de uma reconversão teórica às origens do pensamento freudiano, abordando o inconsciente a partir do terreno fornecido pela lingüística estrutural, que lhe dá o substrato epistêmico, e do qual derivou o axioma “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”.

⁵² “Quando Lacan começa perguntando se a psicanálise é ou não uma ciência, dirige-se claramente a alguns de nós que éramos, naquela época, alunos de Althusser. Althusser sugerira a Lacan que viesse para a *École Normale*, e os dois haviam tido algumas discussões. Lacan estava sempre muito atento àqueles que se manifestavam no auditório e assim, ao menos no começo, tentou se relacionar conosco” (MILLER, J-A. *Contexto e conceitos*. In: FELDSTEIN, R., FINK, B. E JAANUS, M. (org.) *Para ler o Seminário 11 de Lacan*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 18.

Hoje em dia, no tempo histórico em que estamos, de formação de uma ciência, que podemos qualificar de humana, mas que é preciso distinguir bem de qualquer psicossociologia, isto é, a lingüística, cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva — é esta estrutura que dá seu estatuto ao inconsciente (LACAN 1964/1985, p. 26).

Quando imaginamos a possibilidade de que Pêcheux estivesse na assistência desse *Seminário*, não restam dúvidas de que ele encontraria aí ressonâncias com seu próprio pensamento, ao menos com relação à distinção aqui operada entre a Lingüística e a Psicossociologia, verdadeiro cavalo de batalhas com que se debate a teoria do discurso em seus primórdios na busca de fixar a base material onde se assentariam os efeitos ideológicos. A referência à lingüística é o solo comum onde se garante para o *inconsciente* — assim como para o *discurso* —, “algo de qualificável, de acessível, de objetivável” (LACAN 1964/1985, p. 26). Eis o passo franqueado por Lacan. Quanto a Freud, sabemos que o seu tratamento conceitual do inconsciente se manteve preso à esfera da metapsicologia, seja do ponto de vista tópico, dinâmico ou econômico, onde prevalecem as noções retiradas da termodinâmica clássica. Não desenvolveremos aqui esse aspecto. Apenas lembraremos que o inconsciente busca manejar quantidades de acordo com o princípio de menor tensão no aparelho psíquico que caracteriza o funcionamento do princípio do prazer e que, paradoxalmente, por um efeito que Lacan irá associar, no *Seminário, livro 17*, a uma “entropia”, esse funcionamento se vê atravessado pelo “além do princípio do prazer”. Este “além”, que corresponde ao texto freudiano de 1920, introduz a dimensão da *pulsão de morte*, ponto de desequilíbrio do sistema que contraria toda ordem natural. Lacan ressalta o quanto a introdução dessa dimensão dividiu os analistas e afetou a concepção do real ao qual se refere a psicanálise. De fato, a pulsão de morte salienta que, para além do princípio do prazer, a pulsão visa apenas à sua auto-satisfação, satisfazendo-se, por assim dizer, em sua própria dissolução, como forma de retorno a uma posição inanimada, em nada importando o sujeito ou a manutenção da vida.

Em relação ao *Seminário, livro 11*, o importante a salientar é o recorte feito por Lacan do *inconsciente* como *conceito freudiano*. Para apreendê-lo corretamente é preciso distinguir o contexto da *descoberta*, onde o inconsciente aparece como uma experiência e como um fenômeno a partir do qual se especifica o real de uma ciência, do contexto de *justificação* teórica, onde, já distanciados dessa experiência, buscamos tratar esse real a partir do

simbólico. É sobretudo ao contexto de descoberta que Lacan nos remete ao introduzir o conceito freudiano de inconsciente pela estrutura de uma *hiância*, neste *Seminário*.

É a essa hiância que podemos ligar a função de causa. Isso se mostra, para Lacan, no próprio embaraço dos filósofos, na medida que, em relação à noção de causa, resta sempre algo de indefinido e de não racionalizado na reflexão filosófica. Nesse sentido, a *causa* se distingue da *lei* como a descontinuidade se distingue da continuidade. Mais exatamente, a função da causa é o que introduz uma descontinuidade *na* continuidade; onde a cadeia se quebra, onde algo vacila num corte do sujeito, ali onde alguma coisa não ocorre como era esperado, enfim, onde isso rateia: é nessa hiância que podemos inferir o inconsciente como *real*.

Muito bem, o inconsciente freudiano, é nesse ponto que eu tento fazer vocês visarem por aproximação que ele se situa nesse ponto em que, entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação (LACAN 1964/1985, p. 27).

Conceber o inconsciente pela estrutura de uma hiância implica, além disso, tomá-lo em sua dimensão temporal, como uma pulsação na qual podemos reconhecer um tempo de abertura e um tempo de fechamento. Nessa hiância, algo acontece; mas trata-se sempre de algo que é *da ordem do não-realizado*, *algo de não-nascido* (*ibid*, p. 28). Lacan recorre aqui ao *umbigo dos sonhos*, termo com o qual Freud evoca, na *Traumdeutung*, o centro incógnito diante do qual a análise do sonho escorrega, ponto limite da interpretação a partir do qual mergulhamos no desconhecimento e não conseguimos mais progredir. Essa dimensão do *não-realizado* deve ser criteriosamente distinguida da dimensão da *recusa* à qual associamos, de um modo geral, a noção de recalque. De fato, Lacan opera aqui uma inversão: não se trata, na dimensão real do inconsciente, daquilo que é recusado pela instância recalcadora e varrido das associações pré-conscientes, mas daquilo que é, por essência, recusado à consciência, conferindo à experiência do inconsciente seu caráter evanescente.

O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo *produzir-se*, se apresenta como um *achado* [...], *surpresa* — aquilo pelo que o sujeito se sente ultrapassado, pelo que ele acaba achando mais e menos do que esperava — mas que, de todo modo, é, em relação ao que ele esperava, de um valor único.

Ora, esse achado, uma vez que ele se apresenta, é um reachado, e mais ainda, sempre está prestes a escapar de novo, instaurando a dimensão da perda (*ibid.*, p. 30).

Seguindo à risca as indicações de Lacan, vemos agora se introduzir, no domínio da *causa*, no lugar onde essa hiância se produz, em um segundo tempo, a *lei* do significante. A experiência do inconsciente abre-se do lado daquilo que Lacan, referindo-se a essa lei do significante, só pode situar do lado de uma sincronia. Tentemos situar melhor essa lógica: inicialmente alguma coisa se apresenta, na linearidade da fala, como uma falha no discurso. É o instante do lapso, efêmero, evanescente, ao qual podemos ligar a experiência da causa como inconsciente. Isso se mostra no discurso sempre como uma descontinuidade — “forma essencial com que nos aparece de saída o inconsciente como fenômeno” (*ibid.*, p. 30). Nesse nível primordial alguma coisa toma a função de apagar uma outra, fazendo surgir, no lugar que lhe era destinado pela estrutura da frase, a fenda pela qual o enunciado que aí se articulava na intenção de dizer se desestabiliza logicamente. A esse instante segue-se um tempo de atribuição que Lacan remete à sincronia de entrecruzamentos a partir da qual supomos um *sujeito* que “um significante representa para o outro significante”.

Devemos reter essa estrutura temporal mínima como sendo aquela a partir da qual apreende-se o real do inconsciente e em cuja hiância vem se presentificar o sujeito. Trata-se de uma apreensão paradoxal, pois, enquanto real, o inconsciente é uma experiência evanescente. Para situar-se nessa hiância, para além do que se apresenta como sua tendência automática ao fechamento, é necessário tomar apoio em uma situação de transferência. Somente assim pode-se tentar trazer à luz o que habita essa fenda da linguagem, atribuindo-se ao inconsciente um *saber* que concerne ao sujeito. Lacan observa, no entanto, a despeito dessa dimensão da descoberta freudiana, que aquilo que Freud inicialmente anunciava como uma abertura infernal se tornou, na seqüência, isto é, entre os analistas da segunda e da terceira gerações, algo inteiramente asseptizado. De fato, os analistas pós-freudianos se entregaram a uma espécie de exercício interpretativo que acabou por costurar essa hiância a um sentido pré-existente, que já se encontraria aí, à espera, no inconsciente. Esse modo de apreensão do inconsciente contrasta com o que Lacan busca aqui destacar, lançando mão dessa estrutura temporal que o situa como o *evasivo*, isso é, como defasagem entre “o instante de ver em que algo é sempre elidido, se não perdido, da intuição mesma, e esse momento elusivo em que,

precisamente, a apreensão do inconsciente não conclui, em que se trata sempre de uma recuperação lograda” (*ibid*, p. 36).

O real do inconsciente apresenta-se, portanto, primordialmente, com a estrutura dessa hiância. Essa apreensão temporal, em que isolamos a experiência do inconsciente enquanto real, aponta a dificuldade de sua apreensão conceitual. Certamente, para Freud, há algo de intencional a ser reconstruído pela experiência da interpretação, uma vez aberta essa hiância. Mas é justamente aqui que devemos avançar com cautela para não suturar essa hiância com o sentido que caracteriza o pré-consciente. Agindo assim, corre-se o risco de anular essa experiência atribuindo uma intencionalidade a um sujeito paradoxal, em si mesmo inconsciente, mas possuindo todos os atributos da consciência, espécie de agente oculto concebido a partir de um paradigma antropomórfico que substancializa e personifica o inconsciente como uma entidade investida de propriedades psicológicas e intencionais⁵³.

É preciso lembrar que, na formulação freudiana, esse sentido sempre concerne ao desejo inconsciente enquanto que *não* articulável. A interpretação apenas percorre a rede de significantes, mostrando que ela está articulada de tal forma que só podemos pensar que isso está determinado. Mas isso não é articulável pela interpretação mesma, a não ser de uma maneira *falha*, pois não construímos a relação entre dois significantes da cadeia, apenas os relacionamos por contigüidade e semelhança, como vimos no exemplo do sonho da *Monografia Botânica*. Só podemos, pois, discriminar essa rede percorrendo-a. Dito de outro modo: não há distância possível entre o intérprete e a experiência da interpretação. Sendo assim, o que chamamos o sujeito da enunciação, o que encontramos nessa hiância, não pode ser integralmente transposto ao sujeito do enunciado. Reencontramos, portanto, a falha do que se apresentou inicialmente como uma hiância. Esse reencontro do sempre faltoso é o momento que conclui a temporalidade da experiência do inconsciente à qual ligamos a sucessão entre o instante do lapso e o tempo de compreender, onde emerge a interpretação que articula sujeito e *saber* inconsciente. Podemos remeter essa experiência ao que Lacan designa com a expressão “esp de um lapso”, ou seja, “o espaço de um lapso”, no breve prefácio à edição inglesa do *Seminário, livro 11*, escrito em 1976⁵⁴. Somente aí, quando esse

⁵³ Para esse debate, que conduz a uma mitificação do inconsciente, remetemos à nossa dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação de Filosofia da UFMG. CARVALHO, Frederico Feu. *O fim da cadeia de razões – Wittgenstein, crítico de Freud*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/FUMEC, 2002, p. 68-74.

⁵⁴ LACAN, J. Prefácio à edição inglesa do *Seminário 11*. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 567 a 569.

espaço de um lapso “já não tem nenhum impacto de sentido (ou interpretação), só então temos certeza de estar no inconsciente. O que se sabe, consigo” (LACAN 2003, p. 567).

Eis a experiência radical do que estamos tentando isolar como o real do inconsciente enquanto referido a um sujeito, a fim de dar todo o seu alcance na reflexão pêchetiana. Não se trata do sujeito enquanto que “alienado na sua história”, mas de sua emergência enquanto *indeterminado*. É essa indeterminação que isolamos no conhecido axioma lacaniano: “o significante é o que representa o sujeito para outro significante”, tão retomado por Pêcheux. O sujeito é situado aí no intervalo da cadeia significante, na hiância mesma que separa um significante de outro significante. É preciso então conceber, ao lado da *alienação* do sujeito ao discurso do Outro, no ponto de sua interpelação e de seu assujeitamento, simultaneamente, a possibilidade de sua *separação* a partir do que *cai* como efeito dessa alienação. Digamos que isso que cai, que passa por debaixo da barra na própria experiência de alienação do sujeito e que parasita a linguagem, faz surgir como achado alguma outra coisa. Vamos aqui designá-lo a partir do elemento de gozo fantasmático inerente à apreensão do sujeito no discurso. É em torno desse elemento que podemos situar a causa do que falha do lado do sujeito. Isso que sempre falha, revela o real do inconsciente como irreduzível à ideologia, isso é, como um resto inassimilável à própria experiência inconsciente da alienação do sujeito ao discurso ideológico.

Só podemos seguir os próprios passos de Lacan. A hiância do inconsciente tem, à primeira vista, função ontológica: “é a fenda por onde esse algo, cuja aventura em nosso campo parece tão curta, é por um instante trazida à luz, — por um instante, pois o segundo tempo, que é de fechamento, dá a essa apreensão um caráter evanescente” (LACAN 1964/1985, p. 35). É nessa fenda, tão limitada e inapreensível, posto que sua ontologia é da ordem do *não-realizado*, que Freud situa o desejo como *indestrutível*. Mas, o que vem a ser esse caráter indestrutível do desejo? Certamente não é a sua infinitude, pois o desejo é limitado: ele é indestrutível enquanto *não-realizado*, sempre referido a uma falta fundamental. Por isso, Freud remete a “experiência oceânica” — expressão com a qual o amigo Roman Roland o interroga, referindo-se a um sentimento genuíno de participação na totalidade das coisas em *O mal estar na civilização* — à ilusão nostálgica de que essa fenda seria em algum ponto preenchida, ilusão ligada à imagem de um pai abonador dessa falta por meio do qual o desejo viria a se realizar. Por isso, para Lacan, o estatuto do inconsciente, “tão frágil no plano ôntico, é ético” (*ibid*, p. 37). É essa dimensão ética que se pode extrair da experiência e da

descoberta freudiana; é nela que podemos situar a *paixão* de Freud. Ou seja: do lado do *pecado* do pai e não de sua idealização. A *certeza* de Freud se afirma sobre esse ponto, justamente onde nos afastamos de toda garantia concernente à *verdade*.

Lacan assinala que é nesse ponto que podemos situar a dessimetria entre os encaminhamentos de Freud e de Descartes — já que ambos percorrem inicialmente o mesmo caminho que conduz da dúvida em direção à certeza. Para Freud, nesse campo do inconsciente, “o sujeito está em casa” (*ibid*, p. 39). Aí, onde *isso pensa* (*ça pense*), podemos situar o sujeito como fundamento da certeza freudiana. Quanto ao procedimento cartesiano, ele vai buscar sua garantia no Outro, supostamente não enganador. O Deus de Descartes nos dá assim a imagem final na qual se sustentaria a verdade: o *dizer* se sustenta em algum lugar, em algum enunciado primordial do qual ele obtém sua garantia. O que faz da experiência do inconsciente uma espécie de batimento do lado do sujeito da enunciação, por sua vez, apenas se sustenta pela dimensão ética que nos mantém ainda por um tempo nessa fenda, na medida em que ao *isso pensa* agregamos a ficção de que *isso quer dizer alguma coisa*. É preciso, no entanto, redobrar nossa cautela para não passarmos rápido demais da experiência do real do inconsciente, essa *fenda*, ao saber do inconsciente, isto é, à forma preta da enunciação, ao *isso quer dizer alguma coisa*, e daí à forma concebida do enunciado, ao *o que isso quer dizer*.

Nesse contexto, ganha sentido a retificação lacaniana da tradução do aforismo freudiano “*Wo es war, soll Ich werden*”⁵⁵. Não se trata, como defende Lacan, de que “o Eu deve deslocar o Isso”, tal como se constrói um dique sobre um pedaço de mar que é preciso fazer recuar; nem de fazer avançar a plataforma do Eu frente a um inconsciente identificado às manifestações instintuais para melhor adaptá-lo às exigências do convívio social, como teria sido valorizado particularmente pelas traduções de Freud para o inglês. Trata-se, segundo Lacan, de chamar o sujeito de volta para casa — o sujeito, não o Eu, com o qual ele não se confunde, como muito bem observa Pêcheux — isto é, “lá onde estava o sonho”, onde se discrimina a rede dos significantes, “o sujeito está aí para ser reencontrado, *aí onde estava* — eu o antecipo — o real” (*ibid*, p. 47). Ou seja, na hiância pela qual o inconsciente nos aparece como fenômeno, nessa pulsação cuja característica fundamental é a de ser evanescente e furtiva à apreensão consciente a não ser como uma descontinuidade, é nessa hiância que Freud situa o sujeito.

⁵⁵ FREUD, S. *Novas conferências introdutórias à psicanálise*. Op cit., v. XXII, p. 102. LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 419.

Lá onde estava, o Ich — o sujeito, não a psicologia — o sujeito deve advir. E para saber que se está lá, só há um método, que é de discriminar a rede e, uma rede se discrimina como? É voltando, retornando, cruzando seu caminho, que ela se cruza sempre do mesmo modo (*ibid*, p. 48).

Eis o que fundamenta a experiência do *sujeito no discurso* quando se leva em consideração a descoberta freudiana do inconsciente. Vejamos como essa estrutura pode ser verificada a partir do esquecimento freudiano do nome *Signorelli*

3.2.2 O esquecimento de “Signorelli”

Em 1898, Freud publica um pequeno artigo oriundo de uma experiência pessoal: o esquecimento do nome do pintor Signorelli durante uma conversa corriqueira com um companheiro de viagem, no trem que o leva pela costa da Dalmácia. Esse artigo será retomado no capítulo primeiro de *A Psicopatologia da vida cotidiana*, publicado em 1902, onde Freud evoca os diversos lapsos de linguagem, esquecimentos, erros e atos nos quais se pode postular uma manifestação do inconsciente na descontinuidade de uma frase ou de uma ação⁵⁶. Esse caso nos parece exemplar sob mais de um aspecto. Ele demonstra a estrutura do inconsciente como uma hiância, na qual vem se alojar a *posteriori* a rede dos significantes, a partir da decisão do sujeito de habitar por certo tempo essa fenda na persecução da causa do que aí claudica. Além disso, ele demonstra que essa causa obedece a uma condição formal: a emergência dos pensamentos (*Gedanken*) inconscientes depende da possibilidade de que se estabeleça uma *associação externa* — expressão freudiana que nos remete imediatamente à sincronia significante — entre o termo sob o qual incide o esquecimento e aquilo a que se visava suprimir. Da mesma forma, as conexões observadas entre o termo esquecido e aqueles que emergem insistentemente como seus nomes substitutos parecem obedecer às *leis* do processo primário.

O que diferencia o esquecimento em questão de um esquecimento comum, sujeito ao desgaste natural da memória, e o que lhe confere um valor sintomático? Segundo Freud, um esquecimento que caracteriza um processo inconsciente é aquele em relação ao qual estamos

⁵⁶ FREUD, Sigmund. *A Psicopatologia da vida cotidiana*. In: *Obras Completas de S. Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969, vol. VI.

certos de que *sabemos* qual é o nome esquecido que contingencialmente não conseguimos lembrar, e que permanece, por assim dizer, na ponta da língua. Por isso rejeitamos prontamente os nomes substitutos que se apresentam para obturar o lugar vazio do que se queria dizer. Além do mais, ele nos intriga de uma forma peculiar, tomando parte naquilo que chamamos *uma questão de sujeito*.

No exemplo freudiano, o esquecimento do nome *Signorelli* ocorre em um ponto da conversa com o companheiro de viagem, um estrangeiro, no momento que Freud lhe pergunta se “já conhecia Orvieto e se já havia visto os afrescos famosos de lá, pintados por...” (FREUD 1902/1969, p. 21). Em geral, essa hiância e o incômodo que se segue são logo superados assim que recompomos a lembrança do nome esquecido. Freud, no entanto, “introduz no domínio da causa a lei do significante, no lugar onde essa hiância se produz” (LACAN 1964/1985, p. 28). Em sua análise, ele insere o nome esquecido *Signorelli* e os nomes substitutos *Botticelli* e *Boltraffio* na cadeia significante formada por *Bósnia, Herzegovina e Herr-Signor*, aludindo ao tema da conversa imediatamente anterior ao esquecimento: o costume dos turcos que vivem na Bósnia e Herzegovina, sua resignação diante da morte e sua irrestrita confiança no médico. “Se somos obrigados a lhes dizer que nada pode ser feito por um doente, respondem: ‘*Herr* [Senhor], o que hei de dizer?’” (FREUD 1902/1969, p. 21).

Em seguida, Freud recorda o ponto em que essa seqüência de pensamentos foi interrompida: ele havia desejado falar ao seu interlocutor do contraste entre essa resignação diante da morte e o desespero dos mesmos turcos diante de perturbações sexuais: “Saiba, *Herr*, se *aquilo* acabar a vida não vale mais nada”; mas “evitei comentar essa peculiaridade dos turcos para não tocar naquele tema numa conversa com um estranho” (*ibid*, p. 21). Mais ainda, assim procedendo, Freud conclui que ele se desvia de um curso de pensamentos que poderia tê-lo levado, em conexão com o tema *morte e sexualidade*, a lembrar-se de uma notícia que recebera algumas semanas antes, em *Trafoi*: “um paciente, a quem me havia dedicado muito, suicidara-se por causa de uma perturbação sexual incurável” (*ibid*, p. 22). Esse desvio não é consciente no momento da conversa, mas deduzido através das conexões do significante, *Bósnia-Boltraffio-Trafoi*. Assim, graças a uma *conexão associativa*, diz Freud, “esqueci *uma coisa contra minha vontade* quando tive a *intenção de esquecer outra coisa*” (*ibid*). Nesse processo, continua Freud, “os nomes foram manipulados como imagens de um texto que deve ser transformado em um jogo de enigma visual (ou logogrifo)” (*ibid*, p. 24). A

análise freudiana leva em conta uma operação complexa que envolve o corte, a supressão, o deslocamento, a condensação e a recomposição dos fonemas para formar um outro nome, assim como a tradução de uma palavra de uma língua a outra, operação que nada ficaria a dever ao empreendimento joyceano em *Finnegans Wake*.

O nome *Signorelli* foi dividido em duas partes. Um dos pares de sílabas (*elli*) reaparece sem modificação em um dos nomes substitutos, enquanto o outro, através da tradução de *Signor* em *Herr*, obteve numerosas e variadas relações com os nomes contidos no tema reprimido, mas, por esse motivo, não está disponível para a reprodução [consciente]. O substituto [para *Signor*] foi criado como se tivesse sido feito um deslocamento ao longo dos nomes *Herzegovina* e *Bósnia*, sem levar em conta o significado ou os limites acústicos das sílabas (*ibid*, p. 21).

Signor <i>elli</i>	Botti <i>celli</i>	Bol <i>traffio</i>
Her zegovina	Bós nia	
Herr, ...		<i>Trafoi</i>

Nesse simples exemplo, temos uma amostra da incidência retroativa do significante no campo do discurso mais banal, pela qual alguma coisa toma a função de apagar uma outra coisa, a partir de múltiplos deslocamentos, cortes e reescritas. O esquecimento não é senão a manifestação contingente e o efeito final do entrecruzamento do significante, ligado ao trabalho realizado, cuja finalidade parece ter sido a de evitar o desprazer associado a uma lembrança desagradável. Havia, de fato, o desejo de Freud de esquecer alguma coisa. Essa manifestação da subjetividade e o processo econômico que a acompanha não esgotam, no entanto, o interesse pela articulação teórica entre *discurso* e *sujeito*. O inconsciente não se reduz à dimensão de uma *particularidade* — que legitimamente, em sua especificidade, o *discurso analítico* buscará apreender — fazendo emergência na ordem do discurso. Para sermos mais incisivos: o sujeito que nos interessa, na interface possível entre psicanálise e análise do discurso, não é uma subjetividade. Sabemos o quanto Pêcheux lutou teoricamente

contra essa assimilação do sujeito à subjetividade, mediante a qual se resvala inexoravelmente para o psicologismo.

É preciso, então, pensar o inconsciente na dimensão da língua. No próprio exemplo freudiano, torna-se patente a função da *censura* designando a presença daquilo que *pode e deve ser dito* em um dado contexto e, ao mesmo tempo, o que ultrapassa a intenção do falante, *o que se diz por detrás do que se diz*, na hiância que se abre com o esquecimento. Em outros termos, o sujeito fala aí na medida mesma em que é interpelado a se calar. O interesse pela dimensão do sujeito no discurso aponta, assim, para aquilo que, *na fala*, excede o que se *quer dizer* no interior de uma dada *formação discursiva* “que determina *o que pode e deve ser dito* [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX 1971, p. 102). O inconsciente emerge no discurso como um signo de resistência à objetivação discursiva. Veremos, a partir da análise do *Witz*, aflorar essa manifestação política do inconsciente, que tanto interessou a Pêcheux, e que podemos acrescentar à sua *função social*, da qual fala Freud. É essa potencialidade criativa da língua como um desdobramento *intradiscursivo* das manifestações do inconsciente — ali onde algo falha na tentativa de absorver o interdiscurso no intradiscorso — que buscamos destacar.

Isso nos leva a trabalhar em torno da distinção entre o *real do inconsciente*, que buscamos destacar, a partir do *Seminário, livro 11*, pela estrutura de uma hiância — aonde algo de *não-nascido* vem se manifestar na dimensão da enunciação —, e o *discurso do inconsciente*, que podemos remeter ao *já inscrito*, ao retorno insistente dos mesmos signos — onde se acentua a vertente imemorial do que Freud chama *realidade psíquica*, na qual se depositam os restos dos atravessamentos do Discurso do Outro na experiência do sujeito. Nosso próximo passo será, pois, voltado para essa distinção. Buscaremos acentuá-la a partir da estrutura temporal da sessão analítica, artifício de discurso cuja homologia com o inconsciente nos permite uma visão esclarecedora dessa distinção.

3.3 O artifício psicanalítico: a sessão analítica como acontecimento de discurso

Tomada em sua condição material mínima, uma psicanálise se reduziria a uma troca de palavras entre dois interlocutores. “Nada acontece em um tratamento psicanalítico além de um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista” (FREUD 1916/1969, p. 29). Com esse comentário, Freud inicia sua série de *Conferências Introdutórias à Psicanálise*, em 1916, evocando o ponto de vista exterior de um “observador desavisado” que, aproximando-se da cena analítica, se dispusesse a descrevê-la a partir de seus dados mais simples e imediatos. O campo da palavra é, para a psicanálise, seu único meio e instrumento. Através da palavra, diz Freud, mobilizamos afetos, exortamos, convencemos e influenciemos nosso interlocutor, remontando assim ao *poder mágico* que estaria nas suas origens. O interesse da psicanálise liga-se, portanto, a esse *ato da palavra* e aos seus efeitos sobre o sujeito, excedendo sua finalidade de comunicação.

Esta ação performativa da palavra condensa os principais aspectos da descoberta freudiana e define o modo como a psicanálise recorta o real e se insere no campo da ciência. O inconsciente testemunha que a palavra pode inscrever-se sobre o corpo, ser tomada como um fato e manipulada como uma coisa, no sentido que Freud se refere aos *caracteres* de um rébus, como elementos a serem manejados, deslocados, transmutados e mesmo apagados, conforme exemplificado pelo esquecimento do nome *Signorelli*, ao qual nos referimos. A hipótese do inconsciente provém, assim, da observação dos fatos de linguagem ligados às descontinuidades do discurso corrente, às ações compulsivas ritualizadas e aos sintomas conversivos histéricos. Afastam-se, dessa forma, as hipóteses que por meio desse recorte se tornam estranhas à disciplina psicanalítica, sejam elas neurológicas ou fisiológicas.

Há um duplo aspecto a ser ressaltado: o primeiro remonta à performatividade que podemos associar ao determinismo do inconsciente que caracteriza a descoberta freudiana. Freud o designa como a *realidade psíquica* do inconsciente que se manifesta por seus *efeitos* sobre o sujeito. É a eficácia dessas manifestações que suscita a pergunta pela causa e exige, de início, a hipótese do inconsciente: “eu não sei o que age em mim”, diz, por exemplo, o obsessivo compulsivo. Esta *realidade psíquica* do inconsciente será apreendida por Freud como um campo de representações recalcadas, investidas libidinalmente e sujeitas, como tal,

ao processo primário de deslocamento e condensação, desfazendo assim a representação unitária da consciência de si.

O segundo aspecto aponta para o modo como o analista busca interceptar e interpretar a *realidade psíquica do inconsciente*, agindo sobre ela. O caminho analítico busca seguir o caminho inverso que foi percorrido pela formação do sintoma (FREUD 1916/1969)⁵⁷: ele nos conduz do sintoma aos prolongamentos inconscientes da fantasia, esta ficção amalgamática onde a significação sexual enigmática se fixou à traços deixados pela experiência estabelecendo, desta forma, os pontos de fixação (*Fixierung*) aos quais a libido sexual se prende — e aos quais sempre retorna — como um modo particular de satisfazer o desejo. A fantasia não é, portanto, pura ficção (*Erfindung*); ela articula-se aos vestígios da realidade efetiva e material (*Wirklichkeit*) que constitui o discurso do Outro e que a libido irá amalgamar para responder ao enigma das primeiras investigações sexuais. É essa *realidade psíquica*, que Freud designa como a *Outra cena*, que a sessão analítica procura emoldurar. A sessão analítica é o recorte temporal a ser tomado como condição de possibilidade do discurso analítico; equivale como tal a um artifício: ela introduz na realidade estruturada pelo discurso corrente um lapso de tempo propício à emergência da realidade psíquica do inconsciente. Entre sessão analítica e inconsciente existe, portanto, homologia de estrutura.

Em sua *versão freudiana* o espaço da sessão analítica está dominado pelo dispositivo da associação livre. O analisante é situado nessa zona de penumbra que precede o sono, nesse ponto limítrofe onde emergem os pensamentos involuntários, graças à operação da regra fundamental que reduz a atenção de vigília à percepção desses pensamentos emergentes e espontâneos, cabendo ao analisante, tão somente, passar ao ato motor da fala e comunicá-los ao analista. Esta regra, contudo, torna-se impraticável por vários motivos. Ela é contestada primeiramente pela persistência da crítica consciente do analisante às suas próprias produções espontâneas. Em segundo lugar, ela é perturbada pela presença mesma do analista. Desta forma, o analista se interpõe entre sintoma e fantasia ou, mais exatamente, entre a realidade semântica do sintoma, à qual se aplica o trabalho interpretativo, e a realidade libidinal da fantasia, à qual se liga a transferência.

⁵⁷FREUD, S. *O caminho da formação dos sintomas*. In: *Obras Completas de S. Freud*, v. XVI, p. 419-440.

Em seu texto *A dinâmica da transferência* (1912/1969)⁵⁸, Freud descreve o encaminhamento lógico da transposição do analista ao campo da *realidade psíquica* do analisante. Esta transposição é acusada pela detenção mesma do processo associativo, por um mal funcionamento da regra fundamental que impele o analisante ao silêncio, ponto onde a fala se detém porque o investimento libidinal passa das representações investidas do inconsciente ao próprio analista. Freud é enfático a esse respeito: se as associações se interrompem é porque elas incluíram o analista, que se vê assim tomado como *objeto* no discurso. Segundo Freud, a presença do analista atrai a libido do sintoma e daí surge um novo sentido (*ein Neuer Sinn*). Em outros termos, o deciframento do sentido (*Sinn*) do sintoma se detém diante da emergência da significação (*Bedeutung*) libidinal da fantasia na transferência, isto é, em *ato*. Essa apreensão do analista na transferência — que exige como complemento da regra fundamental da livre associação a regra da *abstinência* — tem implicações em seu posicionamento discursivo. Ela torna impossível a exterioridade do analista como o escriba do texto inconsciente, pois o analista está, ele mesmo, incluído na *apresentação* do objeto da fantasia. A manobra do discurso analítico consiste em reduzir esse objeto a uma função, sem confundi-lo com a pessoa do analista. Daí o retorno a uma exterioridade possível na forma da assimetria fundamental da posição discursiva que lhe designa essa função.

Este *fato inconveniente* da transferência, que perturba a exterioridade idealizada do cientista diante do objeto — a partir do qual Freud interpreta o recuo de Breuer diante de sua descoberta (FREUD 1914/1969, p. 21) — demarca assim os limites entre a rememoração e a reprodução. “No processo de procurar a libido que fugira do consciente do paciente, penetramos no reino do inconsciente”; e, tal como acontece nos sonhos, prossegue Freud, “os impulsos inconscientes, que não desejam ser recordados da maneira pela qual o tratamento quer que o sejam, esforçam-se por reproduzir-se de acordo com a atemporalidade do inconsciente e sua capacidade de alucinação” (FREUD 1912/1969, p. 143). Em outros termos, na prospecção do sentido textual do sintoma ingressamos em seu reino libidinal. Nesse ponto, o discurso analítico sofre uma inflexão. Poderíamos aqui evocar o limite wittgensteiniano entre *dizer* e *mostrar*⁵⁹ para fazê-lo coincidir com o ponto onde Freud situa a fronteira entre recordar e reproduzir. O discurso torna-se então cena, figuração. Nessa figuração, o objeto contornado pela fala do analisante se faz presente na forma de uma transferência ao analista.

⁵⁸ FREUD, S. *A dinâmica da transferência* (1912). In: *Obras completas de S. Freud*. Op. cit., v. XII, p. 133 a 143.

⁵⁹ WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*. São Paulo: EDUSP, 1994.

Segundo Freud, trata-se aqui de um processo de redução semelhante ao que observamos na regressão do sonho, onde a representação verbal assume valor pictórico (*Bilderwert*), com o adendo de que na situação transferencial os impulsos inconscientes são *atuados* e não representados psiquicamente. Cabe ao analista trazê-los de volta à consideração intelectual, distinguindo nesta ação o seu *valor psíquico*, da mesma forma que, na interpretação dos sonhos, restituímos o valor pictórico de um elemento ao seu valor de signo.

Retomando à posição daquele “observador desavisado” evocado por Freud, que descreve de um ponto de vista exterior o que acontece em uma sessão analítica, algo mais se interpõe, no entanto, entre analista e analisante, além de um intercâmbio de palavras. A sessão analítica também pode ser descrita como o encontro de dois corpos que ocupam o mesmo espaço em um mesmo lapso de tempo e em relação aos quais se pode notar certa assimetria: um deles, o analista, parece tomar aí o lugar de um “motor imóvel” (MILLER 2004, p. 237) que anima o outro a vir ao seu encontro. Da mesma forma, observa-se uma não reciprocidade no uso da palavra, uma vez que ao analisante se pede que fale, enquanto o outro escuta, provoca, interpela, diz alguma coisa ou coisa alguma, encerra o encontro. O observador só poderá concluir que não se trata de uma comunicação qualquer. A disposição espacial dos corpos já havia antecipado essa dessimetria — ao menos quando se trata do uso do divã —, pois eles não se colocam frente a frente ou lado a lado, como em um ambiente de comunicação, mas, estranhamente, um se posiciona atrás do outro, como se o empurrasse ou se escondesse. Esse encontro de corpos para além do intercâmbio de palavras é imprescindível para a interpretação; pois se o ato da palavra requer a ficção de um lugar virtual onde o sentido se decifra, e que Lacan designa como o lugar do “Outro”, a carga libidinal necessita como anteparo da superfície de um corpo.

Pode-se dizer que o *lapsos* da sessão analítica induz, de início, uma desmobilização corporal. O dispositivo da *sessão analítica* tem, nesse sentido, parentesco com o estado que precede o sono. Esse estado exige um rebaixamento do campo da consciência pelo menos em duas direções. A primeira concerne a uma suspensão da atenção dirigida aos acontecimentos do mundo exterior, o que fazemos com o auxílio de algumas ações visando isolar os estímulos do ambiente próximo, podendo incluir formas mais ou menos ritualizadas. No estado que precede o sono, uma vez atendida essa condição preparatória, abre-se espaço para a emergência de pensamentos involuntários que, por sua vez, parecem investir certas imagens, que se organizam então em devaneios e cuja passagem para formar um sonho acompanha a

sensação do adormecer. A segunda direção em que se dá o rebaixamento da consciência que leva ao estado de sono é a que protege o próprio sono do despertar. É o que Freud designa como o trabalho da *censura onírica*, que se liga tanto à distorção que torna possível a realização de desejos no sonho quanto ao desejo de dormir. Assim, um estímulo provindo do mundo exterior, cuja magnitude poderia provocar o despertar, é preferencialmente transposto e resolvido no próprio sonho.

A entrada no dispositivo analítico também é uma operação sobre a atenção, e a regularidade da sessão analítica pode ser também descrita como um intervalo no qual essa atenção se desliga do mundo exterior para realizar as condições propícias à emergência de pensamentos involuntários. Contudo, a partir desse ponto, segue em direção oposta àquela que levaria ao sono. Em primeiro lugar, porque o analisante comunica os pensamentos emergentes transpondo-os ao campo verbal como *mensagens* dirigidas ao analista, mesmo que eles se apresentem suportados pela imagem, o que equivale a dizer que a operação que busca dirigir a atenção até esses pensamentos está condicionada pela presença e não pela neutralização do analista no campo perceptivo do analisante. Em segundo lugar, porque uma sessão analítica, diferentemente de uma sessão onírica, está orientada pela expectativa de um acontecimento imprevisto que, em lugar de provocar no corpo as sensações do adormecer, o provocam no sentido do despertar. Uma analisante, por exemplo, é tomada de susto quando seu olhar percebe uma sombra de um pequeno objeto decorativo projetada na parede do consultório do analista, uma sombra que “não estava ali da última vez”. Tal fato atesta o quanto ela se encontra em alerta quanto ao acontecimento imprevisto da sessão e o valor de signo que esse mesmo objeto adquire nas associações da analisante, tal como a *roupa* e o *riso* no fragmento clínico de *Emma* relatado por Freud (ver *supra*, p. 91). Esse signo se encontra a meio caminho entre o campo da percepção e o campo das representações inconscientes, ele trafega no espaço intermediário da realidade psíquica da *Outra cena*, que não poderíamos reduzir então ao espaço de uma interioridade psíquica sem anular a sua verdadeira dimensão de alteridade. Trata-se de uma alteridade duplamente sustentada pela presença do analista: ele encarna para o analisante tanto o *lugar* de endereçamento da mensagem quanto o *objeto* em causa no discurso analítico. Podemos considerar que esse objeto é o agente *atrator* de onde parte o circuito da fala na sessão analítica.

Nessa perspectiva, o analista *faz falar*. No entanto, o que se visa é a *enunciação* no enunciado, o desdobramento do circuito da fala no circuito pulsional, *aquilo que fica*

*esquecido por trás do que se diz no que se ouve*⁶⁰, para que, tal como na célebre fórmula freudiana “*Wo es war, soll Ich werden*”, o sujeito possa advir. É esta mobilização da *enunciação* no enunciado que faz com que a sessão analítica seja um artifício que não pode ser estendido ao campo da realidade comum, onde se restabelece a soberania do interdiscurso.

Se aludimos acima a uma *versão freudiana* da sessão analítica foi para salientar o quanto essa versão está condicionada pela apreensão da *realidade psíquica* como uma realidade *já inscrita* no inconsciente. Podemos tomar essa realidade como o produto dinâmico do trabalho psíquico (*psychische Verarbeitung*) que busca *inibir* determinadas *quantidades* inscrevendo-as psiquicamente. Não importa salientar aqui o revés sofrido pela esperança freudiana de uma apreensão simbólica dessa realidade do inconsciente, revés que o levou a redigir o *Além do princípio do prazer* (1920/1969) para dar conta da presença da repetição como um resto não interpretável. A sessão analítica, em sua versão freudiana, se estrutura a partir da realidade psíquica como *já inscrita*, para isolá-la enquanto tal e assim reconstruí-la, preenchendo as lacunas da história do sujeito. Mas podemos opor a essa versão da sessão analítica fundada em um inconsciente como uma realidade *já inscrita*, uma versão que leva em conta o inconsciente como *sujeito*, conforme sugestão de J-A Miller (2004, p. 170). Devemos então indagar de que forma esse estatuto do inconsciente como *sujeito* se relaciona com aquilo que vínhamos designando, a partir de Freud, como a realidade psíquica do inconsciente.

Em que pese o arbitrário dessa distinção, ela parece legitimar-se a partir do próprio texto freudiano. De fato, Freud tem duas formas de apresentar a noção de inconsciente. A primeira delas seria mais próxima do sintoma, enfatiza as representações recalçadas que agem sobre o sujeito e se dispõe conforme a tessitura da realidade psíquica do inconsciente, cujo sentido escapa ao falante, manifestando-se no retorno dos mesmos signos. A segunda seria mais próxima do *Witz*, enfatiza o trabalho psíquico envolvido em sua elaboração e faz emergência no discurso corrente como um elemento novo e inesperado que atravessa um texto já escrito. Nos termos da *Carta 52*, esse trabalho psíquico seria comparável ao trabalho de transcrição, retranscrição e tradução contínua de um texto de base que seria dado pelos signos de

⁶⁰ Segundo a expressão de Lacan, “*que se diga fica esquecido por trás do que se diz no que se ouve*” (“*qu'on dise reste oublié derrière ce qui se dit dans ce qui s'entend*”), aqui ligeiramente alterada para nosso uso. LACAN, J. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 448.

percepção, isto é, pelos significantes inscritos no inconsciente. É esse trabalho que a técnica do *Witz* atualiza, articulando o *non-sens* do significante a um novo sentido.

Podemos aproximar essas duas maneiras de apresentar o inconsciente da conhecida oposição aristotélica entre *autômaton* e *tichê*, explorada por Lacan em seu *Seminário, livro 11* (1964/1985, p. 55 – 65). Enquanto o *autômaton* refere-se à “insistência dos signos aos quais nos vemos comandados pelo princípio do prazer”, a *tiquê* se traduz como “encontro do real”, ligado ao que “vacila em um corte do sujeito”, àquilo que se repete “como que por acaso” (LACAN 1964/1985, p. 56), dimensão do inconsciente mais ligado à irrupção e à descontinuidade do que à continuidade da série psíquica que preencheria os capítulos censurados da história do sujeito. Essa mesma distinção pode ser aplicada à *sessão analítica*: ela se institui como uma regularidade (*autômaton*) que torna possível um acontecimento irruptivo (*tiquê*), como um “lugar previsto para que se produza ali o imprevisível” (MILLER 2004, p. 70). A sessão analítica tem assim a mesma estrutura de um *lapsos*, concebido como uma pulsação na qual podemos verificar um instante de abertura, um tempo transcorrido de impasse em relação ao sentido e um fechamento. Neste ponto de claudicação em que verificamos a emergência do inconsciente como *sujeito*, faz-se necessário a sustentação do analista para que essa *fenda*, como diz Lacan, não se feche rápido demais, evitando a recomposição imediata do discurso, tal como nos previne Freud no texto *Linhas de progresso da terapia analítica*⁶¹. O trabalho analítico é comparável, nesse texto, a uma análise química em que certos elementos vêm a ser separados de sua configuração original. A ação do analista consiste em evitar a tendência automática de produzir novas e apressadas sínteses, para que a relação com o real não seja perturbada prematuramente pela imposição de um saber. Ora, é justamente nesta hiância entre saber e real — que o discurso da ciência visa suturar — que Lacan irá localizar o *sujeito* sobre o qual opera a psicanálise (LACAN 1966/1998, p. 873).

A sessão analítica se encontra situada, portanto, primeiramente do lado da repetição. Ela é em si mesma uma repetição burocrática, uma regularidade de encontros. Aí se espera a repetição do inconsciente, o retorno insistente dos mesmos signos. Mas a sessão analítica é também o lugar “onde se cumpre a inversão do estatuto do inconsciente, a inversão da repetição em interpretação” (MILLER 2004, p. 208). Dito de outro modo, ela se nutre da expectativa de um *acontecimento* ao qual podemos ligar a emergência do *sujeito*.

⁶¹ FREUD, S. *Linhas de progresso da terapia analítica*. In: *Obras Completas de S. Freud*. Op. cit., v. XVII.

Essa aproximação entre o *sujeito* e o *acontecimento* nos parece plena de conseqüências e merece ser colocada no centro de nossa investigação. Em primeiro lugar, ela nos distancia da concepção da interpretação convertida a um modo de explicação, e em particular de um modo de explicação causal, dominada por um encadeamento discursivo que liga um elemento *a* a um elemento *b* (como em “*a* porque *b*”)⁶². Os efeitos performativos do acontecimento não são efeitos que se encadeiam como proposições da linguagem. Pelo contrário, a armadura lógica das proposições na linguagem esvazia os efeitos performativos da interpretação quanto mais sua forma se aproxima de uma explicação. Os efeitos performativos ligados ao *acontecimento* nos serviriam, ademais, como uma forma de verificar a eficácia de uma psicanálise. Mas, se em uma sessão analítica nada existe além de um “intercâmbio de palavras”, isso quer dizer que não operamos sobre nenhuma substância? De certo modo não. Por isso devemos salientar a concepção freudiana de que a palavra é inseparável de seu *quantum* de afeto e de que ao manejar palavras manejamos também quantidades.

Em segundo lugar, aproximar a interpretação analítica da temporalidade de um acontecimento, da qual extraímos a homologia entre a hiância do inconsciente e a emergência do sujeito e entre a sessão analítica e o *lapso*, aproxima a interpretação da dimensão topológica de um corte. Sua dimensão textual seria, por conseguinte, reduzida a um lampejo (a um *relâmpago*, para dizer como Pêcheux), à emergência de uma nota dissonante cuja passagem ao primeiro plano permite ressaltá-la como um *achado*, no sentido do acontecimento irruptivo no qual constatamos a emergência do sujeito no discurso. São dessas emergências, escandidas e acumuladas na sucessão das sessões, que se pode extrair, enfim, um *saber* que concerne ao inconsciente. Trata-se de um *saber* ligado às determinações inconscientes, no sentido do *autômaton*, do retorno dos mesmos signos, e que responde à *necessidade do já escrito*⁶³.

O sujeito emerge, assim, do lado da *contingência*. Conforme se expressa Miller, “quando o inconsciente é abordado desde a perspectiva da interpretação, o que se coloca em evidência não é tanto a determinação, mas a indeterminação” (MILLER 2004, p. 224), isto é, a ruptura da causalidade da cadeia significante que toma o sujeito como efeito da realidade do

⁶² Em relação a essa “gramática das causas” remetemos à nossa dissertação de mestrado: CARVALHO, Frederico Feu. *O Fim da cadeia de razões – Wittgenstein, crítico de Freud*. Op. cit., p. 61 – 67.

⁶³ Ou, conforme a formulação lacaniana, do que *não cessa de se escrever*. LACAN, J. *O Seminário*, livro 20, “Mais ainda”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 81.

inconsciente. Há, portanto, descontinuidade entre o que se repete e o que se interpreta. Mas, se o que se interpreta se apresenta como surpresa, aquilo pelo que cada um se sente ultrapassado, podemos dizer que esse acontecimento irruptivo aponta para o limite do que se articula no campo do *saber*, ou seja, para a impossível *relação* entre o que se repete e o que se interpreta. Em outros termos, a interpretação, se a tomamos como um *acontecimento*, não é o que agrega ao que se repete um *porquê* ou um *para quê*, que o tornaria inteligível, mas o que introduz na repetição mesma uma discordância fundamental que interpela o analisante em sujeito. Uma “interpelação às avessas”, conforme a expressão de Pêcheux. Podemos situar essa discordância entre *o que se diz* e *o que se ouve*, ou entre *o que se escreve* e *o que se lê*, nos interstícios da linguagem em cuja hiância situamos o sujeito. Trata-se, contudo, de uma discordância que modifica retroativamente o sentido do que é dito, conforme o modelo do *Witz*: o que vinha sendo dito encontra em algum momento o acontecimento imprevisto que acarreta a reconfiguração do que se dizia, momento em que a palavra encadeada no discurso se vê atravessada pela *astúcia da língua* na direção de um além do que se diz; ponto privilegiado onde o discurso, enunciado primordial, encontra o *acontecimento* como uma pura enunciação.

Lacan dizia não haver acontecimento que não se situe em um discurso — entendido aqui como a estruturação simbólica do campo da realidade. Miller comenta essa citação lembrando a célebre análise de Heidegger em “*Sein und Zeit*” (“O Ser e o Tempo”) sobre a espera: “estou na plataforma da estação e espero o trem que deve chegar”. Heidegger está aí em uma estrutura dada pelo discurso, que o situa em relação às coordenadas de espaço e tempo em que se espera o trem, que pode ou não chegar, mas em cuja regularidade ele confia enquanto aguarda a sua chegada. A chegada do trem na hora esperada é o acontecimento previsto pela estrutura do discurso: o trem vem ocupar o lugar que lhe é reservado na estrutura. A chegada do trem é, nesse sentido, um fato de estrutura, o que quer dizer que a estrutura responde a um cálculo e que isso funcionou a contento naquele dia. O que quer dizer então, diante de um eventual atraso do trem, que ocorreu um imprevisto? Pois, na verdade, a regularidade da chegada de um trem nada mais é que uma seqüência de eventos imprevisíveis: nunca se sabe se a filha do maquinista irá ou não adoecer naquele dia. Há, no entanto, um discurso em relação ao qual o maquinista coordena suas ações para que naquele dia o trem chegue na hora esperada por Heidegger, apesar de sua filha ter amanhecido adoentada. Se assim é, o *trem chegar na hora* insere-se em uma série de acontecimentos, regulares ou não, que a existência prévia do discurso enquadra como as margens que contém um rio que nunca está no mesmo

lugar. O acontecimento imprevisto, ao qual ligamos o real do inconsciente, se insere, por sua vez, na ruptura da causalidade, onde situamos o sujeito. Disso resulta que o real do inconsciente seja definido por nós a partir do *acontecimento irruptivo*, segundo o que Lacan propõe, no *Seminário, livro 11*, a partir do termo grego *tyche*. O sujeito se situa aí como um elemento *indeterminado* e não como um elemento *determinado* pela estrutura a partir da rede significante que lhe confere seu *automaton*. O sujeito não é anterior em relação ao discurso. Teremos que apreendê-lo, segundo sua temporalidade própria, na retroação da enunciação em relação ao enunciado, conforme desenvolveremos a seguir, tomando como referência o modelo freudiano do *Witz*.

3.4 O sujeito do *Witz*

Ao final do adendo *Só há causa daquilo que falha*, Pêcheux evoca a capacidade de se revoltar como contemporânea à própria linguagem. Busca-se, assim, distinguir o plano da extorsão da mais-valia que fundamenta a luta de classes como motor da História e o plano da “divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (SD: 302), que fundamenta a própria possibilidade de revolta. As especificidades desses dois planos impedem que eles possam se fundir em uma teoria que permita “compreender o processo de resistência-revolta-revolução”, mas abre-se à exploração de uma nova via, para além daquelas que pensam as ideologias dominadas como repetição da ideologia dominante, como aprendizado progressivo na direção da descoberta da verdade ou como permeável a um saber exterior que romperia com o círculo ideológico. É neste contexto que Pêcheux evocará, nesse adendo, “o prazer sistemático, compulsivo (e incompreensível para mim), que eu tinha em introduzir a maior quantidade possível de chistes” em *Les Vérités de La Palice* (SD: 303). O *Witz* mostra, pela guinada do *non-sense*, “o que o momento de uma descoberta tem a ver com o desequilíbrio de uma certeza” (SD: 303), o ponto onde o pensamento teórico encontra o inconsciente, fazendo convergir, em sua estrutura mesma, “o caráter de falta do lapso” e “o instante de uma vitória do pensamento no estado nascente”. É o que permite reforçar a tese de que “o pensamento é fundamentalmente inconsciente” (SD: 303).

A partir daí, o *Witz* será “um tema insistente na reflexão de Michel Pêcheux”, observa Denise Maldidier (2003, p 70). É a ponte que liga a ousadia da revolta e a radical singularidade do pensamento, o “primado prático da luta de classes” e o “primado prático do

inconsciente” (SD: 304) que concluem o adendo *Só há causa daquilo que falha* como os dois “pontos incontornáveis” diante do inverno político francês e que sintetizam o pensamento ético de Pêcheux.

Interessam a Pêcheux as referências freudianas ao *Witz* judeu como uma alteridade infiltrada na racionalidade ocidental, expressão da “singularidade frágil de uma religião sem Estado e de uma língua sem território, obrigada a sobreviver no equívoco” (PÊCHEUX 1981/2004, p 193). É essa função interpretativa, inscrita como possibilidade de revolta subjacente a uma ideologia dominada, o que Pêcheux recupera na análise do *Witz* por Freud. O *Witz* demonstra a sobrevivência de uma singularidade que escapa ao “todo da razão trans-histórica ocidental” (*ibid*, p. 193). Pêcheux assinala a diferença interna e constitutiva entre o *Witz* judeu e o *joke* americano. Enquanto o *Witz* judeu é “literalmente obcecado pelas questões de fronteiras (fronteiras do sentido, do corpo, da língua e do pensamento...)” (*ibid*, p. 194), exprimindo uma dificuldade de assimilação cultural ou uma divergência de pensamento, o *joke* denota uma espécie de assimilação ao contexto de uma ideologia dominante.

O *joke* é a resposta do camponês americano a seu pastor, no momento em que este último o convidava para agradecer ao Senhor por lhe ter dado uma terra tão bela: “Se o senhor tivesse visto o estado desta terra, quando Ele me deu!...”

O *Witz* é a resposta do pequeno alfaiate judeu a seu cliente descontente por ter esperado durante seis anos a entrega de uma calça e observado que Deus só havia levado seis dias para criar o mundo: “Sim, mas veja a calça e veja o mundo...” (*ibid*, p. 195).

Entre essas duas histórias, agrega Pêcheux, passamos “do otimismo operatório e demiúrgico da atividade humana transformando o mundo, ao pessimismo lúcido daquele que sofre as vicissitudes como um destino histórico” (*ibid*, p.195). Mais ainda: no *joke* o absurdo converge para o instrumento domesticador das necessidades, fazendo surgir um raciocínio lógico que acaba por absorver o equívoco e ressaltar o modelo. É o que se expressa na frase atribuída a Henri Ford: “entregamos o carro na cor escolhida pelo cliente, desde que ele escolha a negra”. No *Witz*, ao contrário, o equívoco é ressaltado, transita-se pelos desvios do texto, nas brechas que se abrem por suas ambigüidades, para desvelar o próprio absurdo de uma situação, conservando-se, assim, as possibilidades de interpretação no desvio textual.

Compreendemos assim a importância para o pensamento de Pêcheux do recurso ao *Witz*: ele evidencia um uso da língua como resistência à ideologia dominante e ao mesmo tempo o ponto de sua ultrapassagem; no *Witz*, ademais, trapaceia-se com a linguagem, extraindo-se um pensamento novo a partir do *non-sens* do significante, ali onde algo falha na interpelação ideológica e na veiculação de um sentido discursivo. O *Witz* introduz na linguagem o funcionamento a partir do equívoco. Por meio do *Witz*, o equívoco trabalha a língua, seja modificando-a neologicamente, seja apresentando um sentido novo ao sentido veiculado pelo discurso. Nosso próximo passo será, então, trabalhar a noção de *Witz* no texto freudiano e lacaniano visando a elucidar a sua estrutura discursiva e a sua utilização no texto de Pêcheux.

3.4.1 O *Witz* no texto freudiano

Freud trabalha o seu texto consagrado ao *Witz*⁶⁴ no mesmo período em que escreve *Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, ambos publicados no ano de 1905. Seu interesse pelo tema remonta, no entanto, pelo menos a 1897, data de uma carta endereçada a Fliess na qual Freud menciona estar colecionando uma série de anedotas sobre judeus. O vínculo entre certas formações oníricas e o *Witz* já havia sido assinalado por Freud antes que se tornasse alvo das objeções de Fliess durante sua leitura das provas da *Traumdeutung*. Segundo essa objeção, a interpretação dos sonhos praticada pela psicanálise está repleta de chistes, de forma que aquele que sonhou parece ser por demais astucioso. Freud responde a essa objeção replicando que a crítica é válida se dirigida ao próprio sonho, mas de forma alguma aceitável se ela apenas se dirige ao sonhador ou ao intérprete dos sonhos. É o sonho que se mostra, de acordo com Freud, *astucioso*. O *Witz* desvela, portanto, uma relação entre inconsciente e língua que só poderíamos qualificar como *imane*nte. Essa relação será então tomada por Freud como um modelo para o que ocorre em outros processos inconscientes. O *Witz* mostra aquilo que o sonho, em função de sua relação mais próxima com o recalado, mantém encoberto. De fato, o *Witz* exige como condição a inteligibilidade dos processos primários que

⁶⁴ FREUD, Sigmund. *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905). Trad.: Jayme Salomão. In: Obras completas de S.Freud. Op. cit., vol. VII. Ao longo de nossa exposição iremos privilegiar o termo alemão *Witz* em lugar de sua tradução para o português como *chiste*. As razões para isso podem ser encontradas nas próprias notas do tradutor da edição brasileira e derivam das dificuldades em transmitir a característica de *espirituosidade* que o termo alemão denota e que escapa à tradução tanto para o português, *chiste*, como para o inglês, *joke*. Pelas mesmas razões, Lacan preferirá a expressão *dito espirituoso* que conservaria, segundo ele, a menção à *espirituosidade* do termo freudiano.

a censura onírica não nos deixa antever. Estamos cômicos do *Witz*, mas não do sonho, que assim nos parece estranho e mesmo sem sentido. No *Witz*, o processo como um todo é acessível na superfície mesma da linguagem, enquanto que nos sonhos somos levados a postular a existência dos pensamentos latentes por detrás dos conteúdos manifestos.

É possível estabelecer uma relação formal entre o trabalho realizado pelo sonho e o trabalho do *Witz*. Em ambos sobressai a técnica verbal como essência dos processos inconscientes. A diferença é que essa técnica se encontra mais exposta no *Witz*, ao passo que, nos sonhos, ela só pode ser postulada a partir do trabalho de interpretação. Mas, se o *Witz* nada acrescenta ao conhecimento dos processos inconscientes que a *Traumdeutung* já trouxera à luz, ele, no entanto, demonstra de uma forma muito mais convincente a existência do inconsciente, justamente por manter uma relação mais frouxa com o recalcado. Pois, como diz Freud, o inconsciente não é o recalcado; o que é essencial ao inconsciente é o trabalho de dar forma a um pensamento ou de transformá-lo, e não o pensamento em si, embora muito freqüentemente possamos nos referir aos pensamentos inconscientes em um sentido dinâmico.

Há, no entanto, algo mais no *Witz* que desperta o interesse de Freud. Este interesse se dirige ao prazer peculiar envolvido na produção de um *Witz*. Afinal, a que tipo de prazer responde um *Witz* e que se mostra evidente sob sua forma risível? Esse prazer não é diretamente derivado nem da realização do desejo, nem da satisfação da pulsão, mas de nossa relação primitiva com a linguagem. Aqui se conjugam, portanto, a técnica verbal do *Witz* e o prazer de sua produção linguageira. Esse prazer remonta, segundo Freud, ao uso infantil da linguagem, antes que a educação e a gramática venham restringir esse uso pela imposição de regras, aproximando-o assim dos gracejos onde proliferam as relações por assonância, homonímias e a livre associação entre significantes.

O encaminhamento de Freud consiste, primeiramente, em isolar o *Witz* do cômico em geral. Para o cômico prevalece como condição a observância de um contraste, a constatação de uma diferença ou o desmascaramento de uma situação sustentada imaginariamente. Aquele que ri e que constata o cômico permanece em uma posição contemplativa e não se exige mais, para o cômico, que a presença de duas pessoas, aquela em quem se constata o cômico e aquela que o constata. No *Witz*, por sua vez, há sempre um sujeito ativo em quem se produz a tirada espirituosa. Passamos então da constatação de uma defasagem imaginária no cômico à astúcia de uma produção simbólica no *Witz*. Essa produção requer a presença de três termos: aquele

que produz o *Witz*, aquele ao qual se refere o *Witz* e um terceiro, em quem o *Witz* se completa e que o reconhece como tal, provocando o riso. Assim, apenas o *Witz* parece referir-se a um processo inconsciente envolvendo um jogo com as palavras. Podemos dizer que o *Witz* implica sempre um manejo da língua no qual passamos de um sentido prévio ao *non-sens* e daí a um sentido novo construído nesse jogo com as palavras. Sendo assim, o *Witz* é atribuído à formação da palavra que resulta desse processo de desconstrução-reconstrução do sentido, como no célebre deslocamento operado entre *traduttore-traditore!* (FREUD 1905/1969, p 48).

O que mais impressiona Freud parece ser a economia de meios pela qual esse sentido é desvelado, como no exemplo acima, onde a troca de uma única vogal é capaz de engendrar toda uma série de pensamentos em torno da conhecida infidelidade das traduções. Essa economia derivada da brevidade explica, para Freud, a graça do *Witz*. Alcançamos assim uma espécie de relaxamento que resulta de termos deixado de lado, por instantes, um gasto de energia utilizado para manter o recalque e alcançamos, por meio do *Witz*, o fim de uma inibição. Para Freud, entretanto, a pura técnica verbal, o prazer com as palavras, não é suficiente para provocar o riso em toda sua intensidade. É necessário acrescentar, ao prazer do jogo com as palavras que caracteriza um “chiste inocente”, o prazer que resulta do curso de pensamentos que caracteriza um “chiste tendencioso” e que torna possível a satisfação de um propósito libidinal ou hostil que se encontrava inibido.

A astúcia da língua permite contornar os obstáculos que impedem, normalmente, a realização desses propósitos. Compreende-se, dessa forma, o impulso que dá lugar ao *Witz*: ele deriva, em primeiro lugar, da liberdade que caracteriza o uso primitivo da língua e da rebelião contra a lógica que restringe essa liberdade e esse uso, e que vemos em ação em um simples gracejo; em segundo lugar, podemos derivar esse impulso da força do que se encontra psiquicamente inibido ou recalcado. A produção do *Witz* depende, assim, da oportunidade dada por uma conjunção significativa contingente através da qual o pensamento encontra o seu meio de expressão de uma forma, por assim dizer, indireta. Tira-se proveito do inconsciente. É como se pudéssemos dizer: é a língua que fala em nós. Disso resulta que o sujeito da enunciação possa ser identificado, no *Witz*, à própria língua, sem se confundir inteiramente com o sujeito do enunciado. Dito de outra forma, o sujeito do enunciado é atravessado pela língua da qual ele não seria senão uma espécie de instrumento. De fato, no *Witz* o próprio

sujeito é surpreendido; o *Witz* lhe escapa e se antecipa nele; e o sujeito não se reconhece como seu autor de pleno direito.

Essa potencialidade do *Witz* é ressaltada pela função do terceiro, aquele no qual o *Witz* se completa. É o que leva Freud a definir o *Witz* como um *processo social* e como uma realização social do inconsciente, marcada pela condição de inteligibilidade inerente ao *Witz*, em contraste com o caráter mais particular e velado dos sonhos. Há no *Witz* tal propensão na direção do falar que a implicação do Outro não pode ser mais desvencilhada da sua própria estrutura. Como salienta Freud, ninguém se contenta em fazer um chiste apenas para si, de forma que um outro impulso, na direção do contar, vem se somar àqueles impulsos derivados da liberdade no uso da linguagem e do levantamento das inibições relacionadas à comunicação de pensamentos obscenos e hostis.

Um chiste [...] *deve* ser contado a alguém mais. O processo psíquico da construção de um chiste não parece terminado quando o chiste ocorre a alguém: permanece algo que procura, pela comunicação da idéia, levar o desconhecido processo de construção do chiste a uma conclusão (FREUD 1905/1969, p. 167).

A construção do *Witz* pode, portanto, ser descrita como um processo de comunicação entre a primeira pessoa (o Eu) e a terceira pessoa (o Outro), em quem o riso é provocado, diferindo assim do cômico, que se restringe a um processo entre a primeira pessoa e a segunda pessoa, tomada como objeto do cômico. O cômico não é em si mesmo um processo de comunicação e o ato de relatar o cômico apenas repercute uma experiência acabada. No *Witz*, o Outro é convocado de forma essencial; é no Outro que o *Witz* acontece; é ele quem o autentica e o reconhece como um *Witz* pela liberação do riso que este lhe provoca. De fato, como Freud observa, aquele que faz o *Witz* pode experimentar um prazer singular no jogo com as palavras, mas o riso não ocorre na primeira pessoa, a não ser *a posteriori*, e apenas se seus efeitos são constatados na terceira pessoa. Mais ainda: o chiste é um processo que só ocorre verdadeiramente na terceira pessoa, que é assim como que presenteada. A brevidade e a economia obtida pelo *Witz* explicam apenas em parte o sucesso da empreitada. Por isso é possível concluir, de acordo com Freud, que o processo do *Witz* “não parece [...] chegar ao fim senão por intermédio de uma terceira pessoa interpolada, obtendo alívio geral através da descarga” (*ibid*, p. 182).

O *Witz* é, de todo direito, um acontecimento de discurso. Ele realiza um laço social no qual se conjugam um uso da linguagem e a obtenção de uma satisfação neste uso. Mais do que a explicitação das técnicas verbais que o *Witz* torna reconhecíveis nas formações do inconsciente — e que lhe confere o estatuto de um *modelo* para se pensar essas formações —, interessa-nos o processo social envolvido em sua consecução. O *Witz* sempre supõe um desvio e um desnível entre uma *formação discursiva*, que fixa em um dado momento e em um dado contexto o que deve e pode ser dito, e uma *formação do inconsciente*, que a atravessa, interpondo ao que é dito um novo dizer que mantém, com essa formação discursiva, uma relação de *estranheza familiar*.

O que pretendemos apontar vai além da satisfação alcançada na descarga motora do riso mediante a qual uma inibição social é suspensa e superada pelo *Witz*. Dois pontos aqui nos chamam a atenção: em primeiro lugar, a *satisfação* primária envolvida no jogo com as palavras, o prazer no *nonsense*, que caracteriza um gracejo infantil ou um *Witz* inocente, que Freud tende a tornar secundária em função da relevância dada à suspensão da inibição da expressão de um pensamento censurado no *Witz* tendencioso. É essa satisfação primária que Lacan destaca, no *Seminário 20, Mais-ainda* (1972-73/1985b) a partir da noção de “*lalangue*” e outras noções adjacentes, como “*jouissance*” (literalmente, *gozo-do-sentido*). Em segundo lugar, a importância a ser dada ao laço social que advém do reconhecimento do Outro e que Pêcheux parece ressaltar ao mostrar que uma política da língua se encontra necessariamente envolvida na linha divisória que separa o sério e o espirituoso, a univocidade e a equivocidade do sentido, o pensamento lógico e o pensamento inconsciente. É o passo que teremos que franquear, a seguir, a partir das elaborações de Lacan nos primeiros capítulos de seu *Seminário, livro 5, “As formações do inconsciente”*.

3.4.2 O *familiário*

Faremos do *Seminário, livro 5*, uma leitura certamente pontual e exígua, centrada na análise de um único *Witz*, o *familiário*, exemplo analisado por Freud e retomado por Lacan nos primeiros capítulos, para tentar inseri-lo na cadeia discursiva. Trata-se do famoso chiste descrito por Heinrich Heine em seu *Reisebilder, Imagens de viagem*. Eis o *Witz*, conforme relatado por Freud:

Na parte de seu *Reisebilder* intitulada ‘Die Bäder von Lucca’ Heine introduz a deliciosa figura do agente de loteria e calista hamburguês, Hirsch-Hyacinth, que se jacta ao poeta de suas relações com o rico Barão de Rothschild, dizendo finalmente: “E tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, Doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rothschild e ele me tratou [totalmente] como um seu igual — bastante familionariamente (FREUD 1969/1905, p. 29)⁶⁵.

Na análise desse *Witz*, Freud evoca em primeiro lugar a operação verbal que abrevia e condensa o pensamento que o *Witz* pretende exprimir: que o Barão teria tratado nosso personagem quase como um igual, muito *familiarmente*, isto é, na medida em que isso é possível a um *milionário*. De forma que o *milionário* restringe o alcance do que o termo *familiar* almejava exprimir. É essa restrição que se tenta suprimir na construção do calista e que retorna, no discurso, como um *Witz*. A técnica verbal opera aqui a partir da condensação, de forma que temos, conforme o esquema de Freud, um jogo de substituições com emergência de um novo sentido. Para torná-lo mais claro, Freud propõe o seguinte esquema:

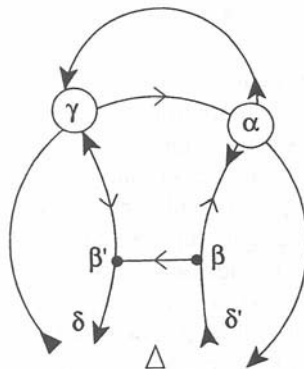
f a m i l i ä r
 m i l i o n ä r
 f a m i l i o n ä r

Para abordar esse esquema freudiano e incluir a produção do *Witz familionário* na cadeia do discurso, Lacan lançará mão de um outro esquema, ao qual diz ter chegado de forma laboriosa, e que comporá a célula elementar do seu “grafo do desejo”⁶⁶. Observemos, de início, que para esse esquema converge o essencial do que se poderia chamar da versão lacaniana da *comunicação*. Ele é complexificado pela inclusão do deslizamento recíproco e relativo entre a *cadeia significante* e a *cadeia significada*, reconfigurando, a partir da retroação entre elas, o esquema das linhas amorfas que encontramos no *Curso de lingüística*

⁶⁵ Freud indica, para essa citação de Heine, o capítulo VIII, parte II, do *Reisebilder* III. Note-se que optamos por incluir aqui o advérbio “totalmente”, omitido na tradução do texto de Freud, mas presente na tradução feita por Lacan: *O Seminário, livro 5*, p. 30.

⁶⁶ LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar ed, 1998, p. 819 – 822.

geral⁶⁷, razão pela qual Lacan qualificará esse esquema como sendo aquele do *ponto de basta*, mediante o qual uma significação se produz (LACAN 1957-58/1999, p. 16).



A primeira linha, da esquerda para a direita, “representa a cadeia significante na medida em que permanece permeável aos efeitos propriamente significantes da metáfora e da metonímia, o que implica a atualização possível dos efeitos significantes em todos os níveis, inclusive no nível fonemático, em particular” (*ibid*, p. 18). A cadeia significante deve ser aqui apreendida como “suporte criador do sentido”, aberta às possibilidades de decomposição, reinterpretação e assonância. A segunda linha, retroativa e disposta da direita para a esquerda, é a linha do *discurso corrente*, comum:

Esse é também o nível em que se produz o mínimo de criações de sentido, uma vez que, nele, o sentido já está como que dado. Na maioria das vezes, esse discurso consiste apenas numa mistura refinada dos ideais comumente aceitos [...] Como vocês podem ver, portanto, esta linha é o discurso concreto do sujeito individual, daquele que fala e se faz ouvir, é o discurso que se pode gravar num disco [...] (*ibid*, p. 19).

O discurso cruza a cadeia significante em dois pontos precisos. Primeiro, é preciso atravessar o lugar do significante (α), lugar denotado na álgebra lacaniana pelo *Outro* (*Autre*), onde encontramos o *código*, aqui definido pelo feixe de empregos que caracterizam o semantema e que, como sabemos, não são jamais definidos de forma fixa ou unívoca. O discurso sempre se endereça ao Outro; mesmo quando se fala a si mesmo, essa referência está estruturalmente presente e precede o segundo encontro com a cadeia significante, aquele que

⁶⁷ SAUSSURRE, Ferdinand. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1972, p. 160.

fecha o circuito, no qual se alcança o sentido. Pois esse sentido só é alcançado retroativamente, ao final da frase, como demonstra o retorno da segunda linha sobre a primeira. É desde esse ponto (γ), onde se fixa o sentido discursivo, que a *mensagem* pode retornar ao sujeito do enunciado.

Na mensagem vem à luz o sentido. A verdade que há por enunciar, se é que existe verdade, está ali. Na maior parte do tempo, nenhuma verdade é anunciada, pela simples razão de que, na maioria dos casos, o discurso absolutamente não atravessa a cadeia significante, que é o puro e simples ronronar da repetição, o moinho de palavras, que passa num curto-circuito entre β e β' . O discurso não diz absolutamente nada, a não ser que sou um animal falante. Esse é o discurso comum, feito de palavras para não dizer nada, graças ao qual nos certificamos de não estar simplesmente lidando, frente a frente, com o que o homem é em estado natural, ou seja, um animal feroz (*ibid*, p. 20).

É porque “a fala presume, precisamente, a existência de uma cadeia significante” (*ibid*, p. 21) que podemos distinguir, a partir desse esquema, o enunciado e a enunciação. Ele pressupõe a defasagem entre o que se diz e o que se tinha a intenção de dizer, entre o Eu, “que não é outra coisa senão o lugar do falante na cadeia do discurso” (*ibid*), que Lacan situa no ponto β do esquema, e a mensagem. De um modo geral, se estamos no “moinho das palavras”, o discurso funciona a contento entre β e β' , entre o Eu do enunciado e o *objeto metonímico*, aquele que o Eu busca atingir no enunciado, especularmente, embora saibamos que, verdadeiramente, isto é, no *real*, esse objeto sempre escape à conjunção com o Eu. É nesse curto-circuito entre β e β' que podemos situar a consistência *imaginária* do discurso comum, garantida pela rede de empregos pressupostos no uso de uma língua. No entanto, uma vez que se entre no “moinho de palavras”, o discurso sempre diz mais do que aquilo que diz. Em outros termos, essa consistência imaginária do enunciado é atravessada pelas propriedades da cadeia significante, como demonstra a *técnica verbal* do Witz, que faz surgir uma enunciação como um furo nessa consistência imaginária do discurso comum. A mensagem está, assim, integralmente sujeita ao equívoco, uma vez que ela tem que atravessar a cadeia significante em α . Duas outras observações de Lacan completam a escrita gráfica dessa célula elementar:

Vocês têm aí, irradiando-se da mensagem, por um lado, e do [Eu], por outro, essa asinhas que indicam dois sentidos divergentes. Do [Eu], um deles vai em direção ao objeto metonímico, e o segundo, ao Outro. Simetricamente, pela via de retorno do discurso, a mensagem vai em direção ao objeto metonímico e ao Outro [...].

Verão também a que correspondem as outras duas linhas, extraordinariamente apaixonantes, que vão da mensagem ao código e do código à mensagem. Com efeito, a linha de retorno existe e, se não existisse, não haveria a mínima esperança de criação de sentido, como lhes indica o esquema. É precisamente no entre-jogo entre a mensagem e o código, e portanto, também no retorno do código para a mensagem, que funciona a dimensão essencial à qual a tirada espirituosa nos introduz diretamente (*ibid*, p. 21).

Podemos ver nessa citação traços da influência de Jakobson sobre Lacan no que tange às relações entre código e mensagem⁶⁸. Sabemos da importância, para Lacan, do artigo de Jakobson *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia* ao qual ele teve acesso no mesmo ano de seu *Seminário, livro 3, "As psicoses"*. Jakobson aproxima, neste artigo, os pólos metafórico e metonímico das noções freudianas de condensação e deslocamento. Busca-se ultrapassar uma concepção simples e estática da língua e da comunicação na qual o código produz a mensagem a partir de regras de criação compartilhadas pelos sujeitos. Nesta concepção, a lingüística da fala se reduziria ao uso individual da língua, de acordo com a célebre formulação saussuriana. O trabalho de Jakobson pressupõe, além disso, que a mensagem retorna sobre o código, transformando-o a partir das operações retóricas da metáfora e da metonímia. É por isso que, para Jakobson, a lingüística incluiria forçosamente a *poética* em seu domínio. "Um lingüista surdo à função poética da linguagem e um especialista de literatura indiferente aos problemas lingüísticos e ignorante dos métodos lingüísticos são, um e outro, flagrantes anacronismos" (JAKOBSON 1985, p. 162). Assim, para Lacan, seguindo Jakobson, o Outro não se reduz ao lugar do *tesouro dos significantes* de onde se deduz a mensagem, pois a língua inclui também a matriz viva de novas produções que a renovam, no retorno da mensagem sobre o código. É o que a produção de um *Witz* permite perceber. De fato, como vimos a partir do exemplo do *familiário*, o *Witz* se caracteriza por introduzir um elemento *novo* que a *terceira pessoa*, que na estrutura do *Witz* ocupa o lugar do Outro, reconhece e autentica.

⁶⁸ JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. Trad.: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1985, p. 34 -62.

Vejam, então, como esse *Witz* pode ser aplicado ao esquema de Lacan. É preciso distinguir aí três tempos. No primeiro tempo, podemos situar o esboço da mensagem. Ela é recoberta por algumas nuances que buscam antecipar e mesmo provocar um efeito no Outro, enaltecendo o que virá em seguida, “colocando-o sobre uma bandeja”, exaltando-o a partir da invocação feita a Deus como testemunha universal: “tão certo quanto Deus há de me dar tudo o que há de bom...” Podemos situar esse ponto de partida em β (Eu). O segundo tempo — “eu estava sentado com Salomon Rothschild e ele me tratou totalmente como um igual” —, introduz a figura do objeto metonímico. Se seguirmos o trajeto do discurso nesse esquema, observaremos que, partindo de β , o discurso diverge ao mesmo tempo para α (o Outro), lugar ao qual endereça o modo *familiar* como ele teria sido tratado — “bastante familiarmente”, sendo esse o termo que não advém no discurso efetivado —, e para β' , onde situamos o *objeto* que ele visa a refletir no Outro, o *milionário*, pelo que o sujeito se sente talvez fascinado. Lacan salienta que o tropeço da fala é como que antecipado na construção da frase por esse *totalmente*, como uma espécie de desmentido. No terceiro tempo “se produz o fenômeno inesperado, o escândalo da enunciação”, ou seja, essa mensagem inédita, o “muito *familiarnamente*”, que se forma no ponto γ para o qual convergem a cadeia do discurso, a partir de α , e a cadeia do significante, na forma de uma conjunção ou condensação dos significantes *milionário* e *familiar*. Trata-se de um jogo de substituição que nada fica a dever à operação metafórica através da qual assistimos ao advento de criação de um novo sentido, que não estava previsto no cardápio do código. A mensagem retorna daí ao Eu, na inversão do enunciado em enunciação, e ao lugar do Outro, que o autentica, fechando assim o circuito.

Esse circuito realiza um processo social. De fato, não se trata de um circuito cujo caminho se daria entre as instâncias psíquicas de um sujeito psicológico, por mais que possamos aludir aos motivos pelos quais o *Witz* é produzido, como fazem Freud e Lacan, recorrendo as peripécias de Heine frente a seu tio milionário que, no passado, o teria tratado com desdém e soberba, recusando-lhe, dada sua condição social, a mão de sua filha. Como vimos, a estrutura do *Witz* pressupõe o Outro que autentica uma mensagem que não estava inscrita no código, franqueando assim o “passo-de-sentido” (*pas-de-sens*) (LACAN 1957-58/1999, p. 103) que lhe é característico. Trata-se, no entanto, de um processo social onde a subjetividade salta ao primeiro plano na criação da mensagem, revertendo assim o sentido veiculado no primeiro plano ou em sua intenção de enunciado. O código é, evidentemente, um ponto de referência, mesmo que marginal, a partir do qual ocorre o franqueamento de sentido

do *Witz*. Mas esse sentido revela-se um excesso em relação ao que se quer dizer, destacando-se como uma pura enunciação. Desta forma, o *Witz* realiza paradoxalmente o que Pêcheux denominou de *o primado prático do inconsciente*, ou seja, *a coragem de pensar por si mesmo*, no ponto preciso onde o *Eu do enunciado* é ultrapassado e deslocado pelo *sujeito da enunciação*. A enunciação é o que resulta do fato de que o discurso cruza a cadeia significante e de que algo *acontece* no plano do significante para além da intenção que se processa no plano do discurso do sujeito. O *Witz* revela o elo estrutural primordial entre o sujeito da enunciação e a possibilidade do equívoco significante. É o que demonstra o uso desse recurso no campo da política para fazer passar uma mensagem censurada que não pode ser dita a não ser confundindo, de alguma maneira, o próprio código.

Podemos dizer que o *Witz* ilustra um possível ponto de articulação entre *inconsciente e ideologia*, ponto onde o real da língua tocaria o real da história e se afirmaria o *primado prático da luta de classes*, de acordo com o qual, conforme preconiza Pêcheux, é preciso *ousar se revoltar*. De fato, o *Witz* exige que o Outro, a quem ele se dirige, seja o Outro da paróquia, e não qualquer um (LACAN 1957-58/1999, p. 124).

A paróquia é um Outro limitado, não é a Igreja católica inteira [...]. A paróquia é o vizinho e, já o sabemos, para que haja tirada espirituosa, é preciso compartilhar referências comuns, uma língua comum que não é universal. É a diferença entre o *Witz* e o matema” (MILLER 1999, p. 20).

Como mostra Lacan (LACAN 1957-58/1999, p. 119), esse Outro não pode ser conceituado como uma espécie de máquina, mas como sendo essencialmente capaz de interpretação. Se o Outro fosse apenas uma máquina, o *Witz* seria catalogado como um erro: o neologismo expresso por *famillionário* não seria reconhecido como um elemento do sistema. Mas, o Outro da paróquia reconhece o *Witz* como tal e inclui o que essa suposta máquina excluiria. O que caracteriza esse Outro paroquial? Ele se coloca entre dois pólos: por um lado, é necessário que o *Witz* se dirija a um sujeito real, concreto, com quem partilhamos, por assim dizer, um certo número de referências; por outro lado, esse sujeito é visado para além dessas referências comuns, de forma supra-individual, no plano simbólico abstrato em que o *Witz* é autenticado. É em torno desses dois pólos, “entre esse real e esse simbólico”, que podemos situar a *função do Outro*: “é ela, propriamente falando, que é posta em jogo” (*ibid*, p. 123).

É por isso também que Lacan, nesse *Seminário*, irá localizar o prazer peculiar do *Witz* não na relação direta entre o significante e o gozo que caracteriza o uso infantil da linguagem — e que recobre o essencial da noção de “*lalangue*” no *Seminário, livro 20* — mas na efetivação do *reconhecimento* dado pelo Outro. De acordo com o comentário de Miller,

a satisfação peculiar do *Witz* produz-se exatamente quando a intenção do sujeito se realiza na mensagem ao mesmo tempo que a cadeia significante. O que se chama a satisfação do *Witz* é, de certa maneira, a simultaneidade entre a realização da intenção do sujeito na mensagem e o alcance do ponto *A* [α], acolhendo a formação significante (MILLER 1999, p. 27).

Ocorre no momento do próprio fracasso no dizer quando, na própria mensagem, sempre insuficiente, sempre de lado, o Outro chega a entender aquilo que está mais-além. Quer dizer, quando consegue entender justamente o fracasso em dizer. De certa maneira, a única felicidade está na interpretação, quando o Outro interpreta o fracasso no dizer, o lapso, o deslize, o limite e, no fundo, entende o que está mais-além, no horizonte (*ibid*, p. 28).

A dimensão do Outro é, portanto, ampliada para acolher o *Witz*; “ele já não é unicamente a sede do código, mas intervém como sujeito, ratificando uma mensagem no código e complicando-a” (LACAN 1957-58/1999, p. 156). “Isso pode ser entendido como ‘a lei não obedece à regra’, a lei não é um algoritmo que funciona cegamente. Se fosse o caso, não existiria a tirada espirituosa” (MILLER 1999, p. 39). Podemos concluir, de acordo com Pêcheux, que existe uma afinidade de estrutura, uma *estranha familiaridade* entre o *Witz*, o inconsciente e a revolta. É também o que Lacan designa, a partir de Freud, como sendo o “desejo de Outra coisa”.

Chegamos assim ao final de um percurso em que tentamos esclarecer e fundamentar as principais referências de Pêcheux aos conceitos da psicanálise, em especial o *real do inconsciente* e a estrutura do *Witz*. Veremos, em seguida, as repercussões desse encontro entre Pêcheux e o pensamento lacaniano em alguns textos fundamentais da chamada *terceira época* da *Análise Automática do Discurso*. Há aí uma forte inflexão do pensamento, um deslocamento teórico em que se pode testemunhar a tentativa de um recomeço e que repercute esse encontro atingindo as concepções de *sujeito* e de *discurso*. É esse trajeto que pretendemos acompanhar. Ele demonstra a fidelidade de Pêcheux ao acontecimento em

direção ao real da língua que se mostra afinado com a hiância descortinada pelo real do inconsciente.

CAPÍTULO 4

A questão do sujeito nos últimos textos de Pêcheux

4.1 A terceira época da AAD

Segundo nossa hipótese, o tema do *sujeito no discurso* sofreu um deslocamento significativo no pensamento de Pêcheux desde “*Les Vérités de La Palice*” e, mais exatamente, a partir do adendo *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Para nós, esse deslocamento decorre da emergência do que chamamos o *real do inconsciente*, em torno daquilo que falha do lado do discurso político no qual se inseriu originalmente o projeto pêchetiano da análise do discurso, mas também da decisão ética de não recuar diante desta falha, acolhendo e trabalhando suas conseqüências na teoria. Ele implica, igualmente, uma leitura do texto lacaniano que toma distância em relação a Althusser. Em suma, pensar a *falha* enquanto manifestação do real do inconsciente não equivale a pensar a *contradição* inscrita na luta de classes como motor da História.

De fato, em um texto escrito apenas alguns meses antes de sua *retificação*, “*Remontémons de Foucault a Spinoza*”⁶⁹, conferência apresentada em novembro de 1977, no México, Pêcheux ainda se prende integralmente à categoria marxista da contradição. Para Pêcheux, é o desconhecimento dessa categoria, central para o pensamento progressista de esquerda, o que faz obstáculo a uma aproximação com o pensamento de Foucault exposto em *A Arqueologia do saber*⁷⁰. Em *Rémontémons...* tudo parte da análise da contradição que, assim, absorve a falha. Essa distinção é para nós fundamental, na medida em que permite isolar, no adendo *Só há causa daquilo que falha*, o ponto de fratura em que se atinge a própria noção de *causa*, a ser entendida, de acordo com Lacan, como aquilo que se manifesta na descontinuidade da cadeia significante e onde se produz o equívoco no encadeamento discursivo.

⁶⁹ PÊCHEUX, Michel. *Remontémons de Foucault a Spinoza*. In: TOLEDO, M. M. (org.). *El Discurso político*. México: Nueva Imagem, 1980.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

É importante lembrar que a desilusão e o desespero políticos, provenientes da queda do Programa Comum da Esquerda francesa, ocorrem justamente no intervalo entre a redação desses dois textos. O que balança, nesse intervalo, é nada menos do que a *forma-sujeito do discurso*, no ponto onde ela não se reduz mais à *peste do assujeitamento*, desfazendo assim a articulação teórica entre inconsciente e ideologia que havia sido postulada — embora de forma problemática — em “*Les Vérités de La Palice*”. Nesse texto, o inconsciente ainda equivale ao impensado do processo de assujeitamento, sendo, portanto, correlativo a um apagamento do sujeito. O adendo *Só há causa daquilo que falha*, por sua vez, separa conceitualmente o que é da ordem do esquecimento e do recalque, admite um trabalho do *non-sense* do significante e acaba por formular que “o pensamento é fundamentalmente inconsciente”, inclusive o pensamento teórico. O interesse pelo *Witz*, que Pêcheux coloca no lugar de um sintoma de “*Les Vérités de la Palice*”, decorre da realização lingüística do pensamento no lapso, propondo-se como um modelo para se pensar, doravante, a noção de inconsciente.

Acredito não forçar muito nossa conjectura acrescentando que a retificação teórica que justifica a redação de *Só há causa daquilo que falha* retifica, igualmente, a posição subjetiva de Pêcheux em relação ao marxismo, para além da intervenção de Althusser em *Os Aparelhos ideológicos de Estado*. Para Denise Maldidier, “a retificação de Michel Pêcheux é, sobretudo, um retorno reflexivo sobre a história política e teórica à qual ele se misturou” (MALDIDIER, 2003, p. 67). Ele avança aí uma auto-crítica “sem complacência em relação a si mesmo” (*ibid.*, p. 70), colocando o dedo sobre o fechamento de “*Les Vérités de La Palice*”. Um novo tempo se abre, então, gerando efeitos que repercutem nos trabalhos de Pêcheux do início dos anos 80, até sua morte, em 1983. A referência feita ao *Witz* como uma visada retrospectiva sobre a escrita de “*Les Vérités de la Palice*” reflete essa abertura a um novo sentido e à *paixão da língua*, dirigindo-se ao ponto em que a língua encontra um sujeito. É esse período que cabe agora investigar, buscando apontar esses efeitos no que tange ao nosso tema.

Esse novo contexto compreende a *terceira época da Análise Automática do Discurso*, conforme a delimitação sugerida por Pêcheux (1983/1997)⁷¹. O marco inicial se dá em torno

⁷¹ PÊCHEUX, Michel. *A Análise de discurso: três épocas (1983)*. In: GADET, F. e HAK, T. *Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, p. 311 – 319.

do Colóquio “*Matérialités discursives*”⁷², realizado em Nanterre, nos dias 24, 25 e 26 de abril de 1980, do qual Pêcheux é uma espécie de mestre de cerimônias, encarregando-se do texto “*Questions initiales*”, redigido em julho do ano anterior como uma convocação ao colóquio, assim como dos textos de abertura e de fechamento do mesmo, além de provocar o debate e contribuir com um texto próprio, “*L’énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison*”⁷³, no qual interroga mais uma vez o ponto de passagem da gramática à “ordem do discurso”. Além das intervenções publicadas de Pêcheux nas atas desse importante colóquio, privilegiaremos nesse capítulo a leitura do livro escrito em colaboração com Françoise Gadet, “*La Langue introuvable*”, publicado em 1981⁷⁴, e o seu derradeiro texto, “*Discourse: structure or event?*”, conferência pronunciada em 1983, em Illinois (EUA) e publicada em 1988⁷⁵. Esse privilégio se justifica em função do interesse de nosso tema. “*La Langue introuvable*” gira em torno da noção de *real da língua* e de seu impossível, refletindo sobre as políticas da língua e abrindo espaço para se pensar o inconsciente no âmbito das Ciências da Linguagem. Na mesma linha, “*Discourse: structure or event?*” gravita em torno da tensão entre acontecimento e estrutura, descrição e interpretação, colocando em questão o primado da proposição lógica diante dos equívocos da língua.

Decididamente, algo se desamarra na passagem entre a *segunda* e a *terceira época* da *Análise Automática do Discurso*. A descontinuidade é flagrante entre as questões lançadas no colóquio “*Matérialités discursives*” e aquelas que permeiam “*Les Vérités de La Palice*”. Um verdadeiro “trabalho de interrogação-negação-desconstrução das noções postas em jogo pela AD” é então desencadeado, conforme nos mostra Pêcheux:

O primado teórico do outro sobre o mesmo se acentua, empurrando até o limite a noção de máquina discursiva estrutural [...] O procedimento da AD por etapas, com ordem fixa, explode definitivamente [...] (PÊCHEUX 1997, p. 315).

⁷² CONEIN, B., COURTINE, J., GADET, F., MARANDIN, J.M. et PÊCHEUX, M. *Matérialités discursives*. Colóquio des 24, 25, 26 avril 1980. Lille: Press universitaires de Lille, 1981.

⁷³ “O enunciado: encaixe, articulação e desligamento”.

⁷⁴ GADET, Françoise e PÊCHEUX, Michel. *A Língua inatingível*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves Mello. Campinas: Pontes, 2004.

⁷⁵ PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2006.

Podemos resumir essa linha de clivagem em torno de alguns pontos mais gerais e sintéticos — e mais referidos à questão do *sujeito no discurso* — antes de procedermos a um exame mais pormenorizado de alguns pontos específicos:

1- *Primazia do outro sobre o mesmo*. Pode-se inscrever essa passagem entre o *singular* e o *plural*, o *homogêneo* e o *heterogêneo*. Ela resulta, fundamentalmente, da emergência do tema da enunciação, elidido em “*Les Vérites de La Palice*” em nome dos efeitos de dominação ideológica sobre o sujeito. Mais do que apontar a emergência do sujeito, no entanto, a primazia dada à heterogeneidade demonstra a presença do *outro* no fio do discurso, aspecto que Jacqueline Authier vinha trabalhando, desde 1978⁷⁶, em torno do discurso relatado e das rupturas que denotam essa passagem. A heterogeneidade enunciativa acaba por confundir, de certo modo, as fronteiras entre o *eu* e o *outro*. Ela permite elucidar tanto as formas lingüístico-discursivas do *discurso-outro*, colocadas em cena pelo sujeito na materialidade discursiva a partir de marcas enunciativas, quanto a “insistência de um *além* interdiscursivo”, não identificado como tal, que vem, “aquém de todo autocontrole funcional do ego-eu, enunciador estratégico que coloca em cena *sua* seqüência, *estruturar* esta encenação [...] ao mesmo tempo em que a desestabiliza [...]” (PÊCHEUX 1983/1997, p. 317). Em relação a esse aspecto, surge uma série de interrogações que concernem diretamente à questão do sujeito:

Como separar, nisso que continuamos a chamar o ‘sujeito da enunciação’, o registro funcional do ‘ego-eu’ estrategista assujeitado (o sujeito ativo intencional teorizado pela fenomenologia) e a emergência de uma *posição de sujeito*? Que relação paradoxal essa emergência mantém com o obstáculo, a irrupção imprevista de um discurso-outro, a falha no controle? O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o ‘ego-eu’ vacila? Como inscrever as conseqüências de tal interrogação nos procedimentos concretos da análise? (*ibid*).

2- *Oposição entre universos discursivos logicamente estabilizados e universos discursivos não estabilizados logicamente*. Os primeiros compõem o leque dos discursos da matemática, das ciências e dos dispositivos legais e administrativos; os segundos compõem a gama dos discursos políticos, ideológicos, culturais e estéticos. A isso corresponde certa desestabilização do objeto que a AAD se deu originalmente, muito centrada na análise do

⁷⁶ AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Hétérogénéité montrée e hétérogénéité constitutive*. Cahiers DRLAV, n.º 26. Paris, 1982.

discurso político como um discurso homogêneo, ampliando-se os horizontes de definição desse objeto. Do mesmo modo, desliza-se para a noção mais flexível de “discursividade” em detrimento das “formações discursivas”, na medida em que essas últimas pressupunham um fechamento do discurso em torno de si mesmo, determinando *o que pode e deve ser dito*, isto é, sem considerar que a alteridade está constitutivamente presente em toda formação discursiva, explodindo sua homogeneidade. Como consequência, a AAD redireciona seu campo de interesses para a região menos estruturada da linguagem ordinária e para uma orientação polêmica do texto onde se podem apreender melhor os processos de entrecruzamentos, reuniões e dissociações de séries textuais e de redes de memórias. A seqüência está, doravante, deslinearizada. Trata-se de pensar, em função da heterogeneidade, como é possível fazer seqüência, retomando assim as intuições de Pêcheux em torno do jogo entre o intradiscurso e o interdiscurso em um novo patamar.

3- *Emergência do tema da leitura*. Nesse contexto, Pêcheux aponta o vínculo essencial que se formou entre os temas e procedimentos originais da AAD, com sua ênfase sobre a paráfrase e a repetição, e o discurso do aparelho político, o que faria da AAD uma disciplina conjuntural. Decorre dessa análise a indagação expressa por Pêcheux em “*Matérialités discursives*”: “no horizonte das práticas da análise do discurso, não haveria a emergência de uma espécie de ortopedia de leitura, tendendo a fazer prótese para um pensamento político que falha?”⁷⁷ (PÊCHEUX 1981, p. 17). No novo cenário, desponta a temática da *leitura-trituração*, que será colocada no centro das reflexões da RCP-ADELA⁷⁸ a partir do ano de 1982. Busca-se reabilitar o *sujeito-leitor*, esquecido por detrás do dispositivo da *leitura não subjetiva* motivada pelo gesto científico do Materialismo Histórico nos anos 60, mas também ameaçada, nesse início dos anos 80, pela proliferação da informática. O texto *Ler o arquivo hoje*⁷⁹, que Maldidier considera como o “manifesto da RCP”, é colocado por Pêcheux sob o signo de *A invenção do cotidiano*, de Michel de Certeau⁸⁰, onde a depredação da leitura é analisada. Esse deslizamento do discurso em relação ao texto é, na verdade, uma reintrodução

⁷⁷ A l’horizon des pratiques d’analyse du discours, n’y aurait-il pas l’émergence d’une sorte d’orthopédie de la lecture, tendant à former prothèse pour une pensée politique défaillante?

⁷⁸ RCP-ADELA: *Recherche Coopérative Programée* (Pesquisa Cooperativa Programada) do grupo *Analyse de Discours et Lecture D’Arquive* (Análise do Discurso e leitura de Arquivo). Trata-se do projeto de pesquisa inscrito no CNRS em 1982, do qual participa Pêcheux junto a outros pesquisadores. O programa visava “ao desenvolvimento dos trabalhos de análise de discurso ‘com uma ligação estreita e coerente com as preocupações sócio-históricas, a pesquisa lingüística e o desenvolvimento da informática textual’” (MALDIDIER 2003, p. 79) Para uma descrição mais detalhada desse período conf.: MALDIDIER, op. cit., p. 78-98.

⁷⁹ PÊCHEUX, Michel. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, Eni (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Pontes, 1997, p. 55-66.

⁸⁰ DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

do sujeito interpretante que modifica o próprio estatuto da disciplina. De fato, “*Les Vérités de La Palice*” gravitava em torno da questão da materialidade do sentido veiculado no discurso a partir de uma abordagem orientada pelo Materialismo Histórico e, portanto, sob o signo da Ciência, subjugando a análise às condições de produção estáveis e homogêneas e condicionando o trabalho interpretativo a categorias dadas *a priori*. Em contrapartida, a *terceira época* da AAD abre-se para o trabalho do sujeito leitor, do lado das disciplinas interpretativas. A referência à *história* se desloca, então, rejeitando toda antecipação teórica que, pré-recortando o objeto desde o exterior, restrinja o campo de investigação, a configuração do *corpus* e a possibilidade de interpretação.

4- *Do caráter material do sentido às materialidades discursivas*. As materialidades discursivas emergem do lado do real da língua, do real do inconsciente e do real da história, fora da perspectiva globalizante da AAD e de referências centradas na análise da ideologia dominante, que fixavam o sentido discursivo em “*Les Vérités de La Palice*”. Neste texto, o *caráter material do sentido* dependia integralmente das formações discursivas que, em uma formação ideológica dada, determinam *o que pode e deve ser dito* (SD: 160). No novo contexto, Pêcheux evoca os *espectros* do poder que dissolvem a densidade ideológica dos *Aparelhos Ideológicos de Estado* colocados em cena por Althusser. Um deslocamento se processa, então, da materialidade do sentido às materialidades discursivas. Somos então remetidos a uma primazia do texto como lugar onde as materialidades discursivas se inscrevem, fazendo frente aos espectros da análise ideológica da qual a análise de discurso busca agora se despregar. No capitalismo contemporâneo, a língua de madeira da política e do direito se enrosca com a língua de vento da propaganda e da publicidade. “Uma face obscura de nossa modernidade à que uma reflexão sobre a língua não poderia permanecer cega” (PÊCHEUX 1981/2004, p. 24). Essa “língua de vento” permite à classe no poder “exercer sua mestria sem mestre aparente” (*ibid*). Cabe à AAD acompanhar essas mutações, como uma disciplina sem fronteiras definidas, aberta, como tal, aos acontecimentos discursivos, e assegurada pelas materialidades às quais ela se refere, na medida em que essas materialidades designam o real em jogo como irreduzível a um sentido logicamente encadeado. É, portanto, nos pontos de disjunção do discurso que essas materialidades podem apontar o real.

Podemos dizer, levando em conta esses pontos sintéticos e imbricados entre si, que a desestabilização do objeto na *terceira época da AAD* associa-se a um enfraquecimento dos conceitos da análise do discurso, como assinala Maldidier (2003, p. 93). Ao mesmo tempo, a

análise se desloca para o tema do sujeito e do real da língua. A exposição de Maldidier sobre “o curioso tempo da RCP-ADELA”, que percorre o ano de 1983, mostra a inquietação, a vivacidade e a angústia de uma “aventura teórica pouco ordinária” (*ibid*, p. 87) que se tornou coletiva pelo advento de novas parcerias vindas de outros lugares e outras disciplinas, seja da história, da lingüística ou da psicanálise, paradoxalmente vividas em um momento de desilusão política. É o último ano de vida de Pêcheux. Conserva-se, no entanto, o essencial de um projeto de trabalho que ele buscou designar, nesse último período, aludindo ao termo “estruturalismo político”. Ainda segundo o testemunho de Maldidier,

quaisquer que sejam os problemas que essa fórmula levanta, ela parece designar um espaço em que, para além de Althusser, Michel Pêcheux encontrou, intelectualmente, Foucault, Lacan, e mesmo Derrida. Este espaço concerne à linguagem. É o de seu questionamento radical como instrumento de comunicação, e, por aí mesmo, o da crítica do sujeito psicológico. Para além de suas diferenças, esses pensadores tinham por alvo, todos, o narcisismo e a ilusão antropológica. Nesse espaço Michel Pêcheux ocupou um lugar original. Não porque ele tentou, em seguida a Althusser, pensar o sujeito ideológico, mas porque ele quis pensá-lo na materialidade específica da língua. Michel Pêcheux percorreu a aventura da língua. Fazendo isso, ele avançou em um terreno desconhecido, que ninguém tinha balizado (*ibid*, p. 95).

É preciso considerar que as três formas de negação do *Um*, representadas pela *contradição*, o *equivoco* e a *falha*, não se recobrem no texto de Pêcheux. Para Maldidier “o que, nos anos precedentes, procurava-se através da contradição marxista ou das falhas da interpelação ideológica, se inscreve agora no termo da heterogeneidade” (MALDIDIER 2003, p. 74). De fato, a heterogeneidade é um aspecto central da *terceira época da AAD*. No entanto, a referência à contradição, enquanto categoria referida à luta de classes inscrita na História, não parece ser ultrapassada pela referência à heterogeneidade no campo do discurso. A contradição é um índice da presença efetiva e material da ideologia dominante no discurso; a heterogeneidade discursiva refere-se às dificuldades de pensar essa dominação como hegemônica, apontando para a pluralidade dos agenciamentos discursivos. Da mesma forma, a noção de *equivoco* impõe-se no texto de Pêcheux reivindicando direito de cidadania no campo da lingüística sem ser abarcada pela noção de heterogeneidade. O equivoco revela o que não se encadeia no domínio do discurso, mostrando, nos pontos de fratura do sentido

discursivo, não tanto a presença do discurso-outro, mas a emergência do *non-sens*; não tanto a reversibilidade entre o *eu* e o *outro* no fio do discurso, mas a descontinuidade e a disjunção desse fio mesmo. Da mesma forma, do lado do inconsciente, o que se manifesta como *falha* do lado do *Eu* refere-se muito mais ao ponto irreduzível de divisão do sujeito do que à sucessão de vozes que compõe a polifonia do discurso. Enfim, podemos dizer que a noção de heterogeneidade permanece mais referida aos marcadores lingüísticos que apontam para a presença material e plural do *outro* no discurso, enquanto que os equívocos, falhas e contradições, como acontecimentos discursivos, interrogam os ideais de completude, eficiência e transparência depositados em nossa relação com a linguagem. Ou seja, a referência à noção de heterogeneidade, embora central para o pensamento de Pêcheux na *terceira época* da AAD, não é suficiente para superar a disjunção operada entre o real da língua, o real do inconsciente e o real da história.

Nossa questão se dirige, assim, para *o que faz corte* entre a *segunda* e a *terceira época* da AAD de Michel Pêcheux. O que nos parece essencial, nessa nova configuração, é a referência ao *real*, que está no centro do colóquio “*Matérialités discursives*”. Essa referência ao *real* orienta a pesquisa e expõe à angústia da perda dos *ideais* que animaram a *segunda época* da AAD. O que se segue é, sobretudo, um período de desconstruções. A evocação do *fantasma da teoria do discurso*, nesse mesmo colóquio, deixa exposta a ferida de um trabalho levado ao limite em “*Les Vérités de La Palice*” em função da partida ideológica vivida sob o manto de Althusser. É esse fantasma que o encontro com o *real do inconsciente* parece despertar ao fazer furo no discurso pêchetiano de “*Les Vérités de La Palice*”. E ele continua rondando a área mesmo após a retificação de *Só há causa do que falha*, uma vez que a disjunção entre ideologia e inconsciente não se resolve pela retificação de que “o ritual se estilhaça no lapso” (SD: 301), como parece reconhecer Pêcheux em uma passagem à qual já tivemos oportunidade de nos referir:

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história.

E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico.

A especificidade dessas duas “descobertas” impede de fundi-las sob qualquer teoria que seja, mesmo sob uma teoria da revolta. Mas a constatação do preço

pago por esse impedimento obriga a admitir que elas têm, politicamente, algo a ver uma com a outra (SD: 302).

Nossa investigação busca avançar, portanto, no terreno que Pêcheux designa como o *sintoma* de “*Les Vérités de La Palice*”, o ponto onde “o pensamento teórico encontra o inconsciente” (SD: 303), do qual o *Witz* é um “indicador determinante”, representando “o instante de uma vitória do pensamento em estado nascente, a figura mais apurada de seu surgimento” (*ibid*). Esse terreno concerne à aproximação *política* e paradoxal que Pêcheux deduz do impedimento de se fundir teoricamente inconsciente e ideologia, preservando assim, a despeito de alguns pontos de interseção, a fronteira entre o real do inconsciente e o real da história. Isso nos remete, novamente, aos dois pontos incontornáveis com os quais Pêcheux busca, em 1978, abrir uma trilha no inverno político francês:

- a) “não há dominação sem resistência”, primado prático da luta de classes que implica que é preciso “ousar se revoltar”;
- b) “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, primado prático do inconsciente que implica que é preciso “ousar pensar por si mesmo” (SD: 304).

Já adiantamos que a relação entre inconsciente e ideologia seria melhor designada, a partir desse adendo, como uma *não relação*. Gostaríamos de acrescentar a esta formulação o que essa *não relação* implica como consequência ética, salientando, *entre* as duas proposições acima — o primado prático da luta de classes e o primado prático do inconsciente —, no ponto mesmo de sua disjunção, o próprio impossível da *política*: o de fazer da classe, no sentido da classe social de Marx, um sujeito; e de fazer, do sujeito, uma classe. Os textos da *terceira época* da AAD, que aqui destacamos, trabalham em torno dessa *não relação* entre o real do inconsciente, o real da história e o real da língua. O fracasso da sua conjunção teórica, prometida pela *teoria do discurso*, retorna então como um *fantasma unificador* que sob o signo da ciência e da política pensou a aliança entre Marx, Freud e Saussure. É nesse contexto que se realiza o colóquio “*Matérialités discursives*”, no qual se busca ancorar *um novo ponto de partida*.

4.2 O fantasma da teoria do discurso

Nas “Questões iniciais” que convocam o Colóquio “*Matérialités discursives*”, redigidas em julho de 1979, Pêcheux parte de uma tripla asserção (*triple assertion*): “Há um real da língua. Há um real da história. Há um real do inconsciente” (PÊCHEUX 1981, p. 11)⁸¹. Essa tripla asserção, continua Pêcheux, manifesta “uma relação problemática ao real” (*ibid*) que nenhuma posição teórica poderia unificar, estabelecendo um terreno de encontros problemáticos entre as disciplinas que trabalham as questões do *discurso*, ou seja, a Lingüística, a História e a Psicanálise. A “tripla asserção” estabelece, portanto, como uma espécie de corolário, que *não há uma teoria do discurso* que possa abarcar a heterogeneidade do real. A disposição linear dessa tripla asserção, ao mesmo tempo ligada e separada pela pontuação, assinala os limites e as fronteiras materiais entre as disciplinas aí convocadas a se pronunciar sobre esse objeto que as perpassa: o *discurso*.

“De que matéria se trata na “materialidade discursiva?” — pergunta Pêcheux (*ibid*), abrindo uma série de questões dirigidas ao Colóquio e que concernem aos limites do enunciado, às relações entre língua e discurso, entre regularidade gramatical e repetição, entre resistência e discursividade, além daquelas que apontam diretamente para o sujeito e à possibilidade de se *dizer* o que se encontra “ideologicamente forcluído”.

Na “Abertura” do colóquio, realizado entre os dias 24 e 26 de abril, em Nanterre, esse encontro problemático se converte em uma *aposta*; pois embora as três disciplinas não falem da mesma coisa em suas formas heterogêneas de se reportarem ao *discurso*, essas diferenças se entrecruzam, remetem umas às outras, se aproximam ou se afastam, em torno da “estranha familiaridade” (*étrangeté familière*) das materialidades discursivas de cada domínio (PÊCHEUX 1981, p. 16). Conservar essa estranha familiaridade é essencial para que essa aposta se concretize. Mas, “como ver de fora isso no interior do qual o olhar está tomado?”⁸² (*ibid*). É preciso, como afirma Pêcheux, se desprender da “evidência teológica do sentido” em direção à “leitura trituração”, cujo dispositivo está organizado em torno das operações de recortar (*découper*), extrair (*extraire*), deslocar (*déplacer*) e contrapor (*rapprocher*) (*ibid*) os

⁸¹ “Il y a un réel de la langue. Il y a un réel de l’histoire. Il y a un réel de l’inconscient”.

⁸² “Comment voir du dehors ce à l’intérieur de quoi le regard est pris?”

elementos textuais, afastando-se, portanto, da “ortopedia de leitura” que estava no horizonte da prática da análise do discurso e da tendência à “fazer prótese para um pensamento político que falha” (*ibid*, p. 17).

A *leitura-trituração* aponta, portanto, para uma mudança de perspectiva na forma de conceber o discurso, em um momento de “vazio político” e de transformações sociais. Ela engaja a análise do discurso na “produção de acontecimentos” do mundo contemporâneo, opondo à repetição do *mesmo* o encontro com o *outro* e tirando proveito do “deslocamento tendencial do sujeito enunciador”, a partir do qual os *ditos* circulam como os ecos anônimos das “línguas de vento” de nossa “modernidade discursiva liberada”. Os efeitos discursivos da análise do discurso são como “efeitos de retorno repercutindo isso que trabalha às margens dos discursos” (*ibid*). Na nova perspectiva, sugerida nessa *Abertura*, a análise do discurso visa a provocar o *pequeno acontecimento* e não a grande interpretação da história. É portanto um trabalho nas margens dos discursos que circulam anonimamente o que aqui se prenuncia.

Para nós, importa acompanhar os deslocamentos do sujeito nessa *modernidade discursiva*. Nas “línguas de vento”, que começam a soprar com mais força no início dos anos 80, é o sujeito pleno que se apaga. De fato, a concepção althusseriana de um assujeitamento ideológico fazia aparecer, no zênite social, o *Sujeito* da ideologia e da língua de madeira, que agora se pluraliza, escamoteando assim, na dispersão *ad infinitum* das línguas de vento, a figura do mestre agenciador da História. Em nossa modernidade discursiva, “isso circula, não importa quem diz” — conforme a fórmula sugerida por Pêcheux (1981, p. 18). A análise do discurso só pode intervir respeitando essa condição, a partir da *leitura-trituração*, sem pretender, portanto, ocupar o lugar da palavra de um sujeito pleno que disputaria o espaço de enunciação com outros sujeitos. Em torno desse pequeno acontecimento, como um sopro lateral no redemoinho das palavras, a intervenção do analista do discurso desvela a presença do *outro* no *mesmo*, salienta o equívoco, onde o sentido tende a se fechar em torno de proposições logicamente construídas, e aponta para um sujeito, ali onde tendencialmente ele se apaga.

No balanço final (*La frontière absente: un bilan*), escrito em nome dos organizadores, Pêcheux (1981, p. 199 – 202) retoma a aposta inicial da *Abertura* para tentar isolar os “pontos de ataque” que refletem uma “certa posição discursiva, teórica e sem dúvida política” que se pode recolher das diversas intervenções desse colóquio. Algumas *figuras recorrentes* serão

destacadas por Pêcheux. O que apresentamos a seguir é extraído dessas figuras, que reorganizam o domínio do discurso a partir do acontecimento teórico que o colóquio buscou provocar, sem pretender concernir os detalhes e sem distinguir a posição dos interventores, mas salientando os pontos de abertura para a nova perspectiva que se impõe.

1- Os anos do estruturalismo e de edificação de uma ciência do discurso distinguiram o domínio de seu objeto como um interior, lugar do dizível e do sentido, bordejado por um exterior, lugar do indizível e do *non-sens*, constituindo assim uma relação entre o discursivo e o extra-discursivo que nós podemos caracterizar como *esférica*. Uma das tendências oriundas do colóquio *Matérialités discursives* é a de “[...] pensar o exterior de um discurso não mais como um além de uma fronteira, mas como um *aquí* sem fronteira assinalável, como a presença-ausência eficaz do outro dentro do mesmo sentido” (PÊCHEUX 1981, p. 199)⁸³. Essa passagem, que a nosso ver modifica substancialmente a concepção de discurso, pode ser aproximada da operação topológica que produz uma Fita de Moebius. Segundo essa operação, se cortarmos uma fita disposta de forma circular e torcermos em 180° uma das extremidades, recolando-a em seguida dessa forma retorcida, obteremos como propriedade a não distinção entre o direito e o avesso, de forma que, percorrendo a superfície desta fita, passamos do interior ao exterior de uma forma contínua. Segundo Ferreira (2005, p. 217), que nos sugere essa topologia do discurso, “[...] cada lado representa essas duas faces ao mesmo tempo, acabando com a dicotomia habitual de separar os fatos que são da língua e os que são extralingüísticos”⁸⁴. De acordo com a proposição pêchetiana, o discursivo não se opõe ao extra-discursivo, pois se trata de pensar o extra-discursivo como um *exterior imanente* ao discursivo, como uma *materialidade eficaz* e não como um limite radical do dizível (PÊCHEUX 1981, p. 200).

2- Se depreende dessa nova configuração uma prática de trabalho que se desdobra no duplo gesto da *leitura-trituração*: a- “conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível, isto é, regrando um sistema e um intradiscurso”; b- “destruir a homogeneidade imaginária dos sistemas e dos intradiscursos” (PÊCHEUX 1981, p. 200)⁸⁵. Para Pêcheux

⁸³ “[...] penser l’extérieur d’un discours non plus comme l’au-dela d’une frontière, mais comme un en-deça sans frontière assignable, comme la présence-absence efficace de l’autre dans le même sens”.

⁸⁴ FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A Língua da análise do discurso: esse estranho objeto do desejo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro e INDURSKY, Freda. *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 213 -218.

⁸⁵ “ – concevoir clairement le concevable pour montrer l’inconcevable, c’est-à-dire régler un système et un intradiscours; - détruire l’homogénéité imaginaire des systèmes et des intradiscours”.

(1981, p. 200), “esse trabalho teórico define um discurso que *não diz nada*, não interpreta [...], mas que *mostra*, que abre uma perspectiva para discernir isso que resiste a se dizer no próprio dizer”⁸⁶.

3- Frente à homogeneidade das *formações discursivas*, onde se instaura um sujeito pleno e o sentido se estabiliza mediante o jogo de paráfrases e reformulações, é preciso pensar o *acontecimento discursivo* como a interrupção de um processo e como a emergência de um enunciado ou de um lugar enunciativo em uma prática discursiva dada:

a- como interrupção de um processo repetitivo, “[...] a palavra aparece como a instância do Outro no discurso, no interior do campo mesmo da linguagem, como isso que fura a ordem do discurso e anula todo metadiscurso” (PÊCHEUX 1981, p. 201) e, simultaneamente, “como um jogo de linguagem na borda do silêncio” (*ibid*), em torno de uma questão paradoxal: “como falar disso que não se pode falar?” (*ibid*). Esse paradoxo (que remonta ao *Tractatus* de Wittgenstein) atinge seu ponto de maior expressão nos momentos em que o simbólico vem a faltar, como nas psicoses, ocasião em que essa falta é recoberta por uma imagem, uma alucinação ou uma interpretação delirante;

b- como emergência de um enunciado ou de um lugar enunciativo, o *acontecimento discursivo* liga-se à produção da história pelo discurso. Nesse sentido, toda revolução é necessariamente também um *acontecimento discursivo*.

4- A possibilidade da gramática de uma língua se funda na oposição entre o que pode e o que não pode ser dito, ou seja, por uma referência ao impossível enquanto que distinto do interdito. Certas frases, que aparentemente são mal formadas do ponto de vista gramatical ou que não podem ser explicadas pelas regras da gramática, podem, no entanto, ser aceitas por um falante da língua, como vimos em relação ao *Witz*. Assim, não há como assinalar uma fronteira definida entre o gramatical e o não gramatical. E como dizer o impossível da língua, se não há metalinguagem? Algumas questões lingüísticas tornam, portanto, necessária a intervenção de um saber extra gramatical, de forma que “a questão da sintaxe é assim religada por diversas vias à oposição [...] entre intradiscurso e interdiscurso, como condição de produção do sentido em torno de uma fronteira não assinalável [...] onde o sentido se produz no *non-sens*” (PÊCHEUX, 1981, p. 202). Sendo assim, conclui Pêcheux, a *discursividade* interroga a autonomia da sintaxe.

⁸⁶ “Ce travail théorique définit un discours qui *ne dit rien*, n’interprète pas [...], mais qui *montre*, qui ouvre une perspective pour discerner ce qui résiste à se dire dans le dire même”.

É sobre essa interrogação que incide o texto de Pêcheux apresentado no Colóquio *Matérialités discursives*, intitulado “o enunciado: encadeamento, articulação e desligamento”⁸⁷, “[...] concernindo à relação entre a existência da gramática como teoria do enunciado-frase e certas questões inerentes à discursividade, tal como ela se realiza na forma seqüencial do intradiscurso” (PÊCHEUX 1981, p. 143)⁸⁸. Ele interroga, mais uma vez, o ponto em que a ordem da língua dá lugar à *ordem do discurso*.

Pêcheux parte de duas situações. A primeira é aquela em que um enunciado pode esconder um outro enunciado, susceptível de liberar-se. Tomando como exemplo as construções relativas — que Pêcheux explorou em detalhe em “*Vérités de La Palice*” —, pode-se afirmar que as condições de passagem a uma situação de independência do enunciado são facilmente estabelecidas pela gramática. Na frase analisada por Pêcheux — “os comunistas apóiam as lutas que mostram a determinação combativa dos trabalhadores” — essa condição obedece a dois critérios:

a- Em se tratando de uma *interpretação determinativa*, o enunciado encadeado não tem nenhuma independência enquanto enunciado, na medida em que acrescenta um elemento que restringe ou determina a extensão da antecedente. A separação entre os enunciados só poderá ser feita, nesse caso, a partir de uma construção condicional: “os comunistas apóiam as lutas *sob a condição* de que elas mostrem a determinação combativa dos trabalhadores”. Observa-se, nesse caso, o efeito do interdiscurso: ele se mostra no apagamento do pré-construído na realização seqüencial intradiscuriva da frase que só se torna visível pela reconstituição da condicional.

b- Em se tratando de uma *interpretação apositiva* (ou explicativa), onde a conexão é considerada incidental, essa independência pode ser obtida a partir de uma construção circunstancial: “os comunistas apóiam as lutas *porque* elas mostram...”; coordenada: “os comunistas apóiam as lutas *pois* elas mostram...”; ou justaposta: “os comunistas apóiam as lutas. Elas mostram...”.

⁸⁷ “L’énoncé: enchâssement, articulation et dé-liaison”

⁸⁸ “[...] concernant le rapport entre l’existence de la grammaire comme théorie de l’énoncé-phrased et certaines questions inhérentes à discursivité, telle qu’elle se réalise dans la forme séquentielle de l’intra-discours”

A segunda situação analisada no texto de Pêcheux é aquela em que se considera a junção de dois enunciados para formar uma seqüência enunciativa. Pêcheux observa que é linguisticamente difícil determinar em que condições essa coordenação é possível. No caso de “Maria e João compram maçãs”, a condição que permite a conjunção é dada pela homogeneidade do conjunto que afeta o sintagma nominal. No caso de “João come maçãs e João jamais vai ao médico”, é preciso construir a ligação, o que é feito a partir de um elemento ideológico-cultural que, nesse caso, nos é dado pelo ditado anglo-americano segundo o qual “uma maçã por dia mantém o médico afastado” (*ibid*, p. 145)⁸⁹. A junção dos enunciados é obtida, assim, através de uma construção relativa: “João, que come maçãs, jamais vai ao médico”. O procedimento é, nessa segunda situação, o inverso da primeira. O importante a salientar, para Pêcheux, é o fato de que há aqui a convocação de um saber interdiscursivo, exterior à gramática, que produz a articulação dos enunciados.

Um outro exemplo de junção de enunciados formando seqüência enunciativa, e que mostra uma clara manifestação do interdiscurso na discursividade, nos é dado por construções do tipo: “Está nevando. Não sairemos”, formando uma coordenação semântica (Bally) que podemos facilmente derivar de um saber segundo o qual: “quando está nevando, não se costuma sair”. Ora, esta evidência não pode ser validada para o sintagma nominal “os limpadores de neve”, demarcando um claro limite da construção em que a ordem da gramática dá lugar “à *ordem do discurso*, no sentido de Foucault” (PÊCHEUX 1981, p. 145).

Essa análise demonstra, segundo Pêcheux (*ibid*, p. 146), que o espaço teórico da gramática não pode ser percorrido de uma forma homogênea. Ele é atravessado, de tempos em tempos, por “encontros explosivos” (*ibid*, p. 145) que apontam para o seu limite interno. A nosso ver, trata-se aqui de apontar mais uma vez o limite não assinalável entre o gramatical e o agramatical a partir de um *acontecimento discursivo* que atravessa a ordem da língua. O *Witz* é um exemplo de um acontecimento discursivo. No *Witz*, o inconsciente trabalha a língua engendrando um novo sentido a partir do *non-sens*, graças ao acolhimento dado pela terceira pessoa que participa de sua estrutura. Mas é preciso considerar, além disso, os casos de desconstrução do sentido que permanecem no registro do equívoco, sem a reconstituição imediata de um novo sentido, fazendo emergir elementos destacados como restos que

⁸⁹ “An apple a day keeps the doctor away”, no original.

parasitam a ordem da língua e que também não conseguimos integrar em uma ordem do discurso.

É dessa forma que podemos interpretar a distinção entre as duas formas de escritura avançadas por Pêcheux nesse artigo: a “escritura por encadeamento” e a “escritura por desligamento”⁹⁰. A “escritura por encadeamento” pode ser aproximada do discurso jurídico, na medida em que esse discurso busca atingir formas de determinação e explicação do real que lembram um ajuste mecânico de peças, sem a produção de restos.

É essencial ao Direito que nada do que existe possa ficar sem nome, que todo estado de coisas possa ser identificado, pois é a razão mesma do Direito fazer coincidir as descrições definidas [...] e as identificar a um nome próprio [...] ⁹¹ (PÊCHEUX 1981, p. 146).

Podemos dizer que a *escritura por encadeamento* visa ao júbilo que consiste em resolver um enigma, fazer funcionar um mecanismo ajustando suas peças ou simplesmente dizer: “isso que designamos por um *x* é, na verdade, um *y*”. Ela metaforiza a relação sexual completa e realizada com sucesso, conforme propõe Pêcheux (*ibid*, p. 148) a partir de Lacan. Sob esse ponto de vista, prossegue Pêcheux, a obra de José-Luis Borges pode ser tomada como um exemplo privilegiado de uma escritura por encadeamento assinalando, ao mesmo tempo, “uma subversão da lógica dentro do espaço da lógica, que se apóia sobre a construção gramatical e a preserva, intacta” ⁹² (*ibid*, p. 147).

A *escritura por desligamento*, por sua vez, será aproximada por Pêcheux do aforismo lacaniano “não há relação (proporção) sexual” (“*Il n’y a pas de rapport sexuel*”)⁹³, assim como da escrita radical de James Joyce:

A escritura de Joyce é feita de enunciados justapostos a conexões implícitas, de frases nominais, de frases interrompidas ou parcialmente apagadas, de acumulações e enumerações grotescas onde pululam os “conjuntos mal

⁹⁰ Respectivamente, “l’écriture à enchâssement” e “l’écriture à dé-liaison”.

⁹¹ “Il est essentiel au Droit que rien de ce qui existe ne puisse rester sans nom, que tout de chose puisse être identifié, puisque c’est la raison même du Droit de faire coïncider des descriptions définies [...] et les identifier à un nom propre”.

⁹² “[...] signent cette subversion de la logique dans l’espace de la logique, qui s’étaye sur la construction grammaticale et la préserve, intacte”.

⁹³ Trata-se do axioma que percorre o último período do ensino de Lacan, a partir dos anos 70.

formados” [...] As desconstruções gramaticais se emanam ao discurso oral, até enterrar as frases na litania dos enunciados⁹⁴ (PÊCHEUX 1981, p. 147).

Pêcheux pergunta se essa *escritura por desligamento* poderia corresponder à “escritura do sujeito dividido”, apoiando-se sobre os termos freudianos *Bindung-Entbindung* como equivalentes aos termos franceses *liaison-déliaison* (ligação-desligamento). O sentido do termo alemão *Bindung* designa, de um modo geral, a formação de um vínculo afetivo com coisa ou pessoa, ou a fixação e imobilização de algo que fica aprisionado a alguma outra coisa. Em seu sentido psicanalítico⁹⁵, em especial nos textos freudianos anteriores à *Traumdeutung*, *Bindung* é mais freqüentemente empregado para designar o processo de ligação de quantidades psíquicas a representações mentais, que passam assim de um estado livre a um estado ligado, permitindo ao *Eu* inibir e rebaixar as excitações no aparelho psíquico, promovendo assim uma maior estabilidade do sistema. Seu contrário, *Entbindung*, corresponde ao processo de liberação dessas quantidades, que provocaria um distúrbio análogo ao de uma neurose traumática. Por essa via, a *escritura por desligamento* pode ser aproximada da tendência a desfazer os elos lógicos que fundamenta, para Freud, o trabalho do inconsciente.

Somente podemos lamentar o fato de que essa abertura em direção a uma concepção da análise do discurso que nos parece, ao menos em parte, tão afinada com a psicanálise e o pensamento laciano, tenha tido uma existência tão efêmera em função da morte prematura de Pêcheux. O que aqui se apresenta como uma abertura infernal produz, na seqüência, um fechamento espetacular; como se Pêcheux tivesse perdido o que se anunciava nesse Colóquio como uma “aposta” em direção ao *acontecimento teórico* que ele vislumbrava para a análise do discurso ou tivesse cedido, com seu ato suicida, diante do fantasma que ele buscava atravessar.

De qualquer forma, essa oposição entre duas formas de escritura parece-nos conservar uma abertura suficiente para continuarmos problematizando a presença do sujeito na materialidade do discurso. Podemos aproximar a *escritura por desligamento* que afeta o ponto

⁹⁴ “L’écriture de Joyce est faite d’énoncés juxtaposés aux connexions implicites, de phases nominales, de phases interrompues ou partiellement effacées, d’accumulations et d’énumérations grotesques où pullulent les ‘conjoints mal assortis’ [...]. Les déconstructions grammaticales s’enchevêtrent avec le discours oral, jusqu’à ensevelir la phase dans la kyrielle des énoncés”.

⁹⁵ Recorremos aqui à análise desse termo feita por: HANS, Luis. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 293 – 302.

de enunciação de uma seqüência discursiva da emergência do sujeito do inconsciente. Essa emergência é paradoxalmente ligada, se assim podemos dizer, à hiância da qual buscamos aproximar o real do inconsciente. Temos, no entanto, que caminhar com cautela, para não fazer do sujeito um simples equivalente do real do inconsciente. Algumas distinções devem ser então preservadas, para fins de maior clareza desta nossa proposição:

1- O sujeito é, primordialmente, *irrepresentável*. Isso quer dizer, na álgebra lacaniana, que não há um significante que o represente, aspecto também ressaltado por Pêcheux. O sujeito, no entanto, se *apresenta* no discurso graças à *escritura por desligamento*, o que se faz sentir: a- como um efeito da divisão subjetiva, no ponto de enunciação no qual se tece o fio do discurso; b- como um efeito de quebra de encadeamento no nível do discurso.

2- Essa forma de *apresentação* do *sujeito* deve ser distinguida, conforme adiantamos, da manifestação do *outro* no discurso. Os efeitos de divisão subjetiva não são efeitos que podemos reduzir simplesmente a uma dualidade ou a um antagonismo entre o *sujeito* e o *outro*. Devemos, pois, distinguir os marcadores discursivos que apontam para a presença do *outro* no discurso, afetando ou não a seqüencialidade discursiva, da escritura do sujeito dividido que também afeta essa seqüência. Diremos, de um modo mais geral, que a presença do *outro* no discurso aponta para a heterogeneidade discursiva, enquanto que a presença do *sujeito* no discurso aponta para a descontinuidade característica da escritura por desligamento.

3- É preciso distinguir, por fim, em torno dessa descontinuidade, a manifestação fenomênica do *real do inconsciente*, que Lacan aproxima da estrutura de uma hiância (LACAN 1964/1985, p. 28), da *escritura por desligamento* que afeta a seqüencialidade discursiva. Essa distinção permanece não construída por Pêcheux. Mas podemos apontar, na referência pêchetiana ao aforismo lacaniano “não há relação (*rapport*) sexual”, uma forma de pensar o impossível da língua a partir do real do inconsciente. Do lado da língua, a referência ao impossível parece demarcar, para Pêcheux, o limite não assinalável do que pode ser dito. Do lado do real do inconsciente, trata-se sempre da não conjunção sexual que afeta o sujeito falante em seu ser mesmo, produzindo assim um excedente de gozo. Ora, para Lacan, avançando um pouco mais a partir disso que Pêcheux não chega a construir, é justamente esse excedente que o *discurso* busca concernir, aspecto que será trabalhado em seu *Seminário, livro 17*, ao qual iremos nos referir no quinto capítulo da tese. É a partir dessa interpolação,

que define o discurso como laço social, no *Seminário, livro 17*, que podemos abordar o axioma “não há relação sexual” como uma forma de se referir ao real do inconsciente.

Dois aspectos precisam ainda ser desenvolvidos, no entanto, visando a uma melhor apreensão do pensamento de Pêcheux em seu contraponto com Lacan. O primeiro diz respeito à delimitação da noção de “real da língua” com referência ao “real do inconsciente”. O segundo aponta para a noção de “acontecimento discursivo” e sua articulação com as noções de sujeito e de inconsciente. São esses aspectos que desenvolveremos a seguir.

4.3 Real do inconsciente e real da língua

Afirmar que “existe um real da língua” introduz uma dificuldade especial que concerne ao recorte do objeto que a Linguística circunscreve para se constituir como uma ciência. Várias questões aqui se colocam, a começar pela definição problemática do que se entende por ciência, da qual depende esse recorte. Foge ao escopo desta tese adentrar nessa discussão pelo seu viés epistemológico. Contentaremos em reconhecer que o terreno no qual esse debate se instala nos é dado pela ciência moderna, nascida com Galileu, como um campo de observação definido pela possibilidade de conjunção de dois traços essenciais: a formalização matemática e o tratamento empírico de seu objeto⁹⁶.

De acordo com essa definição de ciência, o real da língua seria da ordem do calculável. Isso implicaria, segundo J-C Milner, conceber o real da língua como “causa de si, afastando toda causa que não seja da sua ordem, fazendo-o causa apenas de sua ordem” (MILNER 1987, p. 7). A tese da arbitrariedade do signo é, nesse sentido, consoante com a autonomia do sistema da língua, na medida em que ela permite dizer que “o signo é mestre de si mesmo” (*ibid*). O real da língua poderia ser, a partir de então, representável para o cálculo, uma vez asseguradas as relações de identidade e diferença entre signos. Para essa definição de ciência, o sujeito se reduziria àquilo que o faz “suporte de um calculável, [...] ponto sem divisão nem extensão, sem passado nem futuro, sem consciente e sem inconsciente, sem corpo” (*ibid*), reduzido, portanto, à dimensão de pura enunciação. De forma equivalente, diremos que a comunicação, subtendida no funcionamento da língua e necessária à sua

⁹⁶ De acordo com Jean-Claude Milner que, por sua vez, remete às teses centrais de Koiré . MILNER, J-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987, p. 8.

finalidade constitutiva, apenas redobrar de forma simétrica esse sujeito pontual, localizando-o nos lugares de emissão e recepção da mensagem.

No entanto, a língua não é inteiramente recoberta pelo cálculo, de forma que é preciso distinguir que a lingüística não é como a lógica, pois “o real em que ela se sustenta não é suturado”, mas “percorrido por falhas” (MILNER 1987, p. 8). O *real da língua* designa, assim, o limite do calculável que se faz notar, “no lugar mesmo da ciência” (*ibid*), sem que a lingüística seja, por isso, excluída da definição moderna de ciência. Eis o paradoxo trazido pela noção de *real da língua* que percorre os últimos textos de Pêcheux: ele revela a presença de um impossível inerente à língua, apagando o traçado do limite entre o gramatical e o agramatical, o sentido e o não sentido, o uno e o múltiplo, o homogêneo e o heterogêneo.

O *real da língua* designa, assim, o ponto privilegiado onde a lingüística encontra a psicanálise, mostrando “os espaços onde o desejo se espelha e o gozo se deposita”, conforme assinala Milner (1987, p. 8), e a incidência do inconsciente nas chamadas línguas naturais, na medida em que “em toda língua falada por seres humanos, os traços significantes, [e] as marcas lingüísticas não se estruturam segundo a ordem lógico matemática” (PÊCHEUX 1981/2004, p. 24). A produção do equívoco é uma dimensão própria à língua. Essa também é a razão pela qual as línguas naturais permanecem, segundo Pêcheux, mais abertas à política, pois “as marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamento, de transgressões, de reorganizações” (*ibid*).

Assim como a psicanálise, à qual Freud atribui o ato imperdoável de ter deslocado o sujeito do lugar de centro que ele ocupava ao identificar-se com representação unitária da consciência, a lingüística é a ciência de uma divisão que afeta igualmente a *língua* e o *sujeito*, deslocando-o do lugar ilusório desde onde ele acredita ter o domínio sobre a língua. Em seu afã científico, a lingüística corre o risco de se esquecer das peripécias de seu nascimento, marcado por essa divisão constitutiva, tornando-se surda ao *real da língua*.

Essa surdez interna ganha terreno cada vez que a lingüística deixa o *real da língua*, seu objeto próprio, e sucumbe às realidades psicossociológicas dos atos de linguagem que — pelo viés da designação, do contrato, do imperativo ou do performativo — terminam em “histórias de maçãs” (*ibid*).

O real, como tal, é indiviso; e, por ser indiviso, não acompanha a divisão que caracteriza a apropriação simbólica do objeto lingüístico. Sejam mais precisos para caracterizar o *real da língua*, conforme o compreende Pêcheux. Podemos dizer, parafraseando Lacan, que o real da língua é o que retorna sempre ao mesmo lugar como o impossível da língua. Para Pêcheux, no entanto, devemos distinguir o *impossível* que caracteriza o real da língua, pelo fato de que *tudo não pode ser dito*, da *divisão* que pesa sobre o objeto da lingüística. Retorno a um dado de origem, na medida em que essa divisão já se faz presente naquilo que constitui o interesse noturno da Saussure, os *anagramas*.

Em nome de Saussure, os lingüistas se dividem, porque o próprio Saussure carrega em si essa divisão, que transparece na dicotomia fácil que opõe o Saussure do *Cours de linguistique générale* (tanto mais claro e frio quanto for comentado segundo a leitura dos editores) ao dos *Anagramas* (em que vaga a obscura loucura da decodificação, das associações escondidas dos versos saturninos) (PÊCHEUX 1981/2004, p. 55).

Para Pêcheux, no entanto, “o saussurianismo não se divide assim” (1981/2004, p. 57). Apoiando-se na primazia da noção de *valor* em Saussure⁹⁷, contra a primazia normalmente conferida ao arbitrário do signo, Pêcheux reafirma a concepção da língua como “rede de diferenças sem termo positivo”, o que equivale a “conceber o não dito, o efeito *in absentia* da associação, em seu primado teórico sobre a ‘presença’ do dizer e do sintagma” (*ibid*, p. 58).

[...] o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma não finita do não todo [*pas tout*], efeito da língua [*lalangue*]⁹⁸; é pelo papel constitutivo da ausência que o pensamento saussuriano resiste às interpretações sistêmicas, funcionalistas, gestaltistas e fenomenológicas que, entretanto, elas não cessam de provocar. A revolução saussuriana provoca o esfacelamento da complementaridade (PÊCHEUX 1981/2004, p. 58).

[...] Diante das teorias que isolam o poético do conjunto da linguagem, como lugar de efeitos especiais, o trabalho de Saussure (tal como ele é comentado por Starobinski) faz do poético um deslizamento inerente a toda linguagem: o

⁹⁷ Essa primazia é justificada a partir Benveniste, da leitura que Godel faz dos manuscritos do *Cours*, e dos trabalhos de Claudine Normand, conforme consta da nota ao capítulo 6 de “A língua inatingível” (PÊCHEUX, 1981/2004, p. 61).

⁹⁸ Adotaremos aqui a sugestão de tradução feita por Haroldo de Campos do termo francês *lalangue* para o português *lalíngua* por considerar que o termo *alíngua* sugere uma negação da língua, aceção que escapa e contraria o termo francês.

que Saussure estabeleceu não é uma propriedade do verso saturnino, nem mesmo da poesia, mas uma propriedade da própria língua (*ibid*).

Dessa forma, Saussure torna patente, segundo Pêcheux, a contradição que une a *língua* à *lalíngua*, na medida em que “o diurno não suporta ser separado do noturno” (PÊCHEUX 1981/2004, p. 63). Este é o ponto logofílico⁹⁹ em que a lingüística toca o real; ponto de retorno em que a língua, objeto do lingüista, torna-se objeto de amor; onde “a língua domina o pensamento, impondo-lhe a ordem do negativo, do absurdo e da metáfora”. É aí, continua Pêcheux, “que a ciência da linguagem relaciona-se com o registro do inconsciente” (*ibid*, p. 59).

Portanto, o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *lalíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas; a repetição do significante na *lalíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos (*ibid*, p. 55).

A expressão “língua materna” encarna, para Pêcheux, o essencial do conceito lacaniano de *lalíngua*, que vemos emergir, nos textos da *terceira época* da AAD, a partir de Jean-Claude Milner, especialmente em *O amor da língua* (PÊCHEUX 1981/2004, p. 52). *Lalíngua* evoca a precedência da linguagem no atravessamento dos cuidados maternos e a inscrição do simbólico no corpo. O termo *lalíngua*, forjado por Lacan, enfatiza a linguagem em sua dimensão fonemática, integralmente sujeita ao equívoco. Ele reporta ao uso da língua antes que o aprendizado das regras venha impor, ao deslizamento homofônico do significante, a exigência lógica do corte demarcador da unidade do signo e a necessidade de falar igual a todos. *Lalíngua* não é nada mais que os equívocos que a história de cada um deixou persistir. Nesse sentido, *lalíngua* não serve à comunicação, pressupondo uma finalidade distinta desta.

⁹⁹ A *logofilia* designa, segundo Michel Pierssens em *La Tour de Babil*, citado por Pêcheux, a paixão pela língua, comum ao lingüista, ao escritor e ao psicótico (PÊCHEUX, 2004, nota 1, p. 48).

Em relação a *lalíngua* não se pode dizer que partilhamos regras ou que jogamos um *jogo de linguagem*.

É preciso enfatizar que *lalíngua* não faz fronteira com a linguagem, isto é, que jamais saberíamos onde situar este limite. Seria mais apropriado dizer que *lalíngua* resulta de um investimento libidinal na linguagem, confundindo seus próprios limites. O termo demarca o investimento libidinal com que cada sujeito, em particular, cunhou sua relação com a linguagem, a forma como que cada um reteve esta particularidade no aprendizado da escritura. Seria preciso, então, diferenciar o que pertence a esta apreensão particular da *lalíngua* da apreensão de um *significante identificador* (S1 ou significante-mestre, conforme a escrita lacaniana). O primeiro seria um termo essencialmente privativo ao sujeito em sua oposição ao grande Outro (que tomaremos aqui como a alteridade própria ao campo da linguagem enquanto tal), assinalando um ponto de retenção de uma significação particular, de um modo de funcionamento infantil da linguagem e de resistência à sua assimilação passiva ao campo do Outro; o segundo, o resultado de um laço libidinal com o Outro, marca de sua inscrição a partir de um termo que o designa e o aliena na linguagem. Nesse sentido, devemos considerar que a dimensão de *lalíngua* torna-se mais evidente a partir das *equivocações* e *homofonias*, dissolvendo e liberando a palavra de sua carga semântica, provocando “efeitos de dispersão” e de “desenlaçamento” (MILNER 1999, p. 17)¹⁰⁰ nas relações do sujeito com o discurso. “Todo discurso, certamente, conhece e encontra essa circunstância de confusão onde o que estava enlaçado, em um instante se desenlaça. Seu lugar está marcado e é nomeável: é a verdade, corte real que subverte as superfícies nas quais opera” (MILNER 1999, p. 18). No instante desse lapso, que separa um antes e um depois — e ao qual ligamos o acontecimento irruptivo —, podemos enfim dizer que “ao sujeito advém um real” (*ibid*).

Isso nos conduz a uma outra característica de *lalíngua*, segundo Lacan. Os elementos de *lalíngua* não fazem sistema, persistindo como peças soltas que parasitam a linguagem. Para Pêcheux, a divisão do objeto da lingüística mostra onde o “mistério da sexualidade surge em meio às problemáticas da ciência lingüística” (1981/2004, p. 51): no desdobramento logofílico de “dois gêneros de loucura, no sentido ao mesmo tempo gramatical e sexual: o ‘feminino’ da língua materna, língua mãe do fluxo oral das palavras, o ‘masculino’ da língua ideal, escritura em que o significante ausente domina a construção sintática” (*ibid*). Ora, podemos dizer, levando adiante a aproximação entre o sexual e o gramatical aqui esboçada por Pêcheux, que

¹⁰⁰ MILNER, J-C. *Los Nombres Indistintos*. Buenos Aires: Ed. Manantial, 1999.

esses dois gêneros buscam se relacionar ao mesmo tempo em que encontram o impossível da *não-relação*. Esse *impossível* caracteriza tanto o real do inconsciente — sob a forma da realidade sexual que reconhece a oposição irreduzível e não complementar entre os sexos — quanto o real da língua — sob a forma da divisão entre o gramatical e o agramatical, língua e *lalíngua*, univocidade e equívocidade, assim como entre as duas formas de escritura trabalhadas por Pêcheux em “*Matérialités discursives*”, a escritura por encadeamento e a escritura por desligamento. “O real da língua é, portanto, o impossível que lhe é próprio”, diz Pêcheux (*ibid*, p. 52). Este impossível concerne ao fato de que essas divisões não são jamais integráveis; mas, ao mesmo tempo, jamais saberíamos situar a fronteira entre elas. Eis o que designa o *real da língua*: a língua, sistema de signos, é também substância, “matéria viva para os fantasmas” (MILNER 1987, p. 15); ela é tanto o objeto de uma ciência como o objeto de um amor. Nesse sentido, “a língua suporta o real da *lalíngua*” (*ibid*, p. 19). O seu real é portanto sua própria divisão constitutiva que opõe o diurno e o noturno, um Saussure a outro Saussure.

Para Pêcheux, é preciso também considerar que o equívoco aparece no ponto em que “o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história” (PÊCHEUX 2004, p. 64). Em outros termos, a contradição histórica irrompe como equívoco lingüístico; mas também retorna como absurdo. É o caso, por exemplo, da revolução russa de 1917: no momento de irrupção, “as massas tomam a palavra”, induzindo na língua “uma profusão de neologismos e de transcategorizações sintáticas” (*ibid*, p. 64), como uma espécie de aplicação prática da teoria saussuriana do *valor*, culminando em uma série de reflexões lingüísticas e de produções literárias. Mas a linguagem termina, nos anos 30, tomando a forma de uma *questão de Estado*, indo até a “anulação do jogo metafórico” que irá caracterizar a ideologia stalinista a partir do momento em que “a linguagem tende a se passar pelo real” (*ibid*, p. 98). Curiosa inversão, da irrupção própria ao equívoco que toca o real da história, modificando uma realidade contraditória, ao mito de uma coincidência entre a linguagem e o real alimentada pelo Estado, que pretende dizer objetivamente o que é a realidade, que ele apenas reflete em sua “cegueira”, na tentativa de eliminar a contradição intervindo sobre a língua.

É preciso lembrar que o ambiente no qual emerge a discussão em torno do *real da língua* coincide com a “crise da lingüística”, após o declínio da onda estruturalista que a acolheu como disciplina piloto das ciências humanas. “*La langue Introuvable*”, publicado em

1981, participa deste contexto. Ele é, ao mesmo tempo, uma reflexão epistemológica sobre a atualidade das ciências da linguagem, um retorno aos seus fundamentos e uma tentativa de intervenção política nos destinos da disciplina, projeto ao qual não faltam ares de arrogância e ambição teóricas, conforme assinala a co-autora do livro, Françoise Gadet, no prefácio redigido especialmente para a edição brasileira de 2004 (p. 12). Segundo Gadet, a história confirma o triunfo do formalismo que o livro prenuncia em 1981, com o desfalque da esperança que aí se depositava de que “a gramática gerativa ou qualquer outra teoria formalista seria susceptível de fornecer um esquema de descrição ou de modelização para as disciplinas do discurso” (*ibid*, p. 12 – 13).

Todo o esforço de Pêcheux em “*La Langue introuvable*” visa a introduzir a dimensão de *lalíngua* na consideração científica da língua, frente a uma modernidade sinistra que dissimula os equívocos da língua no patológico da linguagem ou que resvala na ignorância e, recusando o real da língua, sucumbe às realidades psicossociológicas dos atos de linguagem. A referência ao real da língua, introduzida por Milner, substitui assim, segundo Pêcheux, “o falso debate metodológico entre o racionalismo e o empirismo” (1981/2004, p. 32), convocando “a posição materialista em lingüística” (*ibid*). No entanto, como salienta Pêcheux, Milner recusa o real contraditório que caracteriza a história, tomando-a por um “puro efeito imaginário” (*ibid*, p. 35), eliminando, dessa forma, a questão política na qual se especifica o desejo que anima a lingüística e suas “revoluções palacianas”. Estas, segundo Pêcheux, acabam sempre ligadas à perpetuação da sociedade de classes. Nesse sentido,

liberar o *non-sense* e suportar sua irrupção no pensamento não é ceder a uma reivindicação em favor dos ‘direitos da poesia’, é responder a uma profunda necessidade política do movimento revolucionário e da reflexão marxista: o último remédio, talvez, contra a estupidez (PÊCHEUX 1981/2004, p. 117).

4.4 Discurso, estrutura, acontecimento

A segunda parte de *A língua inatingível* tem como título a frase: “Pertencemos a uma geração que assassinou os seus poetas”. A nota que a esclarece remete a um artigo de Jakobson, “A geração que desperdiçou seus poetas”, cujo ponto de partida é uma frase

atribuída a Maïakovski: “mortos e pouco me importa se é por mim ou por outrem que eles foram mortos” (*apud* PÊCHEUX 1981/2004, p. 125)¹⁰¹.

O rigor da análise pêchetiana sobre os desdobramentos políticos da história da lingüística — desenvolvida nessa segunda parte, mas que não caberia aqui discutir — nos leva a interrogar a presença insidiosa da primazia da *luta de classes na teoria* à qual Pêcheux se consagra. É essa posição que parece ser o objeto da análise feita por Milner no último capítulo de “*Los nombres indistintos*”, publicado em 1983, mesmo ano do suicídio de Pêcheux, e cujo título é “*Una generación que se desperdició a sí mesma*”¹⁰². Falta-nos elementos biográficos mais consistentes que nos auxiliariam no sentido de formular hipóteses mais seguras sobre o destino da aventura teórica de Pêcheux. As análises desenvolvidas por Michel Plon e Maldidier, no entanto, apontam na direção sugerida por Milner — embora essa análise permaneça vaga em relação a nomes e situações, preferindo vagar em torno das generalidades de uma geração que teria completado seus vinte anos entre 1958 e 1970¹⁰³.

Para Milner, o traço que unifica essa geração é um “criticismo da urgência”. Nascido da conjunção da *doxa* com a *escassez* do período do pós-guerra, esse criticismo toma novas formas a partir da expansão econômica francesa experimentada por essa geração, que busca então “um pensamento que não se reduza à opinião” (MILNER 1999, p. 138). Para esse *criticismo da urgência*, “tudo era político”; mas, a partir dessa nova conjuntura, surge um novo imperativo: “a política devia articular o mais além da urgência — desejo ou liberdade — no mais além da opinião, batizado como verdade” [...] e “ordenada por um discurso de puro simbólico” [...] (*ibid*, p. 138), ou seja, por uma teoria, articulada em torno de alguns nomes próprios, aos quais se poderiam associar efeitos de grupo. É o estruturalismo francês dos anos 60 e os nomes de Marx e Althusser o que imediatamente nos vêm à mente quando buscamos associar esse contexto à aventura teórica pêchetiana. Ora, segundo Milner, o que se produz na seqüência é uma *dispersão*. Nenhum cataclismo, nenhuma circunstância política seria suficiente para explicá-la. Simplesmente a dispersão do desenlaçamento de tudo que se enlaçou na tentativa de fazer um todo; apenas os espectros de uma impossibilidade a ser contabilizada pela loucura de uns, pelo silêncio decidido de outros ou pelo fracasso de muitas

¹⁰¹ JAKOBSON, Roman. *A geração que esbanjou seus poetas*. Trad. Sônia Gonçalves. São Paulo: Cosac Naify, 2006. A frase atribuída a Maïakovski aqui se traduz como: “Mortos – e para mim tanto faz se eu ou ele os matou” (p. 09).

¹⁰² “Uma geração que desperdiçou a si mesma”.

¹⁰³ Lembramos que Pêcheux nasceu em 1938 e morreu em 1983, aos 45 anos.

organizações que se erigiram buscando esse objetivo. Trata-se de uma geração que *desperdiçou a si mesma* em seu afã de produzir o *um* que lhe designa a política, isto é, na medida em que buscou sustentar-se em uma teoria que asseverava que “tudo é político”. A partir de então, conclui Milner, “a política não é tudo’ e ‘nem tudo é política’ voltaram a ser enunciados lícitos: ao mesmo tempo, a política voltou a ser de novo disciplina regional, e a ser regida meramente pela oportunidade” (*ibid*, p. 146). Assim, nos encontramos uma vez mais diante do real do inconsciente e do *falhamento* ao infinito, nos quais buscamos balizar nossa análise daquilo que falha na aventura teórica de Pêcheux, evocando o potencial traumático do desenlaçamento que a acompanha. Em torno desse impasse, Pêcheux busca articular as saídas. Neste sentido, Milner caminha muito mais decididamente para o lado da psicanálise lacaniana, ali onde Pêcheux parece bloqueado pelas referências marxistas.

A perspectiva aberta pelo último texto de Pêcheux, *O Discurso: estrutura ou acontecimento*¹⁰⁴ — apresentado originalmente em Illinois, na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, realizada entre os dias 8 e 12 de julho de 1983 e publicada nos EUA em 1988¹⁰⁵ — retoma as referências teóricas que permitem ir de encontro ao *acontecimento* em torno do qual trabalham as discursividades e da formulação do novo programa de trabalho que então se vislumbra. As discursividades trabalham o acontecimento e sua análise determina as relações que aí se estabelecem, opondo-se à perspectiva anterior de determinação *a priori* do acontecimento pelas relações que um determinado estado da luta de classes seria capaz de estruturar.

A noção de “formação discursiva” tomada de empréstimo a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora (PÊCHEUX 1983/2006, p. 56).

Em sua primeira parte, o texto explora as várias facetas do enunciado “*On a gagné*” (“Ganhamos”), com o qual os franceses saldaram a eleição do socialista François Mitterrand à

¹⁰⁴ PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 4ª ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

¹⁰⁵ PÊCHEUX, Michel. *Discourse: Structure or Event?* Illinois: Illinois University Press, 1988.

presidência do país em 10 de maio de 1981 e que ganha as ruas do país. Tal acontecimento apresenta-se, ao mesmo tempo, perfeitamente transparente em sua transposição ao espetáculo televisivo e profundamente opaco em suas irradiações laterais. Os vários enunciados que o veiculam na mídia — por exemplo, “Mitterrand é eleito presidente da república” e “A coalizão socialista-comunista se apodera da França” — “remetem (*bedetung*) ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações (*Sinn*)” (PÊCHEUX 1983/2006, p. 20). O fato jornalístico dá prosseguimento às confrontações discursivas; ao mesmo tempo, o enunciado “*On a gagné*” se impõe, dentre outros possíveis, no espaço das ruas, materializando dessa forma “a metáfora popular adequada ao campo político francês” (*ibid*, p. 21) cada vez mais dominado pela performance e pelo espetáculo. “*On a gagné*” soa como manifestação de uma torcida de futebol no espaço do acontecimento político, mostrando como a memória trabalha o acontecimento, transpondo-o ao regime do espetáculo. “*On a gagné* veio sobredeterminar o acontecimento, sublinhando sua equívocidade” (*ibid*, p. 22). Ele desconstrói a univocidade lógica parafrásica, inserindo-se, por sua materialidade léxico-sintática (um pronome indefinido em posição de sujeito, ausência de complementos, função de realização do léxico verbal, etc.) “em uma rede de relações associativas implícitas [...], isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável”. (*ibid* p. 23). Nem o sujeito do enunciado (“quem ganhou?”), nem seu complemento (“ganhou o quê?”) são evidentes e não serão questionados.

Diante disso, duas “tentações” são distinguidas por Pêcheux para “escapar à questão”: negar o *equivoco* do acontecimento, “fazendo-o coincidir completamente com o plano logicamente estabilizado das instituições políticas” (*ibid*, p. 27), ou negar o próprio *acontecimento*, como se nada tivesse acontecido, tomando-o como continuidade que nada muda. A questão que se coloca, e que essas duas alternativas tendem a excluir, é a do “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência lógica estável, susceptíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (*ibid*, p. 28). Duas formas de apresentação do *objeto discursivo* advêm daí: a- o objeto concebido como independente do enunciado que produzimos a seu respeito; b- o objeto cujo modo de existência parece regido pela maneira com que falamos dele (*ibid*).

Essa distinção remete a duas formas de conceber o real. A primeira liga-se aos *espaços discursivos logicamente estabilizados*, refletindo propriedades estruturais independentes de

sua enunciação, sob a falsa aparência de um real natural-sócio-histórico homogêneo, recoberto por proposições lógicas bipolares e coercitivas. Esse espaço coincide com aquele do “sujeito pragmático” contemporâneo, com sua imperiosa necessidade de homogeneidade lógica e de um mundo semanticamente normalizado (*ibid*, p. 33 – 34). Esse sujeito — continuamos seguindo as reflexões de Pêcheux — demanda um *saber* com o qual possa se defender do *real* que o ameaça, do qual emerge o fantasma de uma “ciência régia” capaz de explicitar e unificar a estrutura desse real. Ora, esse lugar de “ciência régia” é justamente aquele que foi atribuído ao Materialismo Histórico por uma geração que incluiu o próprio Pêcheux, o que agora parece se colocar em questão.

A questão é, sobretudo, a de determinar “se as coisas-a-saber saídas do marxismo são, ou não, susceptíveis de se organizar em um espaço científico coerente, integrado em uma montagem sistemática de conceitos [...] do mesmo modo que, por exemplo, a descoberta galileana pode constituir a matriz científica coerente da física, no sentido atual desse termo” (*ibid*, p. 37).

Diante dessa distinção, cabe perguntar, conforme assinala Pêcheux, se há “um impossível específico à história” (*ibid*, p. 38), marcando estruturalmente o que constituiria o *real*, da mesma forma que dizemos “há um real da física”, que delimita um impossível — por exemplo, o fato de que um corpo sempre cai conforme a lei da gravidade — e que torna possível “a montagem de instrumentos suscetíveis de aprisionarem esse real” (*ibid*). Essas formulações de Pêcheux colocam em xeque o real da história, no sentido pretendido por Althusser e pelo próprio Pêcheux em “*Les Vérités de La Palice*”, para quem o advento do marxismo produziria uma descontinuidade na apreensão do real, de forma que o real da história deixaria de ser objeto de interpretações divergentes ou contraditórias para ser constituído em *processo*.

Vamos parar de proteger Marx e de nos proteger nele. Vamos parar de supor que as “coisas-a-saber” que concernem ao real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana [...], isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de novo tipo. (PÊCHEUX 1983/2006, p. 42).

Somos então remetidos a uma segunda forma de conceber o real, uma forma própria às disciplinas da interpretação e mais afastada dos dogmas do Materialismo Histórico, capaz de acolher o *não estabilizado logicamente* sem considerá-lo como um “furo no real” (PÊCHEUX 1983/2006, p. 43). Essa maneira de conceber o real, estranha à univocidade lógica, liga-se a um saber que “não se transmite, não se aprende, não se ensina” (*ibid*, p. 43). Em outros termos, aproximando esta fórmula do real do inconsciente que buscamos discernir, podemos dizer que o “furo no real”, que o positivismo e o marxismo forcluem em nome da “ciência”, é o ponto irradiador de uma *experiência* da qual uma geração procurou acolher os efeitos na estrutura. Ela desenvolveu uma prática de leitura anti-positiva fundada numa descrição dos arranjos textuais que apontavam a presença do *não dito no dito*, tal como Freud havia descoberto com respeito ao inconsciente e para a qual a lingüística saussuriana oferecia os meios de abordagem formal. Essa leitura era colocada a serviço de efeitos subversivos, “engajando a promessa de uma revolução cultural que colocava em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social” (*ibid*, p. 45).

Restituir algo do trabalho específico da letra, do símbolo, do vestígio, era começar a abrir uma falha no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias [...], dos humanismos moralizantes ou religiosos: era colocar em questão essa articulação dual do biológico com o social (excluindo o simbólico e o significante). Era um ataque dando um golpe no narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana [...]

Em uma palavra: a revolução cultural estruturalista não deixou de fazer pesar uma suspeita absolutamente explícita sobre o registro do psicológico (e sobre as psicologias do ‘ego’, da ‘consciência’, do ‘comportamento’ ou do ‘sujeito epistêmico’) [...] (PÊCHEUX 1983/2006, p. 45 - 46).

No entanto, essa pretendida revolução cultural estruturalista acabou desembocando, segundo Pêcheux, em uma nova forma de narcisismo teórico, o “narcisismo da estrutura”. Em outros termos, ela desembocou em uma forma de sobre-interpretação que “faz valer o teórico como uma espécie de meta-língua” e que funciona, a partir de então, como um dispositivo de tradução, transpondo os enunciados empíricos vulgares em enunciados estruturais-conceptuais.

É antes de tudo esta posição de desvio teórico, seus ares de discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, que conferiu às abordagens

estruturais esta aparência de nova “ciência régia”, negando como de hábito sua própria posição interpretativa (PÊCHEUX 1983/2006, p. 47).

Delineia-se, assim, a partir dessa “revisão crítica” pêchetiana, uma reconversão do olhar e da escuta na direção das “circulações cotidianas” e do “ordinário do sentido”.

Eu sublinharia o extremo interesse de uma aproximação, teórica e de procedimentos, entre as “práticas da linguagem ordinária” (na perspectiva anti-positivista que se pode tirar da obra de Wittgenstein) e as práticas de “leitura” de arranjos discursivo-textuais (oriundos de abordagens estruturais) (PÊCHEUX 1983/2006, p. 49).

Trata-se de uma posição de trabalho a ser explicitada. Podemos dizer que aqui se esboça uma maneira de conceber o espaço no qual gravita a análise do discurso da *terceira época*, uma vez liberada do jugo de qualquer “ciência régia” que condiciona essa análise à ilusão de que “sempre se pode saber do que se fala [...] negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece” (*ibid* p. 55). A análise do discurso só pode ser concebida nesse espaço que se movimenta entre a materialidade do discurso e o ordinário do sentido, a descrição e a interpretação, o acontecimento e a estrutura, uma vez afastado o fantasma da articulação que a dominava na *primeira* e *segunda época* da AAD. Denise Maldidier (2003, p. 78) lembra o “estatuto paradoxal” da análise do discurso, “situada por *essência* à margem”, no mesmo momento em que ela ganha algum “direito de cidadania” no terreno universitário ao ser reconhecida como disciplina da lingüística, no início dos anos 80. Paradoxalmente, descreve a figura de Pêcheux como um “solitário”, em meio às batalhas institucionais, “cercado de mil amigos” (*ibid*).

Desde janeiro de 82 a idéia de um colóquio sobre o “ordinário do sentido” que devia levar o nome de “Materialidades discursivas II” esteve no centro dos debates [...] No horizonte do colóquio projetado, a figura de Wittgenstein e a questão da linguagem ordinária, mais amplamente ainda, a “tradição anglo-saxônica” que queríamos confrontar com a “cultura européia”. Um grande projeto! Falamos durante muito tempo dele. O colóquio, previsto inicialmente para a primavera de 1983 nunca se realizou (MALDIDIER 2003, p. 80 – 81).

Essa última formulação pêchetiana não teve tempo de ser desenvolvida. Certamente podemos reconhecer seus traços em muitas das “novas tendências da análise do discursivo”¹⁰⁶ que se seguiram. Mas, de um modo geral, como reconhecem os seus colaboradores mais íntimos, a proposta como um todo se apagou com o desaparecimento do próprio Pêcheux, cuja presença, “sempre lá”, desempenhava a função de um catalisador de idéias, partilhando leituras e fazendo-as circular em notas escritas (MALDIDIER 2003, p.80).

A perspectiva de trabalho postulada por Pêcheux na *terceira época* da AAD pode ser formulada como uma abertura ao acontecimento discursivo, ali onde uma grade de leitura tende a fechá-lo na estrutura de uma série ou a incorporá-lo a um determinado “corpus”, como uma espécie de “transcendental histórico” antecipador do discurso em questão. Pois, se por um lado, todo discurso está inserido nas redes de memória e nos trajetos sociais nos quais ele irrompe, por outro lado,

[...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas fileiras sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo — isto é, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (*ibid*, p. 56).

Reencontramos, aqui, o acontecimento emergente de um ato interpretativo referido a uma “tomada de posição” a ser suportada pelo sujeito. Essa emergência do sujeito não está submetida a nenhum cálculo, mas ligada à dimensão ética da responsabilidade evocada por Pêcheux ao final da retificação *Só há causa do que claudica* como o *primado prático do inconsciente*, segundo o qual é preciso *ousar pensar por si mesmo*.

¹⁰⁶ MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997. O autor evoca aqui o “sucesso da análise do discurso” associada à “escola francesa”. É curioso contrastar esse destino com aquilo que aparentemente fracassa na aventura teórica de Pêcheux e que podemos designar a partir de uma posição sempre ligada àquilo que resiste, do lado do real da língua, à prática escolar da explicação de textos na tradição francesa.

Nosso próximo e último passo, que concerne à questão do *sujeito no discurso* segundo a perspectiva de Lacan no *Seminário, livro 17*, realiza aparentemente um salto que terá que ser justificado de acordo com o nosso objetivo. Mencionamos, em nossa *introdução*, o silêncio de Pêcheux com relação à teoria lacaniana dos discursos. Esse silêncio não deixa de apontar que o “discurso”, como objeto teórico que interessa tanto à análise do discurso quanto à psicanálise, é um objeto equívoco, amplo demais, difícil de contornar. Simplesmente deveríamos renunciar à tarefa de tentar conciliar ou fazer convergir suas diferentes abordagens e perspectivas, deixando claro que sua apreensão em campos disciplinares diferenciados modifica o próprio estatuto do objeto, nada mais restando que sua homonímia. Prolongaríamos assim esse silêncio, fazendo-o perdurar em nome da prudência e da especificidade dos campos disciplinares. A alternativa, para contornar tamanha dificuldade em fazer dialogar as duas perspectivas, seria tomar esse silêncio não como um signo da não-relação entre elas, mas como um sintoma que, para além do simples desconhecimento que poderia justificá-lo, aponta para aquilo que, não podendo ser aproximado sem provocar uma significativa desestabilização, permanece localizado prudentemente à distância.

É essa distância que queremos encurtar, limitando inicialmente nossa abordagem a uma questão específica onde essa aproximação pode ser tentada, embora com reservas, mantendo no foco o ponto enigmático em que a aventura teórica de Pêcheux se silencia, remetendo ao esforço interpretativo de Lacan no *Seminário, livro 17*, sobre a especificidade do “discurso do mestre” na contemporaneidade. Portanto, nos manteremos restritos a dois aspectos: 1- a definição lacaniana do discurso como laço social e a estrutura discursiva do *Discurso do Mestre*, em sua homologia com o discurso do inconsciente; 2- as possíveis transformações na forma de organização do laço social na contemporaneidade, que Lacan localiza no *acontecimento* representado pela ascensão do *objeto a* ao zênite social, e suas repercussões na estrutura. Essa aproximação vale a pena ser tentada, se levamos em consideração o fato de que a reflexão sobre o discurso em Pêcheux também pode ser definida como uma tentativa de localizar o funcionamento do que Lacan chama o *discurso do mestre* e das respostas possíveis do sujeito à interpelação ideológica que funda o laço social.

CAPÍTULO 5

O sujeito no discurso: Lacan, além de Pêcheux

5.1 A estrutura e a rua

O Seminário, livro 17, “O avesso da psicanálise”, é conhecido como aquele em que Lacan elabora sua “teoria dos quatro discursos”. Mas Lacan jamais denominou assim os seus “quadrípedes”, termo com o qual alude a essa peculiar formação de quatro lugares e quatro termos, que giram em uma rotação calculada para gerar quatro discursos, respectivamente, o discurso do mestre, o discurso universitário, o discurso da histérica e o discurso do analista. Foi proferido por Lacan no ano universitário de 1969-70. Coincide, portanto, com o ano de publicação dos livros de Pêcheux, *Análise automática do discurso*, e de Foucault, *A Arqueologia do saber*. Trata-se do décimo sétimo seminário da série que somente será encerrada em 1981, ano de sua morte. A primeira edição em francês data de 1991 (Paris: *Éditions du Seuil*, coleção *Le Champ Freudien*). Assim como os outros seminários publicados até o presente, seu texto foi estabelecido por Jacques-Alain Miller a partir da transcrição do ensino oral de Lacan contido em gravações e estenografias. Sua tradução para o português data de 1992 (Versão brasileira de Ari Roitman). Em nossa exposição, cotejaremos essa edição do *Seminário* com o texto *Radiofonia*, escrito na mesma época do *Seminário, livro 17*, e publicado na coletânea *Autres écrits*¹⁰⁷, onde a escrita algébrica dos discursos é retomada e comentada. Por duas vezes, Lacan lê para o público do seminário partes desse texto que havia escrito para uma entrevista na rádio belga.

O Seminário, livro 17, pode também ser compreendido como um comentário lacaniano do mal-estar contemporâneo. Assim, após a explicitação da escrita dos discursos e das delimitações conceituais feitas no primeiro capítulo (*Produção dos quatro discursos*), a primeira parte do *Seminário*, denominada *Eixos da subversão analítica* (capítulos II a V), analisa a relação entre saber e gozo e introduz a noção de *campo lacaniano* como campo do gozo. Em seguida, a parte dois, *Para além do complexo de Édipo* (capítulos VI a IX), constata a insuficiência atual do discurso do mestre, no qual se apóia o pai edípico freudiano, para

¹⁰⁷LACAN, Jacques. *Autres Écrits*. Paris: Éditions du Seuil, 2001. Trad. Vera Ribeiro. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

regular o gozo. Abre-se, assim, o caminho para a análise da situação do gozo em um mundo habitado pelas produções da ciência, na terceira parte, *O avesso da vida contemporânea* (capítulos X a XIII), na qual se verifica o predomínio do discurso do capitalista que podemos tomar como sendo uma versão modificada do discurso do mestre (embora a sua escrita ainda não apareça como tal neste *Seminário*).

O termo “avesso”, com o qual Lacan compõe o título desse *Seminário*, abre-se a um leque de significações e logo receberá sua justificativa. Em primeiro lugar, esse termo remonta, segundo Lacan (1969-70/1992, p. 10), à expressão dos *Escritos* que designa o seu próprio percurso no campo da psicanálise como uma “retomada do projeto freudiano pelo avesso” (LACAN 1966/1998, p. 72). Em outros termos, é preciso passar ao avesso da própria experiência analítica, na medida em que esta prática é coextensiva ao discurso do inconsciente que ela desvela, destacando assim a satisfação pulsional que é inerente à psicanálise enquanto uma experiência da palavra e a produção incessante do sentido que a acompanha. A prática da palavra cria assim um gozo que a torna sintomática em si mesma. Por isso, é preciso passar ao seu avesso, instaurá-la como uma experiência de *discurso*, isto é, sustentada pelo discurso analítico. E o que funda precisamente esse discurso, como vimos a propósito da sessão analítica, senão a regra da livre associação que dispensa o sujeito de ter que se sustentar como sujeito do enunciado, aquele que pretende coincidir com o que ele mesmo diz, para fazê-lo aparecer em sua determinação pelo objeto do desejo?

Em segundo lugar, é preciso descartar que o termo “deva algo à atualidade, que se julgaria em vias de virar ao avesso um certo número de lugares” (LACAN 1969-70/ 1992, p. 10). Alude-se, aqui, ao barulho das ruas, aos desdobramentos dos *acontecimentos de maio de 68*, ao qual esse *Seminário* permanecerá irremediavelmente ligado como uma resposta e uma interpretação. Nessa segunda acepção, o “avesso” remete à pretensa *revolução* estudantil. Mas, se esses *acontecimentos* atravessam em determinados momentos o ambiente do seminário, a ponto de interromper algumas de suas sessões, o movimento interno do mesmo invoca a estrutura à qual se pode ligar os mesmos acontecimentos, na medida em que, segundo Lacan, os estudantes ignoram o que os determina.

É nesse contexto, conturbado pela contestação estudantil, que se inscrevem as principais linhas de força do *Seminário, livro 17*, no qual Lacan estabelece a sua “teoria dos discursos”. A capa do livro estampa em uma foto o sorriso lacônico e o olhar satírico de

Daniel Cohn-Bendit, uma das lideranças de *maio de 68*, dirigidos a um policial. A posição do *tira* reflete a imobilidade do poder acuado pela contestação da qual ele não consegue conceber as razões. Sua imobilidade, ao longo daqueles dias, mostra que os estudantes tomaram o poder, se não das instituições, ao menos da palavra. Do lado do estudante, nenhuma tensão é percebida diante do aparato repressivo policial. Os estudantes se instalaram no *lugar* onde a palavra se agencia e cujo domínio pelos “poderes constituídos” não se dispunham mais a legitimar. Nas universidades, tomar a palavra implicava então questionar os professores, constringidos a se calarem e a se posicionarem no novo contexto ideológico.

Esse sorriso e esse olhar, em sua dimensão enigmática, perpetuam o que o acontecimento tem de excessivo em relação às interpretações históricas que buscam explicá-lo e que, com frequência, o fetichizam. *Maio de 68* produz uma reviravolta que não é exatamente uma revolução; uma contestação difícil de ser abarcada pelos conteúdos programáticos dos partidos políticos atuantes na época; não se enquadra em um movimento reacionário, mas também não é inteiramente progressista. Suas palavras de ordem não se reduzem facilmente aos discursos estabelecidos, mantendo uma identidade fragmentária, como as frases soltas escritas nos muros parisienses e em seu entorno. Sua forma de organização é espontânea, suas lideranças efêmeras. Ainda assim, celebra um acontecimento e produz efeitos contraditórios que alteram profundamente o cenário social, político e intelectual na França e em outras partes do mundo.

Segundo o balanço do movimento estruturalista de François Dosse (2007, v. 2, p. 153), se existe um “pensamento” a ser atribuído ao movimento de *maio de 68*, este não se encontra verdadeiramente entre os defensores do estruturalismo, mas do lado de seus adversários. Althusser, por exemplo, é fortemente contestado; o que não impede que nomes tão diversos no cenário intelectual francês, como Lacan, Sartre, Lefebvre, Klossowski e Blanchot, assinem em conjunto um manifesto publicado no jornal *Le Monde*, em 10 de maio de 68, às vésperas, portanto, da *noite das barricadas*, em solidariedade aos estudantes que vêm “abalar a chamada sociedade do bem-estar” (*ibid*, p. 148). Segundo Dosse,

é contra a própria orientação do pensamento estruturalista e a predominância por este concedida às determinações de toda espécie que fundamentariam a estabilidade do sistema que se inscreve um movimento de maio que acredita

poder se libertar das estruturas de alienação para realizar o grande salto da liberdade (*ibid*, p. 152).

Mas, se *maio de 68* quer decretar a morte do estruturalismo, suas principais repercussões não fazem mais do que acelerar tendências já presentes em algumas searas desse movimento, como o desejo de dinamizar a estrutura e de aí incluir o sujeito. Em relação às teorias lingüísticas e abordagens discursivas, por exemplo, *maio de 68* abre-se tanto para as teorias da enunciação quanto para as teorias sociolingüísticas. De certa forma, pode-se dizer que o estruturalismo sai fortalecido, uma vez que tem em comum, com *maio de 68*, a luta contra as humanidades clássicas que dominam os feudos universitários.

Três fatos vividos no calor dos acontecimentos ilustram as motivações para o tom notadamente político assumido por este *Seminário* de Lacan. O primeiro deles remonta à conferência *O que é um autor?*, proferida por Michel Foucault em 22 de fevereiro de 1969¹⁰⁸. Ela se insere na problematização estruturalista da noção de sujeito, revigorada pelo movimento de 68, confrontando-a com a idéia de autoria; ao mesmo tempo, realiza o questionamento radical do discurso universitário, tradicionalmente centrado na palavra do autor. Foucault busca ressaltar o desaparecimento do autor, sacrificado pelo texto, em detrimento da fetichização universitária do nome próprio. Lacan está presente a essa conferência e fará a ela uma alusão em seu *Seminário, livro 16*, “*D’um Autre a l’autre*”, na lição do dia 26 de fevereiro de 1969 (LACAN 1968-69/2006, p. 188), realçando a fratura entre discurso e autoria, ponto essencial para fazer avançar a formulação de que “a essência da teoria psicanalítica é um discurso sem palavras” (*ibid*, p. 11). Essa mesma consideração lhe permite assegurar-se da legitimidade da função do *retorno a Freud*, como retomada de um acontecimento fundador para além do nome próprio ao qual ele está associado.

Essa conferência de Foucault também esclarece a função interpretativa que a teoria lacaniana dos discursos desempenha no campo político. Durante os debates, Lacan será interpelado por Lucien Goldmann: “você viu, em 1968, as suas estruturas [...] Era gente que estava nas ruas”. A esta interpelação, que reproduz uma das célebres frases de *maio de 68*, “as estruturas não vão às ruas”, Lacan responde dizendo que, se há algo que os acontecimentos de maio demonstram, é precisamente que as estruturas vão às ruas e, portanto, o realismo das

¹⁰⁸ FOUCAULT, Michel. *Qu’est-ce qu’un auteur?* Reproduzida em: *Littoral*, n. 9, 1983. *Apud* DOSSE, 2007, v. 2, p. 161.

estruturas (*apud* DOSSE 2007, v. I, p. 159). O episódio mostra que o termo “avesso” deve ser tomado em um sentido topológico, comportando a passagem sem corte de um lado a outro de uma superfície, e não no sentido de uma “revolução”, em que um lado se sobrepõe ao outro. Lacan freqüentemente lembra que o sentido astronômico do termo “revolução” descreve o movimento dos planetas em torno do sol como um retorno ao ponto de partida. Esse aspecto nos parece fundamental, pois, se o movimento estudantil de 1968 se inscreve como um *acontecimento* que não pode ser compreendido dentro do quadro referencial da época, especialmente em sua apropriação pelo discurso político de esquerda, é porque ele irrompe no cenário francês como um excesso singular que revela os próprios limites desse referencial.

O segundo fato, ligado ao caráter interpretativo do *Seminário, livro 17*, remonta a um acontecimento institucional. No primeiro semestre de 1969, Lacan é convidado a se retirar da *École Normale Supérieure* por seu Diretor administrativo, sob o argumento, dentre outros, de que seu ensino é anti-universitário, sendo proscrito do lugar ao qual fora conduzido por mediação de Althusser, em 1964, o mesmo Althusser que agora parece conivente com a decisão do Diretor. O seminário de Lacan se desloca, então, no semestre seguinte, para o prédio da Faculdade de Direito. Esse fato institucional, que acabou se transformando também em um acontecimento jornalístico, liga-se à função interpretativa que Lacan atribui ao lugar ao qual se vincula o seminário, contribuindo para a construção do discurso do analista em seu estatuto *jurídico* (LACAN 1969-70/1992, p.15). Trata-se, nesse sentido, de separar formalmente o discurso do analista dos outros discursos, em particular do discurso universitário ao qual Lacan assimila o discurso *filosófico* que dominava a assistência formada pelos alunos da E.N.S.

O terceiro fato liga-se à presença de Lacan no centro experimental universitário de Vincennes, no dia 3 de dezembro de 1969, onde havia sido convidado a proferir uma sessão do seu seminário. Vincennes desempenha, no contexto de *maio de 68*, a função de ser a anti-Sorbonne. Criada em 1968 para responder ao desejo de renovação, Vincennes quer ser moderna e estruturalista, misturando postura científica e engajamento marxista. Do lado da psicanálise, Vincennes representa a entrada oficial e contraditória do lacanismo na universidade, sendo aí instalado um departamento de psicanálise intimamente ligado à Escola Freudiana de Paris. Nessa célebre sessão, reproduzida com o título de *Analyticon* como um anexo do *Seminário, livro 17*, Lacan debate com os estudantes em um clima de espetáculo e mútua provocação, o que irá incluir a cena de um contestador subindo ao tablado e tirando a

roupa, incentivado por Lacan a prosseguir. Lacan vem falar do discurso da universidade, que ele está no momento de formalizar. Aponta para a desilusão no horizonte da contestação; é interrompido, sob o argumento de que não se entende nada e de que o psicanalista é uma espécie de *tira*; exige-se de Lacan a crítica e a autocrítica da psicanálise. Lacan responde que não é um contestador, operando com a estrutura, escrevendo seu esquema dos discursos no quadro, localizando ali o estudante: “você são o produto da universidade, e comprovam que a mais-valia são vocês [...]” (LACAN 1969-70/1992, p. 191). O mal entendido triunfa. Impedido de falar pela contestação, e após referir-se ao reinado do discurso da universidade na URSS, Lacan acrescenta: [...] “a aspiração revolucionária só tem uma chance, a de culminar, sempre, no discurso do mestre. Isto é o que a experiência provou. É ao que vocês aspiram como revolucionários, a um mestre. Vocês o terão” (*ibid*, p. 196). Lacan conclui sua intervenção sugerindo que, para se situarem em relação àquilo contra o que se revoltam, restaria a chance de passar ao avesso do discurso do mestre, para aceder ao que o discurso do analista permite isolar: a função de hilotas que os estudantes desempenham para o regime na medida em que ele diz: “vejam como gozam” (*ibid*, p. 197).

Esses três pequenos incidentes são indicativos do que se revira e do lugar que Lacan concede à psicanálise na contemporaneidade política. Os acontecimentos demonstram que a estrutura não é abstrata, mas está encarnada, ativando os afetos, e que é a fantasia o que sustenta e enquadra tudo o que podemos almejar com o termo “realidade”. É essa estrutura social da fantasia que Freud havia exposto em relação ao comportamento das *massas*, em 1921¹⁰⁹. Freud demonstra, neste texto, que a *Masse* encarna uma fantasia social a partir do laço libidinal que ela estabelece com o líder (*Leader*), alçado ao lugar do Ideal do Eu, e da segregação que expulsa desse ideal o *objeto patológico*. Tal análise complexifica o lugar do sujeito no discurso. O sujeito se reacende nos sulcos que o discurso produz ao dominá-lo, graças à moeda de troca da fantasia, demonstrando que sua alienação no discurso, conforme mostrado por Lacan no *Seminário, livro 17*, não se faz sem a recuperação do *mais-de-gozar*.

Por outro lado, se trabalhamos com a hipótese de que todo acontecimento teórico é também político, a evacuação do seminário de Lacan do lugar onde ele havia se instalado sob a proteção de Althusser não terá sido um mero acaso. Ela demarca a linha de fronteira e o ponto de separação entre o discurso analítico e o discurso filosófico no qual se insere o

¹⁰⁹ FREUD, S. *Psicologia de grupo e análise do eu*. Obras completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969, v. XVIII.

projeto de Althusser. Por extensão, a linha de impasse e de divisão na qual se encontra o próprio Pêcheux. Nesse contexto, é o estatuto do saber que será interrogado por Lacan em sua relação com o gozo que a universidade parece proscrever de suas fileiras isentando-se do lado da ciência. A interpretação de Lacan, no final do embate com os estudantes reproduzida em *Analyticon* — “vejam como gozam!” —, localiza os estudantes como objeto de um olhar que eles mesmos desconhecem e que os surpreende pelas costas. Tal interpretação, que percorre todo o *Seminário, livro 17*, pode ser estendida, como faz Lacan explicitamente, para interrogar o insucesso da revolução marxista e as razões de seu desconhecimento por aqueles que falam em nome da revolução. Tomaremos apoio nessa crítica para, de nossa parte, interrogar os impasses de Pêcheux diante da porta que ele mesmo abre do lado da psicanálise, mas cujo umbral ele hesita em atravessar. Esses impasses podem ser localizados, a partir da interpretação de Lacan, do lado da asserção “tudo é ideológico” que sustenta a fantasia própria do discurso político de esquerda.

É na medida em que a Psicanálise não promove nenhum saber que possa suprir a *não relação sexual*, que ela não promete nenhuma solução para suprir o que falha do lado do discurso político.

Não esperem portanto de meu discurso nada de mais subversivo do que não pretender a solução [...]

No entanto, é claro que nada é mais candente do que aquilo que, do discurso, faz referência ao gozo.

O discurso toca nisso sem cessar, posto que é dali que ele se origina. E o agita de novo desde que tenta retornar a essa origem. É nisso que ele contesta todo apaziguamento.

Freud, é preciso dizer, sustenta um discurso estranho, o mais contrário à coerência, à consistência de um discurso. O sujeito do discurso não se sabe como sujeito que sustenta o discurso. Que ele não saiba o que diz, ainda passa, sempre se o supriu. Mas o que diz Freud é que ele não sabe quem o diz.

O saber [...] é coisa que se diz, que é dita. Pois bem, o saber fala por conta própria — eis o inconsciente (LACAN 1969-70/1992, p. 66).

A psicanálise introduz na política a consideração do gozo no discurso, na medida em que reconhece que “não há discurso que não seja do gozo” (*ibid*, p. 74). Ela torna possível desdobrar o que se encontra velado e comprimido no discurso do mestre, aqui entendido como

o discurso que estrutura o laço social. Para Lacan, “a referência de um discurso é aquilo que ele confessa querer dominar” (*ibid*, p. 65), ou seja, o gozo. É importante sublinhar que, para Lacan, a *referência* do discurso não equivale ao *sentido* discursivo. Ou seja — apoiando-nos na distinção fregeana, já trabalhada por nós, entre *Sinn* e *Bedeutung*, à qual Lacan se mostra sempre atento —, a referência do discurso não é aquilo que o discurso *quer dizer*, o não dito inconsciente ou ideológico, mas o que se produz como um efeito suplementar a este engendramento de sentido, que ele designa com o termo “*mais-de-gozar*”.

A partir desse momento, que podemos datar do *Seminário, livro 17*, o Discurso torna-se um conceito lacaniano, distinguindo-se do uso que Lacan faz do termo “discurso”, tomado em geral como sinônimo de *fala*, uso que abrange igualmente as formações do inconsciente, conforme vemos na bem conhecida expressão — “o lapso é um discurso bem sucedido”. O discurso, como sinônimo de *fala (parole)*, é muito distinto do *discurso sem palavras*, ao qual se refere o conceito de Discurso, a ser tomado no âmbito de uma escrita concernida por relações estruturais. O Discurso, para Lacan, é o que resulta de um aparelhamento entre linguagem e gozo no fundamento de todo laço social. Nessa acepção, a definição de Discurso, para Lacan, é *o que faz laço social*. Portanto, para passarmos da estrutura da linguagem à estrutura dos discursos, se requer o passo intermediário de delimitar conceitualmente o campo do gozo. É essa delimitação que nos permitirá passar de um sujeito *da* fala, localizável no plano da comunicação, ao sujeito *no* discurso, localizado na estrutura e implicado pelo gozo.

Como mostramos, a *sessão analítica* é o artifício que permite dispor o inconsciente na superfície do discurso. “O inconsciente está estruturado como uma linguagem, mas é na análise que se ordena em discurso” (LACAN 1970-71)¹¹⁰. Resta saber em que medida a análise lacaniana do discurso do mestre, ao mostrar os enlaçamentos do *sujeito no discurso*, pode dialogar com a perspectiva da análise do discurso na qual se insere a aventura teórica de Pêcheux. É o que pretendemos desenvolver a seguir.

Não seguiremos passo a passo o texto do *Seminário “O avesso da psicanálise”*, restringindo nossa leitura aos pontos que mais interessam a um contraponto com Pêcheux. Abordaremos, inicialmente, a escrita do *discurso do mestre* e a questão do sujeito aí concernido, discutindo os principais aspectos de sua conceituação e formalização, recorrendo

¹¹⁰ Seminário XVIII, “*D’un discours qui ne serait pas du semblant*”. Lição do dia 10 de março de 1971. Inédito.

à sua definição como *laço social* e apontando os giros discursivos que podemos depreender a partir dessa estrutura fundamental. Em seguida, buscaremos trabalhar esses elementos referindo-os ao que Lacan denomina de *civilização do objeto a*, versão contemporânea do discurso do mestre, buscando elementos para uma abordagem do sujeito no discurso que esclareça, ao menos um pouco mais, alguns impasses teóricos de Pêcheux. Finalmente, abordaremos a homologia evocada por Lacan entre o discurso do mestre e o discurso do inconsciente, articulando e tensionando essa aproximação com a noção de real do inconsciente em Lacan e Pêcheux.

A teoria dos discursos de Lacan é, sem dúvidas, um operador clínico essencial; ela descreve a própria operação analítica como passagem ao avesso do discurso do mestre, obtida graças à “histerização” do discurso. O ponto que nos interessa, no entanto, não se limita a esse uso restrito ao qual nos acostumamos ao fazer menção à “sessão analítica” como operador discursivo. Somos assim remetidos à célebre formulação freudiana que abre o texto *Psicologia das massas e análise do eu*, no qual se estabelece a primazia da psicologia de grupo em relação à psicologia do indivíduo. Nesse texto, Freud lembra que o Outro está desde sempre presente como figura primordial, “[...] como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual [...] é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (FREUD 1921/1969, p. 91).

5.2 Um discurso sem palavras

O capítulo inicial do *Seminário, livro 17*, ocupa-se da produção dos quatro discursos. É ao discurso entendido como *forma fundamental* que devemos remeter, em última instância, o sentido da expressão “o avesso da psicanálise”. O movimento desse primeiro capítulo gira em torno da explicitação dessa *forma fundamental*, que “ultrapassa em muito a palavra”, verdadeira matriz discursiva à qual se aplica a própria experiência psicanalítica e à qual Lacan se refere com a expressão “um discurso sem palavras”

É que sem palavras, na verdade, ele pode muito bem subsistir. Subsiste em certas relações fundamentais. Estas, literalmente, não poderiam se manter sem a linguagem. Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe que as enunciações efetivas.

Não há necessidade destas para que nossa conduta, nossos atos, eventualmente, se inscrevam no âmbito de certos enunciados primordiais (LACAN 1969-70/ 1992, p. 11).

Portanto, para Lacan, o discurso é um *enunciado primordial* que não dependeria de nenhuma enunciação efetiva. Trata-se, na verdade, de uma estrutura a ser suportada por uma notação algébrica. A convergência lacaniana entre estrutura e discurso pode parecer paradoxal, se lembrarmos que a *análise do discurso* nasce do desejo de tomar a língua na efetividade de seus usos e não apenas como estrutura. Ela nos leva a pensar, além disso, na concepção de uma realidade fundadora, na qual tudo que é da ordem do sentido viria se alojar. Ora, o paradoxo se resolve, segundo Lacan, pela consideração de que a estrutura do discurso é um *efeito de linguagem*, isto é, um efeito da tentativa de domínio do gozo pela linguagem. Nessa concepção, a estrutura do discurso é uma decorrência do uso da linguagem e não o seu pressuposto. Esta estrutura comporta uma disjunção, na medida em que reencontra sempre a barreira do gozo e o fracasso em dominá-lo, implicando em uma defasagem entre o que ele visa a dominar e o que ele efetivamente domina.

É preciso salientar que a escrita dos discursos, tal como será desenvolvida neste *Seminário*, representa o ponto culminante e a síntese de uma elaboração que congrega o essencial da doutrina lacaniana do significante, desenvolvida entre 1953 e 1963 sob o signo do “retorno a Freud” e da lingüística estrutural, e da doutrina do *objeto a*, que Lacan define como sua contribuição original à psicanálise, desenvolvida a partir de 1963. No *Seminário*, *livro 10*, “A Angústia” (1963-64), o *objeto a* havia sido trabalhado por Lacan como uma espécie de peça destacada do corpo, correlativamente à perda de gozo que nele se verifica por sua entrada na linguagem. O gozo se separa do corpo ao ser marcado pelo significante; e, a partir da incidência do significante, ele se desloca para o lugar do Outro, compondo assim o que Freud designa como a *Outra cena*, a cena fantasmática. No *Seminário*, *livro 11*, “Os Quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964), o estatuto conceitual do *objeto a* será então retomado para distinguir, no processo de alienação do sujeito à cadeia significante, a sua afânise, pela extração da fantasia. O sujeito se divide, assim, entre *pensamento* e *ser*, de forma que, “se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como *afânise*” (LACAN 1964/1985, p. 199).

No *Seminário, livro 17*, o *objeto a* será tratado a partir da noção de *mais-de-gozar*. O discurso é aquilo que permite ao sujeito responder ao imperativo de gozo por meio do laço social, aderindo ao mestre como agente por meio do qual se opera e se ordena a sua renúncia. Com a noção de *mais-de-gozar* “o gozo entra na ronda estrutural”, como explicita Miller (2007, p. 37) em seu comentário do *Seminário, livro 16*, “*D’un Autre a l’autre*”. Esse *Seminário*, proferido por Lacan em 1968-69, é como o *atelier* do *Seminário* seguinte, “O Averso da Psicanálise”. Nele, Lacan desenvolve a idéia de que é o *mais-de-gozar* que dá *forma* ao gozo, tornando-o assim apreensível na estrutura, uma vez que o gozo é, a princípio, “uma espécie de fundo informe” (MILLER 2007, p. 36).

O gozo, esse absoluto primordial que se opõe à relatividade do significante, se elementariza a partir do *mais-de-gozar*, tornando-se cifrável. É o que a fórmula da fantasia permite apreender. É ela que dá ao sujeito sua pretendida unidade, em sua pretensa suficiência, uma vez que a fórmula segundo a qual “um sujeito é o que pode ser representado por um significante para um outro significante” (LACAN 1968-69/2006, p. 21) o deixa na indeterminação. Como é possível então, pergunta Lacan, que esse sujeito, que desaparece ao surgir, “produzido por um significante para logo desaparecer em um outro”, pode ser tomado ao final por uma *Selbstbewußtsein*, ou seja, como consciência de si e “idêntico a si mesmo”?

Longe de ser suficiente, é em torno da fórmula ($\$ \diamond a$), em torno do ser do *a*, do *mais-de-gozar*, que se constitui a relação que, até um certo ponto, nos permite ver se realizar esta soldadura, esta precipitação, esse gel, que faz com que possamos unificar um sujeito como sujeito de todo um discurso (*ibid*, p. 22).

Lacan trabalha através de uma fórmula pouco usual, mas que ele utiliza em seu “atelier”, a relação lógica que será então desenvolvida, no ano seguinte, como o matema do discurso:

$$\begin{array}{c} \underline{\$} \quad \underline{\$ \diamond (\$ \diamond (\$ \diamond a))} \\ a \quad \quad \quad a \end{array}$$

A reiteração do significante que representa o sujeito, S barrado, por relação a ele mesmo, é correlativa do *a* aqui colocado sob a barra. Inversamente, a relação do sujeito e do objeto toma desse fato consistência em ($\$ \diamond a$), onde

se produz alguma coisa que não é nem sujeito nem objeto, mas que se chama fantasma. Desde então, os outros significantes, se encadeando, se articulando, e ao mesmo tempo se congelando no efeito de significação, podem introduzir esse efeito de metonímia que solda o sujeito (*ibid*, p. 23).

Eis o que designa a homologia entre o *mais-de-gozar* e a *mais-valia* marxista, tão ressaltada por Lacan ao longo dos *Seminários, livro 16 e livro 17*. O *mais-de-gozar* é a forma significantizável do gozo, que se torna assim homogêneo ao significante. Levando em conta o que Freud designa com o termo “realidade psíquica”, o *mais-de-gozar* é o que resulta da captura do gozo na rede significante mediante a extração da fantasia, sendo portanto um subproduto da entrada do sujeito na rede simbólica à qual podemos referir o *princípio de realidade*. “Essa função aparece pelo fato do discurso. Ela demonstra na renúncia ao gozo um efeito do discurso em si mesmo” (LACAN 1968-69/2006, p. 17)¹¹¹. Para Lacan, Marx se comporta como um “estruturalista” ao mostrar que é da concepção da organização social do trabalho que se pode extrair o gozo como unidade contábil. A *mais-valia*, assim como o *mais-de-gozar*, é portanto deduzida logicamente como um efeito produzido pelo *discurso*, mostrando que o campo do discurso é também um mercado de gozo, a ser entendido no sentido econômico freudiano. Por isso, Lacan não pode deixar de homenagear Althusser, quem teria dado conta, em sua releitura de *O Capital*, desse “estruturalismo” de Marx (*ibid*, p. 17), mesmo que Althusser não se sinta, ele mesmo, muito à vontade entre os estruturalistas (*ibid*, p. 29).

. De acordo com Lacan, a descoberta da *mais-valia* teve como condição a “absolutização do mercado”, na medida em que essa absolutização acabou por englobar o próprio trabalho como uma mercadoria (*ibid*, p. 37). Marx deduz assim a *mais-valia* do funcionamento do mercado: com o advento do capitalismo, o trabalho torna-se uma mercadoria, entrando no circuito da troca; mas, ao vender livremente sua força de trabalho no mercado de acordo com o seu valor de troca, o proletário se vê desprovido do seu valor de uso, do qual o capitalista lança mão para extrair daí a *mais-valia*. Há homologia, portanto, entre o funcionamento do discurso e o funcionamento do mercado. Ela se deduz da defasagem entre o valor de uso e o valor de troca, entre o que o trabalhador consente em vender como força de trabalho e aquilo que é apropriado pelo capitalista, do outro lado da equação, como o

¹¹¹ “Cette fonction apparaît par le fait du discours. Elle démontre dans la renonciation à la jouissance un effet du discours lui-même”

trabalho efetivamente realizado. A partir dessa defasagem, e levando em conta a homologia sugerida por Lacan entre discurso e mercado, podemos compreender a mais-valia como um produto discursivo do capitalismo.

Isso não está calcado sobre o fato de que, nisso que Marx decifra, a saber, a realidade econômica, o sujeito do valor de troca é representado segundo o valor de uso? É nesta falha que se produz e que cai isso que se chama a mais-valia. Nada conta mais no nosso nível que esta perda. Doravante não idêntico a si mesmo, o sujeito não goza mais. Alguma coisa está perdida que se chama mais-de-gozar. Ela é estritamente correlativa à entrada em jogo do que desde então determina tudo o que é do pensamento (*ibid*, p. 21).

Em outros termos, é na medida em que o gozo não é jamais reintegrado na estrutura, para o ser falante, que ele é recuperado ao ser cifrado como uma perda, abrindo-se as vias de recuperação do *mais-de-gozar*. Logicamente, portanto, o *objeto a* é o que se produz como perda a partir da operação significativa ($S1 \rightarrow S2$).

O mais-de-gozar é função da renúncia ao gozo sob o efeito do discurso. É isso que dá seu lugar ao *objeto a*. Na medida em que o mercado define como mercadoria qualquer objeto que seja do trabalho humano, esse objeto porta em si mesmo alguma coisa da mais-valia.

Assim, o mais-de-gozar é o que permite isolar a função do *objeto a* (LACAN, 1968-69/2006, p. 19)¹¹².

A expressão *mais-de-gozar* designa, dessa maneira, a produção dessa perda na medida em que o gozo passa para o inconsciente. Por homologia, é a possibilidade de contabilização dessa perda como mais-valia que abre a perspectiva de sua recuperação parcial pelo sistema, mediante a qual se abre uma brecha na renúncia interposta ao gozo que fundamenta o laço social na ótica do discurso do mestre. É nesse sentido que o *discurso* cumpre uma função econômica. É o campo do gozo que se encontra, portanto, delineado por Marx com o conceito

¹¹² Le plus-de-jouir est fonction de la renonciation à la jouissance sous l'effet du discours. C'est ce qui donne sa place à l'objet *a*. Pour autant que le marché définit comme merchandise quelque objet que ce soit du travail humain, cet objet porte en lui-même quelque chose de la plus-value. Ainsi le plus-de-jouir est-il ce qui permet d'isoler la fonction de l'objet *a*.

de mais valia. Ele desvela, assim, o mal estar inerente à forma de produção capitalista, deixando exposto, como mostram Lacan e Althusser, o sintoma da civilização. Este sintoma tem um nome: é o proletariado.

Para Lacan, foi Marx quem primeiro desvelou essa dimensão sintomática no campo da filosofia, “que se articula por representar o retorno da verdade como tal na falha de um saber” (LACAN 1966/1998, p. 234), na medida em que ela vem “perturbar a boa ordem” (*ibid*, p. 235). Marx antecipa, neste sentido, a descoberta freudiana. No entanto, a “cura” do sintoma não se dá da mesma forma para Marx e para Lacan. Conforme se exprime Bruno, “lá onde o primeiro pontua a verdade como o avesso da ideologia e sua garantia em referência a um saber científico” (BRUNO 1993, p. 37), Lacan considera haver sempre defasagem entre saber e verdade, na medida em que o sintoma concerne a um *real*, a uma forma de gozo irredutível à interpretação pela via do sentido. Isso equivale a dizer, contra Marx, para quem o proletariado é o depositário de um sentido do real (*ibid*, p. 37), que não há o *real da história*, ou seja, um real que pudesse ser absorvido e resolvido pelo saber da ciência.

Devemos, portanto, ler a estrutura discursiva que Lacan nomeia como “discurso do mestre” levando em conta esta homologia fundamental entre mais-valia e *mais-de-gozar*. Se o discurso do mestre é um “enunciado primordial” não é porque ele designa uma estrutura transcendental, mas o que se inscreve fundamentalmente na história como sendo a própria estrutura da exploração capitalista. “A história tal como ela é incluída no materialismo histórico me parece estritamente conforme às exigências estruturais” (LACAN 1968-69/2006, p. 37)¹¹³. É sob esse terreno, igualmente, que nos sentimos autorizados a pensar a relação entre os empreendimentos de Pêcheux e Lacan.

Voltemos então a este “enunciado primordial” tal como ele é desenvolvido no *Seminário, livro 17*. A estrutura do discurso não é uma forma rígida, consistente, mas uma escrita maleável e inconsistente, aberta às contingências da história e, em um certo sentido, historicamente datável. Podemos nos referir a determinadas sucessões entre os discursos, demonstrar alguns efeitos de corte entre eles, embora não de uma forma linear ou regular. Há, por exemplo, sucessão entre o discurso do mestre antigo e o discurso da universidade, que caracteriza o mestre moderno; ou entre o discurso do mestre e o discurso da histórica, que o

¹¹³ “L’histoire telle qu’elle est incluse dans le matérialisme historique me paraît strictement conforme aux exigences structurales”.

sintomatiza; ou ainda entre o discurso da histérica e o discurso do analista, que o interpreta. Nessa tessitura, o discurso do mestre é a matriz lógica sobre a qual vêm se assentar os outros discursos; é o eixo em torno do qual se estruturam os laços sociais e do qual depende o giro dos discursos. Entre o discurso do mestre e o discurso do analista, por sua vez, podemos estabelecer uma relação topológica tomando-os pelo avesso um do outro. Por fim, o fato de haver sucessão e corte em nada desmente sua coexistência na sincronia, como formas distintas de se conceber as práticas discursivas e de aparelhar linguagem e gozo.

Do ponto de vista das relações estruturais, é o discurso do analista que permite fechar os giros discursivos, esclarecendo, *a posteriori*, todos os outros. Essa posição privilegiada assumida pelo discurso do analista é uma decorrência de sua posição interpretativa, pois é esse discurso que isola a trama entre os outros três, ao trazer ao primeiro plano o *objeto a* como o elemento que estava velado antes, posicionando-o no lugar do *agente* na sua estrutura discursiva. Esse desvelamento do *objeto a* constitui, a nosso ver, a contribuição essencial da psicanálise a uma teoria dos discursos. Mas,

[...] que o discurso analítico feche o movimento em quarto de círculo no qual os outros três discursos se estruturam não quer dizer que os resolva e permita passar ao avesso. Isso não resolve nada. [...] O avesso não explica nenhum direito. Trata-se de uma relação de trama, de texto — de tecido, se quiserem. Só que esse tecido tem um relevo, ele pega alguma coisa. Claro, não tudo, pois a linguagem mostra precisamente o limite dessa palavra que só tem existência de linguagem. Mostra que, mesmo no mundo do discurso, nada é tudo, como digo — ou melhor, o tudo como tal se refuta, e mesmo se baseia, em ter que ser reduzido em seu emprego (LACAN 1969-70/1992, p. 51).

O que define o discurso como uma *estrutura*, segundo Lacan, é a impossibilidade lógica de, definidos os termos, os lugares e a forma de alternância entre eles, obter-se mais de quatro variações discursivas. Contudo, levando em consideração que “o discurso não pega tudo”, é preciso investigar as novas formas de acomodação estrutural entre linguagem e gozo. Isso inclui as respostas contemporâneas aos efeitos do discurso de Freud, assim como de Marx, de maneira a poder elucidar como as estruturas se comportam em relação ao que aí se desvela, considerando ao mesmo tempo sua sensibilidade aos efeitos de verdade e os limites impostos pela sua *escrituração*. Nosso ponto de partida, portanto, deve privilegiar a forma

fundamental com a qual Lacan especifica o discurso do mestre, do qual os outros três são uma decorrência e com o qual guardam certa homologia formal, para poder, em seguida, situar o sujeito na estrutura discursiva.

Podemos estabelecer essa forma fundamental seguindo os passos de sua escrita. Lacan parte da *exterioridade do significante S1*, na medida em que ele *intervém* numa bateria significante, designada por *S2*, “que não temos direito algum, jamais, de considerar dispersa, de considerar que já não integra a rede do que se chama um saber” (*ibid*, p. 11):

$$S1 \rightarrow S2$$

Temos aqui representada a articulação mínima do que podemos chamar a cadeia significante. Esse *matema* (escrita algébrica que fixa, para Lacan, o campo teórico da Psicanálise) designa a intervenção, portanto, de um significante (*S1* ou *significante mestre*), no campo já estruturado pelo *saber* (*S2*). É esta intervenção que podemos designar pela seta (\rightarrow). Ela é inseparável do *sujeito* (\$) que lhe é suposto (*upokeimenon*), na medida em que *um significante é o que representa o sujeito para um outro significante*.

$$\underline{S1} \rightarrow \underline{S2}$$

$$\$$$

O *sujeito*, segundo a fórmula lacaniana, acede ao discurso mediante esse *traço específico*. O *sujeito*, conceito lacaniano, só tem existência *no* discurso, distinguindo-se assim do *indivíduo*. Sua “entrada” no discurso se estabelece no momento em que *S1* vem representar alguma coisa, por sua intervenção, no campo já estruturado de um saber (*ibid*, p. 11). Esse quadro se completa com a escrita do *objeto a*, que se depreende, ao mesmo tempo, como um produto deste trajeto e como uma perda, cuja emergência, no discurso do mestre, se dá sob a forma do *mais-de-gozar*:

$$\underline{S1} \rightarrow \underline{S2}$$

$$\$ // a$$

Eis a estrutura do que Lacan designa como “Discurso do Mestre”. O discurso do mestre instaura a *lei* no lugar dominante. É por seu intermédio que o sujeito acede ao primeiro plano, onde se encontra a cadeia significante. O S1 é o representante do sujeito para o S2, pois o sujeito não pode ser, ele mesmo, representado na linguagem, a não ser por essa estrutura da cadeia significante que o *representa para*. Sua contrapartida é a dimensão inconsciente da fantasia. Essa particularidade da fantasia, que condiciona o acesso do sujeito ao laço social, demonstra a homologia da realidade psíquica com a realidade social. Nela encontramos a extensão social da realidade psíquica da fantasia. O discurso do mestre é aquele que se destina a fazer funcionar o laço social a partir da lei, imputando o trabalho ao *outro*. É o discurso enquanto que pretende um *governo* dos homens e sua unificação, estando pois centrado sobre o *nome-do-pai* e sua operação metafórica. Em outros termos, o mestre coloca o *saber* a trabalho no lugar do outro, de forma a barrar o gozo absoluto, retirando daí a cota que precisa para atender às necessidades da vida. O que se produz, no entanto, para além da satisfação das necessidades, é o *mais-de-gozar*, que não estava previsto nesse funcionamento. O saber advém, portanto, como um meio de gozo, para além da satisfação das necessidades. O *mais-de gozar* é, assim, o excedente produzido pela operação de domínio sobre o gozo a partir do trabalho do *outro* e, portanto, ele é um efeito da estrutura. A defasagem se mostra, originalmente, do lado do mestre e não do escravo, que produz o *mais-de-gozar* por meio do saber. O mestre se vê, assim, privado do *mais-de-gozar*, o que será, na seqüência, objeto de uma reapropriação. De início, o mestre é, portanto, o grande ludibriado da História.

Para se gerar os outros três discursos, a partir desta matriz original, “só temos que conhecer a maneira pela qual isso opera [...] dando a todo sistema um quarto de giro” (*ibid*, p. 12). A escrita dos quatro discursos obedece, pois, a uma regra de rotação, na qual os quatro termos se alternam nos quatro lugares, sem que a ordem dos termos possa variar. Trata-se de uma restrição estrutural. Na medida em que há quatro lugares, o giro dos termos só pode gerar quatro discursos. Obedecendo, portanto, a esse princípio ordenador, passamos do discurso do mestre ao discurso da universidade, operação pela qual o saber é traficada na história à posição de *agente*, e do discurso do mestre ao discurso da histérica, que o questiona. O discurso do analista é obtido passando-se pelo discurso da histérica, obtendo-se assim o *avesso* (*envers*) do discurso do mestre. Os lugares são:

agente → *outro*
verdade // *produção*

Considerando que, de acordo com a concepção estrutural, um termo só se define pelo lugar que ocupa na estrutura, não tendo uma essência própria, obtemos o matema dos outros três discursos.

Discurso da histérica: $\underline{\$} \rightarrow \underline{S1}$
 $a // S2$

No discurso da histérica, a lei é interrogada pelo sintoma, $\$$. “É em torno do sintoma que se situa e se ordena tudo o que é do discurso da histérica” (*ibid*, p. 41). Lacan aponta a proximidade desse discurso com o que se observa nas ruas, em meio aos acontecimentos de *maio de 68*, assinalando a sua função de contestação e de revolta. Mas, por estrutura, a histérica visa ao mestre, colocando-o a trabalho para dele extrair um saber sobre o *saber-fazer* (*savoir-faire*) do escravo. O saber, portanto, torna-se aqui uma produção do mestre interrogado pela histérica a partir da verdade que ela re-apresenta para o mestre com o seu sintoma, sua *falta-a-gozar*, apontando, com o seu sintoma, para o objeto rechaçado pelo discurso do mestre. O *mais-de-gozar* se mostra aqui em disjunção com o saber produzido; ele é o dejetado espoliado desse saber e, como tal, permanece ignorado mas atuante como causa velada desse discurso sintomático na forma do *desejo insatisfeito*. O discurso da histérica se distingue, assim, por trazer ao primeiro plano o mestre castrado, identificando-se a esse lugar e deslocando o S1 para o lugar do *outro*. A *falha* do mestre é aqui denunciada em seu princípio ordenador. Neste sentido, o discurso da histérica está apto a encarnar, com o seu sintoma, o excedente da operação do mestre. Seguindo analogicamente essa leitura, sua estrutura revela o que excede, do lado da mulher, a lógica fálica do homem, presentificando o desejo insatisfeito e a impotência do homem em satisfazê-lo.

Discurso da universidade: $\underline{S2} \rightarrow \underline{a}$
 $S1 // \$$

O discurso da universidade pode ser lido, em certo sentido, como resultado da interrogação sintomática do mestre pela histérica. Observamos a inversão pela qual o S1, o significante mestre, advém no lugar da verdade desse discurso em que se fala em nome do mestre e do autor para sustentar um saber deslocado para a posição dominante. Trata-se de um saber de

senhor, traficado do escravo, e que abre as portas para a detenção dos meios de gozo; de um saber que se constrói sobre o imperativo do mestre e que se enuncia como um saber estabelecido que obtura a falha denunciada pela histórica. A castração aparece aqui suturada pelo saber, de forma que S1 possa advir no lugar que \$ ocupa no discurso do mestre. Por sua estrutura, esse discurso pode ser aproximado do discurso da ciência em sua apropriação pelo mestre. De fato, podemos constatar a eficácia atual do *saber* em ocupar o lugar de agente do discurso, a partir do qual se pretende falar *em nome* da verdade: “A ciência diz que...”; “segundo a última descoberta da ciência...”. No lugar do *outro* encontramos o *objeto a*, ao qual o saber o reduz. O governo do mestre, que se transmuta aqui em um saber de senhor, em lugar de impor sua ordem, apela à razão suprema da ciência ou da opinião. O *objeto a* no lugar do *outro* é o retrato de uma civilização conformista a uma ordem de mestre sob a aparência do *saber*. Por deter os meios de gozo, ou seja, o *saber* (S2), o discurso da universidade visa a produzir o sujeito a partir de sua posição de objeto, isto é, identificando o *outro* a quem ele se dirige a uma unidade de *valor*. O que alimenta este circuito discursivo, que podemos aproximar da intenção de *educar* e de querer ser o Outro para alguém, é a disjunção entre o sujeito que esse discurso pretende produzir e o imperativo velado que ordena sua produção pelo saber. O imperativo é o que esse saber representa para o outro, tomado como seu *objeto*, do qual se deduz o sujeito sintomático em sua inabilidade a gozar conforme esse imperativo. Essa impotência revela a dupla face da alienação: em relação ao saber, sempre referido à palavra do mestre, e em relação ao significante mestre, como marca da singularidade do sujeito, que se vê assim alienado a um S1 universal sob a forma da exterioridade do saber.

Discurso do analista: **a** → **\$**
 S2 // S1

O discurso do analista fecha o circuito dos discursos. É o avesso do discurso do mestre. No entanto, só acedemos ao discurso do analista passando pelo discurso da histórica. Em outros termos, o discurso do analista é uma operação sobre o discurso da histórica a partir da qual se passa ao avesso do discurso do mestre. Para tal, é preciso que o analista ocupe o lugar dominante como *objeto a* e não como saber. “O próprio analista tem que representar aqui, de algum modo, o efeito de rechaço do discurso, ou seja, o *objeto a*” (*ibid*, p. 41). Trata-se do *objeto a* como causa do desejo que interpela o outro como sujeito (\$), dirigindo-se ao seu sintoma. O resultado da operação é S1, ou seja, os significantes mestres com os quais o sujeito

se identificou em sua assunção à ordem simbólica instituída pelo discurso do mestre. O S1, no lugar da produção no discurso do analista, é o que se extrai como marca identificatória do lado do analisante. No entanto, encontramos aqui a impossibilidade freudiana do *Analysieren*, uma vez que essa produção em queda não chega a edificar um saber. Esse saber em lugar da verdade, com o qual o analista sustenta sua operação discursiva como uma subtração de S1, não é um saber ligado a cadeia significante, mas ao objeto causa do desejo. Ele supõe, portanto, a incompatibilidade entre saber e verdade, na medida em que a verdade só pode ser *mi-dit*, dita pelas metades, sem o suporte da cadeia significante que leva de S1 a S2, e que aqui se revela disjunta (S1 // S2). A verdade é, nesse sentido, exterior a toda proposição.

Todo discurso procede assim de uma impossibilidade que lhe é própria: eis, para Lacan, o que estrutura o *discurso*. A própria trama dos discursos, o giro de um a outro, pressupõe essa impossibilidade radical. No texto *Radiofonia* (2003, p. 444), Lacan remete essa impossibilidade intrínseca do *discurso* aos três impossíveis reconhecidos por Freud, governar, educar e analisar, acrescentando a eles a impossibilidade histórica de se fazer desejar. Utilizando-se do duplo sentido do *pas* em francês, ao mesmo tempo “partícula de negação” e “passo”, Lacan sugere que o giro discursivo depende sempre de um “não”, que não remete a nenhum dizer, mas ao real da estrutura como impossível. Isso se mostra na *disjunção*, sempre presente, notada pela dupla barra (//) entre o *lugar da verdade* e o *lugar da produção* na escrita dos discursos. Essa dupla barra deve ser contrastada, portanto, com o sentido da seta (→) que se observa na parte superior da escrita dos discursos e que podemos traduzir a partir da expressão “para um outro”, encontrada na definição segundo a qual *o significante é o que representa um sujeito para um outro significante*. O encadeamento discursivo, no plano superior, mostra-se solidário de uma disjunção, no plano inferior. Todo discurso é, nesse sentido, inconsistente.

É importante referir-nos ainda a dois recortes, nos quais podemos observar duas ordens de oposições. O primeiro é o que distingue a parte superior da parte inferior do esquema, separadas pelas duas barras horizontais. O uso da barra em Lacan remete tanto ao que separa o significante e o significado, segundo a álgebra desenvolvida a partir da leitura do *Curso de Lingüística Geral*, de Saussure, quanto ao termo *suprassunção* da dialética hegeliana, implicando uma substituição de um termo por outro sem a supressão do primeiro que, assim, se conserva. Na álgebra dos discursos, as barras horizontais separam o agenciamento discursivo (plano superior) dos efeitos discursivos (plano inferior) gerados por

esse agenciamento. Trata-se tanto de efeitos de *produção*, a partir do trabalho realizado pelo *outro*, quanto de efeitos de *verdade*, que retornam sobre o *agente* em disjunção com aquilo que se produz, mostrando a defasagem entre o que se pretende dominar e o efeito obtido. O plano inferior do esquema dos discursos aponta, além do mais, para aquilo que é desconhecido, velado, mas que funciona, por isso mesmo, como *causa* do agenciamento discursivo.

O segundo recorte distingue o lado do *agente* do *discurso*, lado esquerdo do esquema, do lado do *Outro*, sobre quem se exerce o agenciamento discursivo, lado direito do esquema. Do lado do *Outro*, encontramos o *lugar do outro* — a ser ocupado por distintos termos, conforme o giro dos discursos —, e o *lugar da produção*, resultado da operação desencadeada sobre o *outro*. É preciso, portanto, distinguir o *Outro*, escrito com maiúscula, a ser entendido como *função* estruturante e como um pólo da comunicação no *discurso*, do *outro*, escrito com minúscula, como *lugar* estrutural a ser preenchido pelos distintos termos. No pólo direito do *discurso* encontramos o lugar do *Agente*— que vamos grafar também com maiúscula, a guisa de maior clareza. Do lado do *Agente*, localizamos o *lugar do agente*, lugar da dominante do discurso, e abaixo dele, o *lugar da verdade*, onde verificamos o retorno dos efeitos do agenciamento discursivo sobre o próprio agente. Cabe igualmente observar que o lado do *Agente* não se confunde aqui com o *sujeito barrado* (\$), um dos termos da escrita dos discursos. O lado do *Agente* apenas designa um dos pólos do *discurso*, em oposição ao lado do *Outro*. É apenas no discurso da histórica que o *sujeito barrado* é o agente do *discurso*. Quanto ao *outro*, este designa, para Lacan, aquele que trabalha a partir do agenciamento discursivo. Isso nos permite dizer que em cada estrutura discursiva só há um *sujeito*, que vem ocupar distintos lugares. Para sermos mais precisos, o *sujeito* no discurso não equivale, para Lacan, nem ao *agente* do discurso, a partir do qual se desencadeia a trama discursiva e sobre quem recaem os efeitos de verdade nessa trama, nem ao *outro*, em quem se desencadeia o trabalho ao qual se vincula a produção.

Buscando ajustar essa leitura ao contexto de nossa investigação, essa trama pode ser aproximada do sentido da *interpelação* na qual um indivíduo é visado por um discurso em função do que nele se agencia e daquilo que se quer dominar. Mas essa *interpelação* se desdobra, a partir de Lacan, e dependerá, em última análise, da disposição dos termos que vêm ocupar o lugar de *agente* e o lugar do *outro* interpelado no discurso, gerando os efeitos estruturais que podem ser lidos, abaixo das barras horizontais, nos lugares da *produção* e da

verdade. Todo *discurso* é, portanto, ligado a uma dominação sobre o *outro*, sendo esse um dos sentidos a que podemos ligar a operação discursiva denotada pela flecha (\rightarrow). Como vimos, essa proposição articula o domínio sobre o *outro* a um domínio sobre o gozo. O outro sentido da flecha — ao qual aludimos acima — permanece ligado à idéia de uma representação “para um outro”.

Eis uma primeira leitura dessa trama discursiva, uma leitura dentre outras possíveis, que se pode avançar com a condição expressa de seguir as propriedades limitadas por suas relações estruturais. Disso faremos um uso circunscrito ao nosso tema — a questão do *sujeito no discurso* em Pêcheux e Lacan — levando em conta que a estrutura discursiva determina a posição do *sujeito* em função daquilo que se pretende dominar, ou seja, o gozo. A possibilidade de passar ao avesso do discurso do mestre depende, em última instância, da possibilidade de trazer ao primeiro plano o *mais-de-gozar*, tornando evidente o que estava velado na estrutura. A aproximação entre a estrutura do discurso do mestre e a *interpelação dos indivíduos em sujeitos*, tal como desenvolvida por Pêcheux em “*Les Vérités de La Palice*”, nos permite, enfim, dar um passo a mais e abordar a divisão do sujeito no processo de assujeitamento, isto é, a partir dos *restos* dessa operação aos quais o sujeito se liga e que, como um *vírus*, abre as vias para pensar a possibilidade mesma de sua subversão.

5.3 O sujeito no Discurso do Mestre

Vimos que o discurso do mestre fornece a matriz original da trama discursiva que tentamos esboçar. O significante mestre no lugar de *agente* designa o significante posto em lugar de comando. Por isso, Lacan se refere ao S1 como o significante *Um*, dada sua condição de exterioridade em relação ao campo de S2, o *saber*, campo no qual o significante nunca está sozinho, distinguindo-se apenas por suas propriedades relativas. Assim, S1 é o representante do sujeito (\$) junto à bateria dos significantes (S2) que localizamos do lado do Outro. Em uma primeira leitura, S1 é o que representa o mestre para o escravo. E na medida em que essa representação o autoriza, o domínio sobre o *outro* produz o *mais-de-gozar*.

Essa matriz discursiva, da qual todos os discursos derivam, remonta socialmente à figura do mestre antigo. O lugar do *outro* está aqui ocupado pelo escravo — e não ainda pelo proletário —, tal como subsiste na antiguidade, antes da divisão de classes ligada ao modo de

produção capitalista. Na antiguidade, o escravo é um membro da família, cabendo-lhe o *savoir-faire* que ele extrai do trabalho e do qual depende a satisfação do desejo do senhor. O saber não está, portanto, originalmente do lado do mestre, que no lugar da *verdade* mostra-se castrado (\$). É o que Hegel desenvolve em sua *dialética do senhor e do escravo*, no quarto capítulo da *Fenomenologia do Espírito*, que serve aqui como referência para Lacan.

O *Seminário*, livro 17, define o *saber* como um *meio de gozo*. É por meio do saber, que o mestre faz trabalhar do lado do escravo, que se produz o *mais-de-gozar*. O *mais-de-gozar*, no entanto, está originalmente vedado ao mestre, justamente por ele se ver privado do *saber*. Segundo a dialética hegeliana, o *saber* é um produto do trabalho do escravo, e é o depósito gradativo desse saber na história que torna possível pensar em seu progresso e na redenção prometida pelo *saber absoluto*. Lacan, por sua vez, ao identificar o *saber-fazer* (*savoir-faire*) do escravo a um meio de gozo, acrescenta que o trabalho escravo é ele mesmo criador de um *valor* que não estava inicialmente na jogada, ponto que já havia sido ressaltado por Marx, em seu contraponto com Hegel, com o conceito de *mais-valia*. A repetição de S1 → S2, exatamente como uma máquina que se põe a funcionar, é em si mesma geradora de uma entropia, de um excedente inerente ao próprio processo de trabalho. Em outros termos, que Lacan remete à elaboração marxista, o próprio trabalho torna-se uma forma de mercadoria a ser contabilizada no processo produtivo capitalista. Não há equivalência entre trabalho e produção no regime capitalista. O que se contabiliza como valor a ser pago pelo trabalho desconsidera, como lembra Žižek, que o trabalho é uma “mercadoria paradoxal cujo uso — o próprio trabalho — produz um excedente do valor em relação a seu próprio valor, e é essa *mais valia* que será apropriada pelo capitalista [...]” (ŽIŽEK 1991, p. 140).

Podemos então retornar à homologia estrutural entre o *mais-de-gozar* e a *mais-valia* marxista. Marx é a referência comum que nos permitirá mediar o diálogo que aqui buscamos estabelecer entre Pêcheux e Lacan. O procedimento lacaniano consiste em postular, portanto, no lugar em que Marx designa a *mais-valia*, a função do *mais-de-gozar* no discurso do mestre.

A *mais-valia* é o que torna inimaginável a evolução sonhada por Hegel, a quem Lacan se refere como o *mais sublime dos histéricos* (LACAN 1969-70/1992, p.33), na medida em que o “discurso de Hegel é um discurso de mestre e senhor, que repousa na substituição do senhor pelo Estado, através do longo caminho da cultura, para chegar ao saber absoluto” (*ibid*, p. 74). É a apropriação do *mais-de-gozar* gerado pelo trabalho do escravo que conduz, então,

do mestre antigo ao mestre moderno, o “capitalista”. Segundo Lacan, o que explica a curiosa copulação do mestre moderno com o discurso da ciência é, justamente, que o saber torna-se um meio de gozo.

Uma analogia sugerida por Lacan (1969-70/1992, p. 75), nos permite avançar no terreno desta conquista do saber como meio de gozo pelo mestre. A função primordial que podemos atribuir ao discurso do mestre pode ser comparada a um *dique* para refrear e evitar o gozo absoluto da conjunção da criança à mãe, além de assegurar a satisfação das necessidades em um mundo fundado na expectativa da troca e na imposição da lei do senhor. O senhor, primordialmente, é aquele que faz funcionar o *dique*, ao qual podemos associar a função repetitiva do significante que organiza os laços sociais. No entanto, como bem observa Lacan, disso resulta o *mais-de-gozar* “que o senhor tinha que fazer o escravo pagar, como único possuidor dos meios de gozo” (*ibid*), para assimilar a perda de sua própria entrada no *discurso*. “É que o senhor a quem se deve esse *mais-de-gozar* renunciou a tudo, ao gozo em primeiro lugar, porque se expôs à morte e continua extremamente fixado a essa posição cuja articulação hegeliana é clara” (*ibid*, p. 100).

Dessa forma, o mestre só pode se assegurar do *domínio* sobre o *mais-de-gozar* mediante a apropriação do *saber*, meio de gozo, espoliando-o do escravo. Seguindo a analogia lacaniana, que aqui rerepresentamos, se o primeiro S1 — que localizamos como agente no discurso do mestre — é o *dique*, o segundo S1 — que se desloca no discurso da universidade para o lugar da verdade — é o *reservatório* que armazena a água e faz girar a turbina (*ibid*). O princípio da conservação da energia é, como diz Lacan, “a marca de uma instrumentação que significa o poder do senhor” (*ibid*). A partir desse princípio, algo do gozo se torna contabilizável. É o mesmo princípio que Marx denuncia como a extração da *mais-valia* pelo discurso do capitalista.

Marx denuncia esse processo como espoliação. Mas ele o faz sem se dar conta de que é no próprio saber que está o seu segredo — como o da redução do próprio trabalhador a ser apenas valor. Passando um estágio acima [isto é, para o lugar do outro no discurso da universidade], o *mais-de-gozar* não é mais *mais-de-gozar*, ele se inscreve simplesmente como valor a registrar ou deduzir da totalidade do que se acumula — o que se acumula de uma riqueza essencialmente transformada. O trabalhador é apenas unidade de valor [...]

O que Marx denuncia na mais-valia é a espoliação do gozo. No entanto, essa mais-valia é o seu equivalente do mais-de-gozar. A sociedade de consumidores adquire seu sentido quando ao elemento, entre aspas, que se qualifica de humano, se dá o equivalente homogêneo de um mais-de-gozar qualquer, que é o produto de nossa indústria, um mais-de-gozar — para dizer de uma vez — forjado.

Além do mais, isso pode pagar. Pode-se bancar o mais-de-gozar, isso ainda atrai muita gente (LACAN 1969-70/1992, p. 76).

O que não se paga, na passagem do mestre antigo ao capitalista, é justamente o saber traficado do escravo. O que Marx não percebe, segundo Lacan, é que a reapropriação da *mais valia* pelo proletariado não restitui o *mais gozar*, na medida em que “não há circulação do *mais-de-gozar*” (*ibid*, p. 77), ou seja, é impossível uma distribuição eqüitativa do gozo, pois “o sujeito participa do real” (*ibid*, p. 97). O gozo está interdito àquele que fala; por um fato de discurso, há uma divisão originária do sujeito, pois *onde não está, ele pensa; e onde não pensa, está* (*ibid*, p. 96-97). Essa *Spaltung* do sujeito se presentifica na escrita do discurso do mestre mediante a oposição do plano superior (S1 → S2) ao plano inferior (\$ // a). De fato, no discurso do mestre o sujeito (\$) não *está* ali onde *o significante o representa para um outro significante*, mas onde se conjuga com o seu *ser de objeto*.

[...] se tivesse que empregar uma figura que não surge aí por acaso, diria que ocorre com ele [o sujeito] o que ocorre com o elétron, no ponto em que este se propõe a nós na junção da teoria ondulatória com a teoria corpuscular. Somos forçados a admitir que é precisamente como sendo o mesmo que esse elétron passa ao mesmo tempo por dois buracos distantes (*ibid*, p. 97).

Eis o que caracteriza a divisão do sujeito como fato de discurso. O discurso do mestre é “o único a tornar impossível essa articulação que apontamos em outro lugar como a fantasia, na medida em que é a relação do *a* com a divisão do sujeito — (\$ $\diamond a$)” (*ibid*, p. 101). Conforme se expressa Lacan, o discurso do mestre “exclui a fantasia” (*ibid*), o que não a impede de ressurgir em outro lugar da cena social, e no inconsciente, em particular.

Ora, é o não reconhecimento da realidade psíquica da fantasia, na medida em que ela manifesta a *falta-a-ser*, o que faz a cegueira do discurso do mestre. É justamente por ser um *ser de falta*, por efeito da linguagem, que o mestre se apresenta no discurso por sua copulação

com o *significante Um*, escamoteando a castração e ignorando a causa do desejo. “É o ser marcado como *um*” (*ibid*, p. 146). No entanto, não é copulando com o *significante Um* que se produz a conjunção do sujeito com o *objeto a*. Em outros termos, o que se mostra no matema do discurso do mestre é, justamente, o efeito de resíduo do *mais-de-gozar* como *dívida da linguagem* a ser cobrada pelo mestre sob a forma do imperativo do super-eu. “Esse *mais-de-gozar*, não se sabe o que fazer dele” (*ibid*, p. 167). É o que se tenta articular no nível do discurso ético e jurídico pela mediação da lei à qual podemos ligar o Ideal do Eu freudiano. Mas há sempre um mais ou um menos, um mais ou menos acordado, e nunca o valor justo que faça consistir a relação do *sujeito* com o S1, dispensando o *mais-de-gozar*. Como sugere A. Teixeira,

a fim de situar a dívida do sujeito pelo *significante* mestre, arriscaríamos supor [...] que as instâncias freudianas do “ideal do eu” e do “super-eu” seriam igualmente concebíveis como duas conjunções de um mesmo processo pelo qual o sujeito se inscreve na função simbólica, mediante a extração contínua de um excesso de gozo. Assim, ao passo que o “ideal do eu” orienta o desvio da satisfação narcísica, introduzindo a mediação de uma lei simbólica que ordena a relação imaginária do sujeito ao outro, o “super-eu” incorpora esta mesma lei em sua face obscena, impondo ao sujeito uma renúncia ao gozo de maneira tanto mais severa quanto mais ele se emprega em satisfazê-la (TEIXEIRA, A. 1999, p. 185).

Essa defasagem se revela no discurso da histérica, na medida em que “sua verdade é que precisa ser o *objeto a* para ser desejada” (LACAN 1969-70/1992, p. 167). A histérica, posicionando o *objeto a* no lugar da verdade, encarna, por assim dizer, a impotência do mestre em copular com o S1 e de bancar o macho da história. “[...] É o que possibilita que haja um homem motivado pelo desejo de saber [...] Porque, como *objeto a*, ela é queda, queda do efeito de discurso, por sua vez quebrado em algum ponto” (*ibid*, p. 32). O *objeto a* engendra um efeito feminizante, dirá Lacan, efeito freqüentemente esquecido, na medida em que “não sabemos em que grau cada um de nós é determinado primeiro como *objeto a*” (*ibid*, p. 152), isto é, para o Outro, no discurso do Outro. Sendo assim, cada um tem que emergir dessa posição primeira de objeto, “aborto do que foi, para aqueles que nos engendraram, causa do desejo” (*ibid*, p.170), como um sujeito barrado, localizado na estrutura discursiva.

Isso se compreende, em primeiro lugar, porque “o significante, na medida em que se articula ao significante, comporta que a referência é vazia, o que constitui o simbólico como uma ordem” (MILLER 1996, p. 194)¹¹⁴. Podemos chamar esta referência vazia *sujeito barrado* (\$), tal como se escreve no discurso do mestre. Por outro lado, surge desta articulação a idéia de uma referência de um novo tipo, o *objeto a*. Segundo Miller, “o objeto *a*, como consistência lógica, está apto para encarnar o que falta ao sujeito. É o semblante de ser que a *falta-a-ser* subjetiva convoca. É por isso que o objeto, como consistência lógica, é próprio para dar lugar ao gozo interdito, ao objeto perdido” (*ibid*, p. 196). A estrutura discursiva condiciona, desta forma, a inscrição simbólica do sujeito à extração do *mais-de-gozar*; e, ao separar sujeito e objeto, demonstra que o seu *funcionamento* depende da impossibilidade mesma desta conjunção. Em outros termos, o discurso do mestre opera com os efeitos da castração simbólica, pela qual o sujeito se separa da posição de objeto que ocupava no desejo da mãe mediante o S1 que o *representa para* S2. A extração do objeto *mais-de-gozar* é, ao mesmo tempo, o seu meio e o seu efeito.

É na passagem do mestre antigo ao mestre moderno, que podemos situar entre o feudalismo e o capitalismo, que a impotência da disjunção entre o *mais-de-gozar* e o *sujeito* começa a ser dissipada no plano do discurso. É aqui que o “não” referente à castração como verdade do mestre se converte em um “passo”, como se expressa Lacan, aproveitando-se da ambigüidade do “*pas*”, na língua francesa. Algo aqui é burlado, abrindo espaço à vigência social da fantasia. O “sucesso” do discurso do mestre parece depender, em última instância, dessa recuperação do *mais-de-gozar* na fantasia, de onde Lacan deduz a homologia entre *mais-de-gozar* e *mais-valia*. Conforme exemplifica Freud em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, os indivíduos consentem em colocar “um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do Eu” (FREUD 1921/1969, p. 147) a fim de obter uma satisfação pulsional, burlando assim a lei paterna pela reificação do pai totêmico, por meio de uma fantasia socialmente partilhada que dá consistência ao laço social de grupo. Essa estrutura social fantasmática, centrada no laço libidinal com o líder, embora efêmera, poderia ser tomada como o fundamento libidinal do Estado totalitário que nasce na Europa e que Freud antecipa em seu texto de 1921. Para Freud, é essa mesma estrutura libidinal que dá consistência às instituições mais estabilizadas, como a Igreja e o Exército, nas quais podemos vislumbrar um vínculo fantasmático fundado em uma

¹¹⁴ MILLER, J-A. *Clínica irônica*. In: Matemias I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

exigência amorosa na base da estrutura discursiva que as organizam e que Freud não hesita em aproximar, em sua estrutura e motivação, do delírio paranóico.

Podemos agora retomar a questão do *sujeito no discurso*, articulando a partir da perspectiva lacaniana uma possível resposta a alguns impasses da aventura teórica de Pêcheux, levando em consideração sua estreita ligação com o discurso marxista. Trata-se do impasse originado pela “forclusão da fantasia”, para retomar expressão de Žižek: “Marx desconheceu todo o peso da fantasia no processo histórico, da inércia que não se deixa dissolver mediante sua dialetização, e cuja manifestação exemplar seria o que se chama ‘comportamento regressivo das massas’, que parecem agir contra seus verdadeiros interesses” (ŽIŽEK 1991, p. 155). Neste sentido, o *assujeitamento* ideológico vislumbrado por Pêcheux em *Semântica e discurso* nada mais seria que a expressão do “sonho ideológico” na política.

Conforme lembra Žižek, o sujeito, na perspectiva analítica, seria como o paradoxo levantado por Chuang-Tsé, comentado por Lacan no *Seminário, livro 11*, que depois de sonhar com uma borboleta, já desperto, pergunta se não é a borboleta que está sonhando que é Chuang-Tsé.

Aliás, ele tem razão, e duplamente, primeiro porque é isso que prova que ele não é louco, pois ele não se toma por absolutamente idêntico a Chuang-Tsé — e, segundo, porque [...] efetivamente, foi quando ele era a borboleta que ele se sacou em alguma raiz de sua identidade — que ele era, e que é em sua essência, essa borboleta que se pinta com as suas próprias cores — e é por isso, em última raiz, que ele é Chuang-Tsé (LACAN 1964/1985, p. 77)

Temos aqui a dupla determinação do sujeito. Por um lado, ele é determinado pela exterioridade da rede simbólica onde sua identidade está capturada, na qual ele é “para os outros”, e à qual se ligam os procedimentos de interpelação ideológica. Por outro lado, ele se determina de forma muito particular na fantasia, representado pela borboleta como o “esqueleto de sua identidade fantasística” (ŽIŽEK 1991, p. 150). É o que podemos ler sob a barra no discurso do mestre. De forma que, no sonho a que chamamos realidade sócio-simbólica, ele é Chuang-Tsé, mas no real de seu desejo, sustentado pela fantasia, ele é a borboleta.

O “sonho ideológico” alimentado pelo discurso político de esquerda — que podemos ler nas entrelinhas de *Os Aparelhos ideológicos de Estado*, de Althusser, e em *Semântica e discurso*, de Pêcheux — é, nesse sentido, uma forma “socializada” da fantasia. Ele visa a depurar a “realidade” das suas ilusões *ideológicas*, de maneira que a “falsa consciência”, que define a concepção marxista da ideologia, seria dissipada pela análise das relações sociais efetivas, projeto no qual a análise do discurso pêchetiana se engajou, especialmente em sua primeira e segunda época. Segundo essa perspectiva, que remontamos a Marx, a razão distributiva das sociedades liberais encontra seu impasse na luta de classes, rompendo-se o princípio de equivalência que a lei pretende garantir, mas que ela apenas simula. O real da história é, assim, recoberto pela ideologia dominante. A descoberta do sintoma por Marx se enquadra nessa lógica: ele denuncia a *mais-valia* como o excedente que escapa à rede da troca universal das relações de produção no capitalismo. Mas a análise ideológica marxista paga o preço do desconhecimento do peso da fantasia no processo histórico, seus efeitos de inércia, a decantação do seu objeto no processo de agenciamento discursivo.

A fantasia designa, na álgebra lacaniana, o obstáculo do “sonho ideológico”, o ponto impossível em que o sujeito não cede de seu gozo, do qual o marxista o pensa privado pela usurpação da mais-valia. O que Marx forclui, e que retorna tanto nas contradições do totalitarismo quanto do “socialismo real” é, portanto, a dimensão impossível da “fantasia ideológica de um gozo regulamentado e finalmente dominado” (ŽIŽEK 1991, p. 156).

Isso exige contrastar o conceito de ideologia na perspectiva marxista com a perspectiva da psicanálise. Se para o marxista a ideologia é o que mascara a existência da luta de classes, verdadeiro *motor* da História, para o psicanalista ela também inclui o encobrimento do impossível ao redor do qual se estrutura o campo social. Eis o que faz obstáculo ao assujeitamento ideológico como uma totalidade que tudo engloba. A fantasia aponta para o núcleo real que retorna sempre ao mesmo lugar na história, e que as historizações apressadas tendem a ocultar. Conforme assinala Žižek, “é pois a dimensão do real que falta ao edifício teórico marxista centrado na leitura sintomática do texto ideológico” (ŽIŽEK 1991, p. 152).

A fantasia preserva para o sujeito o *mais-de-gozar* que torna vã a esperança, expressa ao final de *Semântica e discurso*, de que o proletariado, alçado ao grau do conhecimento do real exterior pela prática política, “rompa com o funcionamento espontâneo da forma-sujeito”

(SD: 271) produzindo uma espécie de “interpelação às avessas”. Ora, o cenário contemporâneo demonstrou que a passagem do idealismo ao materialismo, ou seja, dos efeitos de simulação do idealismo ao conhecimento científico materialista da história, que romperia a circularidade ideológica, não é um efeito de uma desidentificação natural, solidária a este conhecimento científico. O adendo *Só há causa do que falha* desdobrou a forma – sujeito: o sujeito é sempre dividido no processo de interpelação. No entanto, a retificação pêchetiana limita-se a reconhecer o papel da “resistência” do sujeito, sempre aí, presente no próprio processo do significante, separando assim inconsciente e ideologia. O real da língua resiste à Língua; o real do inconsciente resiste à captura ideológica. A tese lacaniana acrescenta a esse primeiro desdobramento a extração da fantasia no processo de interpelação. O laço social se faz, assim, levando em consideração a presença da fantasia na estrutura discursiva. Ora, é justamente a fantasia, que faz obstáculo ao pensamento político progressista, o que, paradoxalmente, aponta para o *resto* que impede a totalização do assujeitamento ideológico. A *astúcia* do discurso do capitalista, como veremos, consiste em se apropriar dessa dimensão fantasmática no desdobramento do questionamento ideológico da função da mais-valia. É esse destino de pedra que a morte de Pêcheux continua a interrogar: estamos ainda à beira do rio em que ela nos interpela.

5.4 O mestre contemporâneo

O suporte do sujeito no discurso do mestre, sua condição de acesso, é primeiramente a sua divisão pelo processo do significante. Isso não impede, entretanto, que o discurso do mestre realize a façanha da subsunção do sujeito dividido pelo significante *Um* (S1/\$), que o representa junto aos outros significantes ($S1 \rightarrow S2$), e que escamoteia essa divisão. Dessa primeira operação resultará o milagre filosófico da consciência de si, do Eu idêntico a si mesmo, no momento moderno representado pelo advento do capitalismo a partir do discurso da universidade, no qual o S2 assume o lugar de comando.

A possibilidade de representação do significante *Um* pelo *saber* (S2/S1), no discurso da universidade, é o resultado da eliminação da equivocidade da cadeia significativa ($S1 \rightarrow S2$). É essa eliminação que caracteriza a tomada do significante no discurso da ciência, na medida em que esse o reduz à letra matemática, onde se exige que um elemento *b* seja sempre igual a *b*. O *saber* posto em lugar de comando supõe a assunção do significante tomado em

sua unicidade, o significante idêntico a si, a partir do qual o mestre exerce o seu domínio sobre o *outro*, que só pode figurar aí ao ser reduzido à posição de *objeto* desse saber. Esse novo cenário, segundo Lacan, comporta que o *saber* tenha sido traficando pelo mestre, na medida em que o saber se torna uma unidade de valor.

De maneira que é por ter sido despossuído de algo [...] que o proletário pode ser qualificado com esse termo *despossuído*, que justifica tanto o empreendimento quanto o sucesso da revolução.

Não se percebe que o que lhe é restituído não é, forçosamente, a sua parte? Seu saber, a exploração capitalista efetivamente o frustra, tornando-o inútil. Mas o que lhe é devolvido, em uma espécie de subversão, é outra coisa — um saber de senhor. E é por isso que ele não fez mais do que trocar de senhor.

O que sobra é, com efeito, a essência do senhor — a saber, o fato de que ele não sabe o que quer (LACAN 1969-70/1992, p. 30).

Essa passagem pode ser tangenciada a partir da função da filosofia, uma vez que ela demonstra “o roubo, o rapto, a subtração de seu saber à escravaria, pela operação do senhor” (*ibid*, p. 19), traficando assim o *savoir-faire* do escravo para fazer dele um *saber articulado*. É esse saber que será colocado em questão no advento da ciência moderna, a partir da cogitação de Descartes, essa longa interrogação do mestre antigo que, por meio de um giro discursivo, reconduz o sujeito barrado ao lugar de domínio. O parentesco entre o discurso da ciência e o discurso histórico está, assim, nas origens de nossa modernidade como um passo necessário antes que o mestre venha colocar as mãos sobre o produto dessa cogitação, estabelecendo a hegemonia do discurso universitário. É a partir desse giro discursivo da modernidade que se chega à “nova tirania do saber”, na qual o saber da ciência assume a posição de comando. Eis o que designa, justamente, a impotência do discurso da histórica: trata-se de um discurso que interroga o mestre, o que, se o assimila ao discurso da revolta, suscita no mestre o desejo de saber, que ocupa nesta estrutura discursiva o lugar da produção. Dessa maneira, o discurso histórico, assim como a revolta política, acaba por reforçar o discurso do mestre em sua relação com o saber, disso resultando o giro que conduz ao discurso da universidade.

Por mais paradoxal que seja a asserção, a ciência ganha impulso a partir do discurso da histórica [...]

[Isso] é concebível em se partindo de que a histérica é o sujeito dividido, ou, em outras palavras, é o inconsciente em exercício, que põe o mestre contra a parede de produzir um saber (LACAN 2003, p. 436).

Neste novo cenário, que podemos caracterizar a partir da ascensão do saber ao lugar de comando, o escravo torna-se *unidade de valor*. É o que permite representá-lo pelo *objeto a*, tal como se desenha na escrita do discurso da universidade. O discurso da universidade é a resposta contemporânea, segundo Lacan, àquilo que Marx desvela como produção do discurso do mestre na sociedade capitalista, ou seja, a *mais valia*. Podemos dizer que o capitalismo faz retornar sobre o lugar do outro o *mais-de-gozar*, integrando o trabalhador no mercado do saber. Tornar-se consumidor do saber para fazer disso trabalho; trabalhar para consumi-lo; integrar a *mais-valia* no circuito do saber: eis o que caracteriza a passagem do *mais-de-gozar* ao lugar do *outro* no discurso da universidade. Neste discurso, o *outro* se reduz a uma *unidade de valor*, como Lacan denuncia em *Analyticon*, na medida em que os estudantes desempenham com sua revolta a função de *hilotas do regime* (LACAN 1969-70/1992, p. 197)¹¹⁵. Lacan interpreta assim o que estava acontecendo em *maio de 68*. A revolta estudantil demonstra o giro discursivo da modernidade na qual o saber torna-se o objeto de uma disputa, na medida em que ele se transmuta em valor.

Vocês são os produtos da Universidade, e comprovam que a *mais-valia* são vocês [...] Vocês vêm aqui tornar-se créditos. Saem daqui etiquetados como créditos, unidades de valor (*ibid*, p. 191)

A produção do sujeito dividido como produção discursiva a partir do *mais-de-gozar* é um outro efeito do discurso da universidade, obtido graças a uma estrita redução da verdade ao enunciado da ciência. Um saber que se enuncia como verdade, eis o que caracteriza o S1 no lugar da verdade do discurso da universidade. Dele se deduz o *Eu transcendental* no qual se sustenta o “tudo-saber” do discurso da universidade.

O Eu transcendental é aquele que qualquer pessoa que de uma certa maneira enunciou um saber contém como verdade, é o S1, o Eu do mestre.

¹¹⁵ Os *hilotas* designam a população servil e escravizada de Esparta à qual eram reduzidos na condição de estrangeiros, que não pertenciam a um Amo privado, como em Atenas, mas ao Estado. Caracterizavam-se por sua constante revolta. Neste sentido, encarnam o mal-estar inerente à estrutura do laço social existente naquela situação, a sua “hiância”, como diz Lacan em seu diálogo com os estudantes.

O Eu idêntico a si mesmo, é justamente daí que se constitui o S1 do puro imperativo.

O imperativo é justamente aquilo em que o Eu se desenvolve, porque está sempre em segunda pessoa.

O mito do Eu ideal, do Eu que domina, do Eu pelo qual alguma coisa é pelo menos idêntica a si mesma, a saber, o enunciador, eis precisamente o que o discurso universitário não pode eliminar do lugar onde se acha a sua verdade. De todo enunciado universitário de uma filosofia qualquer, mesmo aquela que se poderia etiquetar como sendo-lhe a mais oposta, a saber, em se tratando de filosofia, o discurso de Lacan —, surge irredutivelmente a *Eu-cracia* (LACAN 1969-70/1992, p. 59).

É essa condição que faz com que o discurso da universidade seja a forma por excelência da burocracia que reduz o *outro* a um objeto a ser agenciado e contabilizado pelo regime — o que parece se deslocar, em nossa contemporaneidade, para as práticas universais de avaliação. Para Lacan, a revolução socialista mostra que o discurso da esquerda, que havia se rebelado contra o domínio do mestre, resvalou para a *burocracia*, “pois o que reina no que é chamado comumente de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é a Universidade” (*ibid*, p. 195). Assim, o discurso da universidade retorna inexoravelmente ao discurso do mestre, ao S1 que está no *lugar da verdade* desse discurso. Nessa nova configuração, portanto, o mestre se faz representar pelo saber da ciência para o outro, reduzido a uma unidade de valor, de cuja operação resta como produto o *sujeito barrado*. Este é reduzido, conforme a lógica deste discurso, àquele que não sabe. É o papel representado pelo que Lacan denomina o *astudado*, conjunção do estudante com o *objeto a* ao qual ele se reduz — e que se desloca para o *avaliado* em nossa contemporaneidade.

Podemos, então, retornar ao discurso do mestre como matriz daquilo que chamamos o discurso instituinte da civilização. De acordo com o que buscamos apontar, há um balanço entre o discurso do mestre, o discurso da histórica e o discurso da universidade, que impede passar ao avesso dessa matriz discursiva. A pretendida *revolução*, inspirada no marxismo, apenas evidenciou o seu retorno ao ponto de origem, restituindo, ao lugar do *agente*, o burocrata que pretende tudo-saber. De fato, o discurso da esquerda, sob o pretexto de erigir o novo homem, recolocou em cena um novo mestre e com ele a impotência de fazer a revolução mediante o saber que se podia esperar da *tomada de consciência* da classe operária, reproduzindo o sujeito como um *assujeitado*. Nada é mais evidente, segundo a estrutura do

discurso universitário, mas também segundo o que se reproduz na revolução socialista da antiga URSS, do que essa produção de um novo assujeitamento onde se queria erigir o *novo homem*.

Da mesma forma, podemos colher como resultado da revolta estudantil de *maio de 68*, que Lacan aproxima do discurso da histórica, uma nova configuração do discurso do mestre, marcado por uma dupla condição: a ascensão do discurso da ciência ao lugar da lei, ao lugar da lei do *pai* que a revolta estudantil havia enquadrado como um sintoma, e a ascendência do *mais-de-gozar* ao zênite social, como um efeito desta hegemonia do discurso da ciência.

É essa dupla ascendência que cabe agora interrogar, pois, segundo a estrutura do discurso da universidade, não é o *objeto a* que está em lugar de comando, e sim, o *saber*. Vimos que, nessa estrutura, o *mais-de-gozar* ocupa o lugar do outro a quem esse saber se dirige, rebaixando o escravo ao objeto do saber traficado pelo mestre na história. Se admitirmos, no entanto, que a estrutura do discurso da universidade é apenas uma variante do discurso do mestre na era da ciência, podemos compreender essa dupla ascensão considerando que o discurso capitalista faz recair, no lugar do outro, a produção dos *gadgets*, ou seja, do objeto de consumo, como uma forma de conversão da *mais-valia*. Em outros termos, a acumulação capitalista proporcionada pela *mais-valia* se converte em produção de objetos de consumo a serem ofertados ao mercado, no qual os próprios indivíduos se equiparam a objetos contabilizados enquanto consumidores. Para isso, no entanto, é necessário romper a barreira que separava, no discurso do mestre, o sujeito (\$) e o *mais-de-gozar*.

É o que de alguma forma se inverte no deslocamento entre o discurso do mestre e sua versão atual, o discurso do capitalista, cuja escrita Lacan tenta desenvolver alguns anos mais tarde, precisamente em 1978, em uma conferência feita em Milão (LACAN 1978, p. 48)¹¹⁶. Podemos considerar que essa conferência se insere na esteira de alguns efeitos do que *maio de 68* antecipa como uma transformação do *mestre contemporâneo*.

$$\begin{array}{ccccccc} \downarrow & \underline{\$} & \nwarrow & & \nearrow & \underline{\$2} & \downarrow \\ \downarrow & \mathbf{S1} & \nearrow & // & \nwarrow & \mathbf{a} & \downarrow \end{array}$$

¹¹⁶ LACAN, Jacques. Du discours psychanalytique. In: *Lacan in Italie*. Milão: La Salamandra, 1978, p. 48.

O que se produz no discurso capitalista é o fluxo constante da produção do *mais-de gozar*, uma vez que este discurso, como variante contemporânea do discurso do mestre, pode ser definido pelo repúdio à castração, tal como sugere Lacan. Poderíamos tratar este quinto discurso a partir do consumo maníaco. De fato, produz-se a ilusão de que a velocidade do consumo, a sucessão dos objetos, poderia compensar a perda do objeto primordial. Ele evidencia a existência de um excesso de gozo produzindo uma *excitação* que afeta o corpo exposto ao imperativo capitalista do consumo e à oferta dos *gadgets*. Trata-se de um efeito forclusivo deste discurso, expressão de um vazio a ser preenchido pelo movimento, como uma espécie de máquina de aceleração que impede a queda do objeto do zênite social onde ele se encontra. O excesso de estímulos visuais de um *Shopping*, por exemplo, com os seus *SIs* expostos em letreiros luminosos, sinalizando onde os objetos se alojam. O consumo busca compensar assim a *falta-a-gozar* pela produção de um excesso. De fato, a astúcia do discurso capitalista consiste em obturar essa falta mediante a oferta dos *gadgets* que a articulação com o saber da ciência permite produzir.

A relação de consumo se traduz, neste discurso, por uma relação de conveniência que vai do objeto de consumo ao sujeito ($a \rightarrow \$$), no lugar da disjunção ($\$ \setminus a$) que descreve a relação do sujeito com o objeto no discurso do mestre. A substituição veloz e imediata dos *gadgets* seria capaz de sustentar a satisfação, ou melhor, fazer aparecer no lugar da produção, ali onde algo é subtraído ao sujeito, o império da falta que faz consumir. Uma tirania do *objeto a*. O $S1$, no lugar da verdade, funcionaria no discurso capitalista como um imperativo de gozo, no sentido de acionar sempre a *falta-a-gozar*. Ou seja: *falte!* \rightarrow *goze!*, se pudermos escrever assim a astúcia deste discurso em fazer da falta um imperativo de gozo¹¹⁷.

A mais valia é a causa do desejo do qual uma economia faz seu princípio: o da produção extensiva, portanto insaciável, da falta-de gozar. Esta se acumula, por um lado, para aumentar os meios dessa produção como capital. Por outro lado, amplia o consumo, sem o qual essa produção seria inútil, justamente por sua inépcia para proporcionar um gozo com que possa tornar-se mais lenta (LACAN 2003, p. 434)

¹¹⁷Encontramos uma reflexão sobre esta passagem no capítulo “A incidência da ciência moderna sobre o laço social contemporâneo: do discurso do mestre ao discurso do capitalista”. In: Teixeira, Antônio. *O Topos Ético da Psicanálise*. Ed.EDIPUCRS, Porto Alegre, 1999.

Por outro lado, parece-nos lícito atribuir como *modus operandi* do discurso capitalista a utilização das imagens de triunfo do Eu, na medida em que o consumo de objetos e dos recursos à sua disposição no mercado permite enquadrar a falta. O discurso do capitalista convoca assim o sujeito a se fazer sustentar por um S1, em uma posição narcísica. De fato, o S1 se mantém, nessa nova configuração discursiva, no lugar de sua verdade recalçada.

Como nos lembra Marx, as operações de troca na sociedade capitalista passaram por uma evolução que culminaram em uma espécie de movimento cíclico que se fecha sobre si mesmo, sendo a finalidade do dinheiro a de produzir mais dinheiro. O dinheiro se liberta assim, gradativamente, de uma referência concreta, de uma medida de si mesmo, tal como representada pelo *padrão ouro*. Tal referência se perdeu, resultando a partir daí que o processo como um todo se torna cada vez mais abstrato, “o que faz da finalidade mesma do capitalismo um movimento infinito, sem termo definido, consagrado a se auto-reproduzir continuamente” (TEIXEIRA, A. 1999, p. 196). Em outros termos, o dinheiro que se constitui inicialmente como moeda de troca torna-se capital, se converte em valor. Mas sua concretude torna-se, com o decorrer do tempo, pura abstração. A entrada em cena do capitalista, como já mostrara Max Weber em seu clássico estudo “A Ética protestante e o espírito do capitalismo”¹¹⁸, revela que a conjunção que a caracteriza, ou seja, a renúncia ao gozo e a acumulação da riqueza, já pressupunha a sua conversão em unidade de valor, de forma que valor e gozo se tornam antinômicos.

Conforme assinala Bruno (1993, p. 45), a homologia entre mais-de-gozar e mais-valia supõe a heterologia entre gozo e valor. De fato, o surgimento do proletariado supõe esta mesma conversão do gozo em valor. Ela se assenta sobre uma dupla condição: a expropriação dos meios de produção ao qual ele tinha um acesso, mesmo que restrito, no feudalismo e a conversão de sua força de trabalho em mercadoria, portanto em valor, a ser negociado pelo contrato de trabalho. Ora, mas é justamente por isso que “o capitalista ri”. Lacan confessa que foi este riso, assinalado por Marx no capítulo quinto de *O Capital*, o que reteve o seu interesse em sua leitura, “quando tinha vinte anos” (LACAN 1968-69/2006, p. 64). De fato, o capitalista sabe que existe uma defasagem entre o que ele negocia e aquilo que ele obtém como mais-valia.

¹¹⁸ WEBER, Max. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon, 1964.

É ainda motivado por esse interesse que Lacan estabelece, no *Seminário, livro 16*, uma relação de convergência entre o riso do capitalista e o riso provocado pelo *Witz* “familiar”, justificada por razões estruturais. Em ambos, podemos notar a presença do *objeto a*, seja na forma da mais-valia, seja na forma do objeto metonímico ao qual se liga o Eu, conforme no esquema desenvolvido por Lacan no *Seminário, livro 5* (LACAN 1957-58/1999, p. 18). Lacan retifica, assim, a presença do objeto no circuito discursivo do *Witz* que estava velada pela ênfase conferida à cadeia significante em 1957/58 (*ver supra*, p. 167).

Seria ainda preciso perceber que a formação do inconsciente na medida em que ela pode produzir nessa ocasião o *Witz* seria o acesso mais evidente à função do discurso. A palavra *familiar* não pode evidentemente se produzir senão na medida em que se recortam em uma interferência precisa e estruturalmente definível alguma coisa que joga no nível dos fonemas e alguma coisa que é do círculo do discurso mais comum (LACAN 1968-69/2006, p. 51).

Segundo Lacan, o riso que aqui acompanha a expressão do *Witz* denuncia que há um sujeito interessado no processo, sujeito que Freud já havia articulado a partir de um registro triplo, fazendo intervir uma *terceira* pessoa, aquele para quem o *Witz* é reportado e em quem se manifesta o riso. Para Lacan, em se tratando do *Witz* de Hirsch Hyacinthe, esse terceiro não pode ser outro senão o sujeito capitalista. É por isso que Hirsch Hyacinthe ri consigo mesmo, pois ele nada mais é que o desdobramento de Henrich Heine, que cria a personagem por estar ele mesmo “interessado na captura exercida por uma certa forma de riqueza” (*ibid*, p. 53).

É esta captura do sujeito que se vê repercutida na atual produção de objetos de consumo, sob a égide do discurso do capitalista, na medida em que seu valor utilitário é absorvido na própria operação de consumo que cria o valor de mercado. Se Freud pensou a produção de objetos da ciência como uma extensão de nossos corpos e de nossos sentidos, na linha de um progresso da razão contra o obscurantismo religioso, a ciência a qual Lacan faz alusão em *O avesso da psicanálise* se caracteriza, em contrapartida, por sua manipulação do corpo, pela disjunção entre técnica e conhecimento e pelos impasses éticos sobre suas finalidades, em seu movimento autônomo e irrefreável. Segundo Žižek, isso torna clara a equivalência entre a *mais-valia* e o *mais-de-gozar* como causa do desejo:

A topologia paradoxal do movimento do capital, o bloqueio fundamental que se resolve e se produz através de uma atividade frenética, a potência excessiva como forma mesma de uma impotência fundamental, essa passagem imediata, essa coincidência entre o limite e o excesso, entre a falta e a sobra, não serão eles a coincidência do objeto-causa do desejo, desse excedente, desse resto que traduz uma falta constitutiva? (ŽIŽEK 1991, p. 154).

O mestre contemporâneo realiza, portanto, o fantasma ideológico da conjunção sexual entre o *sujeito* e o *objeto a* sob a forma dos *gadgets*. É a “fantasia no poder”, para usar uma expressão de Žižek. Nada parece poder deter esse avanço, como observa Lacan, desde que vivemos sob a égide da “absolutização do mercado”. O discurso do capitalista não deixa de ser, nesse sentido, uma maneira de desarranjar a ronda dos quatro discursos, subvertendo sua estrutura. Essa consequência lógica parece estar associada a essa absolutização do mercado que se impôs como um fato da civilização. *Maio de 68* está nas origens dessa nova forma do discurso do mestre, conforme Lacan havia antecipado em sua conversa com os estudantes na Universidade de Vincennes (LACAN 1969-70/1992, p. 196). É o que resulta das transformações que conduziram da “moral sexual civilizada”, da qual partiu Freud, à “civilização do objeto a”. Seus efeitos sintomáticos sobre o sujeito demonstram que a *elementarização* do *mais-de-gozar*, que permitiu sua apreensão na estrutura discursiva como unidade contável, sofre hoje os efeitos de *multiplicação* proporcionada pela ascensão do *objeto a* ao zênite social, onde esse gozo transborda, apontando as dificuldades do discurso atual da civilização em tratar os seus excessos. Diante dessa nova configuração discursiva, os chamados “sintomas atuais”, ou seja, a proliferação clínica de novas formas sintomáticas como as toxicomanias, os distúrbios alimentares, a ansiedade generalizada, etc, certamente interrogam o clínico em um sentido diferente daquele incorporado pelo sintoma histérico interpretado por Freud.

O *Seminário, livro 17*, evoca em sua última lição o efeito de vergonha como um afeto psicanalítico. Esse efeito, deduzido do recalque, se contrapõe à exposição do sujeito ao *objeto olhar* no discurso da civilização atual ao qual Lacan alude a partir da frase: “vejam como gozam!”, em *Analyticon (ibid, p. 197)*. O Discurso do Analista é seu contrapeso, por ser o único discurso no qual o *outro*, a quem o discurso se dirige, é visado como um sujeito. O \$, no lugar do *outro*, remete à singularidade irreduzível do sintoma, ao modo de gozo com que cada sujeito se *aparelha* no discurso. O discurso do analista localiza o *sujeito* no mesmo lugar

em que o discurso da universidade localiza o *objeto*. É esse agenciamento dos estudantes pelo *saber* que Lacan evoca em *Analyticon* ao tentar situá-los em relação àquilo “contra o que se revoltam”, sem saber que desempenham a função de “hilotas do regime”, a função de encarnar a hiância do gozo no mundo capitalista. Busca, dessa forma, reorientar a energia da revolta estudantil, o que não impede, como diz, “que isso continue funcionando bem *paca*” (*ibid*, p. 197). O *objeto a* no lugar de *agente* no discurso do analista faz surgir essa figura do gozo, da qual decorre a vergonha como um afeto que concerne ao sujeito, ali onde ele se viu capturado pelo S1 como imperativo de gozo.

A partir desse ponto, entretanto, entra-se na dimensão do *um-a-um* como forma de abordagem do *objeto a*, na medida em que esse objeto só pode ser dedutível da experiência de cada sujeito. O que, paradoxalmente, é pleno de efeitos políticos. De fato, a homologia estrutural entre o discurso do mestre e o discurso do inconsciente desmente a oposição entre o público e o privado, mostrando que o inconsciente é, por excelência, político. Se estamos sós ao adentrar no consultório do analista, nem por isso deixamos para trás a dimensão social. Ao contrário, é esta dimensão que nos conduz até sua porta; é de seus efeitos sobre nós que vamos nos tratar. Tais efeitos são a condição mesma do laço social e do discurso analítico. É o que nos cabe demonstrar, a seguir, evocando a homologia estrutural entre o discurso do mestre e o discurso do inconsciente e a resposta do discurso do analista para passar ao seu avesso.

5.5 Inconsciente e discurso

Vimos que o discurso do mestre, tal como formalizado por Lacan, é a matriz simbólica a partir da qual podemos abordar o discurso instituinte da civilização. De acordo com essa postulação, foi possível aproximar o discurso do mestre da definição althusseriana segundo a qual a ideologia *interpela os indivíduos em sujeitos*. O discurso do mestre é um equivalente do discurso ideológico, no sentido do discurso matriz que desempenha uma função de domínio por efeito do significante. Nesse sentido, todo laço social pressupõe o assujeitamento ao discurso do mestre. Marcamos também o limite da concepção althusseriana, seu desconhecimento do sujeito do inconsciente no *processo sem sujeito*. Para além da retificação de Pêcheux sobre o “sujeito da psicanálise”, que rompe com a concepção althusseriana,

dissemos que, para passar ao avesso do discurso do mestre, o que significa avançar na direção do discurso do analista, seria preciso elucidar a sua estrutura, passo a passo.

O primeiro passo consistiu em mostrar que o *sujeito*, no discurso do mestre, é o que um significante, S1, representa para um outro significante, S2. Graças a essa *representação para*, o sujeito se inscreve na ordem simbólica, à qual Freud se refere quando menciona a identificação primária ao *pai* no texto *Psicologia das massas e análise do eu*. A estrutura do discurso do mestre — não necessariamente referido à figura do *pai* para Lacan, para quem ele é apenas o seu suporte na estrutura — mostra que o sujeito acede à ordem simbólica por meio do significante-mestre que o *representa para*, que é aí apenas o seu *representante*, um significante sem significado, como tal incompreensível e obscuro, em relação ao qual o *sujeito* seria melhor designado como um *assujeitado* (S1/\$). O que se inscreve na parte superior do discurso do mestre (S1 → S2) pode então ser lido a partir da alienação do sujeito no campo da linguagem e como resultado de sua interpelação pelo mestre. O que Freud nomeia como identificação primária ao *pai* nada mais é, segundo Lacan, que esse assujeitamento condicional a um significante. O ponto de partida do discurso do mestre é, portanto, o *sujeito barrado* em lugar da *verdade*. Podemos interpretar essa barra, primeiramente, como o vazio do sujeito, na medida em que nenhum significante o representa a não ser *para um outro significante*. A condição da inscrição simbólica é, portanto, a alienação primeira a um significante mestre (S1) como marca do sujeito. Ora, o significante-mestre é, primordialmente, um significante do Outro, um significante social por excelência.

O segundo passo consistiu em mostrar, como efeito dessa inscrição simbólica, o recorte da fantasia no campo da realidade, o que se inscreve na parte inferior do discurso do mestre pela articulação do sujeito com o *mais-de-gozar*. A alienação do sujeito na linguagem é em si mesma uma operação libidinal, na medida em que a eficácia do discurso do mestre depende da extração da fantasia. A fantasia é a contrapartida da alienação do sujeito na linguagem. Por um lado, o discurso do mestre realiza a castração simbólica, ou mais exatamente, é por aceitar a castração que o sujeito se insere na ordem simbólica como *sujeito dividido*. A perda do objeto, do qual ele se priva, abre então uma hiância, a ser saturada pelo *mais-de-gozar*. Se, no ponto de partida, o que está em jogo é o sujeito barrado como expressão lógica de um vazio original, ao final do circuito discursivo do mestre reencontramos, por sua vez, a divisão do sujeito como um resultado desse processo. Por um lado, o sujeito alienado na cadeia significativa, em sua *representação para um outro* (S1 →

S2); de outro lado, o sujeito em seu *ser de objeto*, tomado pela fantasia ($\$ \triangleleft a$). Se, do lado da cadeia significante, na parte superior, o sujeito é reduzido à estrutura de representação, sendo apenas uma suposição (*upokeimenon*), do lado do objeto, grafado na parte inferior do discurso do mestre, o sujeito se articula a uma substância (*ousia*), como mostra o *sonho* de Chuang-Tsé (ver *supra*, p. 220)

Na perspectiva do discurso do mestre, a fantasia compensa com o *mais-de-gozar* o gozo subtraído pela castração. Conforme adverte Lacan, não se trata aqui do gozo da transgressão, pela qual a fantasia é atuada, mas de um gozo a ser extraído da função inconsciente da repetição, como um “bônus” (LACAN 1969-70/1992, p. 17). É justamente por ter renunciado ao gozo, cedendo terreno ao que Freud designa como *princípio de realidade*, que se estabelece a hiância onde vem se alojar a fantasia. Desde a perspectiva do mestre, do discurso instituinte da civilização na qual o sujeito é inserido mediante uma renúncia ao gozo, o *mais-de-gozar* pode ser definido como aquilo que se produz no lugar mesmo da perda como um produto do trabalho realizado, dimensão a ser apropriada pelo capitalista como *mais-valia*. Portanto, o laço social só é alcançado ao se fazer passar o gozo para o inconsciente. Eis o sentido que poderíamos agregar, a partir de Lacan, à interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos: fazer passar o gozo para o inconsciente. Assim, a parte inferior do discurso do mestre designa, desde a perspectiva do inconsciente, a extração da fantasia como equivalente à extração da *mais valia*. Como afirma Lacan, “fazer o gozo passar para o inconsciente, isto é, para a contabilidade, é, de fato, um deslocamento danado” (LACAN 2003, p. 418).

Esse deslocamento não deixa de ter conseqüências políticas, se levarmos adiante uma estrita leitura dessa escrita. É o que parece expressar o aforismo lacaniano em *Televisão*: “o sujeito é feliz” (LACAN 2003, p. 525): no nível do inconsciente o sujeito é sempre feliz, a satisfação é sempre obtida e o sistema parece cumprir sua finalidade; pois o *mais-de-gozar* é sempre alcançado como efeito da palavra. Poderíamos pensar que o sujeito é feliz porque ele está privado do objeto, que ele faz dessa privação a causa de seu desejo, obtendo êxito em sublimar a pulsão que, assim, retorna à cultura, reforçando sua identificação ao ideal encarnado pelo significante-mestre em sua convergência social. Ora, mas isso é justamente o que se desmente com o conceito marxista de *mais-valia* no plano social e que Lacan ressalta a partir da função do *mais-de-gozar*. Há algo que barra o circuito feliz do discurso, uma disjunção fundamental entre o lugar da produção e o lugar da verdade, de forma que o que se

produz como *a* não chega nunca até o $\$$. Em outros termos, o gozo suplementar produzido pelo trabalho realizado pelo inconsciente não se reverte em um *prazer* do lado do sujeito, mas no imperativo de *gozo* que caracteriza a relação do sujeito com o super-eu.

Alguns textos de Freud podem ser lidos no sentido de uma compensação dessa impossibilidade de se estabelecer um circuito feliz. Assim, o *Leader* da *Massen* freudiana encarna o objeto no qual se depositou o Ideal do Eu de seus membros, o que tem como consequência a identificação dos membros do grupo entre si¹¹⁹. Com essa disposição, a *Masse* realiza a fantasia social representada pela sugestão de restituição igualitária do *mais-de-gozar* — para a qual convergem igualmente os totalitarismos de direita e de esquerda, assim como as instituições seculares da igreja e do exército. A *Masse* pode ser tomada como o resultado de um elo libidinal fundado na fantasia do amor igualitário e ilimitado do pai primordial, à qual o grupo se mantém vinculado. Mas, se a *Masse* é um produto de *eros*, como afirma Freud, ela potencializa, mediante o recalque, o retorno mortífero da pulsão. A *Masse* caracteriza-se por sua irritabilidade, onipotência e propensão à ação. Ela não admite nenhuma espera entre o desejo e sua realização. Por se fundar nessa encarnação do Ideal, a *Masse* está sempre voltada a se opor ao que lhe é exterior, disseminando o ódio e a segregação, pois ela só reconhece a si mesma. O que essa forma de disposição libidinal revela, por fim, sob a forma de *encarnação* do ideal, é a realização da fantasia totalitária que lhe é subjacente, isto é, o retorno no real do *objeto patológico* por meio da violência e do extermínio¹²⁰.

Por outro lado, em o *Mal estar na cultura*, texto de 1927¹²¹, revela-se o retorno do *mais-de-gozar* sobre cada *sujeito* tomado individualmente, fazendo ressurgir as soluções e os encaminhamentos construídos à margem do laço social ordenado pelo mestre e que buscam tratar o resto dessa operação discursiva a partir de formas particulares de gozo, pequenos esteios discursivos construídos à margem, como na solução do asceta, do toxicômano, do ideal amoroso ou sublimatório, com os quais cada sujeito faz sua própria contabilidade doméstica e obtém sua própria “mais-valia”.

¹¹⁹ “Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego” (FREUD, 1969, v. XVIII, p. 147).

¹²⁰ Lacan alude a esse objeto, segundo a designação da ética kantiana, em seu *Seminário, livro 11*, ao se referir ao objeto rejeitado e sacrificado na Crítica da Razão Prática para sustentar um “desejo puro” como fundamento da “lei moral” (LACAN 1964/1985, p. 260)

¹²¹ FREUD, S., 1927/1969, v. XXI, cap. II.

O que se passa, portanto, entre o *mais-de-gozar* (a) e o *sujeito* (\$), permanece decisivo em relação à finalidade reguladora do discurso e à aparelhagem entre linguagem e gozo. É necessário agregar uma leitura dinâmica do circuito do discurso do mestre de forma a introduzir os efeitos de sua repetição reiterada. De fato, a dupla barra que separa esses dois termos no discurso do mestre (\$ // a) pode ser lida, inicialmente, no sentido da privação do objeto realizada pela operação de castração, expressão da impossível conjunção sujeito/objeto que se transmite relançando assim o seu circuito e fazendo trabalhar o *saber* (S1 → S2) que, por sua vez, produz o *mais-de-gozar* (S2/a). Ora, esse *mais-de-gozar* é, como diz Lacan, o “bônus” do qual o inconsciente se apropria pela fantasia. Eis o salto da privação do objeto de satisfação ao *mais-de-gozar* que se produz mediante a repetição do circuito do discurso do mestre. “É no nível da repetição que Freud se vê de algum modo obrigado, pela própria estrutura do discurso, a articular o instinto de morte” (*ibid*, p. 43). A repetição se funda, portanto, em um retorno do gozo. O gozo é o que transborda o princípio de prazer, no sentido freudiano, ou seja, o princípio da tensão mínima a ser mantida dentro do aparelho psíquico para que a vida se mantenha. O paradoxo do discurso do mestre é que se busque esse “gozo ruinoso”, como se expressa Lacan (*ibid*, p. 44), puro desperdício que nada acrescenta ao princípio do prazer, mas que se mantém ligado ao sujeito como um destino inexorável.

Para trabalhar esse paradoxo, Lacan aporta à elaboração freudiana o que ele designa como a “função do traço unário — quer dizer, da forma mais simples de marca, que é, falando propriamente, a origem do significante [...]” (*ibid*, p. 44). Dela se pode depreender tudo o que se refere à função do saber em psicanálise. Esta função é exigida desde que não existe, na espécie humana, um saber natural que nos guie em relação ao sexo, ao qual poderíamos associar o *instinto* sexual. O sujeito do significante, que figura no discurso do mestre como *upokeimenon*, nada tem a ver com esse saber natural e muito menos com o sujeito do conhecimento. É o inconsciente que tece esse saber pelas vias de maior facilitação, como diz Freud, lançando mão do *non-sense* do significante.

Esse saber mostra aqui sua raiz porquanto na repetição, e sob a forma do traço unário, para começar, ele vem a ser o meio do gozo — do gozo precisamente na medida em que ultrapassa os limites impostos, sob o termo prazer, às tensões usuais da vida.

O que surge desse formalismo [...] é que há perda de gozo. E é no lugar dessa perda, introduzida pela repetição, que vemos aparecer a função do objeto

perdido, disso que eu chamo *a*. O que é que isso nos impõe? Não pode ser outra coisa senão essa fórmula pela qual, no nível mais elementar, o da imposição do traço unário, o saber trabalhando produz, digamos, uma entropia (*ibid*, p. 46).

Só a dimensão da entropia dá corpo ao seguinte — há um mais-de-gozar a recuperar (*ibid*, p. 48).

Em que sentido podemos compreender, então, a homologia do inconsciente e do discurso do mestre, evocada por Lacan?

Esta homologia demonstra, em primeiro lugar, que o inconsciente funciona como o capitalista — fato que já havia sido apontado por Freud na *Traumdeutung* — extraindo um *mais-de-gozar* de seu próprio funcionamento significativo. O saber como meio de gozo define, para Lacan, a conseqüência econômica, imperceptível e silenciosa, desse funcionamento discursivo. De fato, atribuir ao inconsciente um *saber* como *meio de gozo* é bastante distinto do *querer dizer* que o caracteriza como mensagem a ser decifrada, e é esse deslocamento conceitual que está no fundamento da teoria lacaniana dos discursos.

Em segundo lugar, esta homologia revela que o inconsciente é uma dimensão transindividual¹²², desmentindo qualquer apreensão solipsista de sua essência. O inconsciente, tal como desenvolve Lacan, não é um lugar psíquico, mas uma *relação* que envolve o sujeito e o Outro. De fato, como vimos ao abordar a estrutura do *Witz* como “modelo” do inconsciente, é no funcionamento discursivo que o inconsciente se manifesta e obtém a satisfação. Essa mesma estrutura também se revela no artifício da sessão analítica: é preciso que a palavra se enderece ao lugar do Outro para fazer consistir o inconsciente como uma experiência libidinal. Por mais espantosa que possa parecer esta fórmula, *o inconsciente* implica a dimensão social. É o que permite, enfim, afirmar que *o inconsciente é discurso*. Essa dimensão transindividual do inconsciente, que Freud já havia demonstrado em relação à *Masse*, é essencialmente política, considerando que sua estrutura é comandada pelo significante-mestre que captura o sujeito e cujo agenciamento discursivo se dirige a colocar o trabalho em marcha para dele extrair o *mais-de-gozar*. O significante-mestre é a marca que absorve o sujeito, uma vez que sua estrutura está intimamente coordenada com o discurso do

¹²² Termo sugerido por J-A Miller in: Lacan e a política. Entrevista conduzida por Jean-Pierre Cléro e Lynda Lotte. Opção lacaniana, n. 40, 08/2004.

Outro, de onde provêm os significantes que o identificam, conforme podemos ler a partir da célula S1/\$.

A afirmação de que *o inconsciente é discurso* poderia ser igualada, neste sentido, à definição de que “o inconsciente é a política”. Miller comenta essa definição lacaniana, analisando suas repercussões em torno de *maio de 68*:

“O inconsciente é a política”. Ao proferir essa fórmula, Lacan nada fez senão anunciar o discurso do mestre cujo esquema ele construiu na esteira de maio de 68, sem dúvida para indicar a seus ouvintes, que na época se multiplicavam, desorientados como estavam quanto à participação nos acontecimentos, que a saída que buscavam eles a encontrariam do lado da psicanálise, e pelo viés de uma desidealização da política. É significativo que se tenha feito dele, em seguida, um dos arautos do pensamento-68, quando ele trabalhou sem descanso para desviar do impasse uma geração que ele via se perder, mas é verdade que ele pôde se fazer escutar por ela, porque ele amava a energia da revolta, e não queria desencorajá-la, apagá-la, mas reorientá-la, torná-la útil. (MILLER 2004b, p. 13).

A desidealização da política é, em si mesma, um ato político. Não poderíamos, assim, tomar a operação irônica do discurso analítico, que visa separar o sujeito de seus significantes mestres, como um desenlace do sujeito em relação ao “social”. A operação do discurso analítico é essencialmente uma desalienação do sujeito, sobre o qual ele opera, e é esta desalienação que produz a desidealização da política como um efeito ligado à queda das identificações coletivas. Em outros termos, a desidentificação do sujeito não é o fim último da psicanálise; mas o resultado de uma psicanálise separa o sujeito dos significantes mestres nos quais ele se aliena (\$/S1) e, como efeito, a cadeia discursiva se encontra quebrada (S2 // S1) no discurso do analista. Mas, se não há sujeito que não seja *representado para*, se não há saída que não seja consentir com os significantes nos quais, por estrutura, o desejo se aliena, há, contudo, uma aposta fundada na passagem ao avesso do discurso do mestre mediante o discurso analítico, pois essa passagem ao avesso é inseparável da subversão do sujeito sobre o qual ele opera. Para nos aproximarmos aqui de termos pêchetianos, a *escritura por desligamento*, que podemos localizar por meio da disjunção entre S1 // S2 no discurso do analista, tem efeitos sobre a hegemonia da escritura da conjunção entre S1 e S2 (S1 → S2) no discurso do mestre, incidindo diretamente sobre o *assujeitamento* a este discurso. O discurso

analítico opera sobre a particularidade, dirigindo-se ao *sujeito* no lugar do outro, ou seja, em sua divisão mesma. Neste sentido, a psicanálise é uma *práxis* que, ao se dirigir a um sujeito em particular, visa à sua diferença absoluta, separando-o da cadeia significante onde se aliena.

A subversão do sujeito promovida pelo discurso do analista não equivale, contudo, à perspectiva da revolução alimentada pelo discurso político dos anos 60. Como se expressa Miller, “a psicanálise é mais propensa a valorizar o que se poderia chamar de invariantes antropológicas do que pôr suas esperanças nas mudanças de ordem política” (MILLER 2004b, p. 16), o que às vezes lhe confere um tom pessimista no campo do discurso político. São essas invariantes que se vê na organização grupal da *Masse*, no texto freudiano de 1921, no qual podemos ver antecipada a ascensão do nazismo: o desejo de ser comandado por um poder ilimitado, que só se pode atribuir ao pai primordial de *totem e tabú*, tomado como modelo de todo exercício possível do poder, nos permite antever, pela ambivalência entre amor e ódio que caracteriza esse vínculo, a liberação da violência sob a capa da idealização. A *Masse* seria assim animada pelo desejo paradoxal de assujeitamento a essa força imemorial do *pai*, tomando a palavra do *Leader* como um imperativo de ação no sentido da satisfação pulsional. Sua estrutura discursiva opera restituindo, na forma da fantasia ideológica, o gozo interdito. Pode-se ver esse mesmo imperativo de gozo, contudo, sendo manipulado pela propaganda na contemporaneidade. Se esse imperativo não engendra mais uma ação coletiva, como aquela que se pode ver no comportamento da *Masse*, calcada na identificação ao *Leader* como encarnação do objeto no Ideal, ele se mostra, no entanto, no estímulo ilimitado ao consumo, em direção ao objeto *mais-de-gozar*, refletindo novas formas do sacrifício àquele que Lacan denomina, ao final de seu *Seminário, livro 11*, de um “deus obscuro” — logo após fazer referências à presença “tão explosiva” dos objetos *voz* e *olhar* na *mass-media* e àquilo que permanece envolvido em mistério no “drama do nazismo”, sob a forma do holocausto.

Afirmo que nenhum sentido de história, fundado nas premissas hegeliano-marxistas, é capaz de dar conta desta ressurgência, pela qual se verifica que a oferenda, a deuses obscuros, de um objeto de sacrifícios, é algo a que poucos sujeitos podem deixar de sucumbir, numa captura monstruosa (LACAN 1964/1985, p. 259).

Para além dessas implicações éticas e políticas, a homologia de estrutura entre o discurso do mestre e o inconsciente nos conduz a correlações formais que tendem a desdobrar

o conceito de “inconsciente”. De acordo com Miller (2004b, p. 188), “o ponto de vista segundo o qual *o inconsciente é um discurso* nos obriga a revisar essa concepção espontânea”, afirmando, em contrapartida, que “o inconsciente é uma combinatória”, uma vez que o *discurso* se define como uma combinatória de termos e lugares. De fato, enquanto *discurso*, o inconsciente não está localizado, mas distribuído entre esses termos e lugares, da mesma forma que a noção de “sujeito” admite distintas versões conforme a relação que se estabelece com os lugares discursivos.

Podemos dizer que o *sujeito* é, de início, a própria barra que o designa como um vazio de significantes, cifrado por Lacan de acordo com a notação lógica da teoria dos conjuntos, na qual o conjunto vazio figura como *elemento* paradoxal, tal como o número zero, que inicia a série dos números naturais. O recurso lógico permite, neste caso, pensar a categoria de sujeito como *falta-a-ser* sem fazer apelo a nenhuma metafísica. Ao lado dessa notação ($\$$), temos o sujeito marcado pelo significante *um* (S1), que o inscreve como um elemento no conjunto dos elementos (S2) a partir de um traço distintivo. Esse, por sua vez, se combina em um saber (S2), que assume, para o sujeito, a forma do Eu idêntico a si mesmo (com suas histórias, preferências, relações, etc.). É esse saber que se põe em questão quando um analisante se dirige a um analista a partir de seu sintoma. Como vimos, no discurso da histérica, $\$$ está em lugar do agente, dirigindo-se a um analista como a um mestre, visando a produzir um novo saber. Tal possibilidade discursiva é dada pelo fato de que o significante identificatório (S1), em si mesmo arbitrário, divide o sujeito, restando-lhe, no entanto, sempre a possibilidade de dizer: “eu não sou nada disso”. Essa arbitrariedade do significante apresenta-se no discurso do mestre, inicialmente, como necessária e imperativa, absorvendo o sujeito. O resultado de uma análise inverte essa relação de absorção (S1/ $\$$), de forma que o sujeito volta a se distinguir de sua marca ($\$/S1$) mediante o agenciamento do discurso do analista que se dirige ao sujeito em sua divisão mesma ($a \rightarrow \$$). O resultado desse agenciamento é a desidentificação entre $\$$ e S1. Contudo, o sujeito permanece, de alguma forma, ligado a seus significantes identificatórios. O que se rompe, efetivamente, na passagem do discurso do mestre ao discurso do analista, é a cadeia significante (S1 \rightarrow S2) que sustentava essa identificação. De fato, no discurso do analista, S1 e S2 estão separados pela dupla barra, marcando assim a impossibilidade de se extrair dessa identificação um saber pelo qual o sujeito se tornaria idêntico a si. Finalmente, como vimos a partir do sonho de Chuang-Tsé (ver *supra*, p. 242) o sujeito liga-se, no discurso do mestre, ao *objeto a* da fantasia, ao modo particular de gozo que resulta de sua experiência

de castração e que lhe restitui um *pouco de ser* em relação ao que lhe foi subtraído por sua representação pelo significante.

Tal como a noção de sujeito, a formalização do conceito de inconsciente sofre os efeitos da combinatória de termos e lugares no discurso do mestre. Conforme abordamos, a propósito do inconsciente na sessão analítica, podemos distinguir, em primeiro lugar, o \$ em lugar da verdade como a emergência do *inconsciente-sujeito*, produzindo efeitos de ruptura na cadeia significante $S1 \rightarrow S2$, introduzindo o equívoco entre a intenção do falante e o que é efetivamente dito. A estrutura formal desse *inconsciente-sujeito* pode ser aproximada do *Witz*; sua condição exige o cruzamento da cadeia significada com a cadeia significante, produzindo a disjunção entre o significante e o significado e a emergência de um *querer dizer* outra coisa que se sustenta nesta materialidade significante.

Em segundo lugar, encontramos o *inconsciente-amo*, em sua vertente imperativa, que comanda o sujeito. A fenomenologia do *inconsciente-amo* corresponde àquelas manifestações que conferem um caráter de *realidade* ao inconsciente, no sentido de sua “solidez” (MILLER 2004b, p. 190), frente às quais o sujeito se sente comandado e ultrapassado por alguma coisa mais forte que ele. De fato, podemos dizer que o S1, em lugar de domínio no discurso do mestre, designa, para além da representação do sujeito na linguagem, o significante-mestre enquanto o que determina o sujeito. Neste sentido, o significante mestre é a marca que comemora uma irrupção de gozo no inconsciente. A partir dessa primeira irrupção, de acordo com o que Freud designa, na *Traumdeutung*, como a “experiência de satisfação” (FREUD, 1900/1969, v. V, p. 603-604), busca-se reeditar esse resultado evocando-se a memória de gozo mediante a atualização alucinatória de um traço do objeto, jamais alcançável enquanto tal, instaurando assim a defasagem entre S1 e S2 que fundamenta a repetição no inconsciente. O funcionamento do *inconsciente-amo* pode assim ser aproximado da noção freudiana de *realidade psíquica* e se opõe ao *inconsciente-sujeito* como a inércia do que se repete sempre no mesmo lugar se opõe ao acontecimento irruptivo que intercepta em algum ponto, graças à materialidade do significante, o funcionamento repetitivo da cadeia que comanda o sujeito, produzindo efeitos de verdade.

A essas duas versões do inconsciente podemos acrescentar ainda a versão do *inconsciente-trabalhador*, a ser localizado como o S2 no lugar do *outro* enquanto um saber-meio-de-gozo (MILLER 2004b, p. 191). É o que vimos em ação nos exemplos da análise do

esquecimento do nome *Signorelli*, do sonho da *Monografia Botânica* e no *Witz “familiônario”*. Corresponde, em termos, ao que Freud designa como o “trabalho do sonho” (*Traumarbeitung*). Trata-se do inconsciente *astucioso*, tomado como um intérprete ou um artífice, um articulador de redes de significantes e de saber, ao qual podemos atribuir propriedades metafóricas e metonímicas, e que permanece à margem do discurso da ciência como uma espécie de saber mítico, “disjunto” e recalcado (LACAN 1969-70/1992, p. 85). Esse inconsciente trabalhador, que Lacan compara ao “trabalhador ideal”, “aquele de quem Marx fez a nata da economia capitalista” (LACAN 2003, p. 517), está aqui não na posição de comando, mas na posição de escravo. Corresponde à metonímia infinita do inconsciente, não fosse por reconhecer que esse saber se encontra limitado, por um lado, pelo traço unário do imperativo como marca particular do sujeito e, por outro lado, pelo seu produto, onde a produção metonímica que caracteriza o desejo encontra a referência do *mais-de-gozar* que designa a finalidade mesma do sistema (MILLER 2004b, p. 192).

Finalmente, enquanto *mais-de-gozar*, o inconsciente é o que está a serviço do imperativo de gozo, obedecendo assim a um propósito econômico. Nesse sentido, o S2, o saber inconsciente como *meio* de gozo, designa a cadeia significativa a partir da qual o S1 se articula a esta *finalidade* que é a de sempre obter satisfação, embora esta satisfação seja apenas um *bônus*, um pequeno suplemento pelo que se perdeu entre essa primeira irrupção de gozo e sua repetição fracassada. Chegamos assim à versão do *inconsciente gozador* como destino do circuito significativo. Mas, a produção do *mais-de-gozar*, como finalidade do sistema, carrega a peculiaridade de não ser jamais reintegrada ao próprio sistema. É o que designa a dupla barra entre *a* e $\$$ no discurso do mestre: a produção de uma pura perda. Em outros termos, o que se produz como satisfação do sistema não equivale a uma satisfação do lado do sujeito. É essa defasagem que parece relançar sempre o circuito do discurso do mestre. A verdade excluída do domínio do S1, do significativo mestre, do imperativo de gozo, é o sujeito barrado e separado, enquanto tal, do *mais-de-gozar*, onde se localiza o seu impossível.

Resta saber onde situar o *real do inconsciente* nessa trama discursiva. Ora, se o inconsciente como um *discurso* está em todo lugar, distribuído conforme as diferentes versões que os termos discursivos lhe conferem, o real do inconsciente se encontra, por sua vez, em lugar nenhum. Melhor seria designá-lo, como faz Lacan, no “espaço de um lapso”, ali onde

“já não tem nenhum impacto de sentido (ou interpretação)”. Só então, prossegue Lacan, “temos certeza de estar no inconsciente. O que se sabe, consigo” (LACAN 2003, p. 567)¹²³.

Assim, o real do inconsciente se afigura como antinômico em relação ao inconsciente discursivo. Por habitar a falha, ele se aloja no lugar nenhum entre S1 e S2, não sendo tampouco equivalente ao *inconsciente sujeito* que aí se faz representar em sua intenção de *dizer outra coisa*, embora possamos aproximá-los considerando a emergência do inconsciente-sujeito na sessão analítica (ver *supra*, p. 141). O real do inconsciente está também subtraído de todo saber, habitando, antes, o espaço do que falha em se repetir pela via do saber inconsciente como meio de gozo. Talvez pudéssemos localizá-lo entre o objeto *mais-de-gozar* e o sujeito barrado, no ponto de pura perda que comporta a falha do gozo impossível de se obter no discurso do mestre. O fato de que a notação do discurso do capitalista tenha suprido essa hiância pela operação de consumo daria, assim, um sentido adicional à formulação de que esse discurso se define por um rechaço do inconsciente. Na escrita do discurso do mestre, entretanto, a dupla barra entre o *objeto mais-de-gozar* e o sujeito barrado é o que configura, como vimos, a privação a que o sujeito é submetido, tanto pela extração da *mais valia*, quanto pela localização do *mais-de-gozar* na fantasia inconsciente. Em outros termos, a fantasia é um efeito de sentido obtido pelo discurso do inconsciente, um sentido gozado (*jouissance*, como diz Lacan) a partir de uma perda.

Devemos diferenciar, portanto, o que é da ordem de uma *privação* do “espaço de um lapso”, onde situamos o real do inconsciente. O real do inconsciente supõe habitar por um tempo a falha, em um *espaço* esvaziado de todo sentido ou interpretação. Foi nesse sentido, também apontado por Pêcheux, que o aproximamos do termo *clocherie*, situado por Lacan, no *Seminário, livro 11*, “entre a causa e o que ela afeta” (LACAN 1964/1985, p. 27), na medida em que “só há causa para o que claudica”. O exemplo do esquecimento de Signorelli é, para nós, o que melhor exprime a dimensão ética da descoberta freudiana, na medida em que ele primeiramente suporta o lapso sobre o qual, somente depois, se instala o trabalho de fazer sentido com o inconsciente.

O discurso supõe, assim, um fechamento do que, de início, se apresenta como uma “abertura infernal”, da qual fala Lacan (1964/1985, p. 34) referindo-se à descoberta do

¹²³ Ponto ressaltado por J-A Miller na primeira lição de seu “Curso de orientação lacaniana” (2006-2007), “L’Inconscient reel”. In: *Ornicar? Digital*, n. 298, 12 de janeiro de 2007.

inconsciente por Freud. O discurso do inconsciente em sua homologia com o discurso do mestre é uma resposta ao real do inconsciente, ao seu traumatismo. Podemos dizer que a cadeia significante no discurso do mestre ($S1 \rightarrow S2$) é a refenda da disjunção entre o *objeto a* e o sujeito ($\$ // a$), obtendo-se com isso o *mais-de-gozar* de sua conjunção na fantasia como um efeito de redobramento do discurso do inconsciente sobre si mesmo. Por outro lado, revirado ao avesso pelo discurso do analista, a apresentação do *objeto a* como causa do desejo para um sujeito neste discurso ($a \rightarrow \$$) incide sobre a disjunção entre $S1$ e $S2$ ($S1 // S2$). A consequência política dessa subversão é a de provocar a desarticulação do discurso do mestre em sua armadura significante, introduzindo o equívoco na evidência do sentido que ele promove.

O discurso do analista encontra o seu próprio impossível, contudo, em fazer durar essa disjunção. Seu saber, informulável, é ele mesmo um resultado prático dessa impossibilidade. Esse saber paradoxal alimenta o circuito do discurso do analista como uma reapresentação do *objeto a* no lugar de causa para um sujeito, separando-o assim dos significantes mestres que o assujeitam. Trata-se de um saber que, no lugar da verdade, está desligado de $S1$, do que poderia engendrar um sentido ou uma interpretação. Poderíamos, assim, aproximá-lo do que Pêcheux denominou de “escritura por desligamento”. Neste *espaço de um lapso*, o significante cessa de representar o sujeito para um outro significante, abrindo a possibilidade para o advento de uma “nova escrita”, conforme o termo cunhado por Lacan no *Seminário, livro 23, “O Sinthoma”* (LACAN 1975-76/2007, p. 127).

O real do inconsciente participa dessa “escritura por desligamento” da qual depende o advento de uma “nova escrita”. A dimensão ética do discurso analítico nos coloca assim diante de uma dupla alternativa, conforme assinala Bruno: ou bem a verdade do sintoma é manejada por meio de um saber, qualquer que seja, e o resultado é alimentar o sintoma de sentido, “em um processo de inflação que não conhece outro resultado que não seja o *acting-out*” — ou seja, a oferta de objetos de sacrifícios a um “deus obscuro” —, ou bem a verdade que sustenta o sintoma se torna obsoleta, “por meio do jogo de equívocos que, intervindo sobre o significante do sintoma, desestabiliza sua montagem metafórica. É a interpretação analítica” (BRUNO 1993, p. 35).

Penso que Pêcheux, na última época de sua AAD, estava próximo de compartilhar esse destino ético que se encontra explicitado pelo matema do discurso analítico. Próximo,

mas ainda cego para alguns de seus efeitos, talvez devido ao seu próprio assujeitamento às evidências do discurso marxista, na medida em que ele ainda não se encontrava suficientemente desvencilhado, como lembra Michel Plon, “da missão que lhe havia sido confiada” (PLON 2005, p. 49). Na posição, portanto, do impasse a que lhe conduziu sua própria coragem teórica.

CONCLUSÃO

O drama do sujeito, que acompanha a aventura teórica de Michel Pêcheux, esteve sempre no horizonte de nossa investigação. Para além das questões pessoais que podem ser suscitadas pelo seu fim trágico — que mantivemos prudentemente à margem, sem fazer disso um objeto de pesquisa — esse drama parece inerente ao teórico das ciências humanas que, para retomar uma formulação de Lacan, é obrigado a “sustentar em sua própria pele” os efeitos de retorno no real da forclusão do sujeito no discurso da ciência. Esse drama mostra que o resultado de uma aventura teórica frequentemente traduz, também, a encarnação dos seus impasses.

Esse fim trágico se torna mais intrigante se o conjugamos com a abertura de pensamento de que dá provas Pêcheux no início dos anos 80, os “anos de tentativas”, como se expressa Denise Maldidier, e as perspectivas por ele delineadas. Ele se coloca no limiar de uma época do pensamento francês que adotou uma visão política do mundo a ser sustentada para além do reino da opinião e cuja riqueza contrasta, de forma inquietante, com o conformismo político contemporâneo. O que se seguiu foi a dispersão e o silenciamento do que então se enunciava como uma ética das verdades e que teve, na análise do discurso, um de seus pilares.

Essa tese se encontra, assim, ligada ao esforço de recapitulação de uma época que buscou pensar o seu *impensável*, implicando-se na análise daquilo que caracterizou alguns de seus impasses e sintomas. É nesse limiar que podemos situar o diálogo aqui esboçado entre Pêcheux e Lacan. Valeria a pena retomar em linhas gerais o nosso percurso sobre o *sujeito no discurso*, assinalando os seus pontos de conclusão, os desdobramentos do tema e os principais aspectos desta relação.

A longa reflexão pêchetiana em “*Les Vérités de La Palice*” culminou na exposição da *forma-sujeito do discurso* como um efeito do assujeitamento ideológico. A *forma-sujeito do discurso* foi definida como a resultante do processo de incorporação e, ao mesmo tempo, de dissimulação, pela qual o sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui, absorvendo o interdiscurso no intradiscurso, de onde resulta a identidade imaginária do

sujeito. Segundo Pêcheux, a linguagem não pode ser considerada ideológica em si mesma, mas a dominação ideológica se encontra materializada na língua e, em particular, nas formas discursivas que simulam os enunciados científicos, lançam mão da evidência do sentido e apelam ao sujeito do idealismo como sendo sua fonte e sua origem. A ideologia se confunde assim com a própria ordem simbólica e o sujeito com a adesão forçada a essa ordem que tudo engloba.

Em “*Les Vérités de La Palice*”, as referências a Lacan servem para confirmar a tese geral de que não há saída da ideologia, à qual somos desde sempre assujeitados, pois não há sujeito senão por referência ao campo da linguagem que, por sua vez, já se encontra trabalhado pela ideologia dominante. Ideologia e inconsciente têm em comum o fato de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, cujo efeito é, justamente, a *evidência do sujeito* e a *evidência do sentido*.

A dívida teórica de Pêcheux em relação a Althusser, no entanto, parece fazer obstáculo ao reconhecimento do sujeito do inconsciente em “*Les Vérités de La Palice*”. De fato, a única forma de subjetividade que pode ser extraída da tese do assujeitamento é aquela que considera o sujeito como o resultado de um processo de identificação, coincidindo portanto com o que Lacan designa como a instância imaginária do Eu. Como resultado, a saída da ideologia só pode ser alcançada no interior de um processo de esclarecimento político que reverta a evidência do sujeito e a evidência do sentido, culminando em uma pedagogia da verdade claramente contrastante com a lógica do inconsciente. É justamente esse aspecto que será retomado por Pêcheux em sua retificação de 1978, convocando o sujeito “do lado da psicanálise”.

Haveria, portanto, um componente extra-ideológico que justificaria a noção de *real do inconsciente*, desvinculando inconsciente e ideologia. Mas, se esse adendo marca o ponto de maior proximidade entre Pêcheux e Lacan — e de separação em relação a Althusser — ele também parece refletir as dificuldades de acomodação teórica desse encontro que justificaria, por sua vez, a ambigüidade mantida por Pêcheux em relação à psicanálise lacaniana. Devemos lembrar que o momento de redação deste adendo coincide com a degradação que afeta o projeto político ao qual Pêcheux se vinculou — nos referimos ao fim do Programa Comum da Esquerda, em 1978, e que se refletiu no afastamento de Pêcheux do Partido Comunista Francês, em 1980, partido no qual ele efetivamente militou até essa data.

Nossa conjectura não pode deixar de evocar a emergência da questão do sujeito como um efeito da experiência ética que designamos pela hiância do inconsciente, o que parece se refletir no título deste adendo: “Só há causa do que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”. Aí se designa a estranha conjunção que une a causa à falha e o inconsciente à política. Mostramos que a retificação sobre o sujeito, exposta nesse adendo, acentua a divisão subjetiva como inerente ao processo de assujeitamento. O termo “retificação”, no entanto, não deixa perceber aquilo que buscamos trazer à superfície em nossa investigação: o corte que aí se insinua e que reduz a distância entre o objeto teórico e o campo da experiência subjetiva do qual derivamos os efeitos de desencadeamento próprios ao encontro com o real do inconsciente.

Arriscamos pensar, em nossa conjectura, que a temporalidade da experiência que caracteriza a hiância do inconsciente — e que Lacan identifica no *Seminário, livro 11*, a um encontro faltoso — repercute na abertura de pensamento da *terceira época da AAD* de Michel Pêcheux e no abrupto fechamento que a encerra, configurando como um paradoxo a tentativa de retificar o que falha inexoravelmente e de reabsorver o inconsciente na perspectiva reparadora do projeto político que se buscava sustentar. Esse paradoxo estaria, assim, presente na atitude de recuo e na ambigüidade de Michel Pêchex em relação à psicanálise lacaniana, como se Pêcheux reconhecesse aí algo de importante e, ao mesmo tempo, não pudesse se livrar da herança política, do “peso das armaduras” e da missão que lhe fora confiada, o que inscreve as avaliações de sua aventura entre duas linhas de força, conforme assinalou Michel Plon, “o domínio daqueles para os quais sua aventura falhou muito e daqueles para os quais ela não falhou o suficiente”.

Exploramos os desdobramentos dessa retificação em alguns dos textos da *terceira época* da AAD e apontamos os seus efeitos de desenlaçamento sobre o projeto pêchetiano da tríplice aliança entre Saussure, Marx e Freud que estava no fundamento da *teoria do discurso* em “*Les Vérités de La Palice*”. A “*triple assertion*” — “Há um real da língua. Há um real da história. Há um real do inconsciente” — que abre o Colóquio “*Les Matérialités discursives*”, em 1980, evocou esse “fantasma teórico unificador”, conforme os termos de Pêcheux, introduzindo uma relação problemática com o real. Esses textos mostram a persistência das referências de Pêcheux ao pensamento lacaniano, que se faz sempre notar, mesmo que indiretamente. Contra as evidências do sentido, Pêcheux evoca o equívoco como uma

dimensão inerente à língua. Busca-se, do lado do real da língua e do real do inconsciente, o irreduzível da linguagem à ordem simbólica mantida por um mestre. O real da língua afeta o sentido interdiscursivo na medida em que a língua é sempre capaz de um “jogo sobre as regras” — a proximidade com Wittgenstein aí se prenunciava — por ser um corpo atravessado por falhas e parasitado pelo inconsciente.

Nossa investigação buscou, assim, avançar sobre o que se caracteriza inicialmente como um impasse do projeto pêchetiano, apontando para a renovação de seu pensamento e buscando fazer repercutir, um pouco mais, o seu encontro com o pensamento lacaniano. Como consequência, destacaremos dois apontamentos conclusivos:

- o primeiro faz do “discurso” uma espécie de objeto desterritorializado em relação às disciplinas que o reivindicam, perdendo assim sua consistência na medida em que cada disciplina recorta o real de uma determinada maneira. A “*triple assertion*” evoca ao mesmo tempo a continuidade e a descontinuidade do *real*. Sendo *uma*, ela é também *tríplice*. O termo “discurso” torna-se assim o momento de encontros contingenciais, mas também de dispersão toda vez que quisermos enodá-lo para recompor essa unidade problemática. Não se trata, aqui, da dicotomia apontada por Pêcheux entre o objeto real e o objeto de conhecimento que afeta o campo das disciplinas científicas, mas da disjunção que afeta o projeto teórico e político de uma época do pensamento francês. A formulação que talvez melhor expresse esta disjunção é: não existe metadiscurso. Essa fórmula, a qual agora chegamos, introduz a dimensão do *um* que faz laço, cuja existência é contingencial, provisória e dependente de uma posição ética, em contraposição ao *um* unificante, que subordina a heterogeneidade de regiões do real à hegemonia de uma ciência régia qualquer.

- o segundo apontamento conclusivo concerne ao sujeito pensado “do lado da psicanálise” como emergência que quebra a linearidade da seqüência discursiva, provocando a desestabilização lógica do enunciado. Aqui estampamos uma importante distinção: a seqüência discursiva se vê atravessada, por um lado, pela heterogeneidade discursiva, confundindo os limites entre o sujeito e o Outro, afirmando o primado do interdiscurso e a constituição imaginária do Eu enunciator. Esse mesmo aspecto implicou a desconstrução do interdiscurso como uma unidade homogênea, tal como foi pensado por Pêcheux em “*Les Vérités de La Palice*” a partir da tese do assujeitamento ideológico. Por outro lado, a seqüência discursiva se vê atravessada pelo real do inconsciente, provocando efeitos de

ruptura que não podemos remeter diretamente à presença do Outro no discurso mas, sim, à *Outra cena* na qual supomos o sujeito do inconsciente, ali mesmo onde o sujeito se divide e se torna estranho à sua própria apresentação discursiva, conforme buscamos demonstrar com o auxílio da análise de *exemplos freudianos*. O primeiro aspecto se encontra mais trabalhado pelas abordagens atuais da heterogeneidade discursiva. O segundo aspecto foi o que buscamos trabalhar mais detidamente no recorte intitulado *o sujeito no discurso*.

A partir da contraposição entre *estrutura* e *acontecimento* estabelecida por Pêcheux na *terceira época* da AAD — segundo a qual as discursividades trabalham e interpretam um acontecimento — e da noção de *inconsciente-sujeito*, em contraposição à concepção do inconsciente como uma *realidade já inscrita*, buscamos pensar o *sujeito no discurso* para além do estatuto jurídico que ele recebe por efeito de seu assujeitamento ideológico. O sujeito figura, nos últimos textos de Pêcheux, como um excesso, impedindo a estabilização lógica do enunciado, recortando-o na medida mesma em que trabalha as discursividades. O sujeito não é, assim, inteiramente apreensível na estrutura discursiva onde ele figura como esse excesso irreconciliável com sua posição de assujeitamento e com as identidades por ele assumidas. Dissemos que o sujeito do inconsciente é aquele que emerge por um instante como uma indeterminação a despeito de sua determinação ideológica. Aproximamos, desta maneira, a ética freudiana — *Wo es war, soll Ich werden* — da ética pêchetiana que conclui o adendo de 1978 — *é preciso ousar se revoltar; é preciso ousar pensar por si mesmo*. Pensado “do lado da psicanálise”, o sujeito não existe senão a partir do suporte de um acontecimento discursivo em relação ao qual ele é uma possibilidade, localizando-se do lado desse excesso para além do estatuto jurídico que lhe dá seu assujeitamento ideológico.

Finalmente, nosso percurso nos conduziu ao exame do matema lacaniano do discurso do mestre onde essa divisão do sujeito se inscreve. Trabalhamos as vicissitudes do *sujeito no discurso* a partir da homologia que pudemos estabelecer entre o discurso do mestre e a interpelação ideológica, a fim de abordar a divisão subjetiva aludida por Pêcheux no adendo “*Il n’a de cause de ce qui cloche*”, mas cujo desenvolvimento teórico permanece bloqueado pelo desconhecimento do elemento fantasmático ao qual o sujeito se liga no desdobramento desse processo. O contraponto entre Pêcheux e Lacan pôde então ser mediado pela referência ao conceito marxista de *mais-valia*. Para Lacan, Marx foi quem inventou o sintoma, por meio do qual ele faz retornar a verdade ao campo da filosofia, ao deduzir a extração da *mais-valia* do funcionamento da estrutura discursiva que resulta da absolutização do mercado de

trabalho. Em sua crítica a Marx, no entanto, Lacan aponta para a impossibilidade de uma redistribuição igualitária do gozo pretendida pela “revolução marxista”, como mostra a homologia entre a *mais-valia* e o *mais-de-gozar*: em relação ao gozo há sempre um mais ou um menos, mas nunca a boa medida. É para essa discrepância que aponta a noção de real do inconsciente como um *encontro sempre faltoso*, de forma que nunca se alcançaria a proporção sexual almejada, implicando a impossibilidade de uma sociedade sem sintoma.

A teoria lacaniana do discurso coloca em relevo que a alienação do sujeito à cadeia significante implica a divisão pela qual, simultaneamente, o sujeito se liga à fantasia. No fundo, é a fantasia que emoldura o campo da realidade para um sujeito. A análise do discurso do capitalista, como forma contemporânea do discurso do mestre, evidenciou uma forma de funcionamento em que o elemento ideológico, entendido em sentido estrito de “falsa consciência”, encontra-se desvelado e afirmado na atitude cínica: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mesmo assim o fazem” — conforme a fórmula extraída por Žižek a partir de Peter Sloterdijk. O interesse ligado a essa abjeção do animal-humano em satisfazer-se encontra-se assim justificado ideologicamente. Lacan aponta com muita precisão o real que se encontra em jogo nesse funcionamento discursivo comandado pelo imperativo de gozo: a produção incessante da falta-de-gozar não faz senão eco ao repúdio à castração que alimenta esse discurso. O real se encontra, no entanto, na inépcia desse discurso para “proporcionar um gozo com que possa tornar-se mais lento”, isto é, em sua tendência a levar cada vez mais ao limite o circuito entre produção e consumo. Lacan antecipa assim o que vemos realizar-se na contemporaneidade, interpretando o movimento de *maio de 68* como o desejo de um “novo mestre”, o que impulsiona o giro discursivo no qual o sujeito irá figurar como uma unidade de valor, isto é, o sujeito torna-se *mais-valia*, contabilizado como consumidor e ao mesmo tempo consumido nesse processo.

Se Pêcheux e Lacan se encontram ao mesmo tempo envolvidos com a noção de discurso em 1969, seguem, portanto, caminhos distintos em sua reflexão. Para Pêcheux, o sucesso da interpelação ideológica pressupõe, para além da “representação falsa da consciência” que caracteriza sua apreensão teórica pelo Materialismo Histórico, a invisibilidade do funcionamento lingüístico que regula sua eficiência. Essa apreensão designa, ao mesmo tempo, o mérito e o limite de sua concepção de discurso. Lacan não faz referência à noção marxista de ideologia mas, a partir do discurso do capitalista, pensa o laço social em relação a uma dominação cuja eficácia é obtida mediante a apropriação da fantasia como uma

astúcia desse discurso em escamotear a castração, oferecendo o objeto de consumo como uma espécie de compensação à extração da *mais-valia*.

Concluimos que, para Lacan, a fantasia é o que melhor encarna o funcionamento ideológico, o que se exprime na fórmula “vejam como gozam!” que caracteriza o discurso do mestre contemporâneo. Nela se destaca a presença imperiosa do *objeto mais-de-gozar* sob a forma do enquadramento do olhar em direção ao que aí se encontra desvelado, de forma que o olhar se destaca da cena onde este gozo é encenado. A fantasia é assim oferecida como uma maneira de capturar o sujeito em sua divisão mesma. Esta apropriação ideológica da realidade libidinal da fantasia desvela e ao mesmo tempo nega o elemento ideológico. A forma atual da ideologia seria aquela em que o sujeito se insere em uma lógica discursiva, chamada mercado, que dissimula a distribuição da *mais-valia* na forma da oferta de objetos de consumo. O mercado seria, assim, a forma contemporânea do “deus obscuro” ao qual Lacan faz referência ao final de seu *Seminário, livro 11*. Essa incidência da fantasia testemunha exemplarmente a insuficiência de uma análise do discurso da ideologia que não leve em conta a dimensão do objeto *mais-de-gozar*, marcando os limites da “leitura sintomal” do *texto* ideológico praticada por Pêcheux a partir de Althusser.

Seria então preciso opor à análise ideológica uma análise espectral. De fato, é por ser sempre estruturado simbolicamente que o campo da realidade apresenta uma lacuna, um espectro que dá corpo àquilo que escapa à esta realidade simbolicamente estruturada e do qual depende sua própria consistência. Aqui se revela o *jouis-sens*, o gozo-do-sentido próprio à ideologia que vemos realizar-se no discurso do capitalista: sua astúcia consiste em fazer operar o saber para daí extrair o *mais-gozar* que então retorna sobre o sujeito escamoteando a sua castração, deixando na obscuridade a causa que aciona o processo de produção capitalista.

A psicanálise não representa, para nós, uma forma complementar ao marxismo; tampouco um retorno à subjetividade que compensaria a análise objetiva do materialismo histórico ou a forma anunciada do seu fracasso. O tensionamento da conjunção “Pêcheux e Lacan”, expresso em nosso título, propositalmente assume a forma do impasse próprio à nossa contemporaneidade política. Mas, a partir da “teoria” lacaniana dos discursos, a psicanálise ganha direito de cidadania em relação àquilo que já havia sido enunciado na abordagem freudiana do *Witz*: o inconsciente desponta como uma forma de discursividade passível de intervir no laço social determinado pelo discurso do mestre. Essa discursividade pressupõe,

logicamente, a hiância produzida no real pela *escritura da disjunção* em que a cadeia significante se rompe, tornando possível a passagem ao avesso do discurso do mestre. Tal possibilidade se sustenta como o resultado de uma política que, levando em consideração a descoberta freudiana, só pode ser pensada como a introdução da *peste*, inoculada na forma do vírus do discurso analítico, de *um-em-um*, sob a condição de fidelidade a posição ética que ela implica. A estrutura do discurso analítico corresponde, assim, a uma escritura da subversão do sujeito por meio de uma abordagem discursiva, resultado lacaniano que poderia ser colocado ao lado do empreendimento pêchetiano, na medida em que ambos buscaram pensar as condições e implicações éticas pelas quais o sujeito poderia emergir de sua posição de assujeitamento.

Neste sentido, o fim trágico de Michel Pêcheux não deve ser visto como um ato isolado ou heróico, mas como o limite subjetivo de uma época que buscou pensar seu próprio destino além da posição de sacrifício implicada por este “deus obscuro” na forma do assujeitamento ao objeto *mais-de-gozar* que então se prenunciava. Se a análise do discurso de Michel Pêcheux não foi apenas “progressivamente marginalizada”, mas “bruscamente interrompida”, de forma que o que se inscreve hoje de sua tradição são apenas os traços de uma memória apagada — embora possamos falar de uma exceção brasileira, ao menos em algumas localidades —, ela não deixa, contudo, de ter relações com a propagação desse *vírus* que parasita as formas contemporâneas de nossa subjetividade política.

Referências:

- ALBERTI, Christiane. D'une limite non franchie sur les écrits psychanalytiques de Louis Althusser. In: **Barca!** Paris, n. 02, maio 1994. p. 169 – 179.
- ARRIVÉ, Michel. **Linguística e Psicanálise. Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros.** São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____ **Linguagem e Psicanálise. Linguística e Inconsciente. Freud, Saussure, Pichon, Lacan.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. 243 p. (Transmissão da psicanálise, 61)
- _____ Signifiant saussurien et signifiant lacanien. In: **Langages.** Paris, n° 77, março 1985, p.105 – 116.
- ASSOUN, P-L. **Introdução à epistemologia freudiana.** Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1983. 247 p.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive. **Cahiers DRLAV**, n.º 26. Paris, 1982. p. 92 – 151.
- _____ **Palavras incertas – as não coincidências do dizer.** Trad. C. Pfeiffer. *et alli.* Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 200 p.
- ALTHUSSER, Louis. De O Capital à Filosofia de Marx. In: ALTHUSSER *et all.* Trad. bras. Nathanael Caixeiro. **Ler O Capital.** Vol. I. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1979. p. 11 – 74. Original: **Lire Le Capital.** Théorie. Paris: Maspero, 1965.
- _____ **Philosophie et philosophie spontanée des savants.** Paris: Maspero, 1974.156 p. (Théorie).
- _____ Ideologie et Apareils Ideologiques d'Etat. In: **La Pensée**, Paris, n. 151, p. 3 – 38, 1970. Trad. port.de Joaquim Moura Ramos. 3ª ed. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** Lisboa: Presença, 1980.
- _____ **Freud e Lacan. Marx e Freud.** Introdução crítico-teórica e trad. de Walter José Evangelista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 93 p.
- _____ **O futuro dura muito tempo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____ **Écrits sur la Psychanalyse.** Paris: Stock, IMEC, 1993. 170 p.
- BADIOU, Alain. **Por uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras.** 2a ed. Rio de Janeiro: Relume Damará, 1994. 116 p.
- BARTHES, Roland. **Éléments de Sémiologie.** Paris: Éd. du Seuil, 1964, 116 p.
- _____ Le sujet dans la langue. In: **Langages**, Paris, n° 77, p. 7 – 19, mars 85.

- BENVENISTE, Émile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: **Problemas de Linguística geral**. São Paulo: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1991, v. I, p. 81 – 96.
- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. Trad. Carlos L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004. 316 p.
- BRUNO, Pierre. Partition: Marx, Freud, Lacan. In: **Barca!** Paris, n. 0, p. 19 -58, set. 1993.
- CARVALHO, Frederico Feu. **O Fim da Cadeia de Razões: Wittgenstein, crítico de Freud**. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: FUMEC, 2002. 138 p.
- _____ A via do estilo, a margem do discurso: pontuações a partir da psicanálise. In: CLARK, Ana Maria *et al* (org.). **O Estilo na contemporaneidade**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005, p. 203 -210.
- _____ Verdade e assentimento: o impasse de Wittgenstein diante de Freud. In: Iannini, G. *et al* (org.). **O tempo, o objeto e o avesso**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 201 – 210. (Dez Encontros, 2)
- _____ Letra, lingüística, lingüisteria. In: Arreguy, E. *et al* (org.). **Transfinitos: percurso da letra, escrita do sujeito**. Belo Horizonte: Aytêntica, 2005. p. 101 -110.
- CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. *et al* (org.) **Análise do Discurso: fundamentos e prática**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p. 23 – 38.
- _____ Análise do Discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. *et al* (org.) **Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 27 – 44.
- CHARAUDEAU, P.e MAINGUENEAU, D. **Diccionario de análisis del discurso**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005. 671 p.
- COHEN, Maria Antonieta. **O sujeito da enunciação e do enunciado no discurso do analisando**. Publicação eletrônica. Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional sobre análise do discurso. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 08 a 10 de maio de 2002.
- _____ Que lingüística é esta, apresentada por Lacan em “A Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”? In: Mota, Jacyra. **Atas do I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística (1994)**, v. II, Salvador, UFBA, Instituto de Letras, 1997.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**. Trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006. 158 p.

- COURTINE, Jean-Jacques. O Discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). Trad. Heloísa Monterio Rosário. In: **Cadernos de tradução do Instituto de Letras**, Porto Alegre, n. 06, abr-jun 1999, UFRGS, p. 5 – 18.
- _____ A estranha memória da análise do discurso. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro e INDURSKY, Freda (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 25 – 32.
- DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DE LEMOS, Cláudia. A poética e o significante. In: **Traço**, Maceió, n. 2, 1998.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. Trad. Álvaro Cabral. Bauru: EDUSP, 2007, 2v.
- ENGLER, Rudolf. **Édition critique du “Cours de linguistique générale”**. 2 vls. Wiesbaden: Harrassowitz, 1989/1990.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. A Língua da análise do discurso: esse estranho objeto do desejo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro e INDURSKY, Freda (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 213 -218.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 2ª ed. Trad. Salma Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 416 p.
- _____ **A Arqueologia do saber**. 4ª ed. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. 240 p.
- _____ **A Ordem do discurso**. 2ª ed. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1996. 80 p.
- _____ Estruturalismo e pós estruturalismo. In: **Michel Foucault. Arqueologia das Ciências Humanas e História dos Sistemas de Pensamento**. Coleção Ditos & Escritos II. Trad. bras. Motta, M.B. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 307 – 334.
- FREGE, Gottlob. **Sobre a justificação científica de uma conceitografia**. 3ª ed. Trad. Luís Henrique Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Col. *Os Pensadores*.
- _____ **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1978. 157 p.
- FREUD, S. e BREUER, J. (1895) **Estudos Sobre a Histeria**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 2).
- FREUD, S. (1897) Carta 52. In: **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 317 – 323. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).

- _____ (1895) Projeto para uma psicologia científica. In: **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).
- _____ (1896) Manuscrito M. In: **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 339 – 343. (Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 1).
- _____ (1900) **A Interpretação dos Sonhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 4 e 5).
- _____ (1902) **A Psicopatologia da vida cotidiana**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 6).
- _____ (1905) **O chiste e sua Relação com o Inconsciente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).
- _____ (1911) Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: **O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 273 – 288. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).
- _____ (1912) A dinâmica da transferência. In: **O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 131 -146. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).
- _____ (1915) O Inconsciente. In: **A história do movimento psicanalítico, escritos sobre metapsicologia e outros trabalhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).
- _____ (1915) O Recalque. In: **A história do movimento psicanalítico, escritos sobre metapsicologia e outros trabalhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).
- _____ (1916) **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise** (introdução). Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 15).
-

- _____ (1916) O caminho da formação dos sintomas. In: **Conferências Introdutórias sobre Psicanálise** Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 419-440. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 16).
- _____ (1918) Linhas de Progresso da Terapia Psicanalítica. In: **Uma neurose infantil e outros trabalhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 199 – 212. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 17).
- _____ (1920) Além do Princípio do Prazer. In: **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 13 – 88. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).
- _____ (1921) Psicologia de Grupo e Análise do Eu. In: **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 89 – 182. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).
- _____ (1932) A questão de uma *Weltanschauung*. In: **Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise**. Trad. Jayme Salomão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969. p. 193 – 220. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 22)
- GARCIA, Célio. Discursos e Psicanálise. In: MARI, H. et all (org.) **Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 123 – 138.
- GODEL, Robert. **Les sources manuscrites du “Cours de linguistique générale”**. Genebra: Droz, 1969.
- GADET, Françoise. **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, prefácio, p. 7 – 10.
- GADET, F. *et al.* Apresentação da conjuntura em Lingüística, em Psicanálise e em Informática aplicada ao estudo dos textos na França. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 39 – 60.
- GADET, Françoise. e PÊCHEUX, Michel (1981). **A Língua inatingível**. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004. 223 p.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004. 220 p.
- HANS, Luis. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 505 p.

- HAROCHE, C; PÊCHEUX, M; HENRY, H. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours (1971). In: KRISTEVA, J. (compiladora). **Langages**, Paris, n. 24. déc. 1971, p. 93 – 106.
- HERBERT, Thomas. Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale. In: **Cahiers pour la analyse**. Paris, n. 2, 1966, p. 174 – 203..
- _____ Remarques pour une théorie générale des ideologies. In: **Cahiers pour la analyse**. Paris, n. 9, 1968, p. 74 – 92.
- HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13 – 38.
- _____ **A Ferramenta imperfeita – língua, sujeito e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 240 p.
- _____ Constructions relatives et articulations discursives. In: PÊCHEUX, M. (compilador). **Langages**, Paris, n. 37, mars 1975, p. 81 – 98.
- INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. 304 p.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1985. 162 p.
- _____ **A geração que esbanjou seus poetas**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 96 p.
- KOERNER, Konrad. **Ferdinand de Saussure: génesis y evolución de su pensamiento em el marco de la lingüística occidental**. Madrid: Gredos, 1982.
- KRISTEVA, J. **História da Linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.
- _____ **Les épistémologies de la linguistique**. In: **Langages**, nº 24. Paris: Didier et Larrouse, déc. 1971, p. 3 – 13.
- KRISTEVA, J. e RUDELIC-FERNANDEZ, D. Psicanálise e Linguística. In: KAUFMANN, P. (ed.) **Dicionário Enciclopédico de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 661 – 670.
- LACAN, Jacques. Du discours psychanalytique. In: **Lacan in Italie**. Milão: La Salamandra, 1978.
- _____ **O Seminário – livro 3: as psicoses (1955-56)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985. 366 p.

- _____ **O Seminário – livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985a. 269 p.
- _____ **O Seminário – livro 20: mais, ainda (1972-73)** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1985b. Edição francesa: *Le Séminaire – livre 20*. Paris: Éd. du Seuil, 1975. 200 p.
- LACAN, Jacques. **O Seminário – livro 17: o avesso da psicanálise (1969-70)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1992. 208 p. Edição original francesa: **Le Séminaire – livre 17**. Paris: Éd. du Seuil, 1991. 252 p.
- _____ **O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada**. In: **Escritos (1966)** Trad. Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998. p. 197 – 213. Edição original francesa: **Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 1966
- _____ **Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise**. In: **Escritos (1966)** Trad. Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998. p. 238 – 323. Edição original francesa: **Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 1966.
- _____ **A Instância da Letra no Inconsciente ou a Razão desde Freud**. In: **Escritos (1966)**. Trad. Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998. p. 496 – 536. Edição original francesa: **Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 1966.
- _____ **De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose**. In: **Escritos (1966)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998. p. 537 – 590. Edição original francesa: **Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 1966.
- _____ **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano**. In: **Escritos (1966)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998. p. 807 - 841. Edição original francesa: **Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 1966.
- _____ **Ciência e verdade**. In: **Escritos (1966)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998. p. 869 - 891. Edição original francesa: **Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 1966.
- _____ **O Seminário – livro 5: as formações do inconsciente (1957-58)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999. 532 p.
- _____ **Le Séminaire, livre XVI: D' un Autre à l' autre (1968-69)** Paris: Seuil, 2006. 430 p.
- _____ **O Seminário, livro 23: o Sinthoma (1975-76)**. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 250 p.
- _____ **O Aturdido**. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. p. 448 – 497. Edição original francesa: **Autres Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.
- _____ **Radiofonia**. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. 400 – 447. Edição original francesa: **Autres Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.

- _____ Televisão. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. p. 508 – 543. Edição original francesa: **Autres Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.
- _____ Prefácio a uma tese. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. 389 – 399. Edição francesa: **Autres Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.
- _____ Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. p. 550 – 555. Edição original francesa: **Autres Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.
- _____ Litteraterra. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003. p. 15 - 28. Edição original francesa: **Autres Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.
- _____ Prefácio à edição inglesa do Seminário 11. In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 567 a 569. Edição original francesa: **Autres Écrits**. Paris: Éd. du Seuil, 2001.
- LEITE, Nina. **Psicanálise e análise do discurso – o acontecimento na estrutura**. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994. 204 p.
- LYONS, J. **Introdução à Linguística Teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. 540 p.
- MAFFI, Carlos. **Freud y lo simbólico**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003. 172 p.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997. 198 p.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso – (Re)Ler Michel Pêcheux hoje**. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003. 110 p.
- MALISKA, Maurício. **Entre lingüística e psicanálise: o real como causalidade da língua em Saussure**. Curitiba: Juruá, 2003. 99 p.
- MANDIL, Ram. **Os efeitos da letra: Lacan, leitor de Joyce**. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Contra Capa Livraria/ FALE-UFMG, 2003. 283 p.
- MARCOS, Jean-Pierre. O Lugar Arrebatado. In: Castelo Branco, L. *et al* (org.). **A Força da Letra**. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2000.
- MARI, HUGO. Estruturalismo e Psicanálise. In: Ianinni *et al* (org.) **Dez Encontros – Psicanálise e Filosofia, o futuro de um mal-estar**. Belo Horizonte: ed. Opera Prima, 2000.
- MARINI, Marcel. **Lacan: a trajetória de seu ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. 317 p.
- MAZIÈRE, Francine. **A Análise do discurso. História e práticas**. Trad. Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 132 p. (Na ponta da língua, 14).

- MEZAN, R. A Psicanálise na Universidade. In: MEZAN, R. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- MILLER, Jacques-Alain. Ação da Estrutura. In: **Matemas I**. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 9 - 23..
- _____ Clínica irônica. In: **Matemas I**. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 190 – 200.
- _____ O Escrito na Palavra. **Opção Lacaniana**. São Paulo, n. 16, ed. Eolia, agosto de 1996b.
- _____ Contexto e conceitos. In: : FELDSTEIN, R., FINK, B. E JAANUS M. (org.) **Para ler o Seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 15 – 30.
- _____ O monólogo da apparola. **Opção Lacaniana**, São Paulo, nº 23. Ed. Eolia, dezembro de 1998.
- _____ **Perspectivas do Seminário 5 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999. 117 p. (Campo freudiano no Brasil).
- _____ **Los usos del lapso**. Buenos Aires: Paidós, 2004a. 520 p. (Los cursos psicoanalíticos de J-A Miller).
- _____ Lacan e a política. Entrevista realizada por Jean-Pierre Cléro e Lynda Lotte. In: **Opção Lacaniana**, São Paulo, n. 40, agosto de 2004b. p 7 – 20.
- _____ L'inconscient reel. "L'orientation lacanienne du Champ Freudien". In: **Ornicar? Digital**. Revue électronique multilingue de psychanalyse, n. 298, 12 de Janeiro de 2007. Distribuído por: <uqbar@elistas.net>
- MILNER, J-C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987. 83 p. Ed. original francesa. **L'Amour de la langue**. Paris: Seuil, 1978. 136 p..
- _____ **L'oeuvre claire. Lacan, la science, la philosophie**. Paris: Seuil, 1995a. 175 p
- _____ **Introduction à une science du langage**. Édition abrégée. Paris: Seuil, 1995b. 316 p.
- _____ **El périplo estructural: figuras y paradigmas**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. 256 p. (Mutaciones).
- _____ **Os nomes indistintos**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006. 124 p.
- MUZZI, Eliana. Do enunciado à enunciação: Benveniste. In: MARI, H. et all (org.) **Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 201 – 210.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso. Princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2005. 100 p.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio (1975).** Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 317 p. Edição original francesa: **Les Vérités de la Palice: linguistique, sémantique, philosophie.** Paris: François Maspero, 1975. 278 p.(Théorie).
- . Remontémos de Foucault a Spinoza (1977). In: TOLEDO, M. M. (Org) **El Discurso Político.** México: Nueva Imagem, 1980.
- _____ Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação (1978). In: **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Anexo III. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 293 – 307.
- _____ Análise automática do discurso (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61 – 162.
- _____ Análise de Discurso: três épocas (1983) In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 311 – 319.
- _____ Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Campinas: Pontes, 1997. p. 55-66.
- _____ Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas (1983). In: **Cadernos de Tradução do Instituto de Letras,** Porto Alegre, n. 4, out. 1998. p. 35 – 55.
- _____ **O Discurso: estrutura ou acontecimento (1983).** Trad.: Eni Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2006. 68 p.
- PÊCHEUX, M. *et al.* (org). **Matérialités discursives.** Colóque des 24, 25, 26 avril 1980 à Nanterre. Lille: Press universitaires de Lille, 1981. 205 p.
- PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine (1975). Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. In: **Langages,** Paris, n. 37, mars 1975. p. 7 – 80. Trad. Bras. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 163 – 252.
- PÊCHEUX, Michel e GADET, Françoise (1981). **A Língua inatingível.** Trad bras.: Mariani, B. e Mello, M. Elizabeth. Campinas: Pontes, 2004. 224 p.
- PLON, Michel. Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs análise do inconsciente. In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). **Michel Pêcheux e a**

- análise do discurso: uma relação de nunca acabar.** São Carlos: Claraluz, 2005. p. 33-50.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos fundamentais.** Trad. Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2005. 90 p.
 - RITVO, Juan. O conceito de letra na obra de Lacan. In: **A prática da letra.** Escola Letra Freudiana. Rio de Janeiro, ano XVII, nº 26., 2000. p. 9 – 30.
 - ROUDINESCO, Elisabeth. **Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida.** Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 239 p.
 - SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1972. Trad. espanhola: **Curso de Linguística General.** Madrid: Alkal, 1989.
 - _____ **Écrits de linguistique générale.** S. Bouquet e R. Engler (ed). Paris: Gallimard, 2002. 353 p.
 - SOULEZ, Antonia. O nó no quadro ou o estilo de/em Lacan. In: **Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise.** Vladimir Safatle (org.). São Paulo: UNESP, 2003. p. 255 – 275.
 - STAROBINSKI, J. **Las palabras bajo las palabras. La teoría de los anagramas de Ferdinand de Saussure.** Barcelona: Gedisa, 1996. 137 p.
 - TEIXEIRA, Antônio. **O topos ético da psicanálise.** Porto Alegre: Edipucrs, 1999. 213 p.
 - _____ **A soberania do inútil e outros ensaios de psicanálise e cultura.** São Paulo: Annablume, 2007. 158 p.
 - TEIXEIRA, Marlene. O “sujeito” é o “Outro”? Uma reflexão sobre o apelo de Pêcheux à psicanálise. In: **Letras de Hoje.** Porto Alegre, v. 32, n. 1, n. 107, março de 1997. p. 61 – 88.
 - VERAS, Viviane. **Lingüisterria: um chiste.** 1999. 140 p. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.
 - WEBER, Max. **L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme.** Paris: Plon, 1964
 - WEEDWOOD, B. **História Concisa da Linguística.** São Paulo: Parábola, 2002. 165 p.
 - WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations.** Oxford: Basil Blackwell, 1953. Tradução portuguesa de José Carlos Bruni: **Investigações Filosóficas.** 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 223 p. (Os Pensadores).

- _____ **Tractatus Logico-Philosophicus**. Ed. bilingue para a língua portuguesa: tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos, São Paulo: EDUSP, 1994. 288 p.
- ZENONI, Alfredo. Le plus-de jouir du discours. In. **Quarto**, Paris, n. 50, dez. 1992, p. 19 – 58.
- ŽIŽEK, Slavoj. Rêve, plus-de-jouir et fantasme dans l' ideologie . In: **Quarto**. Paris, n. 30, fev. 1988. p. 47 – 51.
- _____ **O Mais sublime dos históricos: Hegel com Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 230 p.
- _____ **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. 197 p.
- _____ O espectro da ideologia. In: Slavoj Zizek *et al* (org.). **O Mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 07 – 38.

ANEXO

Discurso do mestre:S1 → S2

§ // a

Discurso da histórica:§ → S1

a // S2

Discurso da Universidade:S2 → a

S1 // §

Discurso do analista:a → §

S2 // S1

Discurso do Capitalista:↓ § ↖ ↗ S2 ↓

↓ S1 ↗ // ↖ a ↓

Lugares discursivos:agente → outro

verdade // produção